

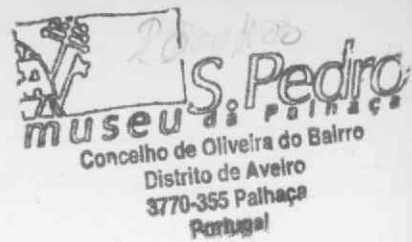
ARMOR PIRES MOTA

MAMARROSA MILENARIA



1993

ARMOR PIRES MOTA



Amplius ff

MAMARROSA MILENARIA BIBLIA

1993

Museu de História e Arte
Concelho de Oliveira do Bairro
Distrito de Aveiro
3770-933 Póvoa
Portugal

ARMOR PIRES MOTA

Na 1ª edição de 1993

MAMARROSA

bibRIA

FICHA TÉCNICA

Título: Mamarrosa Milenária

Autor: Armor Pires Mota

Copyright: Armor Pires Mota

Edição: Junta de Freguesia da Mamarrosa

Data: Julho de 1993

Capa: Luís Trindade

Fotos: Armor Pires Mota

Execução Gráfica:

Artipol — Artes Tipográficas, Lda.

Barrosinhos — Mourisca do Vouga

3750 Águeda

Telef. (034) 644435

Depósito Legal: 67087/93

Reservados todos os direitos de
acordo com a legislação em vigor

NOTA JUSTIFICATIVA

NASCIDO nesta freguesia de S. Simão de Mamarrosa, já lá vão mais de cinco décadas, cedo me começou a perseguir a ideia de conhecer a história e as origens do nome da Terra que me viu nascer e sobre as quais se contavam algumas lendas que me ficaram na lembrança da minha meninice.

Agarrado desde sempre a este torrão, para mim quase sagrado, e do qual apenas me apartei, temporariamente, por força de prosseguir estudos ou no cumprimento do serviço militar, habituei-me a ver e a sentir a minha Freguesia como a tal "Pátria pequena", aquela que, inteirinha, "nos cabe melhor no coração, por pequenina e mais familiar", na expressão feliz de Arsénio Mota. Natural, portanto, o meu desejo antigo de ver, trazidas à estampa, as raízes bem fundas desta Terra que estremeço...

Nunca anteriormente alguém se lembrou de dar corpo a esta intenção, suponho. E, se lembrou, terá, com certeza, esbarrado com dificuldades em encontrar quem, com bagagem capaz, se propusesse corporizar essa ideia. Era o que acontecia.

Foi então que, quando, mandatado pela vontade do Povo da minha Terra, expressa nas urnas eleitorais, assumi o honroso compromisso de presidir aos destinos desta Freguesia, tive a felicidade de conhecer de perto Armor Pires Mota, jornalista ilustre, conceituado autor literário e homem arguto e experiente nas lides da investigação, dados os trabalhos do género já por ele publicados.

O repto foi lançado e, atendendo amavelmente ao meu pedido, pôs, com muito entusiasmo, mãos à obra e encetou, já lá vão dois longuíssimos anos, a caminhada que haveria agora de terminar, triun-

fante, na meta da vitória...

O livro aí está, finalmente, para felicidade de todos nós, Mamarrosenses.

A Junta de Freguesia, o Povo da Mamarrosa e eu, pessoalmente, carregamos esta dívida de gratidão à persistência, ao entusiasmo, à competência e ao carinho patenteados pelo autor na execução deste trabalho.

Mamarrosa, Maio de 1993

O Presidente da Junta de Freguesia

Manuel Augusto Costa

bibRIA

DUAS PALAVRAS

ESCREVER sobre uma terra tão antiga como a Mamarrosa não é tarefa fácil, mas não deixa de ser aliciante, conquanto para nós estranha, de início, na medida em que foi outro o chão em que nascemos. Com esta agravante: tal qual acontece com a generalidade das terras da Bairrada, nomeadamente do concelho de Oliveira do Bairro, não teve ninguém que lhe sondasse e estudasse, bem fundo, as raízes.

Nos primeiros livros que consultámos não figuram senão escassas notas.

No "Portugal Sacro e Profano", edição de 1768, pág. 9, vem apenas isto: "Mamarrosa, Freguesia do Bispado de Coimbra, tem por Orago S. Simão Apóstolo, o pároco he cura da apresentação do Reitor de Soza, rende cento e vinte mil reis; dista de Lisboa quarenta léguas e de Coimbra seis, tem duzentos e quarenta e cinco fogos".

Passado um século, Marques Gomes, no seu "Distrito de Aveiro", edição de 1877, página 281, escrevia: "Freguesia de 590 fogos e 1895 habitantes. Fica a 8 kilómetros para OSO de Oliveira do Bairro. Orago, S. Simão, Reitor, o reverendo Joaquim Pedro Nolasco".

"É povoação antiga. Já existia em 1242. D. Sancho II fez mercê d'ella a fr. Hugo, prior do Hospital de Sancta Maria da villa de Souza, a cujo termo pertenceu até 1834. Foi do concelho de Mira. Por Decreto de 31 de Dezembro de 1853 passou para o de Oliveira do Bairro". Tudo muito lacónico."

Com estas migalhas na bagagem, partimos para a descoberta, dando satisfação ao pedido que nos foi feito pelo presidente da Junta de Freguesia, professor Manuel Augusto Costa. Mas regressámos felizes, embora sabendo das nossas limitações e naturalmente do muito que fica ainda escondido nos arquivos, porque da memória colectiva já

pouca coisa resta. Depois de vasculharmos livros e revolvermos muito chão em busca de preciosidades, sobrou este livro que não é o livro perfeito e completo, mas o possível. Talvez mesmo assim exaustivo. Agradável foi descobrir que Mamarrosa até chegou a ser um pequeno concelho, facto que já não vinha à lareira de ninguém. Valeu a pena meter os olhos no pó dos arquivos, rasgar leivas novas para uma sementeira de luz e identidade de uma terra.

Embora abordando alguns usos e costumes, fazemo-lo sempre à colação, escassamente, porque, a incluí-los no presente volume e na abundância que tal campo nos oferece (rituais de casamento e morte, brincadeiras, escapeladelas, carnaval, festas de Natal e ano novo, namoro à antiga, maias, berras, santos populares e tantos outros), essa opção traduzir-se-ia, além do natural e considerável aumento de páginas, numa escusada repetição, na medida em que essas usanças figuram em dois outros livros, já prontos, abrangendo um espaço mais vasto — o concelho de Oliveira do Bairro.

O livro aí está. Às vezes, com incursões, ainda que de passagem, em outras terras, especialmente Bustos, mas, como o passado comum das terras que formam hoje as freguesias da Mamarrosa e Bustos é bastante recente, impunha-se tal desiderato.

Foram largos meses de consulta, estudo e comparação de documentos, trabalho que era reforçado por outro no terreno, ouvindo o máximo de pessoas idosas, conhecendo palmo a palmo todo o território. E aqui temos que relevar dois cicerones: Flório Simões Margaça, da Caneira e Modesto dos Santos Pereira, da Mamarrosa. Foram impecáveis de interesse e ajuda, ao longo de muitos meses.

O livro aí está, aberto ao mesmo tempo em todas as folhas, para que os mamarrosenses possam rever nele o seu passado, às vezes de alguma glória, mas sempre heróis da charrua ou dos fornos da cal.

Por mim já me dou como recompensado se os vir tão felizes como eu por lhes apresentar um novo bilhete de identidade quanto a um chão e homens de muitos séculos, porque, ao fim e ao cabo, se o livro funciona como um parto, este, ainda que difícil, por entre montes de pedras ou chão vazio, por vezes não deixa de ser de carinho. Carinho com que o ofereço a todos. E só para sua honra e glória.

Águas Boas, 31 de Março de 1993

Armor Pires Mota

A região da Marmara que inclui Bursa e Pólio, conjuntamente com Sivas, foi doada por D. Sancho II, em 13 de Outubro de 1193, a uma comunidade de frades da Ordem de Santa Maria do Retomador, que vieram na sequência das cruzadas, procurando ajudar o rei na tomada de Sivas, em 1195. Só a tribo eslavizada e seu território da Marmara.

DAS ORIGENS

bibRIA

Orbededicada a missão de evangelização e socorro aos povos da região, mas também ao desenvolvimento e fortalecimento das suas atividades. Nos tempos dos tempos, a região de Sivas, a região de Colima por Cistânia, Marmara, Cila e Sivas, as áreas de libano, na opinião de mons. João Gaspar, no estudo sobre "O Feral de S. Romão de Vagos".

Marmara é assim uma das mais antigas, e foi local habitado por pré-Celtas e Celts há milhares de anos. A sua topografia está ligada a monumentos, geralmente de grandes dimensões, com uma forma circular, quadrada, que serviam de centros, no período megalítico e que os historiadores situam entre o quarto e o quinto milénio antes de Cristo. Por vezes estes monumentos serviam também de marcas de delimitação territorial de determinado grupo ou tribo. O seu tamanho ou monumentalidade estavam certamente relacionados com a sua importância. Com a conquista da Península Ibérica pelos Romanos, estes lugares foram os monumentos de homenagem pela sua grandeza que tinham com o reino de moedas.

Desde o século IX até ao XII se escreveram em Português e Espanhol muitos documentos em que se mencionam, muitas ou muitas vezes, o

A região da Mamarrosa que incluía Bustos e Palhaça, conjuntamente com Soza, foi doada por D. Sancho II, em 15 de Outubro de 1193, a uma comunidade de frades da Ordem de Santa Maria de Rocamador, que vieram na armada dos cruzados normandos para ajudar o rei na tomada de Silves aos mouros, em 1189. Soza tinha exactamente o seu termo na Mamarrosa.

Os frades dedicavam-se não apenas às tarefas de evangelização e socorro aos doentes e peregrinos, mas também ao povoamento e arroteamento das terras, factores que já eram bem visíveis “nos recuados tempos do dobrar do século XI desde as vizinhanças de Coimbra por Cantanhede, Mamarrosa, Ouca e Soza até às imediações de Ílhavo”, na opinião de mons. João Gaspar, no estudo sobre “O Foral de S. Romão de Vagos”.

Mamarrosa é assim terra bastante antiga, milenária, e foi local habitado por pré-Celtas e Celtas há milhares de anos. Aliás, a sua raiz toponímica está ligada a monumentos, geralmente de grandes dimensões, com uma forma circular alongada, que serviam de cemitérios, no período megalítico e que os historiadores situam entre o quarto e o quinto milénio antes de Cristo. Por vezes estes monumentos serviam também de marcas de delimitação territorial de determinado grupo ou tribo. O seu tamanho ou monumentalidade estavam certamente relacionados com a sua importância. Com a conquista da Península Ibérica pelos Romanos, estes baptizaram esses monumentos de *mammulas* pela semelhança que tinham com o seio da mulher.

“Desde o século IX até ao XII se escreveram em Portugal e Espanha muitos documentos em que às mamoadas, mãoadas ou mamúas se dá o

nome alatinado de *mammulas*. Também se lhes dava naqueles tempos o nome de arcas, mas este pertencia somente ao lugar em que se depositavam as cinzas dos mortos pela sua semelhança com uma arca; e como esta era a parte principal do edifício dava-se nome a todo ele ("Portugal Antigo e Moderno", página 44 e 45), onde o autor defende que arca era o túmulo e mamoa todo o edifício.

Arcas havia muitas no sentido da Caneira-Bustos, mais precisamente na Caneira e no Corgo. Mamoas são referidas em territórios vizinhos: em Sangalhos na encosta voltada para o rio Cértima e também em Mamodeiro, descoberta em 1941 no pinhal da Mamoa (é assim conhecido o local) e redescoberta recentemente por Maria Miguel Lucas, merecendo-lhe mesmo um estudo.

Terra antiga e milenária, Mamarrosa surge no ano de 1020 em documentação relativa à doação das vilas rústicas de Levira e Lázaro ao Mosteiro da Vacariça, incluindo terras cultivadas ou incultas, com árvores de fruto ou sem fruto, terras que faziam limite com Vilarinho do Bairro e com "aquele monte que chamam Samia" (Samel). Isto é, aquelas terras faziam limite com Mamarrosa (*mamoa rasa* na sua grafia primitiva) e com o Portouro (*Portum Aureum*).

Reza assim o documento:

"Ab aquilone parte ubi uertit se illa liuira in flumen certome. Ad occidentallem partem per ubi dicunt mamoa rasa ubi est illa heremita que vocitant sancti romani et diuidit per ipsam serram ad portum aureo et uertit in flumine certome per ubi concludend nostras hereditates".

A referência é concisa e aponta a localização do monumento megalítico (*mamoa rasa*) para a zona onde estava erigida uma ermida em honra de S. Romão. Possivelmente na área em que foi construída uma capelinha pela Junta de Freguesia, em 1991, para se manter a tradição. Isto é, esse monumento ficaria, mais ou menos, nas imediações da estrada que tem o nome de S. Romão, mas que também é conhecida pela estrada da Rainha, o ponto mais alto do lugar, pelo que será de deduzir que os Celtas ou pré-Celtas viveram e deambularam no que é hoje o coração da Mamarrosa, entre a Fonte da Moura, a Rua de Baixo, Vale, Vale Maior e Seixal.

Mamoa Rasa se continuava a chamar a este lugar, ainda em

1282, conforme aparece expresso na “Inquirição na Terra do Vouga”, de Joaquim da Silveira, página 84, IX Vol. da ADA, ou no “Milenário de Aveiro”, 1959, página 86, com uma transcrição do documento mais perfeita: “Item Martim Mendes Moreira disse que tem Soza regahego in Mamoa Rasa e que deverom inde a fazeer albergaria e nom na fizerom”.

Esta inquirição na Terra do Vouga destinava-se a saber quais as terras reguengas (Mamarrosa era uma delas) e quais os direitos e foros que o “dito senhor y tem e est”. O senhor e rei era D. Dinis.

Se, em 1282, Soza e Mamarrosa deviam ter construído uma albergaria destinada à hospedagem e agasalho para necessitados sem lar ou para peregrinos e forasteiros e não cumpriram, ela veio a ser construída mais tarde e de tal modo ficou ligada ao local que acabou por lhe dar o próprio nome, Albergue, que, no remoto ano de 1747, era aldeia pertencente à Comarca de Esgueira e termo da vila de Aveiro e da freguesia de Soza, que tinha trezentos moradores (“Dicionário de Cardoso”, vol. I, página 400, Lisboa, 1747).

A explicação do topónimo Mamarrosa e sua origem podem encontrar-se na lenda, na formulação erudita da questão ou ainda numa terceira via, a da tradição, que, sem abandonar de todo a segunda, lhe acrescenta elementos do seu chão, pedra e barro.

Assim popularmente, a origem desta antiquíssima povoação assenta numa lenda a que cada um acrescenta ou apaga algum pormenor, tocado pela asa da fantasia. Nela entram um cavaleiro estranho e uma mulher indígena, sentada à soleira da sua estreita ou nenhuma porta, serena em seu pensar, longe de saber alguém por perto, alongando apenas a sua imaginação entre o bico do seio esbagoando-se nos lábios de menina e naturalmente as flechas do seu companheiro e filhos pelos matos espessos voando atrás de corças ou veados.

O sossego foi-lhe quebrado pelo ressoar das patas de um cavalo nas pedras do áspero caminho e não demorou muito tempo que se abeirasse um cavaleiro, cujo cavalo, a seu comando, seguia a menos do que trote miúdo, em levitação de espaço todo seu, perscrutando os ares e saboreando os ventos, dando-se ao descuido do tempo ou procurando rumo, parando aqui e ali, tentando ao fim e ao cabo descortinar qualquer ponto de referência por entre gândaras e matos agressivos.

Ficara contente por vislumbrar ao fundo do caminho (longo de não saber onde ia, mas naturalmente com o mar anunciando-se nos seus rancos para além de toda a mata avassaladora e bichos à mistura) — uma mulher que, enrolada em sua estamenha, servia a uma criança seu peito, redondo e farto, atributo que naturalmente sobrou para a mulher bairradina, descendente da mulher fenícia, grega ou romana.

Estacou o cavalo, pôs os olhos a escorregar pelo seio da mulher, bem puxado para fora da estamenha, belo e palpitante, e perguntou-lhe em língua estranha qualquer coisa relativamente ao lugar onde se encontrava e de que não sabia o nome. (Talvez fosse no tempo em que por estas paragens se cruzavam povos de língua diversa, embora as gentes situem esta história há poucos séculos. É natural que o povoamento destas terras se tivesse dado a partir de Soza, onde chegaram por mar os Fenícios, os Celtas, os Gregos e os Romanos. Todos estes povos se foram fixando efectivamente na faixa costeira entre Ovar e Soza, passando por Ílhavo e Vagos. Talvez a origem étnica das populações de Soza, S. Romão, Vagos, Mamarrosa, Bustos e Palhaça se ache na mistura do sangue de todos eles.)

Cavalo e cavaleiro estacados, envoltos em silêncio e mistério, mas a mulher, com um gume de medo a trepar-lhe a espinha, disse para a criança: — Mama, Rosa.

O cavaleiro nada entendeu, fez-lhe alguns sinais no espaço com a mão, apontou com o dedo, mas não desistiu de saber onde estava, como a mulher não desistia também de dar o peito, farto e belo, mais rosado ainda à luz do sol. Lançou-lhe novamente a pergunta primeira, em sua estrangeira língua, e mais uma vez a mulher lhe deu a resposta igual: — Mama, Rosa. E como o cavaleiro não descortinasse ponta de diálogo ou resposta à sua preocupação, deu um último olhar à mulher, esporeou o cavalo e partiu, enquanto aquela, sacudindo uma última asa de medo, ainda voltou a dizer, conquanto não despegasse o olhar do homem que por ali surgira, para a criança sossegada em seu alimentar adocicado:

— Mama, Rosa...

Nesse dia, em que naturalmente o homem da mulher sentada na soleira da sua porta estreita ou nenhuma, andava frechando veados e

outros animais nas matas que coroavam aquele outeiro, nascia o topónimo Mamarrosa.

Depois, também é crença de que foi habitada também pelos mouros, até que chegou o tempo da reconquista cristã e da construção de uma ermida em honra de S. Romão, que por essas centúrias deve ter dado o nome à terra que lhe memorou o nome, S. Romão, do concelho de Vagos.

Do tempo dos mouros sobrou, ao longo dos tempos, a memória da Fonte da Moura e da lenda dos cordões de ouro estendidos na relva que a envolvia, belos e tentadores estendais.

Quanto à explicação erudita do topónimo correntemente seguida, a chave encontrada por todos os historiadores que a ele dedicaram algum estudo e espaço, é a da *mamo* *rasa* que surge no documento de 1020. Pedro Serra escreveu a propósito: “como é sabido o nome de Mammula (posteriormente em português mamo, mamo) deve-se justamente ao facto de as construções pré-históricas serem recobertas por acúmulo de terra na aparência de um cone com larga base; sucedeu que a terra se esboroou, só aparecendo alguns vestígios dela junto de alguns dólmenes. Estamos a compreender que, no longínquo século XIII, tinha já ocorrido, com a mamôa que serviu a designar o lugar, o que sucedeu com muitas outras: o acúmulo ou massa de terra em forma de *mamma* que a recobria já se tinha arrasado — e daí o qualificativo *rasa*” (“Topónimos do Distrito de Aveiro”, Volume XXI, página 36).

Outros anteriores estudiosos defenderam esta mesma tese, como o que escreveu sobre a Mamarrosa, quando esta exactamente integrava o concelho de Anadia e a propósito deste mesmo concelho (“O Domingo Ilustrado”, páginas 119 e 120, I Vol., Setembro de 1897). Eis o que ali vem escrito, um pouco arrevesadamente:

“Paróchias que offerecem interesse historico:

Mamarosa — É povoação antiga, pois deve suppôr-se que já era habitada no tempo dos celtas ou preceltas occuparem a peninsula, por isso que o seu nome assim o indica, como o de muitas outras povoações contemporâneas d'aquelles povos e parece significar povoação das mamoas ou mamôas, que o mesmo é.

Mamôa se tem chamado às sepulturas celticas, encontradas em diversos logares do paiz e chamam-se assim porque os Celtas forma-

illum regis, quem vocant Samia. Ad aquilone uero ubi
 positi: et illa secum in flumine Centumae, ad occidentalem
 partem per ubi dicuntur tumuli rasa, ubi est illa Ecclesia
 que vocant Sancti Romani, et dividit per ipsam Sciam
 ad partem aures, et venit in flumine Centumae, per ubi
 concludunt nostras Ecclesias, et ipsas Ecclesias de super
 laxatas firmius excutis, et provideatis in perpetuum. Et
 regis sament, Tunc fieri non vidimus, aliquis Carmo tam

Primeiro documento que refere Mamarrosa (Mamoa rasa).

vam uma espécie de arcas de lagens para sepultar os seus chefes, as quaes cobriam de terra dando-lhe uma fôrma circular como uma pequena pyramide.

Ignora-se o nome destes moimentos na língua celta; os romanos lhe chamaram *mamas* pela semelhança que teem com um peito de mulher."

Depois, livros mais recentes continuam a seguir esta tese, como "À Descoberta de Portugal", página 206, edição do Reader's Digest, onde o autor afirma que Mamarrosa é nome explicado pelo topónimo *Mamoa Rasa*, já referida em vários documentos medievais, mormente nas Doações de D. Sancho II e D. Afonso III.

Parece assim não haver dúvida que na formação do topónimo Mamarrosa entraram elementos naturais que os Romanos foram buscar ao próprio terreno. Algumas dúvidas porém nos permitimos trazer a este chão, nem todo desbravado, mais como uma hipótese ou uma achega simples do que como uma certeza linear.

Não pomos em causa a *mammoa* que, de resto, deu o nome a muitas terras do país, desde Évora até Braga, passando por Mamodeiro, sitas na Póvoa de Veiros, em Estarreja, lugar de Fragoso, no concelho de Barcelos, Milheirós de Poiares e Fiães, de Vila da Feira, ou permanece até hoje nas matrizes e voz do Povo — Pinhal da Mamoa, em

Mamodeiro, Mama na encosta de Sangalhos escorregando para o rio Cértima (só para citar os mais próximos).

Curiosamente à excepção das de Mamodeiro e Mamarrosa, as mesmas não surgem adjectivadas, mas livres no seu espaço geográfico. Além disso, só a do local que hoje se diz Mamarrosa surge rasa, quando rasas foram todas com os ventos e as intempéries dos muitos séculos.

E por que não *rosa* em vez de *rasa*? Configura-se-nos mais de acordo com a geologia local que ali à mão nos apresenta barro mais cor de rosa do que vermelho exposto que seja ao sol, material que servia perfeitamente para os antigos habitantes da região construírem as pirâmides de terra com que encimavam religiosamente as caixas construídas com lages de pedra (aqui calcária). A argila acabava por ser mais duradoura e segura do que a simples terra e dava assim um melhor acabamento e aspecto. E se os Romanos chamaram a esses monumentos *Mammas* “pela semelhança que tinham com um seio de mulher”, no presente caso, é que, feitos com este material, os tais cones se assemelhavam ainda mais com o seio da mulher, porque cor de rosa.

Esta explicação se não escandalizará ninguém, tem pelo menos uma aliciante — é tentadora.

De resto, ainda que os acúmulos tivessem sido varridos pelos ventos, a cor rosa manter-se-ia na sua base. O douto Pedro Serra, nos seus “Topónimos do Distrito de Aveiro”, ADA. XXXI. página 37, admite que “no longínquo século XIII, tinha já ocorrido com a mãoa que serviu a designar o nosso lugar (Mamarrosa), o que sucedeu com muitas outras: o acúmulo ou massa de terra em forma de *mamma* que a recobria já se tinha arrasado — e daí o qualificativo *rasa*”.

Não esqueçamos que a erosão tinha a tarefa muito mais facilitada junto dos cones de terra, sem qualquer liga, do que junto dos construídos à base de barro, que para fazer melhor liga e vedação perfeitas, seria amassado com água, criando-se assim uma crosta (rosada) que evitaria de facto que entrassem as chuvas. Daí que as mamoas (da Mamarrosa) diferentes fossem até no seu acabamento, porque o material utilizado assim o permitia.

Mas se foram os Romanos que baptizaram os monumentos celtas

de *mammulas*, não teriam eles caracterizado as deste lugar de cor rosa e não rasa? Quando chegaram à Península talvez ainda a erosão não tivesse corroído por inteiro as pirâmides de barro, material que melhor serviria para o efeito. E quem nos diz que não aconteceu que o escriba tenha grafado *rasa* em vez de *rosa*, porque desconhecia o meio? Talvez achasse *rosa* a despropósito e de imediato “arrasou” a *mamoas*...

Aqui temos como esteio, ainda que fragilizado pelo decorrer dos muitos séculos (ou hipótese) a tradição que foi passando através de muitas gerações e que ainda chegou a alguns Mamarrosenses mais dados a estas coisas de registos de antanho. Os antepassados longínquos construíam os seus túmulos, as *mamoas*, com pedras que depois cobriam com o barro existente na zona que de vermelho com o tempo ganhava a cor rosa e daí as *mamoas rosa*, a *mamoas rosa*, a *Mamarrosa*.

Talvez baseado nesta tradição e mais próximo da fonte, é que o cura desta freguesia, em 1663, padre Carlos Francisco Pereira, nos livros paroquiais descia o rio das origens e grafava, sem reboço algum, *Mamoas Rosa*.

Como quer que seja, no início do século XVII e durante alguns anos, os curas da *Mamarrosa* hesitavam na grafia a utilizar nos livros paroquiais (nascimentos, casamentos e funerais). Havia quem grafasse *Mamoas Rosa*, os menos, enquanto outros usavam a grafia actual. Talvez os livros anteriores nos dessem outras luzes, nos abrissem outro chão à verdade inteira, mas não existem.

De resto, pela mesma época, acontecia o mesmo relativamente a *Mamodeiro* que aparece em vária documentação *Mamodeiro* (por exemplo no “Livro dos Mamposteiros”, em 1648, com o étimo mais próximo dos termos que deram origem ao topónimo definitivo).

Os mamposteiros eram uma espécie de mordomos junto das igrejas ou capelas, que cobravam e entregavam na Casa da Misericórdia de Aveiro, por obrigação, ora géneros (vinho e milho, “bem de receber” e mesmo painço, como no caso de Oiã ou também dinheiro). Em 22 de Abril de 1643 era mamposteiro da igreja da *Mamarrosa* Simão Pires, morador na Caneira, pelo facto do lugar estar vago, tendo prestado juramento na vila de Aveiro e na casa da Santa Misericórdia e Mesa do

Despacho, onde estava o prior provedor e irmãos deputados (página 182 do Livro 352 da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1614-1688).

Esta hipótese pode ser de ordem académica, mas a questão aqui fica, talvez pertinente, mas sempre com o fito de lançar a enxada ao chão e trazer apenas de entre as pedras encontradas no gume alguma pequena chispa para juntar à luz dos outros argumentos.

Quanto à origem do nome de parte dos lugares da Mamarrosa, existentes a sul, Quinta da Gala, Quinta do Cavaleiro, Quinta das Martinhas e Quinta do Gordo deve-se apenas ao facto de nestes casos se ter mantido a locução substantiva, denominando assim o antigo possuidor.

Note-se que no triângulo Ouca-Palhaça-Mamarrosa havia uma série de quintas, nomeadamente as do Sobreiro, Tojeira e Azurveira, Palhaça (em número de duas), as quintas da Carregosa e do Cabeço das Pegas e ainda a da Brigeira, em Bustos, que tinham como directo senhorio o Convento de Jesus.

O que aconteceu é que com o rodar dos tempos e com o natural aumento da população, as quintas foram desaparecendo, algumas compradas pelos próprios foreiros ou pelos que viviam do seu cultivo, quando não eram mesmo tomadas pela população que se via confrontada entre situações de mil carências e outros que eram detentores das terras que lhes faziam falta para a sobrevivência.

Verifica-se no entanto uma curiosidade: enquanto das quintas pertencentes ao Convento de Jesus vai sobrando apenas o nome do local onde se estendiam, com a sua aquisição ou partilha, constituindo para a posteridade o definitivo nome do agregado populacional (Tojeira, Azurveira), já no segundo caso manteve-se a locução substantiva e esta passou a designar a própria povoação, casos de Quinta do Gordo, Quinta da Gala, Quinta das Martinhas, Quinta do Cavaleiro e a própria Quinta da Ferreira que chegou a pertencer à freguesia da Mamarrosa.

Assim, o nome destas terras está associado ao nome do foreiro ou titular, que, por este ou aquele motivo, era relevado na época.

Quanto à Quinta do Gordo, a referência vem mais tardia, já no século XVIII (1726). E pode muito bem ser que a povoação deva o seu nome a um senhor “António Gomes, O Gordo, de apelido” (assim

chamado no “Livro do Tombo de Vila de Cantanhede do Marquês de Marialva”, a propósito da tombação e delimitação das propriedades que aquele possuía na freguesia da Mamarrosa e andavam aforadas a vários rendeiros e, de entre alguns, também a António Gomes) que era cabeça de casal e trazia aforados, em 1683, uns fornos de cozer cal no limite dos Penedos.

De resto, ele era um foreiro importante e trazia de renda mais propriedades do Marquês de Marialva no lugar da Mamarrosa. Nesse mesmo tomo, é mencionado “um serradinho ao Forno da Telha, junto à estrada”. Até aqui nada de especial. Só que o registo do facto acrescenta-lhe um pormenor importante para a toponímia local, que é o seu próprio apelido, “o Gordo”, (“António Gomes, o gordo”). Se não foi António Gomes (“o Gordo”, de apelido) que deu o nome definitivo a um espaço territorial, antes incluído avulso no considerado lugar das Quintas, é possível que tivesse sido algum antepassado que, gozando do mesmo apelido, estivesse na origem do seu baptismo toponímico definitivo.

A Quinta do Gordo começa a surgir nos livros paroquiais em 1726, ao lado de outras como Porto do Vouga que então revela um certo crescimento demográfico. Atras de Bustos não lhe fica atrás neste aspecto e ombreia com a Póvoa de Bustos, Sobreiro, Caneira e Barreira. Pequenos mesmo só os lugarejos de Marquô de Bustos e Fonte de Bustos (1740).

Aconteceu naturalmente o mesmo relativamente à Quinta do Cavaleiro (homem que além de dar o nome à terra, deu o nome a toda uma área que fica entre o lugar e a estrada Mamarrosa-Ancas, matricialmente denominada Fonte do Cavaleiro), à Quinta da Gala, Quinta das Martinhas, mais recentemente. Este lugar aparece referido nos documentos paroquiais no ano de 1869.

Quintas mais antigas eram a do Sobreiro, que no ano de 1642 já era considerada “muyto antiqua na solução do foro” e já no ano de 1642 “foy reconhecida em fatehozim”, (era cabeça perpétuo o alferes Francisco Simões, do Sobreiro) e a da Azurveira que fora aforada já no ano de 1575, mas desistiram dela os possuidores, pelo que, por esse motivo, depois “lansarao della mão os moradores da Azurveira”.

Os foros eram pagos em alqueires de milho, trigo, centeio, capões

ou galinhas, o que significa que os cereais mais cultivados no século XVI nesta região eram o milho grosso, o centeio, o trigo e a aveia, também o milho painço e criava-se em abundância a galinha.

Quinta do Cavaleiro, Quinta do Gordo e Quinta das Martinhas só ganharam o estatuto de lugar, com esse nome, mais tarde, porque ainda em 1775 e, segundo o Inquérito Paroquial deste mesmo ano, são referenciados pelo padre cura Francisco José Torreira apenas como lugares da freguesia — Mamarrosa, Quintas, Malhapão, (onde de resto havia também quintas, “as quintas de Malhapão”), Quinta da Gala (o que supõe maior densidade populacional), Caneira, Coladas, Azurveira, Barreira, Bustos, Quinta Nova, Póvoa, Pedreiras, Agradas e Cabeço, os quais totalizavam 323 fogos.

Fácil e linear, por exemplo, é a etimologia do Seixal, — lugar onde abundam seixos ou cascalho, como define qualquer dicionário. Seixos que tanto podem significar pedra lisa, de pequeno tamanho, ou calhaus. Calhaus que olhados pelo povo, sem outras preocupações, bem podiam ser ainda fragmentos dos ditos blocos ou penedos erráticos, também conhecidos por blocos de grés do Buçaco e que para ali foram arrastados há muitos milhares de anos, na sequência do degelo de enormes glaciares.

MATRIZES

Agro, Aido do Reitor, Areinha, Arialva, Barro, Bregeira, Cabeços do Rio, Caneira, Cavanco, Chão da Fonte, Corgo, Cortelhos, Costeiras, Covo do Bárbora, Covas, Cume, Fonte, Fonte do Cavaleiro, Forcada, Fornos, Fresca, Lagoinha, Lavoura, Lavoura do Salão, Malhapãozinho, Mamarrosa, Mato Sobreiro, Moita Velha, Olho, Palhal, Portinho, Quintas, Quinta do Calças, Quinta do Cavaleiro, Quinta da Gala, Quinta do Gordo, Quinta das Martinhas, Rego das Pedras, Reguinho, Rio da Caneira, Rodelo, Salgueiro, Sargaça, Seixal, Senhora da Graça, Serrado, Sobreiral, Sobreiro, Vale, Vale do Enxame, Vale Largo, Vale Maior, Vale das Pedreiras, Vale da Raposa e Vessada.

MAMARROSA desde sempre ficou bem situada relativamente às grandes vias de comunicação que tinham como fulcros de desenvolvimento a cidade de Aveiro e Santarém. Ligava-se uma importante e quem podia deslocava-se no antigo meio de transporte, o lírio.

Pela Mamrosa, em Julho de 1472, a caminho do mosteiro de S. João de Aveiro, assomando à cheia da caravana, em atitude de sã e cristã contrição que a quedam vestida de Maria, passou por Aveiro, Venda Doad, Samuel, Mamrosa, e chegou a Aveiro, onde, isto não é ponto histórico, mas sim de facto, se lhe apareceu a figura-nador Domingos Madruga em "Convento de Jesus de Aveiro", Cap. VIII, páginas 53 e 54 que é a de ler seguido por Mite e Yago.

Mamrosa, na rota de Aveiro pelo poente, foi ainda calcorreada pelas fadigas de Convento de S. João das Carmelitas Descalças de Aveiro, que, provenientes das conventos de Santa Teresa de Jesus de Coimbra e do de Santo Alberto de Lisboa, de lá saíram a 5 de Julho de 1658, levando 8 dias na jornada (segundo António Simões Capão em "Uma Página dos Meados do Século XVII (1658) sobre a Mamrosa", in "Comunicações", páginas 72 e 73, edição da AJEB, 1991).

O documento de que se serve António Simões Capão, "Crónica de ordens", Livro XII, capítulo IX, refere a Mamrosa de seguinte modo: "faltava-lhes chegar a sua terra distante de Aveiro duas legoas, a qual o nome Rosa tinha realidade de espantos, pela falta que nella havia de tudo o necessário para sua sufficiente subsistência". No entanto, havia uma casa enorme, propriedade de um homem rico e

MAMARROSA desde sempre ficou bem situada relativamente às grandes vias de comunicação que tinham como fulcros de desenvolvimento a cidade de Aveiro e Cantanhede. Ligava-as uma malaposta e quem podia deslocava-se no antigo meio de transporte, a liteira.

Pela Mamarrosa terá passado a infanta D. Joana, em Julho de 1472, a caminho do mosteirinho de Jesus de Aveiro, assumindo a chefia da caravana, em virtude de alguns conselhos contrários que a queriam ver regressar à corte, passando por Murte, Venda Nova, Samel, Mamarrosa, Palhaça, Salgueiro e Aveiro. Todavia, isto não é ponto historicamente assente, porque outra hipótese apresenta o historiador Domingos Maurício em "Convento de Jesus de Aveiro", Cap. VIII, páginas 53 e 54 que é a de ter seguido por Mira e Vagos.

Mamarrosa, na rota de Aveiro pelo poente, foi ainda calcorreada pelas fundadoras do Convento de S. João das Carmelitas Descalças de Aveiro, que, provenientes dos conventos de Santa Teresa de Jesus de Carnide e do de Santo Alberto de Lisboa, de lá saíram a 6 de Julho de 1658, levando 8 dias na jornada (segundo António Simões Capão em "Uma Página dos Meados do Século XVII [1658] sobre a Mamarrosa", in "Comunicações", páginas 72 e 73, edição da AJEB, 1991).

O documento de que se serve António Simões Capão, "Crónica da ordem", Livro XIII, capítulo IX, refere a Mamarrosa do seguinte modo: "faltava-lhes chegar a hua terra distante de Aveiro duas legoas, a qual o nome Resa tinha realidade de espinhos, pela falta que nella havia de tudo o necessario para hua suffeciente acomodação". No entanto, havia uma casa enorme, propriedade de um homem rico e

caritativo, com sete portas, mas as freiras acharam que era muito devassada. Recusaram-na e foram instalar-se na igreja (antiga). Mas os espinhos não estiveram apenas na natural dificuldade de alojamento, mas também no facto de aqui chegadas se acharem doentes, pelo que lhes foi permitido comer galinha... Mas o autor da *Memória de Jornada*, irmão leigo Sebastião de Jesus, não mais esqueceu esses factos e na chegada a Aveiro refere-se ainda à Mamarrosa deste modo: “as veneráveis fundadoras de Aveiro a quem a nossa penna, deixou no Lugar da Rosa convertida em espinhos...”.

Que relação haverá entre esta casa de sete portas e o salão que existiu a norte de Quinta do Cavaleiro e que acabou por figurar na matriz daquela zona — a Lavoura do Salão? Tratar-se-ia do mesmo edifício? E porventura não seria a casa senhorial do cavaleiro, que deu nome ao lugar ou de familiar? Uma coisa é certa: não ficava muito longe da antiga igreja. Como quer que seja, esta matriz revela a existência de uma casa invulgar, o salão, diferente de todas as outras, pelo tamanho e naturalmente pelo proprietário que a habitava.

Curiosamente a Bairrada está ligada a este convento das Carmelitas Descalças. As fundadoras passaram por Mamarrosa; e de Ancas era natural a última religiosa professa que habitou o convento. Foi D. Maria Isabel da Conceição, que faleceu em 27 de Março de 1879, com a idade de 73 anos, tendo professado em 24/9/1826.

Pela Mamarrosa passou ainda a rainha D. Maria II com o consorte, D. Fernando, acompanhados de seus dois filhos, o príncipe D. Pedro de Alcântara e o infante D. Luis, de regresso de Aveiro a Lisboa. A sua passagem foi tão festejada que a rua por onde passou logo começou a chamar-se “a estrada da rainha”.

“Às dez da noite, depois de relancearem as iluminações da cidade, os soberanos recolheram para na segunda-feira, às 7 horas da manhã, retomarem o caminho do regresso a Lisboa. D. Maria II e o infante D. Luis meteram em direcção à Palhaça; D. Fernando com o príncipe D. Pedro pela Vista Alegre cuja fábrica de cerâmica visitaram em plena laboração e, prosseguindo viagem, às 11 horas, também pelo caminho da Palhaça, para ali se encontrarem com a rainha”, assim escreve

Domingos Maurício em “Convento de Jesus”, II Volume, página 415, seguindo uma notícia do n.º 31 do jornal “Campeão do Vouga” e Marques Gomes.

Na Palhaça, a rainha, o consorte D. Fernando e seus filhos, descansaram e comeram na Estalagem do Quartel Mestre que, além da hospedaria possuía cavalaria e ferraria. Aqui passava uma malaposta.

Segundo a tradição de que faz eco António Simões Capão in “Freguesia da Palhaça — contribuição para a sua monografia”, página 14, 1977, a rainha ficou aqui na hospedaria uma noite “e saudou de uma das janelas, o povo da aldeia aglomerado para a ver”. Das refeições que ali fez sobrou segundo ainda a tradição uma concha de prata para gáudio dos proprietários, que eram de Águas Boas.

Restou ainda desta viagem a memória das moedas que a rainha ia lançando a uns e outros que se aglomeravam junto à estrada para vê-la na sua passagem, moedas que muitos da Mamarrosa guardaram por muitos anos, como nobre recordação e de muito valor; e “a estrada da rainha” que ia da capela de S. Romão, na Mamarrosa, e seguia direita ao Sobreiro, passando pelas Coladas.

A passagem da Rainha D. Maria II pela Mamarrosa originou “uma presidência aberta” por parte da Câmara de Mira a que pertencia então a freguesia, na residência paroquial. Efectivamente, em 12 de Maio de 1852 (péssimo ano no aspecto de doenças que assolaram a região, já de si erigido de dificuldades acrescidas por maus anos agrícolas, entrando a fome pelas casas com estômagos a roer medos e côdeas), aqui reunia em força aquela Câmara com a presença do seu presidente, Manuel Maria Pimentel e os quatro vereadores. A autarquia tinha recebido ordens do Governador Civil para se encarregar dos trabalhos que era necessário fazer na estrada que atravessava a freguesia. Todos desejavam que não houvesse buracos na calçada, dando-se lugar a um certo asseio, para criar boa impressão na comitiva real que por aqui transitaria, de regresso de uma viagem ao norte do país, seguindo por Cantanhede, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

A Câmara resolveu então nomear “três cidadãos honrados desta freguesia” para a direcção dos trabalhos e foram acometidos desta

tarrafa Custódio José dos Reis, António da Costa e António Rodrigues. Também ficou assente que seria erguido um arco e ficou encarregado de tal trabalho o reverendo padre José Baptista de Resende, que era o pároco.

Quer isto dizer que, em 1852, a antiga estrada Cantanhede-Aveiro passava a poente da actual, mas também dois séculos antes, segundo podemos deduzir das confrontações de algumas propriedades que o Marquês de Marialva possuía no lugar da Mamarrosa, em 1683. E isso é mais evidente logo em Vale Maior. Isabel Simões fazia uma terra em Vale Maior “de frente com a estrada para Aveiro”; por sua vez, Manuel Dias Casalho fazia uma terra também no mesmo local, que confrontava “a poente com a estrada que vai para Aveiro e do nascente com a vala de água”. Vale Maior fica a poente da actual via e do lugar da Mamarrosa. Na Caneira acontecia o mesmo: Manuel Tomé de Bustos tinha um chão na Fonte da Caneira que “partia de nascente com a Estrada Velha” e ainda uma outra terra que na Arca da Caneira “parte do poente com a estrada velha que vai para Aveiro”, etc.

Voltando ao ano de 1852, será de acrescentar que os anos agrícolas eram tão maus que até as aves pagavam por isso. Em sessão ordinária de 16 de Maio de 1852, a Câmara de Mira deliberou que todos os moradores do concelho que apresentassem, no dia 12 de Setembro, pelo menos dez cabeças de pássaros (não olhavam à espécie — pardais, pégas, cotovias) e mesmo toupeiras, tinham direito a um prémio de 50 reis por cabeça. Por aqui se podia avaliar do desespero das populações que, além de sujeitas às inclemências do tempo, tinham ainda que suportar os estragos nas sementeiras e nas colheitas, sobretudo, dos cereais. Imagine-se nesse dia uma fila galrante de moradores da freguesia da Mamarrosa a caminho de Mira, homens, rapazes e meninos, com fieiras de pardais amarrados aos velhos cinturões ou dúzias de toupeiras presas por cordões de sisal. Foi certamente uma quase romaria, olhos postos no prémio, que sempre era tentador e em tempo de crise... Homens de escopeta ou sachola ao ombro e os miúdos de fiskas suspensas de um cordão de sisal com que amarravam as calças ou as ceroulas, enfeitadas de penas, muitas penas, ao

nível da cinta.

Uma outra deliberação, bem curiosa, que envolveu também os moradores da freguesia de S. Simão da Mamarrosa, dizia respeito ao trabalho realizado aos domingos e dias santos de guarda. A Câmara estabeleceu na reunião de 1 de Abril de 1852 que todas as pessoas deste concelho ou de fora dele que se encontrassem a trabalhar neste concelho aos domingos ou dias santos com bois, cavalgaduras ou trabalhos braçais e trabalhos de servidão, seriam condenadas com multa de mil reis (bois e carro), com 500 reis (cavalgaduras) e 200 reis (pessoal); no entanto havia uma excepção: eram permitidos “os trabalhos indispensáveis”. Mas a deliberação pretendia também atingir outros abusos e assim é que toda a árvore arrancada ou cortada nos baldios deste concelho custava ao delinquente uma multa de 4 mil reis por pé, além de ser punido criminalmente conforme as leis do Reino — isto naturalmente para punir abusos que assumiam maior dimensão em tempo de fracas colheitas.

A estrada que ligava Cantanhede a Aveiro, passando pela Mamarrosa, era estreita no princípio deste século, e pior do que isso, intransitável.

Em 1921, o arranjo do piso a paralelepípedos havia parado entre Samel e Quinta do Gordo, o que originou da parte da Junta de Freguesia da Mamarrosa o envio de um ofício ao Ministro do Comércio, requerendo “terminação da Estrada Distrital n.º 102 de Lavariz a Aveiro entre Quinta do Gordo e Samel, tendo esta a terraplanagem feita, tendo já há anos quatrocentos a quinhentos metros cúbicos de pedra já britada e encerrada na estrada que pertence ao distrito de Coimbra” (Acta de 6/2/1921).

Em 2 de Outubro do mesmo ano, a autarquia deliberou ainda oficial ao Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, a requerer uma variante “na estrada distrital n.º 102 de Lavariz a Aveiro, entre Mamarrosa e Sobreiro, porque, argumentavam, “como está riscada, desloca parte da Mamarrosa, todo o lugar da Caneira e além disso como está riscada é muito mais dispendiosa para o Estado em virtude de atravessar bons terrenos numa extensão de mais de 2.000 metros

lineares; sendo aprovada esta variante, a estrada vai seguir por um caminho público que tem 7 metros de largura, por isso pouca expropriação tem a pagar o Estado; a variante deve ter o seu princípio ao Freixo da Mamarrosa que tem de largura 6,80, cerca de 200 metros, mete na estrada distrital n.º 75 cerca de 200 metros; concordamos que tudo isto são economias de valor...". Seria mais a poente do traçado actual.

bibRIA

A Inquirição da Memória, desde data que se desconhece, mas se conclui recente, foi curato da de Soza e o pároco cura, assim designado canonicamente, era apresentado pelo Reitor da Igreja matriz de Soza e rendia anualmente "pouco mais ou menos para o mesmo cura certo e certo mil reis" ainda que a renda se juntava o pé de altar. Estas particularidades são apontadas expressamente pelo Reitor de Soza, em 1758, Tomé do Sacramento e, mais tarde, repetidas vezes em vários autores: Américo de Sousa, "História da Igreja de Soza", ou Hogueira Gonçalves, "História da Igreja de Soza", ou ainda no "Estatística Paroquial", de 1862 onde se afirma ser na apresentação dos Duques de Lafões, por sua vez, "Portugal Antigo e Moderno" deixa no ar a dúvida ao mencionar que "foi um curato da apresentação do Reitor de Soza ou segundo o Estatística Paroquial [1862] de apresentação dos Duques de Lafões", acrescentando ainda que passou a reitoria. Este estatuto é referenciado ainda por Marques Gomes no "Dicionário de Aveiro", edição de 1977.

Condeio como lhe competia a premissão foi na verdade o Reitor da Matriz de Soza (esse, sim, é que era da apresentação do Duque de Lafões, que era senhor das terras e reitor desta mesma vila e seu termo e dos aldeias de infra e supra) no entanto que o pároco desta freguesia de cura (...) anual, apresentado pelo Reitor da Igreja matriz de Soza por ser esta de Memória sua mãe e filha da dita Mãe e rendia anualmente pouco mais ou menos para o mesmo Cura certo e certo mil reis ainda que regularmente haverá mais em que

A freguesia da Mamarrosa, desde data que se desconhece, mas se conclui remota, foi curato da de Soza e o pároco cura, assim designado canonicamente, era apresentado pelo Reitor da igreja matriz de Soza e rendia anualmente “pouco mais ou menos para o mesmo cura cento e vinte mil reis”, podendo, no entanto e casualmente, haver ano em que à renda se juntava o pé de altar. Estas particularidades são apontadas exactamente pelo Reitor de Soza, em 1758, Tomé do Sacramento e Britto, como também aparecem claras em vários autores: Américo Costa, “Dicionário Corográfico”, pág. 980 ou Nogueira Gonçalves, “Inventário Artístico”, página 207; ao contrário de “Estatísticas Paroquiais”, de 1862 onde se afirma ser da apresentação dos Duques de Lafões; por sua vez, “Portugal Antigo e Moderno” deixa no ar a dúvida ao mencionar que “foi um curato da apresentação do Reitor de Soza ou segundo a Estatística Paroquial (1862) da apresentação dos Duques de Lafões”, acrescentando ainda que passou a reitoria. Este estatuto é referenciado ainda por Marques Gomes no “Distrito de Aveiro”, edição de 1877.

Conciso como lhe competia e peremptório foi na verdade o Reitor da Matriz de Soza (esse, sim, é que era da apresentação do Duque de Lafões, que era senhor dos foros e rações desta mesma vila e seu termo e dos dízimos de toda a freguesia) ao escrever que “o pároco desta freguesia he cura (...) anual apresentado pelo Reitor da igreja matriz de Soza por ser esta de Mamarrosa sua anexa e filial da dita Matris e rendera anualmente pouco mais ou menos para o mesmo Cura cento e vinte mil reis ainda que casualmente houvera anno em que

renda mais ou menos por contar a sua renda da congrua que hé da dita Comenda da Igreja de Soza e pé do altar”.

Se não eram em 1758, muito menos poderiam ser apresentados pelo Duque de Lafões em 1862, quando já haviam acabado os morgadios (1836).

O cura da freguesia não recebia “dízimos alguns”, mas, sim, a Casa de Lafões e “poderiam render cada ano quatrocentos e cinquenta mil reis, pouco mais ou menos”. Vivia de uma cõgrua certa, constituída por quarenta alqueires de trigo, doze de milho, vinte e cinco almu-des de vinho “à boca do lagar” e dois mil reis em dinheiro, segundo o Inquérito da Diocese de Aveiro de 1775, a que pertencia então a freguesia da Mamarrosa, enquanto o pé do altar (ou seja as oblatas dos baptizados, casamentos e ofícios de defuntos) lhe rendia, uns anos pelos outros, trinta e cinco mil reis.

O cura que dava estas informações, Francisco José Torreira, entre os lugares da freguesia não indicava os de Quinta do Cavaleiro, Quinta do Gordo, Quinta das Martinhas, mas Quintas, como lugar, colocado entre Mamarrosa e Malhapão, enquanto os restantes eram Mamarrosa, Quinta da Gala, Caneira, Coladas, Sobreiro, Azurveira, Barreira, Bustos, Quinta Nova, Póvoa, Pedreiras, Agrads e Cabeço.

Como o Duque de Lafões era senhor da comenda da igreja matriz de Soza, à qual pertencia a da Mamarrosa como curato, os habitantes desta tinham que pagar-lhe os respectivos dízimos. Acontecia o mesmo relativamente aos outros lugares que ficavam dentro do seu termo, o pagamento dos foros e rações, enquanto nos lugares que pertenciam ao Marquês de Marialva, a quem pagavam os foros, rações e laudémios devidos pelas propriedades arrendadas, os habitantes pagavam ainda os dízimos ao “Reverendo Cabido da Sé de Coimbra”.

Por sua vez, na parte dos lugares de Bustos, Sobreiro e no lugar da Barreira, que pertenciam à vila de Sorães “logravam os seus moradores os privilégios da religião de Malta por serem foreiros da Comenda de Ansemil que era da mesma religião”.

Não se sabe efectivamente quando a Mamarrosa foi erigida em freguesia, embora curato da reitoria de Soza. Mas deve procurar-se

muito para trás do século XVII, embora os livros paroquiais disponíveis surjam no princípio desse mesmo século: o dos assentos de baptismo em 1618 e o dos casamentos no ano seguinte.

Já quanto à sua independência e desanexação, os documentos consultados apontam para o ano de 1836.

Deve ter tido influência para esta nova página da sua história a sua crescente importância no campo económico (era zona fértil) e demográfico, mas também a sua extensão não foi ponto que tivesse sido desprezado pelo bispado. Mas também por ser ponto obrigatório de passagem entre Cantanhede e Aveiro, o que, de resto, já se verificava séculos antes.

Os documentos apontam efectivamente para o ano de 1836, mas também semeiam algumas dúvidas e reticências. Em 1804, o padre Manuel Monteiro de Vasconcelos assinava os termos de registo, ora como pároco (a primeira vez em 2 de Julho), ora como cura, volvidos escassos trinta dias (em 5 de Agosto). No ano seguinte e por sua vez, padre Francisco José Andrade Pereira de S. Francisco cumpria as suas funções e assumia-as como pároco. Em 1806, padre Alexandre Henrique dos Reis assinava umas vezes cura, outras pároco. Em 1818, o padre em serviço, João Tomás Diogo, assinava os assentos como vigário. Em 1832, padre Joaquim Correia de Almeida assinava-os ainda como cura.

O último cura e o primeiro pároco foram o mesmo — padre José de Almeida Batista de Resende que fez o último baptismo, como cura, em 10 de Julho de 1836 (Maria, filha de Joaquim Nunes Mota e de Maria Simões, da Barreira, de Bustos). Da Barreira de Bustos foi também o primeiro baptizado que fez como pároco, em 31 de Agosto do mesmo ano (José, filho de Manuel Moreira e de Josefa Nunes). Padre José Almeida Baptista de Resende esteve à frente dos destinos da paróquia até Março de 1841.

Seguiu-se-lhe o jovem padre Joaquim Pedro Nolasco, natural de Fermentelos, que havia começado a exercer o seu múnus na jovem freguesia de S. Pedro da Palhaça, onde de resto se encontrava naquele ano histórico.

Começou a trabalhar na Mamarrosa em Março de 1841 e esteve à

sua frente mais de quarenta anos. Em Fevereiro de 1842 começou a assinar como Reitor. Foi o único a usar este título. Veio a falecer no dia 1 de Março de 1878 e encontra-se enterrado no passeio central do cemitério velho.

É difícil, no entanto, saber o que se passou à volta da desanexação da Mamarrosa da Reitoria de Soza, mas aquela indefinição quanto ao título dos padres, ora curas, ora párocos, poderá indiciar que o acto não terá sido de todo pacífico, entre avanços e recuos, com a indecisão à mistura do próprio bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende ou do seu antecessor D. António José Cordeiro, a que não seria alheio o ambiente de convulsão que Portugal então vivia.

A verdade é que em 1826 ainda se encontravam anexas à freguesia de Soza as da Mamarrosa e Palhaça, conforme reza o “auto de juramento do Clero da Freguesia de Soza e suas anexas — Palhaça e Mamarrosa”, datado de 9 de Agosto de 1826. Era cura da primeira padre Luís José Pinto de Miranda e da segunda Cipriano dos Santos, que se fez acompanhar do padre Francisco Simões de Paula Pires “da mesma freguesia”. Tratava-se de, perante o Reitor de Soza e arcepreste, cada um jurar “cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada e dada por El Rei, Nosso Senhor D. Pedro Quarto em vinte e nove de Abril de oito centos e vinte e seis p.^a.o Reino de Portugal, Algarve, seus domínios tão inteira e fielmente como nella se contem”.

Em 1838 realizou-se acto semelhante, relativamente às freguesias da Palhaça e Mamarrosa, mas desta vez em Vilarinho do Bairro, perante o pároco Joaquim Gomes dos Santos. Eram então párocos de uma e de outra, respectivamente, padre José da Silva Moreira e José Almeida Batista Resende. Ao deixarem de estar anexas à reitoria de Soza, ficaram a pertencer ao arciprestado de Vilarinho do Bairro.

A talho de foice, diremos que a freguesia de S. Pedro de Vila Nova da Palhaça ganhou também em 1836 a sua “independência”, depois de em 1804 ter alcançado o estatuto de freguesia, embora ainda curato de Soza. Os assentos em livros próprios começam a ser usados em 26 de Agosto daquele mesmo ano.

O primeiro pároco da freguesia da Palhaça foi padre João da Silva Moreira. Os curas que estiveram à frente dos seus destinos entre aquelas duas datas foram padre Pedro Marcelino Ferreira, que nos livros dos assentos paroquiais não deixava de assinalar a alegria reinante, fazendo questão de exarar, sempre que a oportunidade surgia, uma destas notas: “desta nova freguesia de Sam Pedro de Villa Nova”; “desta nova paroquia de Sam Pedro de Villa Nova” ou ainda “desta nova igreja de Sam Pedro de Villa Nova da Palhaça”; seguiu-se-lhe padre António José de Figueiredo e, em 1824, padre José Luís Pinto de Miranda que viria a ser também pároco da freguesia da Mamarrosa.

Caem assim por terra algumas afirmações expendidas em diversos livros que Palhaça foi curato da Mamarrosa. O que está correcto dizer-se, sem qualquer dúvida, é que “as igrejas paroquiais de Mamarrosa e Palhaça foram antigamente curatos de Soza e era o pároco que os apresentava” — conforme refere “Portugal Antigo e Moderno”, página 458.

Um dos autores que labora também em erro é exactamente padre Nogueira Gonçalves no seu “Inventário Artístico”, página 207, ao afirmar que “desta freguesia da Mamarrosa foi separada, já no século XIX, a de Palhaça”, de resto erro mais tarde repetido pelo autor de “A descoberta de Portugal”, edição da Reader's Digest, página 206.

Em 1859, o Vigário Geral da Diocese de Aveiro, Dr. Joaquim José Coelho de Sequeira, dividiu a diocese em 7 arceprestados — Albergaria-a-Velha, Recardães, Vilarinho do Bairro, Soza, Segadães, Codal e Aveiro. Ao de Soza ficou a pertencer então a freguesia da Mamarrosa, também as de Covão do Lobo, Mira, Nariz, Palhaça, Troviscal e Vagos, enquanto as de Oiã, Oliveira do Bairro e Sangalhos ficavam a pertencer ao de Vilarinho do Bairro (“A Diocese de Aveiro”, padre João Gonçalves Gaspar, página 45).

Em 1911 aparece integrada no arceprestado de Vagos e regista a freguesia nesse ano 31 baptizados, 5 casamentos e 15 óbitos. Em 1918, acha-se incluído no de Oliveira do Bairro, onde se encontra, o qual engloba Amoreira da Gândara, Bustos, Fermentelos, Oiã, Oliveira do Bairro, Palhaça, Sangalhos e Troviscal. Foi primeiro arcepreste pa-

dre Abel Gomes da Conceição e Silva, pároco de Oiã.

A freguesia estava dividida em dois ramos: Mamarrosa, que compreendia os lugares da Mamarrosa, Caneira, Quinta do Gordo, Malhapão, Quinta do Cavaleiro e Quinta da Gala e o de Bustos, formado pelos lugares de Bustos, Póvoa, Cabeço, Azurveira, Sobreiro, Barreira, Porto do Vouga e Coladas.

Falando de aldeias ou minúsculos agregados populacionais pertencentes à freguesia da Mamarrosa, outras curiosidades: em 26 de Setembro de 1634 é referenciado o lugar das Vendas do Sobreiro: “aos vinte e seis dias de Setembro faleceu Maria Marques, viuva de Manuel Joam, morador das Vendas do Sobreiro, desta freguesia de Sam Simão da Mamarrosa...”; mas em 1645, há também uma referência de âmbito paroquial “às Quintas do Sobreiro desta freguesia” (1647); surgem nos livros ainda outras aldeias como o lugar dos Moinhos (1699), Marquo da Fonte (1684) e até “Caneira da Malhada, desta freguesia da Mamarrosa” (1709), lugar de Barroco (1799), Azenha de Bustos (1709), Moinho do Ferreiro (1708) e Agradas, já em 1647.

Uma povoação que desde o início surge a cada passo, ao lado das povoações mais importantes, como Caneira, Bustos, Mamarrosa e Sobreiro, é sem dúvida Malhapão (que se grafava por vezes, Malhapam, Malha pão), isto já em 1627.

Por sua vez, a Quinta do Cavaleiro, como aldeia ou lugar, surge assim referida nos livros paroquiais, em 1691, porém, no Inquérito de 1758, não é mencionada na relação dos lugares e aldeias que então constituíam a freguesia, o que supõe que estava englobada num título mais abrangente — Quintas, aldeia que surge a cada passo nos livros de assentos paroquiais, logo no início de 1600, e por vezes Quintas da Mamarrosa (1687). Ou também “Quinta da freguesia da Mamarrosa” (1697). Corresponderia o território desta quinta ao “da herdade da Mamarrosa” doada por D. Sancho II?

Quinta do Cavaleiro, que deve o seu nome a homem ilustre por feito de armas a quem o Marquês de Cantanhede tenha recompensa-

do, dando-lhe uma quinta, ou a qualquer outro homem rico ou de posição social e política elevada, surge assim baptizada em 1691, mas depois dá-se um eclipse na sua nomeação; ao contrário, Quinta da Gala, surge amiudadas vezes ao longo das páginas dos livros paroquiais, desde o início, o que indicia mais antiguidade, se bem que muitas décadas atrás todas as povoações pudessem estar englobadas numa mesma designação — Quintas, exactamente antes de haver uma personagem, homem ou mulher, que tivesse um traço bem característico ou relevada importância social e económica para lhes dar ou emprestar a honra do seu apelido, o próprio nome ou função — Gordo, Gala, Cavaleiro, Ferreira.

Em 1698, em registo de casamento feito pelo padre cura, Manuel Domingues, o que vem grafado, sem dúvida alguma, é Quinta do Galo. Quererá isto sugerir que a origem toponímica da Quinta da Gala se encontra em ave doméstica e que nessa altura reinava uma certa confusão quanto ao chamamento? Quinta da Gala é o nome que aparece com maior frequência. Ou seria apelido de homem, que depois passou à mulher ou filhas, no feminino, portanto? O mesmo pode ter acontecido relativamente à Quinta dos Martinhos, que aparece assim referido pelo padre Luís Cardoso no seu “Dicionário Geográfico”.

Uma aldeia que era algo populosa, no século XVIII, era Porto do Vouga, mas Agradas de Bustos não lhe ficava muito atrás. No início deste mesmo século começam a ser mencionados os lugares da Barreira, Pedreiras, Coladas, Póvoa de Bustos, se bem que esta já apareça assim denominada em 1640.

MOVIMENTO DEMOGRÁFICO

Segundo o “Censo da população da Estremadura” de 1527, a aldeia da Mamarrosa, que já pertencia à vila de Soza, tinha então 14 vizinhos (fogos), enquanto Bustos, que, por sua vez, pertencia à vila de Sorães (Sorães e Bustos eram da comenda da ordem de S. João) tinha menos de metade — 6; no entanto, mais quatro do que Sorães.

Neste documento não surge qualquer referência a aldeias que

pertencessem às vilas (e concelhos) de Aveiro ou Cantanhede. É de supor que cada um dos lugares de Mamarrosa e Bustos congregavam todos os outros núcleos populacionais (que de tão insignificantes se chamavam póvoas), ainda que por 1600 surgissem na escrita paroquial os lugares de Sobreiro, Caneira, Azurveira...

Em 1758, segundo o respectivo Inquérito Paroquial, a freguesia tinha 264 vizinhos e entre “pequenos e grandes”, 857 pessoas, notando-se progresso demográfico, relativamente ao ano de 1720 em que o Cura Luís de Carvalho refere apenas 190, “pouco mais ou menos”.

Segundo a estatística paroquial, o movimento da população era em 1862 de 596 fogos, tendo baixado ligeiramente em 1868 para 590. Curiosamente o número de habitantes também baixa entre 1862 e 1864 de 2.022 para 1.985, segundo a estatística civil.

Em 1867, segundo registo da Administração do concelho de Oliveira do Bairro, de 27 de Julho, a freguesia da Mamarrosa tinha 619 fogos. Comparando a população do concelho por freguesias, Oiã era a mais populosa, com 753 fogos, seguindo-se Oliveira do Bairro, com 601, Troviscal com 322 e Palhaça com 254. Neste mesmo ano, o padre Joaquim Duarte Rosa, presidente da Junta de Paróquia de Oiã, sugeria, em resposta a uma consulta do Ministério do Reino, que fossem formadas apenas quatro freguesias civis: Oliveira do Bairro; Oiã, a que se juntaria a de Fermentelos com 289 fogos; Palhaça, a que se anexava a de Nariz, com 196 fogos; e a da Mamarrosa, que era suficientemente grande. Curiosamente sugeria ainda que a freguesia de Sangalhos constituísse a 5.^a freguesia do concelho, justificando esta posição pela necessidade “de aumento de pessoal para os cargos do Município e da receita para satisfazer os encargos do mesmo”. Para esta pequena “revolução administrativa”, levava o padre Joaquim Duarte Rosa em atenção as distâncias de umas e de outras paróquias, calculadas a partir das igrejas paroquiais “por serem pontos centrais”, número de fogos de cada uma e ainda a facilidade de comunicações e “a comodidade dos povos”.

Em 1882, e conforme “Livro dos Confessores”, a freguesia tinha, na sua globalidade, 705 fogos e 1729 almas, cuja distribuição por

ramos era a seguinte: Mamarrosa (283 fogos e 672 almas) e Bustos (422 fogos e 1057 almas), o que revela um grande crescimento demográfico neste último.

Em 1883 e segundo o “Dicionário de Geografia Universal”, de Tito Augusto de Carvalho, Lisboa, 1883 — a freguesia tinha 2.064 habitantes.

Mais recentemente e seguindo um estudo do Museu de S. Pedro da Palhaça, Mamarrosa tinha, em 1981, 445 famílias e, decorridos dez anos, o número subia para 568. Em 1991, Mamarrosa representava 8,66 por cento dos fogos de todo o concelho, com 634, num universo de 7.317.

No mundo das crianças, segundo os livros de recenseamento escolar, em 1915, a população em idade de frequentar as escolas totalizava 460 crianças: 232 do sexo masculino e 228 do sexo feminino.

Seguindo os valores dos censos mais próximos, temos: 1890: 506 fogos e 1.953 habitantes; 1900: 534 fogos e 2.091 habitantes; 1911: 603 fogos e 2.529 habitantes. Verifica-se novamente um decréscimo demográfico, que se pode considerar mesmo acentuado em número de fogos e habitantes, entre 1862 e 1911, naturalmente explicável por um surto de epidemias.

Depois da formação da freguesia de Bustos, o censo de 1920 aponta para 240 fogos e 1.122 habitantes, enquanto o de 1930 menciona 276 fogos e 1.265 habitantes.

Outros números: 1950, 1.632 habitantes; em 1960, 1532 habitantes distribuídos por 464 fogos; em 1970, 1.316 habitantes para 448 fogos e, em 1981, 1.482 habitantes para 552 fogos.

Por vezes há divergências grandes entre autores: se o censo de 1890 atribui à freguesia 534 fogos e 2.091 habitantes, já o “Dicionário Corográfico de Portugal” de F. A. de Mattos, edição de 1889 (um ano antes), aponta 2.064 almas, tal qual J. Leite de Vanconcellos no seu “Dicionário de Geografia de Portugal”, de 1884, mas menciona apenas 423 fogos. Diz ainda F. A. Mattos que “é da província do Douro, comarca de Anadia, distrito de Aveiro, bispado de Coimbra...”.

Visitacão da Igreja de São Simão da
Mamanoza de anno de 1622.

251

Dor
Sebastião Salia mebrochista na see de Coimbra
Unicador em este Bispoado pello Moço J. Com Martin
de Meoria Bispo Conde governador deste Reyno de Lo
sugal de. Saude em Jesu Christo nosso saluador q
deus do he Verdadeiro. Remedio e da luaca do faz
guistando da Esta Igreja de São Simão de Mamanoza
em presenca do padre cura, e parte dos fregueses da
em 8 de de grom o seguinte -

Os Verdeiros dos fructos desta comenda, na
comprida com mandado por o frontal, e Pales com se
foi mandado encerrado em pena de tres mil reis, a qual mude
rada em mil e quinhentos reis que pagando
a contada dos fructos da dita comenda; e lles mando que a o re
a Visitacão q'uem mandem por o dito frontal. E o gona de
dous mil reis, e dentro no mesmo tempo lles mando de novo
q' mandem segurar a Capella dessa Igreja rebocando por
dentro e por fora, e fazendo se for necessario os padraes
q' courem para q' fique segura, pello grande perigo em
esta de cair sob pena de tres cruzados applicados em fu
ordinaria; E ao Pales Gestaua mandado fazer

MAMARROSA integrava, como, de resto, as lugares de Paliçaça, Buzos, Ouz, Azenhas da Lavandeira, Boco e Fereja e outros, o território que D. Sancho II doou livremente à Ordem e Igreja de Santa Maria de Rocamador, instalada em Soa, e que sua dona e senhora de muitas propriedades.

ADMINISTRATIVAMENTE, UMA MANTA DE RETALHOS

bibRIA

Mais tarde, D. Afonso III doou a igreja e a "herdade" de Mamarrosa a D. João de Sousa, filho de D. Afonso III e D. Santa Maria de Rocamador de Soa. Também D. Dinis procedeu do mesmo modo.

Porém com a extinção desta ordem, voltou o padroado à Coroa e que D. Afonso V a doou de novo a João de Sousa, que o foi passando aos seus sucessores por sucessivas transações. D. João de Sousa era parente dos Marqueses de Arronches dos quais descendiam os Duques de Lafões que foram senhores e donos destas terras. Por isso, a Casa de Lafões foi considerada donatária na personalidade do antigo leirio de Soa, que nessa qualidade lhe pagava o 5/8 como de bens de Encomenda, isto entre 5 de Novembro de 1718 até à extinção dos morgadios em 1836, e por conseguinte, donatária também de Mamarrosa, terra regaleira, porque propriedade do Rei.

Segundo Joaquim de Silveira, na edição de 3 de Maio de 1935 do Jornal Alma Popular, ao concelho de Soa pertenciam o lugar de Malhapataginho, parte de de Mamarrosa, "onde ficava a igreja" e partes de Buzos, Cançara e Barricada no de Aveiro, o lugar de Amoreira e

bibRIA

MAMARROSA integrava, como, de resto, os lugares de Palhaça, Bustos, Ouca, Azenhas da Lavandeira, Boco e Fareja e outros, o território que D. Sancho II doou livremente à Ordem e Igreja de Santa Maria de Rocamador, instalada em Soza, e que era dona e senhora de muitas propriedades na região de Aveiro e de Coimbra.

Administrativamente, Mamarrosa foi sempre uma “verdadeira man-ta de retalhos”, tão dividida estava, espartilhada por quatro vilas e concelhos.

Mais tarde, D. Afonso III confirmou a doação da “herdade” de Mamarrosa a Frei Hugo, prior do convento e Hospital de Santa Maria de Rocamador de Soza. Também D. Dinis procedeu do mesmo modo.

Porém com a extinção desta ordem, voltou o padroado à Coroa até que D. Afonso V o doou de novo a João de Sousa, que o foi passando aos seus sucessores por sucessivas confirmações. D. João de Sousa era parente dos Marquesses de Arronches dos quais descenderam os Duques de Lafões que foram senhores e donos destas terras. Por isso, a Casa de Lafões foi considerada donatária na generalidade do antigo termo de Soza, que nessa qualidade lhe pagava o 5.^o como de bens da Coroa, isto entre 5 de Novembro de 1718 até à extinção dos morgadios em 1836, e por conseguinte, donatário também de Mamarrosa, terra regalenga, porque propriedade do Rei.

Segundo Joaquim da Silveira, na edição de 3 de Maio de 1935 do *Jornal Alma Popular*, ao concelho de Soza pertenciam o lugar de Malhapãozinho, parte do de Mamarrosa, “onde ficava a igreja” e parte dos de Bustos, Caneira e Barreira; ao de Aveiro, o lugar da Azurveira e

parte do Sobreiro; ao de Cantanhede, o resto do lugar da Mamarrosa e da Caneira; ao de Sorães, parte de Bustos e Sobreiro e “quase todo o lugar da Barreira”.

Esta posição não confere exactamente com a do Reitor de Soza, Thomé de Sacramento de Britto, conforme Inquérito Paroquial de 1758, pelo menos no que se refere aos lugares que pertenciam ao concelho de Sorães. É bem claro, estava em cima do tempo e dos factos e devia saber o que estava a informar ao Ministério do Reino ao responder ao tal inquérito. Assim informou que pertenciam ao concelho e termo de Sorães “parte do lugar de Bustos, parte do Sobreiro e o lugar da Barreira”.

O que se sabe é que, em 1689, à vila e concelho de Soza de que era donatário o Marquês de Arronches e como comendador ali tinha os foros, rações e dízimos, com juiz civil, de crime, e órfãos, pertenciam os lugares da Mamarrosa e de Malhapão, enquanto ao de Sorães de que era donatário o Comendador de Ansemil que era da Ordem de São João de Jerusalém, pertencia o lugar de Bustos, juntamente com os de Tabuão, Rio Tinto, Mesas e as quintas da Estrada de Vagos e tanto uma como outra vila estavam integradas na Provedoria de Esqueira. Naturalmente que os outros núcleos populacionais estavam agregados a qualquer um destes lugares de Bustos, Mamarrosa e Malhapão, já que também não aparecem nesta época referenciados nos elencos dos que pertenciam aos concelhos de Aveiro, Cantanhede ou outro.

Outras dúvidas porém surgem relativamente aos lugares da Quinta da Gala e Quinta do Gordo: em que termo e concelho estavam incluídos: no de Soza ou no de Cantanhede? Sabe-se que eles já existiam assim nominados em 1758, ano em que a freguesia da Mamarrosa tinha duzentos e quarenta vizinhos “e entre pequenos e grandes, oitocentas e cinquenta e sete pessoas”, conforme o item 6 do Inquérito Paroquial de 1758 que reza assim:

“A Parochia esta dentro do lugar da MamaRosa e no destrito que hé do Termo Soza; tem esta freguesia seis lugares e cinco aldeyas. Chamão-se os lugares// MamaRosa// Bustos// Barreyra// Sobreiro//

Caneyra//; chamão-se as aldeyas// Coladas// Quinta da Ferreyra// Quinta do Gordo// Malhapão// Quinta da Gala.”

Se a parte da Mamarrosa que pertencia a Soza era só “onde ficava a igreja”, inclinamo-nos para esta última hipótese, embora a documentação seja omissa neste aspecto, o que não deixa de ser estranho, até certo ponto, já que pelo menos em 1687 as aldeias que são hoje Malhapãozinho, Quinta do Gordo, Quinta das Martinhas e Quinta do Cavaleiro eram referidas nos livros paroquiais como “quintas da Mamarrosa”, ou pelo menos assim parece decorrer da documentação consultada, o que exprime dependência. Como quer que seja, é igualmente pena que o Inquérito de 1758 seja omissos relativamente aos lugares que pertenciam a Soza, Cantanhede e Aveiro, dando apenas informação precisa dos que pertenciam ao de Sorães. O mesmo já não aconteceu quanto a lugares e aldeias que compunham a freguesia e onde surge esta curiosidade: a aldeia de Quinta da Ferreira nessa época era parte integrante da freguesia da Mamarrosa. Apesar disso, o Reitor de Soza parece que desconhecia que também dela fazia parte a Mouta Redonda, onde de resto são mencionadas algumas herdades pertencentes ao Marquês de Marialva, tal como acontecia na Quinta da Ferreira. Trata-se de mero lapso da sua parte ou era tão pequena a aldeia que nem valia a pena referi-la? Porém, este lugar aparece em 1836 incluído na freguesia dos Covões, ainda que a população continuasse a caminhar para a igreja da Mamarrosa para baptizar os filhos e enterrar os seus mortos.

No entanto, esta afirmação vai contra o que afirma o padre Luís Cardoso no seu “Dicionário Geográfico” que insere em 1758 na freguesia dos Covões não só a Quinta da Ferreira como curiosamente a Quinta das Martinhas.

Na nossa opinião, o Reitor de Soza é que estaria certo. Isso é confirmado na prática pelos documentos paroquiais que colocam efectivamente aquela aldeia na freguesia da Mamarrosa ainda em 1759.

Relativamente à Mouta Redonda ou Quinta da Mouta Redonda, deixamos dos livros paroquiais, entre outros, este registo:

“Martinho, filho de Simão Martins, digo, de Silvestre Martins e de

sua mulher Mariana de Matos, da Quinta da Mouta Redonda desta freguesia da Mamarrosa foi por mim baptizado em dez de Julho de mil setecentos e quatro... Padre Francisco Sanches Monteiro”.

Relativamente à Quinta da Ferreira:

“Maria, filha de André Francisco e de sua mulher, Isabel da Silva, da Quinta da Ferreira, foi por mim baptizada aos dois dias de Abril de mil setecentos e nove. Foram padrinhos Duarte dos Santos deste lugar e Mariana Antónia, Mulher de Manuel da Fonseca da Caneira, todos desta freguesia da Mamarrosa... Padre Francisco Sanches Monteiro” (1709).

Em 1707, foi registado outro baptismo na igreja da Mamarrosa e o neófito era Pedro, filho do casal Domingos Simões e Helena Dias que havia sido baptizado já em casa, por necessidade, por Maria da Silva, mulher de Manuel Simões e “todos da Quinta da Ferreira”.

Desde remota idade que Mamarrosa pertencia naturalmente ao concelho de Cantanhede. Naturalmente, porque o Marquês de Marialva era donatário de muitas casas, herdades, quintas e outros bens no território desta freguesia, conforme bem documenta “O Livro de Tombo da Vila de Cantanhede do Marquês de Marialva”, feito pelo ouvidor, Dr. Francisco de Figueiredo Pereira, no ano de 1683.

Padre Luís Cardoso, que mais esmiuça a questão, no seu “Dicionário Geográfico”, Vol. 9, pág. 745, afirma que em 1758, pertenciam a este concelho o lugar da Mamarrosa (mas só alguns vizinhos, os restantes pertenciam ao termo de Soza), Caneira, Coladas, parte do Sobreiro (a outra parte repartia-se pelos concelhos de Aveiro e Sorães), Quinta Nova, Póvoa de Bustos e Quinta do Gordo (também só parte do lugar).

Efectivamente o Marquês de Marialva possuía terras que andavam aforadas no Sobreirinho, Quinta Nova, Ribeiro do Condinho, Colada e Coladas, Mouta Velha, Moinho do Ferreiro, Arada Velha, Corcovada (“junto a vala real” — diz o tombo), Moutas Altas, Vinha do Ferreiro, Cavadas dos Galegos, Arcas das Fontainhas, na Caneira, Sobreiro,

Vale da Cruz, Cabeço da Vila, Cabeço da Vinha, Aidos de Bustos, (“uma leira de terra ao marquo da vila ao Cabeço”), Sobreirinho, Vale do Salgueiro, Barroco, Vale dos Cucos, Cabouco do Moinho, “Barrio de Bustos”, Córrego do Sobreiral, Córrego das Arcas, Córrego da Gândara, Corcovada, Brejeira, Lavoura, Carreiros, (“uma leira onde se chama o Olho, limite da Caneira”), Costeiras da Barreira — isto em Bustos; mas também na Caneira “uma terra no chamado Rio, a confrontar a estrada velha para Aveiro”, Gândara, Costeiras da Sobreirinha, Arcas, Arcas das Fontainhas, Barreirinhas, Córrego do Chão do Rio, Sobreirinhos, Cavadinhas e Portinho. Na Mamarrosa tinha propriedades e bens na Gândara, Porto da Malhada, Moita Velha, Vale das Pedreiras, Carvalheira, Cabeço da Fonte, Portinho, Córrego dos Brósios, Vale Maior, Mouta Velha, Vale Clérigo, Mouta Redonda, Colmeal, Vale das Pegas e Vale das Pedras.

Todos estes bens andavam aforados, em maior ou menor número, a gente destas terras (Salvador Simões, António Mateus, António Simões do Freixo, Avelinho Salvador Simões, Manuel Francisco, o Gago, Manuel Simões e mulher, António Manuel, António Domingues, Jorge Oliveira, Manuel Fernandes, Manuel Francisco, Manuel Tomé, Manuel da Silva e Simão Pires, de Bustos (este rendeiro trazia nada menos do que 42 propriedades aforadas e bens, como casas, chão em redor e currais e pagava de foro “20 geiras, menos duas aguilhadas, sete alqueires de pão meado”; João Simões, Maria Simões, André Domingues, António Simões, da Caneira; António Gomes, o Gordo, de apelido, que era cabeça de casal, e trazia aforados uns fornos de cozer cal, no limite dos Penedos; Miguel Dias Casalho, Maria Simões, Lourenço Dias, Manuel Simões, viúva de Manuel João Conde, Ascenço André, Salvador Francisco, Maria Dias, Isabel Oliveira, Simão Domingues, António Francisco, o Manco, Manuel Rodrigues, João António Lourenço e Domingos Francisco, de Mamarrosa.

Os foros eram pagos com bens da terra, o mais normal em alqueires e salamins de pão meado, mas também em dinheiro (reais) e aves (galinhas, frangos e ovos), conforme o título de aforamento.

Por exemplo, na página 481, refere o Tombo que foi aforada a

Rafael Simões e sua mulher, de Bustos, entre treze propriedades, “humaleira de Terra que está no Cabeço da vila ao Marquo que parte do norte com Salvador Simões de Bustos e do sul com António Mateus do dito lugar que tem duas aguilhadas e meia de foro e uma maquia e metade de meia maquia e um real”.

Através deste livro de aforamentos, onde é feita a demarcação e tombo dos bens, terras e propriedades, pertencentes ao reguengo da vila de Cantanhede, ao mesmo tempo que são metidos marcos e feitas delimitações, podemos concluir, com alguma pequena margem de erro, sobre o que o homem produzia nessas remotas épocas. Curiosamente no território da Mamarrosa, pertencente ao concelho de Cantanhede, abundava, sem dúvida, o pão (milho grosso e trigo), mas raras vezes aparecia aforada a vinha, ao contrário das vizinhas Malhadas, onde ela era mais frequente, conforme até o nome dos sítios que documentalmente se nos apresentam — Lagoa da Vinha, Vale de Babelos, Vale da Vinha. Ali surge o linho e os nomes de matrizes — Córrego do Linho, Lagoa do Linhaçal — sugerem certa abundância.

A propósito, diremos que é provável que a origem das Malhadas esteja ou ligada à actividade dos seus habitantes primitivos, o pastoreio ou mesmo a simples acção de malhar. Ao antigo trabalho de separar o grão da palha se chamava malhada, mas malhada também quer dizer aglomerado de gado (vacas, ovelhas).

De resto, havia ainda no século XVII nomes de sítios que nos falam desse chão propício a essa actividade, como Lagoa das Vacas, Relvada, Valinho da Palha, Cabeço da Relvada, Agra, Córrego da Palha, Paul, Agra da Fonte e Junqueirinho e ainda Vale das Paredes Velhas. A marcar presença nestas terras, sempre a água — Ribeiro do Moinho, Ribeirinho, Vessadas, Ribeiro da Fonte, Ribeiro da Serra, Portela, Vale de Salgueiral, Vale da Lagoa, Brejo do Porto, Portinho, Rio, Portinho do Espinheiro, Vale Velho. Consequentemente não faltavam os moinhos (Ribeiro do Moinho, Moinho Velho) e tudo a sugerir que, séculos atrás — conforme a memória escassa de gente mais antiga, ainda traz à flor da água da lembrança, até ali vinha o Rio Boco ou o seu braço.

Outra hipótese se pode colocar para achar a origem entre as

sombras e o nevoeiro de um rio extinto, o Boco, e nas actividades relacionadas com a pesca. *Jornal da Bairrada*, na sua edição de 2 de Março de 1952, deixava esta memória: “Há alguns séculos que o rio Boco estendia o seu braço ao Portinho entre Mamarrosa e Bustos, havendo um braço do mesmo rio onde se juntavam os barcos a que davam o nome de malhadas. O términus deste braço do rio foi-se apagando e daí se criou o actual lugar da Malhada”. Mas malhada significava nesses remotos séculos também, e isto relacionado com a faina das pescas, uma porção de peixe, conforme se depreende deste naco de prosa: “E se sayr na Malhada dalfinho ou solho auer o que achar a meyade”, página 101, “Milenário de Aveiro” 1959.

Entre 1792 e 1836, conforme trataremos noutro capítulo, a Mamarrosa constituiu um pequeno concelho, mas integrado no Município de Cantanhede, composto essencialmente pelo território que já lhe pertencia e acrescentado pela parte que era do concelho de Soza, isto é, a maior parte do território da freguesia passava para o de Cantanhede. Registe-se ainda que, antes desta promoção administrativa, o território que era do senhorio do Marquês de Cantanhede (parte de Bustos, da Caneira e da Mamarrosa), chegou a pertencer a outro concelho minúsculo, o de Monte Arcado, mas por breves anos, bem como Arrancada, terras que lhe foram a 3 de Março de 1792 desanexadas “por ser este de grande extensão e compreender perto de dois mil fogos e não poder fazer-se nele boa administração”, “Cantanhede, Subsídios para a sua História”, Coimbra Editora, Coimbra, 1960, página 46, Viriato Sá Fragoso).

Em 1836, o liberalismo conseguiu fazer “a racionalização do território” através da extinção de inúmeros concelhos minúsculos, como era o caso do da Mamarrosa, a fim da concentração de recursos para uma mais eficiente administração, pelo que o seu número foi reduzido de 828 a 351.

Assim, pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836, a freguesia de Mamarrosa foi parar ao concelho de Mira, enquanto a da Palhaça ficou integrada no de Soza e a do Troviscal no de S. Lourenço do Bairro. Foi com este decreto que foi criado o concelho de Oliveira do Bairro, formado pelas duas grandes freguesias de Oliveira do Bairro e Oiã.

Por causa desta nova anexação, tiveram de ser adiadas as eleições para a Câmara Municipal de Mira até que os povos da Mamarrosa tivessem conhecimento desta nova divisão territorial, tendo sido enviados no dia 7 desse mês editais para serem afixados nos locais públicos da freguesia para que as pessoas tomassem conhecimento.

Um dos primeiros melhoramentos de que esta freguesia disfrutou foi o “concerto das calçadas”, onde foram investidos 100 mil réis (incluindo o arranjo da fonte do lugar do Freixo), seguindo-se a reparação das pontes na Ribeira de Bustos — uma no sítio do Portinho e outra no Porto do Vouga, onde foram gastos 6 mil réis.

Tudo isto eram melhoramentos, mas do que a população não gostou nada é que a Câmara de Mira, que já cobrava dois reais por cada quartilho de vinho, ainda sobrecarregasse os lavradores com um segundo, a contribuição directa para as suas despesas. Foram portavozes desse descontentamento João Gonçalves Graça e Custódio José dos Reis que se foram queixar ao administrador do concelho de S. Lourenço do Bairro, Mateus Correia Almeida, que os defendeu na carta que enviou ao Administrador Geral, queixando-se do procedimento ilegal por parte da Câmara de Mira, dizendo “que os referidos impostos se limitarão única e restritamente aos objectos de consumo do concelho e a imposição que não for feita nesta conformidade é nula”, porque, acrescenta, “a maior parte do vinho dos suplicantes não é consumido no concelho, é objecto de exportação”, concluindo que “parece que a Câmara de Mira não lê os diários das Secções das Cortes, onde veria razões para respeitar um projecto de finanças”. Acabava por sugerir que mais valia lançar derrama por todos os moradores proporcional à décima, porque todos pagavam e há mais igualdade”. Decorria o ano de 1842.

Mamarrosa pertenceu assim ao concelho e Julgado de Mira, que era composto somente por esta e pela freguesia de S. Tomé de Mira, já que a de Covão do Lobo foi deste desanexada e integrada no concelho de Vagos. Assim sendo, era ao juiz ordinário deste concelho que acorriam as pessoas da Mamarrosa para derimir questões ou fazer testamentos.

Em 1854 os louvados nomeados para o serviço da repartição da

contribuição predial na Mamarrosa foram: José de Miranda das Neves, carpinteiro e pedreiro da Mamarrosa, António Domingues Gala, lavrador e José Francisco António, de Bustos, carpinteiro e lavrador.

Deste relacionamento entre as gentes de Mira e da Mamarrosa por via de ambas constituírem em determinado período da sua história comum um concelho sobrou certamente o costume de muitas pessoas da Mamarrosa frequentarem ainda não há muitos decénios, as festas de S. Tomé de Mira (até em detrimento do S. Tomé da Feiteira) para onde se deslocavam em ranchos e a pé ou, em carros puxados por mulas, os mais abastados. Se é que o costume já não era anterior.

Em 1853, por Decreto de 31 de Dezembro, o concelho de Oliveira do Bairro, beneficiando da política de extinção de outros concelhos, ganhou espaço e foi então que a freguesia da Mamarrosa, no seu todo nele foi incluída, o que aconteceu também com as do Troviscal, Nariz e Palhaça (estas duas últimas deixando o de Soza). Porém, por pouco tempo, já que, por Decreto de 4 de Dezembro de 1872, haviam de passar a seguir para o de Aveiro.

Entretanto, a dança não havia terminado e com a supressão do concelho de Oliveira do Bairro, por decreto de 2 de Novembro de 1895, assinado por João Franco, o que, de resto, esteve para acontecer já em 1867, Mamarrosa passou para o de Anadia, acompanhando-a Oliveira do Bairro e Troviscal, ao passo que Oiã e Fermentelos eram integrados no de Águeda.

Em 1898, ano em que, por Decreto de 13 de Janeiro, foi restaurado definitivamente o concelho de Oliveira do Bairro a ele regressa a freguesia da Mamarrosa, bem como todas as freguesias que hoje lhe pertencem — Oliveira do Bairro, Oiã, Troviscal, Mamarrosa e Oiã (e a de Bustos, por desanexação da da Mamarrosa, em Março de 1920).

Quanto à procura e aplicação da justiça, em 1758 Mamarrosa, que estava incluída na província da Beira Baixa e pertencia ao bispado de Coimbra, parte estava integrada na Comarca de Esgueira e outra parte na Comarca de Coimbra.

Segundo o “Promptuário das Terras de Portugal com Declarações das Comarcas a que tocam”, elaborado por Vicente Ribeiro Meireles e

cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à Comarca de Esgueira, que era da Coroa, pertenciam os lugares de Mamarrosa, Malhapão e Bustos. Pertenciam igualmente à Comarca de Esgueira outros lugares e aldeias do concelho de Oliveira, como Malhapão, de Oiã, Vila Nova da Palhaça, Águas Boas, Cimalhas, Ramalheiro, Cruzes, Oiã, que pertenciam à vila de Esgueira, e os lugares de Oiã e Perrães que faziam parte da vila de Aveiro; Feiteira, parte de Vila Nova da Palhaça, Saima e Troviscal, que eram da vila de Recardães; os lugares de Barro do Mogo, Vila Verde, Monte Longo de Além e Monte Longo de Aquém, Lavandeira, Cercal de Baixo, Repolão e Póvoa da Bouça, que eram do Termo da vila de Oliveira do Bairro de que era donatário o Marquês de Arronches. Esta vila tinha um juiz ordinário do civil, crime e órfãos, dois vereadores e um procurador, escrivão da Câmara e almotaçaria “que todos se fazem por eleição e confirmação do donatário e um deles serve de escrivão dos órfãos, que o nomeia do donatário e confirma sua majestade”.

Não tinha a Mamarrosa como freguesia juiz ordinário e assim estava sujeita aos juizes das vilas a que cada parte do território pertencia — Soza, Sorães, Cantanhede e Aveiro, que também eram os concelhos em que estavam integrados. Sob a alçada do juiz de fora da vila de Aveiro estavam parte da Azurveira e parte do Sobreiro, que, por sua vez, pertenciam um à Comarca de Esgueira e o outro à de Coimbra.

Ainda no âmbito da justiça, em 1839, a Mamarrosa, que foi sede de juiz de paz ainda pela década de trinta, aparece integrada na Comarca da Figueira da Foz, para em 1852 aparecer na Comarca de Anadia, embora fazendo parte do concelho de Mira.

Há um facto, com alguma importância do ponto de vista histórico e administrativo, que não perdurou na memória colectiva do povo da malenária Mamarrosa, apesar da distância temporal não ser assinalável, muito disso, duzentos anos foram ainda ontem. Talvez porque o facto não tenha sido registado num período "aureo" da sua história como terra, dada a incerteza de contornos bem definidos dessa mesma realidade.

MAMARROSA CONCELHO

bibRIA

O facto em questão — a criação do Concelho de Mamarrosa há dois e três mil anos — encontra-se registado no Livro do Couto do Reino (e Bustos), onde no "Livro do Couto do Reino de Castela do Livro I", Marquês de Marialva, lido pelo seu Ouidor, o dr. Fr. de Egre, "Perç. em o anno de 1683" apparece teras e terras aforçadas nas Arcas da Candeia (pagina 465 e 493, respectivamente), nas Arcas da Fonte (também pagina 493), no Couto das Arcas (pagina 436) e nas Arcas das Fonteinhas (pagina 328), chegou a sei concelho, embora pequeno (e com uma vida autónoma muito precária, mesmo frágil), como outras terras pertencentes ao antigo concelho de Cantanhede — Póvoa do Bispo, Monte Azeite, Vila Nova de Outeiro, Capim e Aguarda (Febras). Bat acréscimo, dizemos que, de fora do mesmo concelho, ainda havia as de Ançã e de Cadima, que tiveram foral de D. Manuel I, mas estas com vida e administração mais consentâneas com o título. O concelho de Ançã de todas é o que preservou mais documentação, que se encontra no Arquivo Histórico Nacional de Cantanhede, de o de Mamarrosa, nem um único livro para amostrar. Tudo se perdeu na passagem do tempo e pela incuria dos homens.

HÁ um facto, com alguma importância do ponto de vista histórico e administrativo, que não perdurou na memória colectiva do povo da milenária Mamarrosa, apesar da distância temporal não ser abissal, longe disso, duzentos anos foram ainda ontem. Razões? Talvez porque o facto não tenha marcado suficientemente um período “áureo” da sua história como terra, dada a inexistência de contornos bem definidos dessa mesma realidade.

O facto é este — Mamarrosa, que chegou a ser habitada de dois a três mil anos antes de Cristo, tal como o lugar da Caneira (e Bustos), onde no “Livro de Tombo da Vila de Cantanhede do Exeltss^o. Marques de Marialva, feito pelo seu Ouvidor, o dr. Frc^o de Figrd^o. Per^a. em o anno de 1683” aparecem terras e leiras aforadas nas Arcas da Caneira (páginas 465 e 493, respectivamente), nas Arcas da Fonte (também página 493), no Córrego das Arcas (página 416) e nas Arcas das Fontainhas (página 528), chegou a ser concelho, embora pequeno (e com uma vida autónoma muito precária, mesmo frágil), como outras terras pertencentes ao antigo concelho de Cantanhede — Póvoa do Bispo, Monte Arcado, Vila Nova de Outil, Cepins e Arrancada (Febres). Por acréscimo, diremos que, dentro do mesmo concelho, ainda havia os de Ançã e de Cadima, que tiveram foral de D. Manuel I, mas estes com vida e administração mais consentâneas com o título. O concelho de Ançã de todos é o que preservou mais documentação, que se encontra na Biblioteca Municipal de Cantanhede. Já o de Mamarrosa, nem um único livro para amostra. Tudo se perdeu na voragem do tempo e pela incúria dos homens.

O concelho da Mamarrosa, tal qual o de Arrancada, foi criado em 3 de Março de 1792. Antes pertencia ao concelho de Monte Arcado de que resta alguma documentação naquela biblioteca, onde, de resto, alguns habitantes dos lugares da Póvoa de Bustos, Quinta Nova, Barreira, Sobreiro, Bustos e Mamarrosa pagavam as suas coimas, conforme consta do “livro que há-de servir para carregação das coimas do concelho de Monte Arcado no ano de 1792”, ano em que foi criado o concelho da Mamarrosa, com a desanexação do anterior “por este ser de grande extensão e compreender perto de mil fogos e não poder fazer-se nele boa administração”. O decreto é de 3 de Março de 1792 (“Cantanhede — Subsídios para a sua História”, de Viriato de Sá Fragoso, 1960, página 46). Também lhe pertenciam os lugares vizinhos da Mamarrosa a poente — Malhada de Cima e de Baixo e Penedos.

(Neste ano, era pároco padre Cristóvão, que “falecia da vida presente” em 3/6/1792. Sucedeu-lhe no cargo padre João Rodrigues Alves de Abranches).

Registe-se que, antes, em 1700, Mamarrosa continuava a pertencer ao concelho de Cantanhede. Nesse mesmo ano, a Câmara organizava “um livro para nele se carregarem as pessoas e fazendas que hão-de pagar os quatro e meio por cento na vila de Cantanhede e seu termo por resolução de Sua Majestade”. Nesse livro aparecem os lugares da Mamarrosa, Quinta Nova, Póvoa e Bustos (bem como Samel, então, da freguesia de Ventosa do Bairro), Torres, Poutena e Chipar, da freguesia de Vilarinho do Bairro.

Aquele livro, com abertura no ano de 1700, regista a tributação em vários anos. No de 1700, foram tributados do lugar do Sobreiro — Tomé João, 30\$000 reis; Domingos Tomé, 40\$000 reis e Manuel Tomé, 20\$000; do lugar da Caneira — Manuel da Silva, 100\$000 e Manuel Francisco, 20\$000; da Mamarrosa — João da Silva, 80\$000; Viúva de Domingos Fernandes, 60\$000; André Domingues, 80\$000 e António Gomes da Estrada, 20\$000.

No ano de 1792, Bustos e Quinta Nova tiveram o maior número de colectados (quarenta), podendo adivinhar-se um certo desafogo vivencial, relativamente à população de outros lugares.

Estes pequenos concelhos, também chamados pelos historiadores concelhos imperfeitos, que dispunham de justiças eleitas todos os anos e eram representadas apenas por um juiz, um procurador, um escrivão e dois louvados, estavam sujeitos a correição (visita com inspecção) anual da Câmara. A visita tinha como finalidade imediata receber o produto das coimas aplicadas, inquirir da existência de pesos e medidas, saber do estado das chamadas casas do concelho e dos ditos currais do concelho, se os havia, inteirar-se da passagem de pessoas estranhas e da possível ocorrência de barulhos, distúrbios e delitos.

Notícias do concelho da Mamarrosa surgem-nos, com frequência, entre o ano de 1828 e 1832, nos actos de correição registados no livro dos autos da Câmara e assentos da vereação, iniciado em 1828, ano em que era Juiz de Fora António Alexandre de Moraes e Sousa. Mesmo assim e só nos livros da Câmara de Cantanhede, porque livros próprios de eleições ou registos de ordens do concelho da Mamarrosa não sobrou um para amostra, já por falta de cuidado dos próprios homens que estavam à frente dos seus destinos, já pelo desconhecimento do valor documental de tais livros por parte de outros.

E assim é que damos conta que em 1828 na Mamarrosa não havia casa nem curral do concelho, nem tão pouco oficiais de justiça e muito menos havia um arquivo *“com três chaves”*. Havia livro de registos das ordens, mas já não havia o das eleições da justiça, porque havia sido furtado pela tropa. Não havia tomadias (apropriação abusiva), havia pesos e medidas, mas líquidos, se os havia, não sabiam onde.

Destas correições constava um interessante número de perguntas: se tinham tido cuidado com a plantação das amoreiras, se sabiam onde estavam escondidos alguns homiziados pelos últimos eventos revolucionários acontecidos na cidade do Porto, no dia 16 de Maio (revolta liberal), se tinham passado pela Mamarrosa pessoas sem passaporte, se havia pessoas que vendessem alguns géneros sem licença. Curiosamente a todos estes quesitos responderam as justiças que não.

No acórdão que, a seguir, foi lavrado e assinado por Manuel da Silva, juiz, João Nunes, procurador, e João Dias Guapo, secretário, ficou então exarado que as justiças eram obrigadas *“até ao ano futu-*

ro" a fazerem uma casa do concelho, "requerendo a quem compete as providências necessárias para esta obra de tanta necessidade em que deviam pôr todos os seus cuidados e que no prazo de oito dias fizessem um arquivo bom", bem como deviam adquirir o livro para servir para as eleições e saber em poder de quem se achavam os líquidos, dando parte à Câmara, e deviam cuidar também da plantação das amoreiras. (Livro dos Autos da Câmara e Assentos da Vereação de Cantanhede, de 1828 a 1841, páginas 22 e 25)

Refira-se ainda que o auto de correição realizado a 17 de Dezembro de 1828, foi feito "nas casas da viúva de Manuel dos Santos por não haver casa do concelho, aonde eu escrivão vim com o Senado da Câmara, a saber, o vereador juiz pela lei, Joaquim Magalhães Coutinho, bacharel Francisco da Costa Matias dos Santos Rocha e o procurador Manuel dos Reis, para o efeito de proceder à correição do dito concelho, o que se faz pela maneira seguinte de que fiz este auto e eu Francisco Ribeiro o escrevi". E lá seguiam as perguntas "sacramentais", o que sucedia também nos outros concelhos que, diga-se, eram por assim dizer mais briosos. Cepins, Cordinhã, Ançã e Vila Nova, só para citar alguns, tinham casa do concelho, enquanto Cepins, Vila Nova e Póvoa do Bispo, além da casa, tinham o curral do concelho.

Verdadeiramente estranho não haver casa, uma vez que, em 12 de Outubro de 1924, na vila de Cantanhede e na praça pública da mesma foi posta na presença do juiz de fora, Manuel Homem Ribeiro Freire, "a pregão a factura da caza do concelho da Mamarrosa, que se há-de arrematar a quem por menos a fizer com os apontamentos e as condições...", sabendo-se como se sabe, pelo auto de arrematação que, entre outros muitos lançadores apareceu Manuel Simões Carriço que lançou a quantia de vinte e sete mil e quatrocentos reis. Este auto aparece assinado por este arrematante a quem foi entregue a obra. Mas se a ganhou não mais a fez, já que, quatro anos depois, subsistia o problema, o que aconteceu também nos anos seguintes.

Que se terá passado, para não ser construída a casa do concelho, a casa de audiências? Continua a pairar um pouco de mistério...

Pela leitura dos documentos disponíveis pode concluir-se, sem

grandes margens para erros, que, salvo melhor opinião em contrário, a ideia de concelho nunca foi bem assumida pelos homens de Mamarrosa, de contrário, dariam cumprimento às determinações do Senado da Câmara de Cantanhede. Os problemas iam sendo adiados, de correição para correição, por manifesta falta de brios ou de meios.

Assim na visita de 1829, quase tudo no mesmo pé. Quanto à casa do concelho, “não havia tal casa e que, se se achava totalmente arruinada, não havia dela vestígios”. “O curral bem reparado para guarda dos gados que andavam a fazer danos” já havia, mas apenas em parte. Já havia registos onde eram lançadas as ordens provenientes do Senado da Câmara, do seu presidente e demais autoridades, mas continuava a não existir o livro “onde lançam as eleições das justiças que se costumam fazer neste concelho em todos os anos, no cumprimento do regimento”, porque tinha sido extraviado pela tropa. Havia livro de coimas, que também desapareceu, mas não havia pesos mas, sim, só medidas, meio quarto, um quarto, meio alqueire e alqueire. Mais sugeriram aos homens responsáveis pelo concelho da Mamarrosa que, se houvesse tomadias “lhes fizessem saber para darem suas providências como serventias de fontes, rios e outras quaisquer coisas que prejudicassem no concelho o bem público”, mas “tomadias também não havia”.

Foram nesse ano oficiais de justiça Teodoro dos Santos Pato, João Neves Barroco e Agostinho da Silva a quem foram feitas ainda outras perguntas curiosas, sendo de fixar estas: se haviam dado andamento à plantação das amoreiras, que faziam questão de ver espalhadas por todo o concelho de Cantanhede “como se lhes havia destinado na correição passada”, mas em todos os pequenos concelhos iam encontrando enormes resistências; se havia vadios e alguém que tivesse colaborado na rebelião liberal cujo exército passara por aquela localidade. Responderam que não havia vadios nem colaboracionistas, nem tão pouco haviam registado a passagem de “algumas pessoas desconhecidas”.

O que os habitantes poderiam atestar é que, por esses anos, tinham estacionado na Mamarrosa tropas de D. Miguel e que até havia um forno, numa casa da rua que dava para o Vale das Éguas, onde se

abasteciam.

Em face de algumas falhas, que passavam de uma correição para outra, foi então acordado que se “procurasse a factura de uma casa do concelho que deveria ter trinta palmos de comprimento e vinte de largo” (sic), com portais de uma quadra e uma janela. Deveria ter a casa ainda “12 palmos de pé direito”. Acordado foi ainda que se construísse o curral do concelho, fosse comprado um livro de eleições de justiças (que deveria ter cem folhas) e fossem cobrados, dentro de dois meses, os líquidos, mais precisamente até ao fim do mês de Outubro, que se cuidasse da plantação das amoreiras e que tudo deveria ser feito no dito prazo. (Idem, páginas 51, 52 e 53)

Entretanto, mais um ano passava e poucas ou nenhuma resolução tomadas eram cumpridas. Assim, quando, a 11 de Setembro de 1830, foi feita nova correição, acto que foi realizado na casa da viúva de Manuel dos Santos Velho por não haver ainda casa do concelho, haviam avançado apenas com a construção do curral, mas ainda não tinha porta; havia livro de eleições, “mas estava nas mãos da viúva de João Dias Gapo”; continuava a desconfiança do préstimo da plantação das amoreiras (para o incremento da criação do bicho da seda) e justificavam o não cumprimento da determinação camarária — “a terra não era propícia”. De resto, parece que a visita não terá corrido da melhor maneira, pois que o Senado da Câmara de Cantanhede exigiu que lhes fosse apresentada, no prazo de 24 horas, “a relação de todos os barulhos e delitos que aconteceram neste concelho tanto de dia como de noite”, chegando a ser ameaçados os oficiais de justiça com suspensão e seis mil reis de condenação e 30 dias de cadeia, “por cada vez que deixarem de cumprir...”. Foram ainda intimadas a prenderem todos os comprometidos no crime de rebelião, assim como todos os criminosos “a respeito dos quais se grafassem ordem” (idem, páginas 98 e 99).

As justiças eram eleitas anualmente pela Câmara de Cantanhede e, nesse ano de 1830, serviram António Cruz dos Santos, João Dias Gapo, José Cruz, Francisco dos Brózios, Manuel Simões Carriço e Manuel Nunes Barroco, que desempenhavam respectivamente os cargos de juiz, escrivão, procurador e louvados. (O acto de posse era feito

através de juramento sobre os santos evangelhos, prometendo eles cumprir “em todo o serviço de Deus e d’el-rei, nosso Senhor”). Acrescenta-se que, nesse mesmo ano, eram louvados da décima na Mamarrosa — Custódio José dos Reis, Teodoro dos Santos Pato, António Simões de Carvalho (este da Póvoa de Bustos) e André dos Santos.

Foram juiz de fora e procurador da vila de Cantanhede neste ano, respectivamente, Domingos da Mota Carvalho e José da Cruz da Silva Fidalgo.

Pela leitura dos documentos disponíveis, vê-se, sem que todavia neles se achem declarados os motivos, que dificilmente as determinações dimanadas da Câmara eram cumpridas. Na correição de 1831, continuava a não haver “sala de audiências”, as amoreiras continuavam por plantar, embora o curral estivesse “bem reparado” (idem, páginas 142 e 145). Tudo isto concorria para um certo mal estar entre a Câmara de Cantanhede e o pequeno concelho de Mamarrosa que parecia ter os dias contados. O mal-estar originou mesmo o levantamento de um auto de penhora contra o procurador do ano anterior.

Isso veio a acontecer em 1835 quando a lei varreu, de uma assentada, todos os outros pequenos concelhos (Cordinhã, Póvoa do Bispo, Monte Arcado, Arrancada, Bolho, Cepins Pequeno e Cepins Grande e Vila Nova de Outil), até que, no ano seguinte, pelo decreto de 6 de Novembro, a freguesia da Mamarrosa passou para o concelho de Mira.

Pena é que, embora não muitos, tivessem desaparecido os livros próprios do concelho da milenária Mamarrosa, porque seriam uma razoável fonte de informações, mas, por vezes, os homens são mais destruidores do que o próprio tempo.

O curral do concelho acabara por ser construído. Destinava-se a guardar o gado desaparecido ou roubado, andando fazendo danos, e situava-se na Rua de Baixo, na bifurcação com a que dá para o Vale das Éguas (ou estrada da Póvoa do Carreiro).

Do que foi restam hoje ainda como escasso e frágil documento alguns alicerces e pedaços de paredes, construídas com alguma pedra caleira. Era formado essencialmente por uma cerca de alvenaria e dois currais.



Em cima: ruínas do que foi o curral do concelho; em baixo, a sua planta baixa em reconstituição

The logo for bibRIA, featuring the word "bibRIA" in a bold, sans-serif font. The letters "bib" are in a dark grey color, and "RIA" is in a lighter grey color. The background of the logo is a textured, light grey surface with faint, overlapping script text, possibly from an old manuscript.

James Coburn

Page 12

63

Termo de juramento dos officiaes do concelho da
Mamarrosa

Ante nos Juiz de Fora D. Antonio de
canto e cento e setenta e duas annos
d. Ma de Cantanhede e yndica do d.
tor Juiz de Fora D. Domingos da Matta
de Carvalho aonde em Juizado em
fora presentes os Officiaes que ha
no Concelho da Mamarrosa que
reuteanno abaixo assignados aonde
por elles o mesmo thes. foi de feydo
ramento dos Santos Evangelhos
cargos do qual thes. encaregam que
em da de juramento e o thes. fez
para que for ad conformado guardando
em tudo e por todo o que o thes. em
Carta de juramento que por elle se
abaixo de juramento que recebido tem
de que foy ante termo em Juizado em
ro a e v. e assy

João de Deus

João Cortes + D. Antonio

João Manoel + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

João de Deus + D. Antonio

bibRIA

Grupo de Corrección de la Academia de la Lengua

DA ANTIGA IGREJA

DA antiga igreja, que tinha a porta de entrada voltada a sul, tal qual a actual, não se sabe a data da construção, se era a primeira ou não, no entanto podemos adiantar alguns pormenores.

Segundo documentos da mesma época, 1658 — “Crónica da Ordem das Carmelitas Descalças de Aveiro”, Livro III, cap. IX, página 427, — o templo ficava afastado da povoação ou seja “en hum campo muito fresco e retirado do lugar”; possuía arco transepto (a capela das almas foi construída exactamente nesse local) e no corpo havia pelo menos dois altares, que aparecem referenciados com frequência nos Livros de Óbitos, a propósito do local de enterramento dos antepassados, sob cujas mesas se situavam de um lado “o caixão do Senhor” e, do outro, “o caixão da Senhora”.

É muito natural que o número de altares fosse também de cinco, contando com o altar-mor, já que as imagens hoje existentes na actual igreja são setecentistas da segunda metade, quando a sua construção é dos meados do século XVIII (S. Simão e Sta. Marinha), Ecce Homo, a Virgem e o Menino (Nossa Senhora do Rosário), S. Sebastião e o Divino Espírito Santo (Trindade), averbando-se a (quase) certeza de terem sido assim transferidas da igreja velha.

Da igreja antiga o que se sabe é efectivamente pelo livro da Irmandade das Almas da época ou visitas exaradas no primeiro livro de registo de óbitos, nascimentos e casamentos da freguesia.

Em 1622 já era velhinha, com bastantes problemas de segurança, com o forro da capela-mor a cair, o piso por argamassar e a pia do baptistério sem grade e as portas bastante inseguras, sem fechadura e

chave e, passados dois anos, estava “tudo muito velho e indecente”. “Tudo muito velho” quererá afirmar a realidade.

“Os rendeiros dos frutos desta comenda não cumpriram com mandar pôr o frontal e pátio como lhe foi mandado” (em visita anterior à de 1622), incorrendo assim em pena de 3 mil reis, o que, no entanto, foi reduzido a metade, “que pagarão à conta dos frutos da dita comenda e lhes mando que até à visitação que mandem pôr o dito frontal sob pena de dois mil reis e no mesmo tempo lhes mando de novo segurar a capela desta igreja, rebocando-a por dentro e por fora e fazendo-lhe os necessários padraços que convém para que fique segura pelo grande perigo em que está a cair sob pena de três cruzados aplicados na forma ordinária”. No rol das obrigações dos fregueses e rendeiros ficava exarada ainda a de “consertar bem as portas da igreja de todo necessário dentro do mesmo templo sob pena de 500 reis” (“Livro de Óbitos”, página 251 e verso).

Esta visita de 1622 foi feita por Don Sebastião Maria, mestre escola na Sé de Coimbra, na presença do padre cura e parte dos fregueses que, entretanto, não cumpriam com as exigências, apesar daquele notificar o padre vigário de Sosa “em sua pessoa para que mande advertir nela aos comendados” e do cura da Mamarrosa ser mandado publicitar também o seu conteúdo.

Em 1624, a situação mantinha-se sem alteração. Não haviam cumprido com os compromissos assumidos, mas se não cumpriam relativamente às necessidades da igreja, o mesmo acontecia relativamente à Comenda. (“Não entregaram vinho nem qualquer outra cousa”, da colheita, apesar do povo estar obrigado a isso). Era um círculo vicioso. Eles não pagavam os dízimos e o Comendador por sua vez não supria as carências na igreja e capela.

Nesta visitação foi-lhes mandado vedar a pia do batistério que estava quebrada, ladrilhar o piso da igreja para que o pavimento não ficasse de uma parte mais alto do que de outra, e foi-lhes mandado ainda “fazer boa fechadura e chave para a pia de baptizar a qual terão fechada...”.

Fez esta visita D. Jorge de Castro que mandou exarar na acta que

“nem comendador nem o rendeiro trataram de acudir a tanta necessidade”. No entanto, alguns lavradores de Bustos, Caneira e Mamarrosa, que estavam presentes, afirmaram ter “cumprido com as cousas” no capítulo da visitação e de novo haviam mandado pintar a imagem do padroeiro e um missal grande da capela-mor. Outros que não estiveram presentes foram condenados a pagar dois mil reis por não comparecerem, tanto mais que haviam sido avisados pelo cura da data e hora.

Os fregueses ainda foram advertidos de que deveriam “acompanhar as procissões que se fizerem na igreja e não o fazendo o padre cura condená-los-á a 50 reis por cadáver”. “Os fregueses são insubmissos a acompanhar os defuntos”, diz ainda a acta desta visitação.

A situação da capela de Bustos não era diferente na visitação de 1636. “Achei tudo muito velho e indecente” no que se referia a toalhas para o altar e um véu para o cálix e tudo o necessário e o visitador deu 15 dias para o juiz da igreja pagar ao empreiteiro a obra do ladrilho.

Em 1639, nova visitação por Sebastião Cabral, cônego prebendado da diocese de Coimbra, a que Mamarrosa pertencia, e que mandou escrever: “achei que está bem servida pelo padre cura”, mas os compromissos continuavam por cumprir.

Os problemas foram-se arrastando e no ano de 1642 (página 256, “Livro de Óbitos”), se “no espiritual achamos esta igreja bem servida pelo padre e não haver falta na administração dos sacramentos”, já no temporal “faltam muitas coisas necessárias, como pintar e adourar o retábulo e cumprir com o determinado nas visitas anteriores”.

Em 1651, o forro da capela mor estava a cair, segundo mandou escrever D. Manuel de Sousa de Santa Comba Dão, visitador do Arcediago do Vouga, a que Mamarrosa pertencia: “no espiritual bem servida e as cousas de culto com limpeza e curiosidade”, no entanto, dizia que eram necessárias “duas albas, dois amitos e uma toalha para a comunhão”.

Desta vez, o visitador lançou mesmo um verdadeiro SOS aos fregueses “por achar a capela a cair e o altar com falta do necessário”, assim: “... acudam à dita capela e a reformem de modo que fique

segura" (...), "o que farão por conta dos dízimos da Comenda" (página 225 — verso do "Livro de Óbitos").

Era assim a antiga matriz da Mamarrosa de uma só nave, com arco cruzeiro e capela-mor, mas de ruína em ruína, velhinha, acabou por suscitar o brio nos moradores para a construção de uma nova (a actual).

DA ACTUAL IGREJA

Não se sabe também, com exactidão, o ano certo do início ou fim da edificação da actual igreja matriz de S. Simão da Mamarrosa, mas pela leitura de vária documentação se poderá concluir que foi na verdade obra para vários anos. O povo era pobre e, além disso, os Duques de Lafões que tinham a comenda e recebiam os dízimos (quando recebiam, porque o povo pagava-se na mesma moeda...) não ajudavam em nada, embora lhes competisse.

De resto, isto parece estar bem patente nas várias datas que surgem no templo, distanciadas de pelo menos 13 anos. Uma das pedras que se encontra no parapeito de um nicho (de S. Sebastião) que pertencia ao padial da porta da chamada "casa da fábrica" tem a data de 1757, ano em que foi legalizada a Irmandade das Almas. Por sua vez, o arco cruzeiro tem gravada a data de 1760, enquanto a da porta que antigamente dava para a sacristia reza assim — "no A. 1747 A.". Considera padre Nogueira Gonçalves que esta deve ser indicação média da construção.

Também não se sabe quem mandou pintar os quadros da via sacra no forro da capela-mor nem tão pouco os quadros da vida de Cristo no forro do corpo da igreja e muito menos o ano e o autor. A sua existência já se dilui na memória colectiva. Pode concluir-se, isso sim, que a igreja da Mamarrosa por isso chegou a ser interiormente muito bonita e rica.

O que sabemos e podemos afirmar, sem ponta de dúvida, é que em 1755, já a igreja velha tinha sido derrubada, conforme se pode concluir de algumas determinações da Irmandade das Almas, constan-

do mesmo dos seus compromissos. Um deles era exactamente “que no sítio da Igreja velha se povesse huma cruz de uma capela das almas, adonde era o arco cruzeiro e o custo se pagasse do rendimento da confraria da dita Irmandade e também huma grade e um alsapam na entrada do Adro Velho, tudo a custo da mesma irmandade”.

O outro dizia respeito à obrigação que tinham os oficiais da mesma Irmandade “de mandar tapar o adro da Igreja Velha em modo que lá nam entre gado para o que poderam nomear a alguns dos irmaos p^a. que façam a dita tapaje”. Os irmãos ficavam ainda com outra obrigação — a de consertar o caminho do Adro Velho para dentro e quem não colaborasse era penalizado com uma multa de 50 reis.

Se a Casa de Lafões tinha, na verdade, obrigação de prover às necessidades da igreja, que iam da reedificação da capela-mor e sacristia, passando pelo fornecimento de decente paramentaria, nada cumpria. “Os padroeiros [Duques de Lafões] nada fazem e esta capela-mor se acha nua de todo e a sacristia sem paramentos” (Inquérito da Diocese de Aveiro de 1775), o que quer dizer que o povo que era pobre, continuava a ter dificuldades em ultimar as obras da igreja nova e a muni-la das alfaias necessárias aos actos de culto.

Mas não terão ajudado posteriormente? É que o traçado curvo da verga e da cornija trabalhada tanto das portas laterais como das janelas-vitrais da frontaria, porta do púlpito e da actual porta que dá da capela-mor para a sacristia, indicam algum desafogo financeiro, o que não era possível haver na população, e isso permite pensar que o patrono, o Duque de Lafões, não se esqueceu sempre da matriz da Mamarrosa... Ou, contrapondo, os brios do povo eram muito maiores do que as possibilidades económicas. Terá dado mesmo uma boa ajuda à sua edificação um rico e devoto homem da Mamarrosa, da família dos Colunas ou Galegos, que custeou as despesas da construção da parede do lado poente.

Foi efectivamente com bastante sacrificio financeiro que a freguesia da Mamarrosa construiu a sua igreja actual. Antevendo as dificuldades, o povo pediu ao procurador da Casa de Lafões dez mil reis por ano e que fornecesse os paramentos e consertasse os telhados, mas o



Igreja Matriz.



Divino Espírito Santo.

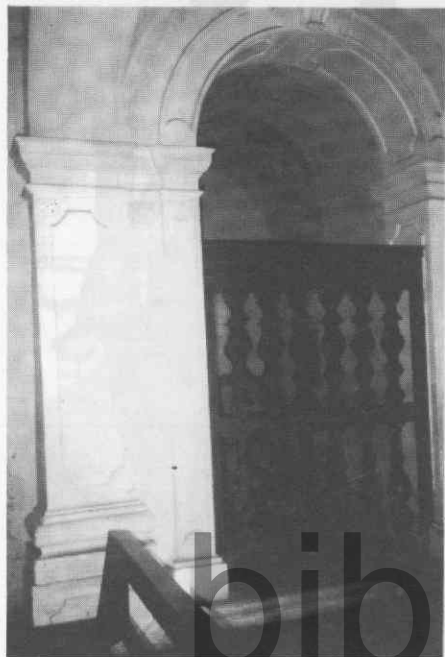


Mártir S. Sebastião.

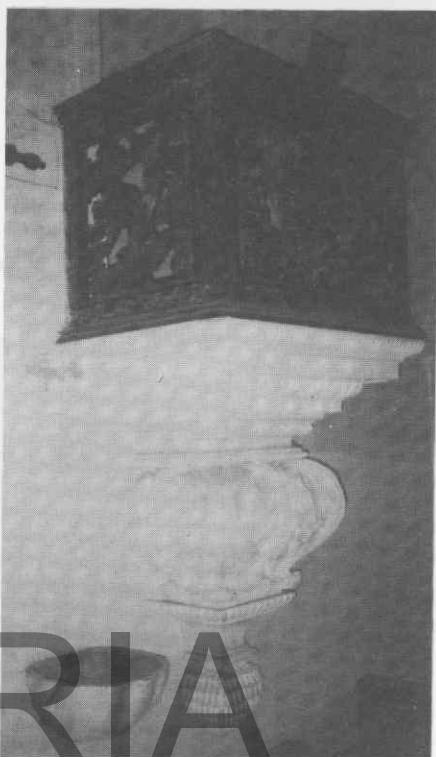
contrato não chegou a concretizar-se, apesar de dispensarem o comendador de “fazer o retábulo ou tribuna da dita capela”. Se recebessem todos os anos dez mil reis, isso daria, uns anos pelos outros, “para sustentar os gastos da capela e sacristia, porque, se num ano se não gastassem, sobrepujavam para outro no que houvesse de mais gastos”, era a opinião do seu cura, padre Francisco José Torreira.

Assim é que em 1775 a sacristia ainda aparecia “nua de todo” e o cura justificava estas dificuldades, dizendo que “é o povo pobre” e, por outro lado, a população não era grande, “coisa de duzentos e sessenta fogos”.

A igreja matriz, construída nos meados do século XVIII, por diversas fases e anos, em virtude da precaridade de fundos da Junta de



Arco da capela do batistério.



Púlpito.

Paróquia e da própria Irmandade das Almas, por um lado, e do nenhum auxílio por parte de quem era detentor da Comenda destas terras e por isso recebia os correspondentes dízimos, os Duques de Lafões, por outro, possui a fachada mais rica e graciosa e mais abonada de pedra de Ançã de toda a Bairrada — “construção geral do meado do séc. XVIII, harmoniosa, com boa fachada e uma elegante torre sineira, a da mais agradável aspecto de toda a Bairrada”, na opinião de Nogueira Gonçalves (“Inventário Artístico de Portugal”, Vol. I página 207). Opinião semelhante é expendida em “Tesouros Artísticos de Portugal”, edição da Reader's Digest, página 384: “na frontaria muito elegante sobressai o portal bem moldurado com verga curva, entalhes muito direitos e frontão interrompido entre cujas volutas está colocado um nicho com a imagem do padroeiro S. Simão”.

Não se sabe também quem riscou ou o mestre que construiu a

igreja da Mamarrosa, mas a tradição reza que foi o mesmo que edificou, uns anos mais tarde, a matriz de Murtede. E, realmente, a fachada de uma é, com pequeníssimas diferenças, a fachada da outra. O pé direito da matriz de Murtede é mais alto, cerca de 2 metros; a torre sineira não está à face da fachada propriamente dita, mas ligeiramente recuada e só a cúpula é diferente (menos rica) porque o mestre caiu da torre ou morreu entretanto. No interior, apesar de algumas posteriores modificações, lá estão os confessionários embutidos em paredes de mais de um metro de largura, as mesmas janelas, iguais cantarias, púlpito semelhante, os mesmos altares laterais e colaterais, em pedra de Ançã. Só o coro é mais pobre, não tem as arcadas de pedra a suportá-lo, mas pilares de madeira, direitos.

Interiormente é semelhante à do Troviscal, nomeadamente no que se refere aos altares laterais e colaterais, capela-mor, púlpito e confessionários. Exteriormente, semelhante nas cornijas que acompanham o beirado ou as vergas das portas laterais.

A fachada sobressai exactamente pelo bom gosto do desenho e esmero do acabamento de tudo quanto é construído com pedra de Ançã, especialmente a composição que vai da verga (ligeiramente curva) da porta à arquitectura que envolve e inclui o nicho.

A frontaria fica enquadrada pelos cunhais, todos de cantaria, formando o género de pilastras dóricas, e pelo entabelamento que une as duas pilastras. Igualmente de cantaria é a cornija que suporta o beirado e que surge também, mais rica, a correr com a empena e a dar-lhe um bom remate. Entre o entabelamento e a empena, que formam triângulo, abre-se para o coro e o exterior um óculo-vital.

Enfeitam a frontaria ainda, assentes em cada um dos cunhais, pináculos esguios terminando em bola, depois de formar uma pirâmide e, ao centro, no vértice da empena, uma enorme cruz, conjunto que enriquecendo a harmonia da fachada se repete ao arco cruzeiro e na empena da capela-mor, cujo telhado foi baixado cerca de meio metro relativamente ao inicial, obras que ocorreram possivelmente no fim do século passado, com a substituição da telha caleira de que resta alguma ainda sobre as paredes da empena pela telha marselhesa.

Todo o espaço que rodeia a porta de entrada é um hino de pedra, que culmina em apoteose no nicho que apresenta ao mundo que passa o padroeiro, S. Simão, uma pequena imagem de pedra, do século XV, gosto popular, que poderá ter sido também transferida para ali da velha igreja matriz.

O vão da porta principal tem verga curva, que é suportada por colunas dóricas que trepam até ao entabelamento e “o frontal interrompido cujos ramos respectivos enrolam ao meio”. Da parte superior deste conjunto ergue-se aquele nicho, moldurado por pilastras misuladas, jônicas, com friso direito e cimalha de frontão curva.

Uma de cada lado do nicho, rasgam-se duas amplas janelas-vitrais que dão tal como o óculo para o coro e tanto as vergas como os peitoris são curvos, do lado de dentro e de fora. Aqui aparece a janela colocada à face da parte de fora.

Depois, a realçar ainda mais o conjunto na riqueza de cantaria, aparece do lado direito da fachada a torre sineira. Como acontece com muitas outras, construídas na mesma época e mesmo depois, abre-se o batistério na sua parte inferior, na base, enquanto o acesso ao coro se faz interiormente por escada de pedra fortemente agarrada às paredes, a que se adicionou abundância de cacos de barro vermelho. É composta de dois corpos essenciais: um que sobe até ao vértice da empena e o outro que sobe até acima da boca dos sinos, guarnecida da mesma pedra de cantaria.

Possui a torre, para elegância de linhas e segurança face às intempéries, quatro pilastras formando os cantos, de forma dórica, sendo a primeira comum à frontaria, as quais fecham em cima com entabelamento e cornija de cujos ângulos saltam quatro gárgulas cilíndricas horizontais e sobem ainda igual número de pináculos, altos como os das empenas.

A cobertura da torre “que é obra rara na arquitectura rural”, na opinião de Nogueira Gonçalves, em ogiva, fecha esplendorosamente com um lanternim, igualmente de pedra de Ançã.

Sem saber que a torre “é obra rara” na arquitectura rural, a população também se orgulha da torre por outro motivo que vai passando de geração

em geração: para uns a versão é que, quando os Franceses atingiram o Cabeço de Amoreira da Gândara, numa surtida para estas bandas, na aproximação ou na fuga da batalha do Buçaco, e viram a torre, logo a julgaram de um castelo ou pior, que as gárgulas fossem obuses.

Outros colocam as tropas Francesas nos píncaros do Buçaco, que dali vendo a torre da Mamarrosa julgaram o mesmo que os outros a vaguear pelas proximidades.

A segurança da torre, mal havia sido construída também à base de pedra calcária, foi duramente experimentada pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, sofrendo algumas aberturas no remate do zimbório e ainda uma outra junto de um cunhal, no frontespício. De resto, parece ter sido em toda a freguesia o único prejuízo, já que não chegou a ruir casa alguma, considerando o cura Domingos João, nas respostas ao inquérito real, que a igreja era o maior edifício da freguesia.

A propósito diremos que os efeitos do terramoto ali duraram o tempo de “dizer dois credos pouco mais ou menos” e a terra ondeou de nascente para poente, sem deixar marcas visíveis. A terra não abriu bocas e não rebentou fonte alguma, nem explodiu incêndio. Apesar disso, o pavor foi grande e para “apaciar a ira divina”, foi aberta a porta do sacrário por seis dias, cantaram-se preces e, ao fim deste tempo, houve procissão de penitência e, no final, o sermão adequado à situação.

No ano em que foi dada resposta ao inquérito, em 13 de Maio de 1756, tinha a freguesia trezentos e oitenta e oito pessoas do sexo masculino, dos sete anos para cima, enquanto o número de mulheres era sensivelmente maior — quatrocentos e sessenta e sete, enquanto crianças, dos sete anos para baixo, havia cento e cinquenta e quatro “e destas pouco mais ou menos serão metade do sexo masculino e a outra do sexo feminino” — assim respondia o cura Domingos João.

De menos gravidade e medo, foi o terramoto que ocorreu em 23 de Abril de 1909. Naquela data foi sentido “um forte e demorado abalo de terra, acompanhado de um grande rumor subterrâneo. As casas abanaram fortemente, o que produziu bastante terror, chegando muitas pessoas a fugir para a rua, completamente espavoridas, mas não houve prejuízos”. Na vizinha freguesia de Nariz os relógios chegaram a

parar (*O Nauta*, de 13/5/1909).

De paredes robustas, construídas à base de pedra calcária que abundava até nas imediações, a igreja matriz é de uma só nave, mas de dois corpos, o corpo da igreja propriamente dito e a capela mor, cujos espaços são estremados por um arco de pedra Ançã, bastante largo em que, de frente, se espria rectângulo cinzelado. De importante também a data gravada no sopé, 1760.

Quem entra depara de imediato com um grande arco abatido que, suportando o coro, vai fazer esquadria com outros dois de mais pequeno vão. O da direita encima a porta de duas folhas, com almofada e balaústres de madeira torneados na parte superior, que abre para a pia baptismal; o da esquerda embeleza o espaço, género capela, que alberga o Senhor do Arco, que não é mais do que Cristo pregado na cruz, conjunto de barro, que pousa sobre uma colunata de pedra de Ançã, que por sua vez pousa numa base mais alargada do mesmo material.

Este Senhor do Arco, de barro vermelho, setecentista, pode muito bem ser proveniente de um cruzeiro de caminho e ali recolhido em devido tempo, ou de um qualquer calvário e obra possivelmente saída das mãos de barrista aveirense, todavia sem assinatura ou data. Mas, por entre estas dúvidas, uma coisa parece certa: é que não foi adquirido para ser colocado naquela coluna dórica onde pousa hoje. A massa de areia e cal que aparece nas costas da cruz, também de barro, indica exactamente que terá sido arrancada a parede de algum local.

O púlpito com largas folhas de acanto e cuja porta de acesso tem o mesmo esmero das cornijas das portas travessas, é peça de arquitectura que também logo chama a atenção pelo trabalho de cinzel e pelo tamanho da bacia, fundo bastante alto e de elegante forma. O anteparo, de menos valia, é de estrutura em madeira, com algumas peças douradas.

O templo possui duas portas travessas e quatro janelas. As portas interiormente têm verga recta e todo o vão é ornado com pedra de Ançã. Das quatro janelas, as duas maiores sobrepõem-se aos vãos das portas, enquanto as outras duas se situam na capela-mor. Todas elas têm o mesmo desenho — são curvas na verga e no peitoril tanto do lado de dentro, como do lado de fora, situando-se a janela-vital no

centro da parede. Do lado de fora acrescentou-lhe o artista uma cornija.

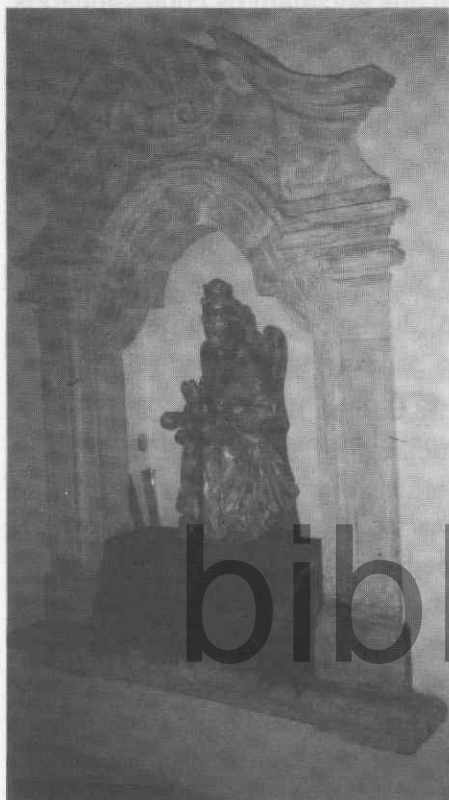
Igualmente curva, mas sem qualquer adorno, é a verga suportada por duas pilastras do mesmo material que encimam os confessionários que são em número de dois, um de cada lado.

Ainda no corpo alto da igreja se perfilam, dois à direita e dois à esquerda, quatro retábulos, feitos de madeira, obra corrente, do século XIX, embora, segundo Nogueira Gonçalves, "Inventário Artístico de Portugal", página 208, lhes acrescente que imitam os setecentistas. Do tipo setecentista são as imagens que os habitam. Nos altares colaterais, no da esquerda preside a Virgem e o Menino (também conhecida pelo nome de Nossa Senhora do Rosário), imagem graciosa de linhas, tamanho grande, enquanto no do lado oposto está colocado a do Ecce Homo ou o Senhor da Cana Verde. Tanto num como no outro, a pintura do retábulo apresenta motivos silvestres e no entabelamento três anjos.

Maiores que estes são os altares laterais, embutidos na parede, também ornados com pilares de pedra de Ançã. Os retábulos, de madeira, igualmente de uma coluna de cada lado. No da esquerda, Santa Luzia, imagem do séc. XVII em pedra, peça valiosa, (que, por sinal, se recolheu ao sossego de um sôtão, perfumado pelo cheiro de dióspiros, uvas, abóboras e cebolas, a fim de evitar novas tentações de roubo); no do lado oposto, o Mártir S. Sebastião, não já a imagem setecentista, relegada para um nicho da sacristia, mas uma outra data-da de 1953, escultura de Guilherme Thedim, do Porto, oferta de Manuel Neves e esposa, conforme consta da mesma. Este altar dispõe de um retábulo que tem esta particularidade: apresenta no fundo uma pintura das almas, entre fogo e sofrimento, estilo popular e, no cimo, a Santíssima Trindade, a que o autor associou a figura de Nossa Senhora, como mediadora por excelência.

Mais rico, sem dúvida, é o retábulo da capela-mor, "tratado em neoclássico, do século XIX" que é constituído fundamentalmente por um camarim e um par de colunas de cada lado.

Nos intercolúnios pontificam duas imagens, de madeira, tamanho grande. Do lado esquerdo Santa Marinha e do lado oposto, o padroeiro



Oratório.



Lavabo.

S. Simão. São do tipo setecentista.

De registar ainda quatro pias de água-benta, duas à entrada da porta principal e outras duas, uma de cada lado das portas travessas, igualmente de pedra de Ançã.

Como do mesmo material é a pia baptismal, bastante danificada, do século XVIII-XIX.

Na sacristia actual existem duas peças valiosas pelo trabalho em pedra de Ançã, o lavabo e uma outra que poderá ter sido, em tempos remotos, um altar devocional ou apenas um oratório ou ainda um relicário que seria envidraçado.

A estrutura sugere uma adaptação a partir do aproveitamento de duas peças semelhantes. O remate da parte superior é do estilo joanino, enquanto a parte inferior tem um pendor clássico com colunas jónicas. É natural mesmo que tenha vindo da antiga igreja para a primeira sacristia.

A este oratório (?) de pedra recolheu a imagem da Trindade que veste um belo estofado a ouro velho, possivelmente original. Do mesmo primor já não é o cadeiral, onde está sentada a primeira pessoa da Santíssima Trindade, o Pai. É de espaldar simples, tábua lisa com pintura avulsa. No entanto, o cadeiral parece ter nascido da mesma peça de madeira. Original e primeira não é de certeza a cruz sustentada pelas mãos do Padre Eterno. Se não fosse este pormenor até poderia chamar-se-lhe S. Pedro, vestido que está de roupas sacerdotais, dalmática e estola, e na cabeça a teara. Já a pomba, simbolizando o Espírito Santo, está de acordo com a riqueza da imagem.

Apesar de mediarem treze anos entre 1747 e 1760, isso não quer forçosamente dizer que a igreja não tenha sido começada a construir muito antes e acabada muito depois. Ou pelo menos não tenha sofrido algumas alterações. Vejamos: interiormente, o arco de cesta (bastante abatido) a suportar o coro, é repetido com aresta na parede da fachada (pelo lado de dentro), de tipo medieval, fim do século XVII, enquanto o desenvolvimento tem uma feição gótica e tudo isso contrasta com o arco cruzeiro, com formosos capitéis, mas com um fecho que pode ser posterior ou adaptado, portanto de construção posterior, o que pode significar que houve várias fases na construção do templo.

Exteriormente também surgem contrastes flagrantes entre a rigidez do frontão e a fantasia das volutas e as mísulas das pilastras que envolvem o nicho, onde pousa a imagem do padroeiro.

Podia dar-se o caso deste conjunto ter sido implantado algum tempo depois de erguida a frontaria, mas também o caso é susceptível de ter outra explicação: quem fez o risco da igreja não estava seguro dos estilos e épocas e fez uma certa mistura. É que também a igreja de Murte de, cujo risco se atribui ao mesmo artista, tem a mesma disposição arquitectónica e seria demasiada coincidência também ali ser introdu-

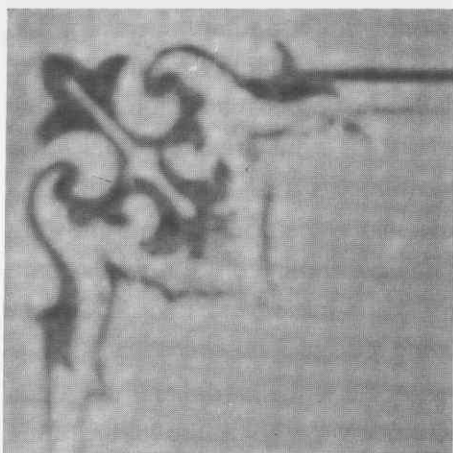
zido posteriormente aquele conjunto, mais engrandecedor da frontaria.

Um outro pormenor ressalta ao olhar mais perspicaz: quem atentar nos cunhais do corpo da igreja e da capela-mor, por certo, reparará que há dois lintéis (socos), muito próximos um do outro e parece que isso só faria sentido se o pé tivesse sido subido por quaisquer motivos cuja explicação não encontramos em documento. Mas, confrontando o caso ainda com a igreja de Murtede, conclui-se que ali acontece o mesmo. Pode assim considerar-se uma excepção à regra? Ou é justificável pelo facto das empenas serem mais altas do que os próprios telhados?

A igreja, como já dissemos, hoje já não é detentora de certo fausto que chegou a ter no fim do século passado e ainda na primeira década deste. Desapareceram todos os quadros existentes, não só nas paredes da capela-mor e no arco cruzeiro, como os outros que existiam no forro, segundo a memória de algumas pessoas idosas.

Quando em 1907, a Junta de Paróquia tinha decidido substituir o forro, foi sugerido pelo pároco, João Francisco Moreira, que se adquirissem "cortinas para cobrir as tribunas dos altares, enquanto durasse a obra do tecto, a fim de não prejudicar as pinturas e dourados das mesmas tribunas..." (Acta de 25/4/1907). Porém o redactor não desceu a pormenores e ficamos assim sem saber o tipo dos quadros e onde estavam colocados. A memória de algumas pessoas diz ainda que também no forro da capela-mor os havia figurando a via-sacra, enquanto no forro do corpo da igreja representavam a Vida de Cristo.

O que podemos verificar ainda é que nas paredes da capela-mor havia dois conjuntos, um do lado da Epístola e outro do lado do Evangelho, formados essencialmente por dois grandes, colocados ao alto, e, por debaixo, três outros deitados. Aqui as dúvidas são desfeitas pelo desenho dos caixilho. Os traços, a negro, foram mais fortes do que a tinta cor ocre que os cobriu, escrevendo na parede o que ia faltando à memória dos vivos. Quanto aos possíveis frescos em si, nada se vislumbra. No entanto, um fresco de cada lado foi prejudicado pelas janelas cuja abertura, naturalmente mais tardia em relação à construção do templo, coincidiu com o espaço ocupado. Curiosamente



os traços deixados circundam as janelas. Talvez aqui começasse “o desterro” das pinturas. Por outro lado, nas paredes que encostam ao arco cruzeiro havia um de cada lado, bastante alto, alinhando pelos outros e com um mais pequeno por baixo. Descascada a capa das tintas, em busca da beleza perdida, podemos concluir que o caixilho era duplo: o de dentro de cor verme-

lho vivo e o de fora de cor preta e com floreados nos cantos (conforme foto que inserimos).

Os quadros pintados no forro da capela-mor ainda chegaram à primeira década deste século, enquanto os do corpo da igreja apenas restam na tradição.

As pinturas do forro do corpo da igreja, relatando a Vida de Cristo, terão desaparecido com a sua substituição por outro novo indo ao borralho ou à mão pouco sensível de alguém? Em reunião da Junta de Paróquia, realizada a 10 de Setembro de 1905, o pároco e presidente da Junta da Paróquia, padre João Francisco Moreira, afirmava que “estando o forro da igreja paroquial desta freguesia em péssimas condições de conservação, ameaçando ruínas e receando-se um desastre com o seu desabamento” propunha “se lhe mandasse deitar novo forro”. Todavia, como a Junta de Paróquia não dispunha de receitas capazes de fazer face às despesas, propôs ainda que “se representasse ao Governo de sua Majestade, pedindo-lhe um subsídio de oitocentos mil reis que tanto julga necessário para efectuar esta obra”, que vinha na sequência de outras já realizadas, como o madeiramento e a colocação de telha marselhesa no telhado da igreja (1894) onde foi aplicada uma verba de trinta mil reis, proveniente do orçamento da Irmandade das Almas. A matriz sofria assim a primeira grande reparação.

Os trabalhos de emadeiramento e colocação da telha foram reali-

zados por administração directa da Junta de Paróquia, “encarregando da obra um mestre debaixo da vigilância do presidente da Junta” (Acta da JP de 26/4/1896). Foi encarregado da obra o carpinteiro Manuel Simões Luzio, do lugar da Póvoa de Bustos, e era presidente da Junta de Paróquia padre Manuel de Almeida Sobreiro.

Em 1879, a Junta de Paróquia decidiu colocar um relógio na torre para o qual disponibilizou uma verba de 3\$750 reis como “subsídio para dar corda e azeitar”. Este serviço era feito no início por João da Conceição, passando mais tarde a ser executado pelo próprio sacristão.

Este melhoramento cuja conveniência e utilidade era de todos reconhecida e que de resto era reclamada de há muito por grande número de habitantes teve os seus custos e a Junta de Paróquia para suportá-los teve de lançar mão de uma derrama, cujos proventos serviram ainda para a aquisição de uma cruz de prata, já que a que existia era de pau, “já muito usada e deteriorada”, o que não era decente para o acompanhamento das procissões, ao mesmo tempo que recomendava ainda a reparação da capela de S. Lourenço de Bustos.

O relógio fora inicialmente colocado na abóbada da torre e isso trouxe alguns problemas quanto ao seu permanente funcionamento, assim “colocado em sítio que ninguém quer tratar dele”, entendendo a Irmandade que “se deveria colocar próximo dos sinos com o que se economiza alguma coisa, visto que o sacristão pode tratar dele sem aumento de despesa”. O acesso era de tal modo perigoso que o juiz, Manuel Francisco Pedreiras, em reunião de 8 de Maio de 1894, sugeriu a mudança para perto dos sinos:

“Disse o juiz que em todos os orçamentos anteriores se tem incluído a verba de quatro mil e quinhentos reis para tratar do relógio da igreja, resultando sempre estar este uma grande parte do anno parado por não haver quem por tal dinheiro lhe queira dar corda no sitio em que elle se acha collocado, sitio perigoso por estar todo acima da torre. Lembrou-se de collocar próximo dos sinos onde sem incommodo nem risco de vida se lhe pudesse tratar d'elle e para esta mudança apresentou o respectivo orçamento de peritos que, segundo elle, importa em cinquenta e um mil quinhentos e noventa reis, o que lhe parece de

grande vantagem visto que neste último sitio o sacristão que todos os dias vae tocar o sino e a quem se tem dado sempre gratificação de nove mil reis, julga que por aquella remuneração elle pode fazer mais aquele serviço".

Se, em 1896, era colocada telha nova e feito o madeiramento do telhado da igreja matriz, dois anos antes, porque a capela de Bustos ameaçava ruína e de tal modo que podia ser suspensa a celebração da missa, era concedido um subsídio de 15 mil reis para a sua reparação, reconhecendo a Irmandade das Almas que "daquella parte vinha a maior parte dos rendimentos". No entanto, o subsídio para a reparação da matriz era o dobro. Era pároco padre Manuel de Almeida Sobreiro ("Livro de Actas das Sessões da Irmandade das Almas", 24/6/1894).

De obra em obra, a vedação do adro actual foi realizada em 1902 e custou à Junta de Paróquia tanto como 78\$260 reis.

Em 1904 outras obrasurgia fazer na igreja. Achava-se então o tecto "em péssimo estado" (...) "o qual ameaçava ruína", mas a Junta de Paróquia estava desprovida de "rendimentos próprios" para custear as despesas da obra "tão importante como urgente". Por outro lado, "achavam-se as pessoas muito cansadas com pagamentos de enormes contribuições" e, assim, considerando a crise que era patente, foi deliberado "apresentar ao Governo de sua majestade pedindo-lhe seja concedido um subsídio de quinhentos mil reis, montante da despesa prevista para aqueles trabalhos (Acta de 22 de Maio de 1904).

Por qualquer motivo, a obra não foi realizada e, por isso, o assunto voltava no ano seguinte à reunião da Junta de Paróquia, de que era presidente padre João Francisco Moreira e vogais, António dos Santos Barroco, Manuel Simões Tribuna, José Simões Loureiro e Daniel da Silva Martins. Como a despesa da colocação de um novo forro era avultada, de novo, foi decidido pedir ao governo um subsídio de oitocentos mil reis (Acta de 10/9/1905).

O forro da igreja, era de madeira de carvalho e nem todo ele estaria deteriorado, a avaliar pelo que reza a acta da Junta de Paróquia, datada de 13/12/190... "que parte desse forro, sendo de madeira de castanho, como lhes parece que é, poderia ser aproveitado". Pare-

cia isto aos peritos convidados para avaliar o seu estado de conservação. E as pessoas entendidas, chamadas a dar a sua opinião, quanto ao novo, foram do parecer que “a obra do forro da igreja não ficaria pior e mais económico, sendo feito em estuque...” (Acta da J.P. de 14/2/1909, ano em que foram colocadas três abraçadeiras de ferro para “segurar as paredes do corpo da igreja” — era pároco da Mamarrosa padre Henrique Simões Capão e foram registados nos livros paroquiais 80 nascimentos e 41 falecimentos, portanto, com um saldo demográfico bastante positivo).

Depois de “dados os pregões de estilo e procedendo-se de acordo com as devidas formalidades”, foi adjudicado a Luís Apolónio da Silva, artista da Palhaça, pelo montante de 250\$000, que metendo mãos ao trabalho, o acabou em Agosto do mesmo ano. Foi seu fiador o carpinteiro, Manuel Simões Luzio, da Póvoa.

Como quer que seja, o forro de madeira de carvalho foi substituído por outro de tabique revestido a gesso, o que hoje ainda existe e irá desaparecer no novo restauro da matriz.

Mas não era só a nível de construção que, no começo deste século, a igreja da Mamarrosa se achava com problemas de degradação. Era também a nível de alfaías. O pároco, padre João Francisco Moreira, considerava que os paramentos e roupas estavam em “deficiente e deplorável estado” (Acta de 26/11/1905), sugerindo o lançamento de uma derrama, já aprovada, de 15% sobre as contribuições gerais directas que os proprietários pagavam ao Estado, e cujo resultado se destinava não só à compra de alguns objectos e conserto de outros, como também em algumas reparações da igreja, casa da fábrica (onde reuniam a Irmandade das Almas e a Junta de Paróquia), residência paroquial e capela de Bustos.

Outra derrama seria aprovada no ano de 1906 (para ser cobrada no ano seguinte), para que pudesse ser fundido o sino grande da torre que estava já partido há bastante tempo, “não se podendo por isso fazer uso dele” (Acta da Junta de Paróquia de 1/6/1906).

O sino grande foi mandado fazer pela Junta de Paróquia em 1907 na Fábrica de Sinos F. Rocha, Porto. Era presidente padre João Fran-

cisco Moreira, natural da Palhaça, a quem os republicanos chamavam “João das Barracas” — foi ele que criou na sua terra natal a feira dos doze. (Morreu no lugar da Picada, como pároco resignatário, a 4 de Setembro de 1917). Este sino registou a vaidadesinha dos elementos da Junta de Paróquia, cujos nomes foram gravados no bronze: padre João Francisco Moreira, A. Barroco, M. Tribuna, D. Martins e José S. Loureiro. O sino mais pequeno é recente e foi fundido na fábrica Duarte Lemos & Filhos, de Fermentelos em 1961, ano em que era pároco padre António Ferreira Tavares. Registado em bronze está: “mandado fundir pelo povo” e a partir de um antigo que havia partido. O custo foi de 8.000\$00. Acrescente-se ainda um pormenor: o sino grande nasceu e cresceu da fundição de dois sinos mais antigos existentes na torre matriz, trabalho que custou 303\$000.

Para fazer face a todas estas despesas foram ainda desamortizados alguns logradouros comuns, à excepção dos de Carvalhais e Pinheiro Manso, na Mamarrosa, porque alguns habitantes a isso se opuseram, alegando a existência de oliveiras de vários proprietários no primeiro caso e de areia no segundo, destinada a fazer adobes.

Registe-se que, nesta altura, recebia o coveiro dos herdeiros do finado, desde que tivesse idade superior a sete anos, alqueire e meio de milho, ao passo que se tivesse idade inferior recebia apenas três quartas de alqueire (de 15 litros).

O último restauro da igreja ocorreu em 1959 e incluía: deitar abaixo todo o reboco da fachada e caiá-la; pintar todas as portas, colocar caixilhos novos nas quatro janelas laterais e envidraçá-las; lavar todas as pedras de cantaria e retocá-las e ainda revisão do telhado.

A residência paroquial ficava então situada no Aido do Reitor e já havia sofrido obras de recuperação em 1886, substituindo toda a telha e madeiras. Era uma casa com rés do chão, onde se situavam salas de entrada e escritório e sala de mesa e ainda três quartos e cozinha; no primeiro piso, 3 compartimentos idênticos, com escada a dar para um corredor (que também no rés do chão, ainda uma saleta e quarto). Ainda que espaçosa, nenhuns portais levavam cantaria e as janelas eram de bandeira com um só vidro. Os tectos eram em gesso e alguns

compartimentos tinham florões e possuía ao canto das janelas assentos de pedra de Ançã.

Em 1941 foi construída no Vale nova residência paroquial, cujo custo se elevou a 80.000\$00. Mais tarde foi vendida a António Ferreira da Silva, em 1988, por 2.500.000\$00.

INVENTÁRIO DE BENS

Em 15 de Janeiro de 1852 foi feito um inventário dos bens pertencentes à paróquia e fábrica da igreja, na presença do Dr. José de Melo Freitas Pinto, administrador do concelho de Oliveira do Bairro. Era regedor da freguesia de Mamarrosa João Gonçalves da Graça e pároco, que acumulava a função de presidente da junta da paróquia, padre Joaquim Pedro Nolasco. Os outros membros eram Joaquim Duarte Sereno, Manuel Francisco dos Brózios, José Simões Ferreira e Sebastião de Jesus.

O inventário foi dividido em bens próprios da fábrica da igreja, bens do logradouro comum (não muitos) e ainda bens que diziam respeito directamente às acções de culto (paramentos, vasos sagrados e outras alfaías litúrgicas).

Da relação dos bens da fábrica constavam, entre outros, residência e passal contíguo, sito na rua igreja a que foi dado o valor de 50 mil reis, duas oliveiras junto da capela de Nossa Senhora da Graça, bem como outras 22 plantadas no adro velho que, confrontava a norte com Joaquim de Oliveira das Neves, de sul com passal e o seu rendimento pertencia à confraria do Santíssimo, com a nota de que “este prédio sempre foi pertencente à igreja”. Mais oliveiras havia, em número de três, com seu terreno, no sítio do Cume, mas “nenhum rendimento tem produzido”. Foram legadas à Confraria do Senhor por uma senhora, de nome Teresa, da Quinta do Gordo.

Logradouros comuns: um baldio, ocupado com oliveiras, de vários habitantes, no sítio da Fonte da Moura, que partia de norte a sul com caminho público; outro baldio, “aonde cavam areia” todos e quaisquer habitantes que de areia necessitassem, no sítio onde chamavam o

Pinheiro Manso, com uma área de cerca de 150 m²; outro baldio, de pousio, no sítio da Quinta do Clemente, com uma área de 740 m² e que foi vendido em 13 de Janeiro de 1884; outro, situado no Cavouco, também chamado Rio Velho (vendido em 1870); outro chamado Sobreiro no lugar da Mamarrosa, ao longo da rua pública que dava da igreja para o Freixo; ainda o do Carvalhal, no lugar da Barreira, de Bustos; outro no sítio do Lago, limite da Azurveira (vendido em 1884) e ainda um último no sítio do Sobreiro, onde estavam plantadas oliveiras de vários habitantes e onde se tirava areia para caminhos.

Mais alguns logradouros de ordem comunitária: o baldio do Carvalhal, no lugar da Barreira de Bustos, que ia para o Vale de Canas; o baldio sito no Sobreiro, à porta de João Francisco Pedreiras, que por ser conhecido não se confrontou, onde estavam plantadas oliveiras de vários habitantes e onde se tirava areia para caminhos; um baldio no sítio do Lago, limite da Azurveira, que partia de norte com veia de água e do sul com Manuel Domingues, da Azurveira; outro no sítio do Mato das Cavadas, que partia do sul com Manuel Francisco dos Brózios e do norte com Rosa da Joana, viúva, ambos da Mamarrosa.

Dos bens da fábrica da igreja e paróquia e, segundo o livro de Inventário da Junta de Paróquia de Mamarrosa, com termo de abertura datado de 8 de Fevereiro de 1858, faziam ainda parte: o altar-mor onde pontificava a imagem do padroeiro, S. Simão, de madeira de castanho e “com uma serra em bom estado”; havia outro com a imagem de Santa Marinha, de barro, com a sua cruz de lata dourada; ambas eram pintadas e douradas, mas os louvados não lhe atribuíram qualquer valor “por não haver ali pessoa competente”; o altar da Confraria do Senhor, com duas imagens, uma do Ecce Homo, em bom estado e outra, de Santa Luzia, “muito ordinária”, diziam os louvados, mas incapazes de lhe atribuírem qualquer valor; havia ainda o altar das Almas em que pousavam duas imagens de S. Sebastião, uma maior e outra mais pequena, ambas de madeira de castanho e pintadas “a cor de carne, já antigas”. Outro altar era o da Senhora e Menino, tudo em madeira de castanho, com “coroa de prata muito ordinária e já quebrada”; mas havia também as do Senhor do Arco, “com uma imagem de

pedra do mesmo Senhor” — diziam erradamente — e a imagem do Espírito Santo, “já antiga, dourada e pintada em bom gosto”.

Por sua vez a capela baptismal tinha a sua grade de castanho pintada a cor de madeira, equipada com fechadura. A pia, que é a actual, era de pedra maciça de Ançã, lavrada com bom gosto e havia ainda um armário para guardar a âmbula dos santos óleos.

De entre as alaias litúrgicas será de destacar: uma capa de asperges, de veludo e outra, de “nobreza roxa em bom uso, agaloada de amarelo”; três albas, “com folhas de caça”; um pálio de veludo vermelho, com as quatro varas de pau; uma toalha “de dar a comunhão ao povo”, de três varas, de linho; uma cadeira paroquial, pintada de preto, “em bom uso”; um candeeiro de quinta feira santa, de castanho, com 3 lanternas de folha, 4 opas de castorina da Confraria do Santíssimo Sacramento; um guião de damasco vermelho, em bom uso com cordas e borlas de retrós amarelo e outro guião de damasco branco; duas cruzes processionais de pau castanho; um cálix de prata liso, em bom estado, “pertencente à Senhora” com colher de metal, pesando tudo 450 gramas; outro cálix idêntico pertencendo à Irmandade das Almas, com 500 gramas e ainda um outro com pé de estanho, que mais tarde foi roubado; uma custódia usada, com pé de estanho e esplendor com algumas pedras; copo e cálix em prata, pesando 175 gramas; dois relicários lisos de prata, um pequeno e outro maior, um turíbulo e uma caldeirinha de metal amarelo, bem como uma campainha (esta pertencente à Confraria das Almas); um sudário, já usado; um lustre de lata envernizada a diferentes cores, com a competente ferragem e corda que servia para “iluminação da igreja nas noites de Quinta Feira Santa e de Natal”, a que foi atribuído o valor de 4 mil reis; mas havia na capela-mor uma lâmpada, nova, e duas no corpo da igreja, já “muito antigas e velhas, valendo tudo 5 mil reis”.

Registaram os avaliadores ainda como bens da paróquia dois sinos na torre, um grande e outro pequeno, mas “ambos são”; também duas arrecadas, “oferecidas à Senhora”, de ouro, com 6 gramas de peso, bem como três fios de contas (que haviam de ser roubadas).

Em 1884 foi conferida esta relação de bens. Era então pároco

encomendado padre Álvaro Henriques, que substituiu o padre Joaquim Pedro Nolasco. Era presidente da Junta de Paróquia José Luís Pinto de Miranda. Os vogais eram João Nunes Mota, António Francisco dos Brózios, Julião da Silva da Manca e Manuel João Micaelo.

Em 6 de Fevereiro de 1891 foi feito o inventário de cruzes, sereais e pomba, tudo em prata. As cruzes e varas eram de prata lisa e a cruz paroquial era de prata lavrada com os respectivos resplendores “com emblemas da paixão galvanizados a ouro”. O peso era de 3.766 gramas, sendo-lhes atribuído o valor de 116.746 reis. Havia ainda mais dois sereais de prata, divididos em duas partes, castiçal lavrado e vara. O peso das duas peças era 4.040 gramas e o valor de 106.640 reis. Havia, além disso, duas cruzes redondas de prata lisa com dois resplendores, pesando uma 727 gramas e a outra 1150 gramas. Esta última pertencia ao guião do Santíssimo.

A pomba era de prata lavrada, pousada em globo de prata galvanizada a ouro. Tinha de peso 350 gramas e pertencia ao guião do Espírito Santo.

O inventário exarava ainda, relativamente à igreja matriz, que havia “cinco fios de contas de ouro pequenas que estão ao pescoço da Senhora que poderão ter de peso 10 gramas” e que mais tarde foram vendidas.

A 6 de Março de 1891 estas mesmas alfaías eram entregues à guarda e responsabilidade do pároco Manuel Almeida Sobreiro.

Por sua vez, a capela de S. Lourenço de Bustos possuía também alfaías próprias para o culto, nomeadamente um cálix de prata e respectiva colher e ainda um outro mais pequeno, pesando 500 gramas. É registada nesta capela a existência de um sino cujo peso era calculado em 146.880 kgs.

Com a transferência dos bens da igreja para o Estado, às Juntas de Freguesia que se seguiram à implantação da República ficaram acometidas algumas tarefas que antes pertenciam à Junta de Paróquia ou Irmandade das Almas. E assim é que aparece a Comissão Administrativa de 1929 a pagar o concerto do relógio da torre, o que custou 400\$00, mas também a vender “as cordas velhas dos pesos do reló-

gio". Efectuou o serviço António Ferreira Neves, de Oliveira do Bairro, que garantiu um bom funcionamento durante dez anos. Ou até a providenciar o conserto do sino.

Os bens que o Estado havia arrolado a seu favor voltaram à posse legal da Paróquia por força do auto de 4 de Maio de 1930, lavrado na presença de Manuel da Silva Cravo, presidente da Comissão Administrativa da Junta, Arnaldo Tavares Ferreira de Castro, amanuense da Câmara de Oliveira do Bairro, nomeado secretário ad-hoc e do pároco, padre Manuel Gonçalves (o denominado Padre Cadima), dando assim cumprimento ao disposto na declaração publicada no Diário do Governo, 1ª série, n.º 94, de 24 de Abril de 1930, que obrigava a Junta de Freguesia a entregar "à corporação do culto católico" os bens, que se resumiam à "igreja paroquial, terraço e capelas públicas, dependências e objectos de culto", à excepção da capela do cemitério que entretanto fora construída e por isso não constava do tal arrolamento. A capela a que se refere tal documento era concretamente a de S. Geraldo, da Caneira. O auto foi assinado pelo administrador do concelho de Oliveira do Bairro, António Tavares de Araújo e Castro, como também por todos os outros intervenientes.

Se esta era a pouco pormenorizada relação de bens arrolados poder-se-á concluir que na altura do arrolamento dos bens a favor do Estado, já a capela de Nossa Senhora da Graça estava em ruínas. No entanto, na acta de 7 de Setembro de 1930 em que foi decidido pela Comissão Administrativa "mandar copiar na acta desta sessão um segundo auto de entrega", o documento já também não nomeia a capela de S. Geraldo, como acontecia na acta datada de 6 de Julho do mesmo ano, mas "capelas públicas...". Quais? Não há qualquer especificação. Também a da Quinta do Gordo, que data de 1907?

DAS CAPELAS DE S. ROMÃO E NOSSA SENHORA DA GRÇA

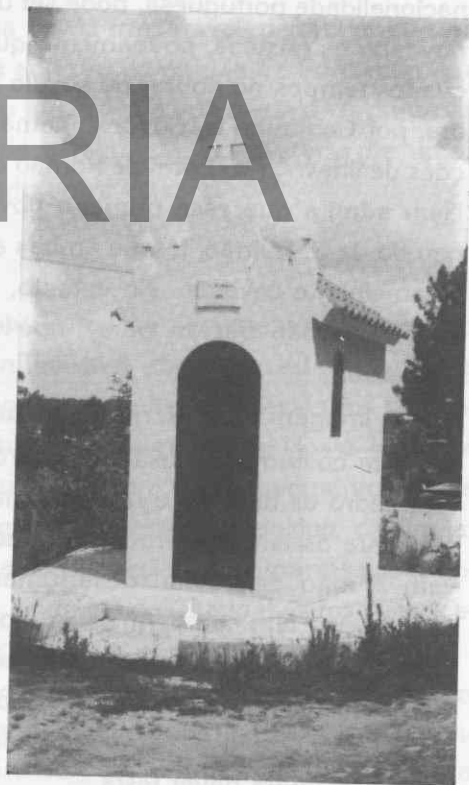
LE MOSSA SENHORA DA GRACA

bibRIA

DE S. ROMÃO
ORA DA GRAÇA
RIA

O mais antigo templo (ou melhor dizendo a mais antiga ermida que se conhece em documentação) que houve na terra que viria largos anos mais tarde a chamar-se Mamoa Rosa — Mamarrosa, era anterior a 1020 e era em honra de S. Romão eremita. Isto segundo documento de doação das vilas de Levira e Lázaro ao Mosteiro da Vacariça, em que Mamarrosa aparece como limite daquelas. O documento reza assim: “Ad occidentalem partem per ubi dicunt mamoarasa ubi est illa heremita que vocitant sancti romani...” ou, feita a transcrição, quer dizer que “para a ocidental parte por onde dizem mamoa rasa onde está aquela ermida que dizem de S. Romão...”.

A tradição da ermida foi mantida possivelmente ao longo de mil anos e ainda agora existem as ruínas de uma que ficava na ilharga do prédio que foi de José dos Santos Pato, sita hoje na rua a que a autarquia deu o nome de Rua de S. Romão. Era



A actual capela de S. Romão.

pequena e particular, no entanto, usando cantaria na porta de entrada. Será a penúltima de uma série. A última foi construída, por vontade dos habitantes, pela autarquia em 1991, a escassos metros da anterior. Com uma diferença: é que esta é pública, o que não aconteceria com as anteriores, tanto quanto a documentação disponível indicia. A começar pelo inquérito de 1758, onde não aparece na relação das capelas, ao contrário da da Senhora da Graça.

É natural que os habitantes mais prósperos ou mesmo mais devotos assumissem, ao longo dos séculos, manter viva a lembrança de uma primeira ermida. Ou mesmo a comunidade. De uma forma ou de outra, o certo é que o padroeiro continua a ser S. Romão.

A ermida primeira, que foi edificada muito antes da construção da nacionalidade portuguesa, pode ser um sinal da chegada dos primeiros povoadores cristãos, povoamento que continuou progredindo “nos recuados tempos do dobrar do século XI, desde as vizinhanças de Coimbra, por Cantanhede, Covões, Mamarrosa, Ouça e Soza até às imediações de Ílhavo” (“O Foral de Romão de Vagos”, de Mons. João Gaspar). Nem admira que esse primeiro povoamento tenha sido contemporâneo do de S. Romão, já que ambas as terras tinham o mesmo patrono e semelhante devoção. No entanto, se foi o santo das primeiras devoções, isso não bastou para impô-lo mais tarde como padroeiro da freguesia.

A imagem de S. Romão teve um destino inglório.

Era costume por esses primeiros anos da República pelo S. João e S. Pedro os homens e rapazes, mais estes do que aqueles, empurrarem para os largos carroças, erguedores, charruas, sobretudo se estavam à mão de colher, desarrumados, e mesmo coisas que não o estivessem. Iam também os grupos pelos burros que levavam para debaixo da torre e aí amarravam-lhes uma corda ao pescoço que, por sua vez, subia até ao badalo do sino. Bastava que o animal se sacudisse ou baixasse o focinho para lamber a palha ou a erva que lhe deitavam... para haver festa.

Foi numa dessas noites de estúrdia que um grupo de rapazes foi

“roubar” à capela de José Santos Pato a imagem de S. Romão para a abandonarem em cima do Chafariz.

A propósito de quem a recolheu, há a versão de que terá sido o irrequieto António Augusto Caiado que, um dia a escondeu na dobra do seu gabão, acabando por fazer dele “o patrono da sua adegã”, andando por lá aos trambolhões. Uns anos mais tarde, tê-la-á enterrado. Porém, a sua versão é outra e diz que foi parar à loja do Manuel José da Póvoa que, em dias que tais, entre chacota e maltratos, lhe enfarruscava o rosto e lhe enfiava na cabeça um barrete vermelho, quando não era mesmo uma gravata da mesma cor atada ao pescoço. Depois colocava-o “no altar do balcão” e dizia para o adjunto: “isto é que está bêbado”. Até a imagem sofria de algum despautério, proporcionado pelos novos tempos da República.

Como quer que seja, foi uma perda irreparável, defraudando-se o património da comunidade. Foi à sombra da ermida de S. Romão que nasceu a Mamarrosa. E S. Romão integrava a sua história. A Junta de Freguesia diligencia no sentido de a recuperar do desterro de umas pasadas de terra em cima, segundo outra versão.

Encontrando-se em muito mau estado o documento existente no Arquivo da Universidade de Coimbra (n.º 28, caixa XII — Cabido e Mitra da Sé de Coimbra), isso não nos permite recolher dados bastantes para a reconstituição física e histórica da capela de Nossa Senhora da Graça. Fica a saber-se, no entanto, a data do requerimento, 18 de Setembro de 1775, documento que era assinado pelo juiz da igreja, pelos eleitos e mais povo do lugar e freguesia da Mamarrosa, pertencente então ao bispado de Aveiro, onde era solicitado lhes fosse concedida a licença para a bênção da capela.

Outro pormenor fornecido é que se tratava de uma reedificação, o que supõe, logo à partida, certa antiguidade da ermida que era redonda (ou oitavada?) na sua traça. Era do povo e da invocação de Nossa Senhora da Graça, mas pouco frequentada e, segundo o inquérito de

1721, tal qual a de S. Lourenço de Bustos, era “muito pobre, sem fábrica alguma”.

A conservação e reparações desta ermida corriam por conta da Confraria de Nossa Senhora do Rosário.

Velhinha, chegou ainda ao presente século, com seu púlpito de pedra de Ançã. Da mesma pedra eram os cunhais das portas e os vãos das janelas. De pedra calcária eram as paredes.

No ano de 1922 já não existia. Nesse ano, apresentou-se na sala das sessões da Junta de Freguesia, com uma procuração do professor Augusto Pires Fernandes, professor primário, Daniel Simões dos Santos, a fim de justar o terreno, onde estava implantada a capela de Nossa Senhora da Graça, para aquele construir ali uma casa que destinava entregar para edificio escolar. É assim de concluir que a capela tenha sido demolida, depois de deitada ao abandono até se esboroar, por este tempo.

O terreno acabou por ser vendido a 3\$00 o metro, enquanto a pedra da capela foi vendida a 8\$60 cada metro cúbico. Duas pedras foram colocadas no lavadouro do Rio do Cabouco, em Maio de 1924, e ainda outras duas vendidas a Manuel da Silva Azenhas.

O que não deixa dúvida alguma é a sua localização. Na Acta da Junta de Freguesia de 16/7/1922 vem exarado que “não foi entregue a esta (Junta) a casa própria para edificio escolar que Augusto Pires Fernandes construira à sua conta e com materiais seus, em terreno que a Junta lhe cedeu no sítio onde estava” a capela da Senhora da Graça. Não só era ali, como o espaço ocupado pela escola primária era semelhante ao ocupado pela capela.

Só mais uma achega.

Alguma coisa de esquisito se passou na madrugada de 24 de Julho de 1887 no arraial de Nossa Senhora da Graça, mês em que se celebrava a festa. Todavia, não o podemos descortinar, porque, apesar de tudo, a Acta da Junta de Paróquia de 24/7/1885 é escassa em pormenores. Contudo sabemos que ali, “naquela madrugada a ordem por várias vezes esteve prestes a alterar-se, principalmente das quatro às seis da manhã do dia de hoje” e não fora “o sangue frio e a

prudência do 2.^o sargento Manuel Alves, comandante da força de cavalaria n.^o 10" que policiou o arraial e soube conter as ondas populares e teria "corrido muito sangue".

Que acontecimento estará subjacente a este aparato bélico no arraial, que forças se degladiavam, motivando uma reunião de urgência da Junta e envio de ofício ao governador civil?

Era presidente da Junta de Paróquia padre Manuel de Almeida Sobreiro, que tinha como vogais Domingos Simões Aires, Manuel Nunes Cipriano e Manuel da Silva Martins.

Relativamente à ermida de S. Lourenço de Bustos, cuja existência já é referida na visitação feita no ano de 1636, era ela também "muito pobre e sem fábrica alguma" e tinha sido instituída pela Exm^a Marquesa de Arronches (Inquérito Paroquial de 1721) onde o cura afirmava que não era "frequentada do povo". Porém de opinião contrária era já, e segundo o inquérito de 1758, o Reitor da Igreja Matriz de Soza, Tomé do Sacramento e Brito, que informava o Ministério do Reino: "Em dez de Agosto dia do dito Mártir São Lourenço, muita gente de romagem à mesma Capela, e também em dias diversos algumas pessoas particulares por terem ao dito Santo Mártir por advogado das maleitas e que levando-lhe uma telha de oferta têm fé de que lhas tira".

Hilário Costa, em "Memórias de um Bustoense", página 121, afirma que a antiga capela de Bustos foi construída em 1739. Terá sido uma nova capela para substituir a anterior ou ter-se-á tratado de uma remodelação, já que nas várias visitasções se insistia na necessidade de fazer reparações? Na visitação de 1636, por exemplo, o visitador expendeu esta afirmação, que foi passada a escrito, assim: "achei tudo muito velho e indecente", no que se referia a toalhas para o altar e um véu para o cálix e tudo o que mais era necessário para o culto, tendo dado ao juiz da igreja o prazo de 15 dias para pagar aos empreiteiros a obra do ladrilho, o que assegura que algum restauro estava a ser feito.

Como quer que seja, a capela de S. Lourenço de Bustos chegou a albergar defuntos. O primeiro que foi ali a enterrar foi o capitão Manuel

Simões, do lugar de Bustos, que em 1742 solicitava ao Cabido da Sé de Coimbra autorização para ali ser sepultado “para descargo da sua consciência e salvação da sua alma”, quando falecesse “da vida presente”. Em contrapartida, oferecia um frontal de damasco para o altar e esmola para o padroeiro. Foi-lhe concedida essa deferência, mas com a recomendação que fosse enterrado “a cinco palmos em distância do altar”.

O mesmo documento (AUC, Capelas de Balsas e Bustos, III D, 1.6.3.43) assinala a celebração da missa na capela todos os domingos e dias santos e “está decente”, o que indica que a população cumprira o estipulado pelo visitador para fugir ao pagamento de uma multa de vinte cruzados... ou já tinha construído mesmo novo templo.

As oliveiras, em número de quatro, que respiravam no adro da capela de S. Lourenço, foram arrancadas em 1879, por estarem velhas e também para desafogar o lugar, o que também acontecia no Adro Velho da antiga matriz, estas por terem sido derrubadas.

Mais pequena e mais nova, era a capela da Barreira, Bustos, (mandada construir por António Ferreira, deste lugar, em sua propriedade).

O requerimento tem data de 22 de Dezembro de 1870, dirigida ao Bispo de Aveiro e nela se pretendia fosse celebrada missa “e ouvida por todos”. Edificada, foi pedida autorização para a sua bênção. Tinha um “acesso pronto e fácil a qualquer hora e destinada para uso dos povos”, obtendo, com esta argumentação, um despacho favorável de D. Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, vigário da diocese de Aveiro, datado de 20 de Dezembro de 1873.

Era o templo da invocação do Santíssimo Imaculado Coração de Maria e nele podia ser rezada ou cantada missa. Tinha as medidas de 6 x 4, uma janela envidraçada, uma porta para a rua e outra que dava directamente para a casa, propriedade de António Ferreira, que era muito rico e solteiro.

Apesar disso, não foi aprovada na primeira vistoria, tendo sido aconselhado a fechar a porta lateral e a substituí-la por uma pequena

sacristia. Foi revista em 24 de Janeiro de 1874 pelo padre Joaquim Pedro Nolasco, de resto, pároco da freguesia da Mamarrosa, que voltava para nova vistoria em 11 de Março desse mesmo ano.

A capela dispunha de um altar “feito com pouco aparato, mas decente, banquetta pequena, mas dourada, três toalhas de linho decente”.

António Ferreira dotou a capela com uma terra lavradia no mesmo sítio “que muito bem vale 200\$000” para que, com o rendimento do dito prédio pudesse custear as despesas. É que durante algum tempo teve mesmo capelão que celebrava missa aos domingos e dias santos. (Capelas de Bustos e Balsas, III D 1.6.3.3, AUC)

Em 1914 sofreu obras de restauro: foi retocada e mesmo aumentada tanto na capela-mor como na sacristia.

Aquando da legalização da Irmandade das Almas, em 1757, reunidos, os irmãos defenderam a proposta de que no sítio da igreja velha fosse colocada uma cruz ou uma capela das almas, exactamente “aonde era o arco cruzeiro” e o custo fosse suportado pelo rendimento da própria Irmandade. Propuseram ainda que fossem colocados uma grade de ferro e um alçapão na entrada do Adro Velho. Outra sugestão foi então apresentada — que, erguida a cruz ou a capela, no último domingo de cada mês, a procissão das almas desse a volta àquela cruz ou capela, acompanhada de todos os irmãos, que ficaram ainda com “a obrigação de consertar o caminho do Adro Velho para dentro”, ou seja o caminho de acesso.

Isto quer dizer que a antiga igreja já no ano 1757 tinha sido substituída pela actual.

A irmandade acabou por erguer a capela, pelo menos isso aparece claro pelas actas de 1884, ano em que alguns habitantes se apresentaram na Junta de Paróquia a pedir que fosse vendido aquele local, mas a Irmandade opôs-se, invocando que “existe ali uma capela que lhes pertence e além disso estão ali sepultados ossos dos antigos habitantes desta freguesia” (20/5/1884).

Porém, logo que João Nunes da Mota assumiu a presidência da Junta de Paróquia propôs, na sequência de um requerimento, a venda do “terreno onde antigamente, dizem, era adro e igreja desta freguesia” e que “hoje para nada serve”. Mas ainda juntava a este terreno os baldios da Fonte da Moura, Pinheiro Manso, Cume, Cabeço do Moinho, Rego da Água Boa e Barrocos do Barrinho (estes três, mais tarde), alegando que “se tomam todos desnecessários ao logradouro e uso comum dos povos”. Esta era a solução encontrada para fazer face às grandes despesas com a residência paroquial, revogada que tinha sido a proposta de lançamento de uma derrama pelos habitantes de 40%, e que era realmente pesada.

Os habitantes dividiram-se, gerou-se alguma polémica à volta daquele terreno. Por um lado, a Irmandade das Almas contestava tal decisão, invocando que “existe ali uma capela, que era pública, que estão no uso dela para uma procissão mensal e além disso que estão ali sepultados os ossos dos antigos habitantes desta freguesia”, conforme consta da Acta da Junta de Paróquia de 1 de Maio de 1885. Por outro, o povo opunha-se também à desamortização dos baldios da Fonte da Moura e do Pinheiro Manso porque o primeiro servia de coradouro e também de areeiro, de onde os habitantes arrancavam areia para as construções e para o fabrico de adobes. O mesmo acontecia no Pinheiro Manso, onde arrancavam areia “igualmente boa” e queixavam-se mesmo que não havia outro areeiro de onde arrancá-la.

Perante esta controvérsia, a Junta de Paróquia deliberou nomear uma comissão de 13 cidadãos “escolhidos de entre os mais ilustrados pelo seu saber, probidade e independência” para se pronunciarem sobre tão momentosa questão. Dela fizeram parte: Francisco Pedreiras, do Cabeço de Bustos; José Simões da Costa, da Quinta Nova; Sebastião Simões Couvelha, da Póvoa; Manuel dos Santos, da Azurveira; Manuel dos Santos Novo, da Picada; Custódio José dos Reis, da Caneira; Manuel dos Santos, das Coladas; Joaquim Duarte Sereno, de Bustos; Manuel da Silva Cravo, da Quinta da Gala; António Ferreira e António dos Santos Barroco, do Sobreiro; Manuel Francisco dos Brózios, da Mamarrosa (que não compareceu, alegando que não estava em condi-



Era em ogiva e assim o umbral da porta de entrada da Capela das Almas.

ções de se pronunciar) e João da Cruz, das Pedreiras (Acta da Junta de Paróquia de 1885).

Marcada a reunião para o dia 11 de Junho de 1885 os elementos acorreram à casa das sessões, ausentando-se então os elementos da Junta de Paróquia para que, em silêncio e em sossego, o grupo dos treze se pudesse pronunciar com justiça. Porém, o sossego pretendido foi perturbado, quando Joaquim dos Santos Pato, acompanhado dos seus dois filhos, Júlio e José, e ainda de Manuel Oliveira das Neves (o Manuel Doutor), Pedro Ferreira e Francisco Simões Carriço, invadiu a sala em altos berros. Serenados entretanto os ânimos, depois de participado o caso às autoridades policiais, perante a resistência daqueles em acatar a ordem do presidente, a comissão pronunciou-se exactamente contra a venda.

A capela do Adro Velho “onde vai esta Irmandade em todos os domingos últimos de cada mês” (Acta da Irmandade das Almas de 28 de Janeiro de 1909), ainda existia assim em 1909. Aliás, neste mesmo ano, por proposta do juiz da Irmandade das Almas, José Simões dos Santos, foi arrematado o seu restauro. As condições para os interessados em concorrer eram curiosamente as seguintes:

- 1.º Tapar porta e janela, abrindo outra porta, meter-lhe a competente esquadria
- 2.º Fazer o portal furado, bons chumbadouros e fexadura à escolha do juiz (três mãos de tinta);
- 3.º Bandeira de ferro para o arco da porta e arame fino por dentro;
- 4.º Mudança do altar sendo este coberto a madeira por cima fazendo-lhe um piqueno grau para basos e castiças;
- 5.º Um supedâneo de madeiras o pé do altar;
- 6.º Simentar dentro por baixo;
- 7.º Simentar por fora a capela;
- 8.º Preparar o beirado em cal e tinta e telha que faltar;
- 9.º Meter a estuque tudo dentro e fora;
- 10.º Desempenar as paredes dentro e fora, levantar cunhaes e

pirâmides em volta do nicho de 0,12 quadrados;

11.² Frente da estrada assento de dois cunhaes e pirâmides e soleira e muro de 1,30 de altura e posto de branco dentro e fora.”

O trabalho foi entregue a Luís Pepino, de Oiã, por 49\$000, ficando por seu fiador Manuel da Silva Pesqueira.

Faziam ainda parte da Irmandade: António Simões Carriço, procurador; Manuel Domingues Ferreira Tavares, tesoureiro; Joaquim de Oliveira Pinheiro e Joaquim Francisco Granjeia, mesários.

O local viria a ser vendido em 20 de Junho de 1920, em hasta pública, bem como na mesma altura o baldio da Rua de Baixo. O produto da venda foi aplicado na construção do novo cemitério. Nessa altura apresentou protesto contra esta transacção, feita a favor de Adelino dos Santos Pato, da Mamarrosa, Pedro da Silva Micaelo.

À boa moda da época, no Adro Velho da Mamarrosa perfilavam-se, além de oliveiras, ciprestes, que foram arrancados em Julho de 1884. Nessa altura, surgiram duas correntes, uns a favor da manutenção, outros defendendo o seu derrube. A Junta de Paróquia, em face desta situação, fez publicar um edital para que se pronunciassem os que não os queriam ver desaparecer. Pronunciaram-se, porém, de ser-ra em punho, os que não os queriam de pé, o que deu origem a uma acção judicial.

Pode dizer-se que a capela das Almas, existente no velho passal (também conhecido por Passal das Almas) era no mínimo alta e em tamanho semelhante à da Senhora da Graça, tendo a abraçá-la listas azuis.

A pedra da frontaria, constituída por uma porta (alta, com cerca de 3 metros, e de verga em ogiva) e uma janela com 2,000 x 1,100 sensivelmente, quando foi desactivada, foi parar à porta e janela da cozinha de Adelino dos Santos Pato, construída nas traseiras da antiga residência paroquial, que este também adquiriu — mais tarde propriedade de Manuel Simões Capão.

Contígua à residência ainda é visível o conjunto de entrada para o

Adro Velho, constituída por vão de porta de ferro e dois vãos de muro, um de cada lado, revestido superiormente por pedra de Ançã, que também se ergue em quatro pilares, encimados por pináculos.

Havia mais capelinhas mas eram particulares. Uma ficava na Quinta do Cavaleiro, propriedade de Pedro da Silva Micaelo, homem que assumiu, no tempo da Monarquia, alguns cargos na Junta de Paróquia.

Era de invocação do mártir S. Sebastião, de duas águas e baixa, em tudo semelhante a outra cujo patrono era o Senhor dos Aflitos, propriedade de Arlindo Gala, junto à estrada Mamarrosa-Amoreira da Gândara, perto do café Vesúvio.

À capelinha do mártir S. Sebastião costumavam parar os cortejos fúnebres para uma oração por alma do falecido na sua última viagem terrena, tanto os que procediam de Quinta do Gordo e Malhapãozinho como os que vinham da Quinta da Gala.

Foi destruída em 1971 para facilitar a construção de uma casa.

Antes da actual capela da Quinta do Gordo, construída em 1907 (e restaurada em 1985) em terrenos dos irmãos João e Martinho Martins e a expensas suas — existiu uma outra ermida em terrenos que hoje são do concelho de Cantanhede, quase na fronteira actual, em local vestido de pinhais e mato. Mas eram os da Quinta do Gordo a fazer a festa e a proporcionar romaria.

A tal ermida fora edificada por promessa, segundo uns, ou por ali ter aparecido Santo António, segundo outros.

Pelo facto de estar implantada entre pinheiros e mato, em chão também bastante húmido e verdusguento, o patrono passou a ser nomeado “Santo António Carrasqueiro” e, hoje, na capela nova, o nome pouco difere — a população chama-lhe “Santo António das Carrascas”, ligando-o à primeira casa no bosque, sem ofensa, mas não sem uma pontinha de humor seráfico.

Das Carrascas ou não, continua a ser o santo milagreiro de sempre e de toda a parte, advogado dos lavradores na questão de suínos.

Daí a oferta de pés de porco pela sua festa. Mas também ali ainda não perdeu a fama de casamenteiro.

Porque o território (Quinta da Ferreira) onde estava implantada inicialmente a primitiva ermida em louvor de Santo António pertencia à freguesia da Mamarrosa, assim se explica que os da Quinta do Gordo tenham construído a actual capela em seu território para não deixarem morrer a tradição, quando a outra acabou por cair em ruínas.

A poente da Quinta do Gordo, fica a Quinta de Além cujo fundador era natural da primeira, Manuel Martins (O Priminho). Embora geograficamente pertença à freguesia dos Covões, os habitantes fazem toda a vida na freguesia da Mamarrosa. Servem-se da igreja para a missa, o casamento e até funeral. De resto, caminhando no mesmo sentido fazem aqui a vida social, frequentando o comércio e os bares. Cumprindo os deveres de cidadãos, aqui vêm votar em tempo de eleições e é a Junta de Freguesia da Mamarrosa que lhes compõe e afaga os caminhos.

As crianças por sua vez frequentam aqui a catequese e a escola.

Manuel Martins (O Priminho) que era solteiro, e assim morreu, um dia prometeu fundar uma aldeia na quinta de além, larga propriedade que o pai possuía naquela área. Esse dia chegou com as partilhas, onde fez questão de ficar com aqueles terrenos, que no tempo produziam pouco menos do que centeio, portanto, terras pouco propícias à agricultura, encostadas aos pinhais. Dado este primeiro passo, depressa se retirou para ali, começando por fazer uma casa, que vendia,



Capela da Quinta do Gordo.

tempos depois, para erguer outra que também vendia e assim sucessivamente, normalmente a gente de poucos recursos, até que começou a ser local de fixação. E assim nasceu a Quinta de Além que de corpo encravado em terrenos da freguesia dos Covões, tem a alma e a janela voltada para a freguesia da Mamarrosa.

No mesmo sentido (da Mamarrosa) caminha a população das Malhadas embora não de uma forma tão vincada como há duas décadas atrás, quando o lugar se encontrava muito isolado por falta de estradas de ligação à freguesia a que pertence, Covões. A situação era tal que as crianças frequentavam as escolas da Mamarrosa. Não será de estranhar esta atitude, porque ela permanece ao longo dos séculos, realizando alguns os baptismos dos seus filhos e o enterramento dos seus nesta freguesia de S. Simão. Esta foi uma tendência secular.

De resto, depois de acontecer a revolução de Abril, foi ali realizado uma espécie de referendo para que a população dissesse sim ou não à sua integração na freguesia da Mamarrosa. Os habitantes deram um sim rotundo, com raríssimas excepções. Só que, entretanto, pouco tempo depois veio a falecer Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato e o projecto esmoreceu. Era a terceira tentativa, mas esta acabou também por ser gorada na medida em que isso acarretava algumas implicações de carácter administrativo: mudança de freguesia, concelho e distrito. Deixava de pertencer à freguesia dos Covões, concelho de Cantanhede e distrito de Coimbra, para ser integrada na freguesia da Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro.

É deste "Santo António das Carrasqueiras", que é o mesmo Santo António de Lisboa ou Pádua, que por aqui restam algumas lendas que foram passando de geração em geração, ditas ao borralho, no campo ou na fonte.

Uma delas, rezam os antigos, dizia que, quando Santo António era pequeno, era muito traquina. Metia-se muito com as moças e, quando estas iam à fonte, arremessava-lhes pedras às vasilhas. Mas, um dia, a vasilha de uma quebrou-se, era de barro. Como o pai lhe ralhava por

estas coisas, o Fernando (era este o seu verdadeiro nome, antes de abraçar a Ordem dos Frades), com receio, recolheu os cacos todos, pô-los no seu lugar, um a um, deu-lhes um sopro e a vasilha ficou nova, como se não tivesse havido pedra de Fernando, mas só milagre do futuro Santo António.

Outra vez, num domingo de Ramos, o pai, em vez de o mandar à missa, ordenou-lhe fosse guardar os pássaros da seara que tinha próximo, ao mesmo tempo que avisou o barqueiro que se o filho lhe pedisse para passar para a outra banda, o não passasse. Que havia de fazer Santo António? Foi à seara, não para guardar já o trigo, mas para apanhar todos os pássaros. Tarefa cumprida, levou-os a todos para a casa da eira, que não tinha porta. A substituí-la, pôs-lhe uma grade. Engaiolados os pássaros, foi ter com o barqueiro, mas este, avisado que tinha sido pelo pai, não quis passá-lo para a outra margem do rio. Fernando de Bulhões tinha consigo um ramo de oliveira. Perante a nega do barqueiro, estendeu o ramo na água, colocou-se em cima, e assim se passou para o outro lado, juntando-se ao pai, a quem contou, entre assustado e satisfeito, o caso da grade encostada à entrada da casa da eira, a guardar todo o passaredo.

É ainda a Santo António que andam ligadas algumas crenças recolhidas igualmente na freguesia da Mamarrosa, — como esta de que, lhe rezando oração própria, as coisas perdidas aparecem ou os animais são curados. Uma das orações era a seguinte:

— Ó meu padre Santo António,
vós da glória foste rei,
nascido na flor da palma
para remédio da nossa lei.
Nesta cadeia estou e estarei,
à morte sentenciado.
Ó virgem da Piedade,
tende compaixão de mim.

Foi um anjo ao céu e disse:

Ó meu padre Santo António,

vai nesta hora a Portugal,

Vai teu pai para enforcar,

com sete sentenças falsas

contra ele vão jurar.

— Bem te entendo, anjo bendito,

que do céu vindes mandado,

alvíssaras não darei,

mas Deus te dará o pago.

O dito santo ajoelhou

pediu um padre nosso

e uma avé maria

e enquanto o padre nosso

e a avé maria rezou,

umas mil léguas andou.

À triste cidade chegou,

onde ia o penitente

e no meio de tanta gente,

ele disse:

— Ó justiça rigorosa,

paraí, não andeis mais,

esse homem que aí levais

sem culpa o condenais.

(Eles falaram uns para os outros e disseram):

— Nós aqui não prendemos

quem não é condenado.

No quintal deste homem se acha

homem morto e enterrado.

— Ora escutai e falai pouco,
e vamos à cova do morto,
que ele se levantará
e dirá quem o matou.

— Levanta-te, morto,
Deus é onnipotente
e diz quem te matou
ou se dele tiveste sinais.

O morto se levantou,
vestido e calçado,
como no mundo andou
e disse:

— Esse homem não me matou
nem dele tive sinais.

O homem que me matou
na companhia o levais...

— Ó meu frade, meu fradinho,
diz-me onde estás servindo.

— A vida que aqui tenho
a vós a estou devendo.

.....
— Ó meu pai, meu paizinho,
deite-me a sua bênção,
que me quero ir para Pádua
para acabar meu sermão.

Esta oração que acabava sempre com um padre nosso e uma ave
maria afugentava as tentações do diabo.



Capela da Quinta da Gala.

tal e o segundo à cadeia.

Dissolvida que foi a primeira comissão, foi organizada uma segunda de que fizeram parte José Pires Loureiro, Manuel Francisco de Barros, Manuel da Silva Cravo e Manuel António Canas.

É em honra de Nossa Senhora de Fátima, cuja festa se realiza em Maio, e possui torre sineira do lado direito com cúpula em cone, que lhe foi acrescentada ultimamente. Foi edificada em terreno de José Pires Loureiro.

A capela particular é de Manuel da Silva Cravo e a festa realiza-se no mês de Outubro, com missa, procissão e arraial, tudo a expensas do seu proprietário que a edificou em 1980 em cumprimento de uma promessa a Nossa Senhora de Fátima.

Se a Quinta da Gala não tem história, tem estórias curiosas, como esta. Joaquim da Silva Cravo, nascido em 1875, neste mesmo lugar, tinha uma porca de estimação que, quando o via, corria atrás dele,

Quinta da Gala possui duas capelas: uma pública, outra particular.

A primeira foi dada como concluída em 1940, embora começasse a construir-se uns anos antes e custou 35.000\$00. Houve duas comissões que meteram ombros à obra. A primeira era composta por Manuel Micaelo, Gil Domingues Gala, Sebastião Francisco Santiago e José Pires Loureiro. A dada altura, a construção foi interrompida, por uns dois anos, por incidentes ocorridos entre dois membros, Manuel Micaelo e Gil Domingues Gala, indo o primeiro parar ao hospi-



Capela particular de Nossa Senhora de Fátima.

caso se encontrasse fora do curral, com o fito, pasme-se, de beber uma canecada de vinho ou água-pé que o dono lhe servia, de boa mente, entre a chacota e umas carícias no espinhaço ou na cabeça. Até aqui, nada de especial. Mas o bom e o melhor é que o homem fazia questão de dar-lhe a beber, quando tinha amigos em casa. E, então, depois de

dar de beber ao animal, servia os amigos ou vizinhos pela mesma caneca que de tanto ir à beicola do animal já se encontrava esbeiçada. Acontecia isto por volta de 1945.

bibRIA

A LEM da Irmandade das Almas, salutar na Mamantosa, contemporâneas, sem poderemos, por falta de documentos, dar a data da sua criação, as confrarias de Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento, Espírito Santo e da Senhor, qualquer uma delas com algum rendimento.

DAS SEIS CONFRARIAS

bibRIA

O que podemos verificar é que em 1771 já se referidas a Irmandade das Almas, a confraria do Espírito Santo, bem como as confrarias de Santíssimo Sacramento, Senhora do Rosário e Espírito Santo. Mas, a confraria de Santíssimo Sacramento só aparece em 1634, informação que aparece nas visitações, embora não sejam especificadas.

Em 1722 são referidas no mesmo documento as três confrarias que foram contempladas em testamento de Manuel Nunes dos Reis, que, para bem de alma, não se esquecer dos pobres da freguesia, a quem destinou 10 alqueires de milho, ao mesmo tempo que os rendimentos ficavam com a obrigação de manter cemitério 240 meças. Por sua vez, a Confraria do Santíssimo Sacramento deixou 10 mil reis para a celebração de uma missa em cada ano; a de Nossa Senhora do Rosário, igual importância, "para rendimento" e a do Espírito Santo dois mil reis.

As confrarias eram "rendosas". A de Nossa Senhora do Rosário tinha dinheiro emprestado, por escritura de 7 de Junho de 1858, a António dos Santos Fato (dezanove mil e duzentos reis), mas acordou o mesmo com a Confraria da Senhor que, por escritura de 30 de Dezembro de 1858 tinha emprestadas as verbas de 13 mil reis e vinte mil reis, respectivamente, a Manuel Francisco da Silva Vinagre e Antô-

DAS SEIS CONFRARIAS

AIRbid

ALÉM da Irmandade das Almas, existiram na Mamarrosa, contemporâneas, sem podermos, por falta de documentos, dar a data da sua criação, as confrarias de Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento, Espírito Santo e do Senhor, qualquer uma delas com algum rendimento, ricas para a época. Também a de S. Sebastião.

O que podemos avançar é que em 1721 já são referidas a Irmandade das Almas, cujo protector era o mártir S. Sebastião, bem como as confrarias do Santíssimo Sacramento, Senhora do Rosário e Espírito Santo. Mas as confrarias, parte ou todas, já tinham existência em 1624, informação que aparece nas visitasões, embora não sejam especificadas.

Em 1729 são referidas no mesmo documento as três confrarias que foram contempladas em testamento de Manuel Nunes dos Reis, que, para bem da alma, não se esqueceu dos pobres da freguesia, a quem destinou 10 alqueires de milho, ao mesmo tempo que os herdeiros ficavam com a obrigação de mandar celebrar 240 missas. Por sua vez, à Confraria do Santíssimo Sacramento deixou 10 mil reis para a celebração de uma missa em cada ano; à de Nossa Senhora do Rosário, igual importância, "para rendimento" e à do Espírito Santo dois mil reis.

As confrarias eram "rendosas". A de Nossa Senhora do Rosário trazia dinheiro emprestado, por escritura de 7 de Junho de 1859, a António dos Santos Pato (dezanove mil e duzentos reis), mas acontecia o mesmo com a Confraria do Senhor que, por escritura de 30 de Dezembro de 1858 trazia emprestadas as verbas de 13 mil reis e vinte mil reis, respectivamente, a Manuel Francisco da Silva Vinagre e Antó-

nio dos Santos Pato. E assim por muitos anos fora, dinheiro emprestado e a render juros.

A Confraria do Santíssimo Sacramento embora já extinta, em 1867 recebeu ainda dos paroquianos 63 alqueires de milho, 18 alqueires de feijão, 14 alqueires de feijão frade, um alqueire de arroz, algum trigo, cebolas, carne de porco e alguma batata e também linho que rendeu 190 reis, enquanto que a Confraria do Espírito Santo recebeu de porta em porta 15 alqueires de milho, 6 alqueires de feijão, 3 alqueires de feijão frade, carne de porco, batata e cebolas.

A Confraria do Santíssimo Sacramento tinha a obrigação de fornecer cera para as outras confrarias, bem como para “o altar da fábrica” e candeiro de trevas, palmas para o domingo de ramos, levagem e engomação das roupas, pagar o ordenado ao sacristão, fazer conser-tos e reparações na igreja e nas capelas, promover as festividades do Corpo de Deus, Nossa Senhora do Rosário, Espírito Santo e cerimónias da Semana Santa, Missa do Galo, na noite de Natal, e fornecer azeite para as lamparinas.

Anote-se que, para além do valor de simples registo, estes elementos são fortemente indicadores do que a freguesia mais produzia nessa altura, sendo de realçar pela quantidade o feijão frade, o milho e pela variedade o linho.

Por sua vez, a Junta de Paróquia recebia percentagens das confrarias de Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento e Espírito Santo, provenientes das esmolas de milho, feijão, batata, cebola, abóbora, carne de porco, trigo, arroz, azeitona, linho e “esmolas de prato”. A do Santíssimo Sacramento era a mais rendosa. Os seus réditos triplicavam os das outras.

Em contrapartida tinha por obrigação fornecer cera às mesmas confrarias.

Serviram a Confraria do Rosário em 1889/1890 Manuel Simões Loureiro, Manuel Simões Capão (filho de José Capão), ambos do lugar da Azurveira; João da Silva Nicolau e Manuel Simões Gapo Ferreira, ambos do lugar da Mamarrosa.

Além destas, curiosamente aparece extinta a de S. Sebastião, por

acórdão do Conselho do Distrito de 2 de Agosto de 1862. É natural que fosse a de formação mais recente.

A Irmandade das Almas de S. Simão da Mamarrosa, da provedoria de Aveiro, nasceu aos 15 dias do mês de Janeiro de 1755 e o termo, curiosamente foi assinado pelo pároco do Troviscal, padre Francisco Simões Soares, a requerimento de todos os irmãos e irmãs da freguesia de S. Simão da Mamarrosa, onde então era cura padre Francisco José Torreira. Não há qualquer referência ao motivo por que não era feito na freguesia, onde era erigida. Porém, só foi legalizada em Fevereiro de 1757.

A sua implantação não foi fácil. Em 1800 havia muitas pessoas que não queriam ser irmãos, sujeitando-se os familiares a pagar seis mil reis, em caso de morte e, segundo o “Livro do Compromisso da Irmandade das Almas”, mesmo os irmãos tinham muitas faltas às suas obrigações, sobretudo, nos trigésimos e funerais “por negligência ou por urgentes ocupações”. Exactamente pelo receio de não cumprirem as obrigações, exaradas nos respectivos estatutos, é que muitos fugiam a inscrever-se.

Porém, em 1840, o panorama era melhor e registava a adesão por parte das próprias populações de Malhada e Penedos, enquanto do Porto do Vouga há um irmão, das Agradas, 7 e de Pereiras, 4.

Em 1910 verificava-se novamente um decréscimo no número de irmãos. Eram 139, assim distribuídos por lugares: Mamarrosa, 40; Quinta da Gala, 7; Quinta do Gordo, 6; Quinta das Martinhas, 5; Malhapão, 16; Caneira, 13; Coladas, 1; Penedos, 3; Sobreiro, 10; Picada, 1; Azurveira, 9; Barreira, 2; Bustos, 4; Cabeço, 2; Póvoa, 9; Quinta Nova, 2 e Quinta do Cavaleiro, 9. Destes havia 17 ausentes e “um insuficiente mental”.

Quando foi legalmente erecta a Irmandade das Almas, em Fevereiro de 1757, por iniciativa de Manuel da Silva Carvalho, englobava os lugares de Mamarrosa, Quintas, Malhapão, Caneira, Coladas, Sobreiro, Bustos, Quinta Nova, Azurveira e Agradas, e os estatutos foram escriturados em 37 artigos

Segundo os Estatutos, a Mesa era constituída por um juiz, um procurador, um escrivão, dois mordomos e ainda quatro deputados e

Compromisso da Irmandade das Al-
mas crecta na Igr.^a de S. Simão da Ma-
marroa, e dos Estatutos, que devem observar
os Irmãos nesta Irmandade

Os Segt.^{os}

Seu verã nesta Irmandade um Juiz
um procurador, dois Mordomos e um
Escrivão, quatro Deputados, e cada um
destes terá obrigação, que abaixo se declara-
rá e esta. Serão e serão avizos dos Irmãos em
eleição e nomeação feita, como abaixo se declara-
rá

Terá a sua obrigação seguindo algum Irmão,
sendo avizo de vir do Pd. Parocho, levar com a
Cruz, trazendo no acompanhamento, e indo a
Casa do Defunto com sua opa, e ali estando
o Escrivão da Irmandade mandará pergun-
tar a mesmos Escrivão por todos os Irmãos da
mesma Irmandade, excepto mulheres veias,
ou solteiras, que forem Irmãos desta Irmandade

De 1.ª vista em modo que lá nam en-
tregado p.ºs que poderem nomear alguns dos
Irmãos p.ºs que falarem adite tapete, ou ex-
por algum dos mesmos Irmãos, se por sua
devotação o quer tapar, eram havendo quem
o tape por devotação poderá nomear ahi
cum carum, que o tape, pagando-lhe a custa
de fofa.

denotso Fr. Ap. 1.ª
Anno do nascimento de mil, e setenta e cinco
e cincoenta e cinco annos, e do quinto dia
do Mes de Janeiro do 1.º anno do Fran.
e Irmãos Soares da Freg. da Província de
puedimento de todos os Irmãos e Irmãs
vovos, e filhas as diante nomeados, e calig-
nados da freg. de l. e imão da Almar-
rosa e mepedora que lá fresse este tro-
pelo qual se obrigarão a cumprir, e guar-
dar tudo o determinado nos capitulos de-
se compromisso os quais se puetarão afor-
reção, e por ahi o quer um assignar
e l. Fran. Simons Soares o f.º, e calig-
nei era ut supra

Fran. Simons Soares

P. Francisco de Sarmiento

Photomicrograph.

Mr. Martiny

todos com as suas obrigações específicas.

O juiz tinha a obrigação de ir levar a cruz no acompanhamento e ir “à cama do defunto com a sua opa” e aí mandar perguntar ao escrivão por todos os irmãos, excepto mulheres, viúvas ou solteiras, ainda que irmãs. Uma das atribuições do escrivão era ir também à cama do defunto com o rol perguntar pelos irmãos e, se não o fizesse, pagaria de multa 200 reis, rol que era obrigado a entregar no fim do ano de serviço ao seu substituto.

Por sua vez, ao procurador pertencia levar a bandeira em todos os funerais e na procissão das almas e de cobrar o rendimento da mesma, bem como cobrar as multas aplicadas aos irmãos por faltas e as jóias de entrada na Irmandade e, em contrapartida, correr “com toda a despesa, que for necessária para a mesma Irmandade e o juiz lhe determinar”.

Já aos mordomos que tinham ainda obrigação de nomear quatro homens, dois da parte de Mamarrosa e dois da parte de Bustos, para conduzirem o esquife até à porta do irmão, cabia a responsabilidade de avisarem os irmãos, cada um na sua parte: o da parte da Mamarrosa, desde as Coladas e Caneira até ao limite da Mamarrosa e o de Bustos de Coladas e Caneira para norte. Caso não o pudessem fazer eles próprios, tinham de nomear um dos irmãos para os substituir, tendo ainda a obrigação de indicar ao juiz as pessoas que avisavam ou não, bem como a de conduzir da igreja a cera para se “acender no acompanhamento do defunto, distribuí-la pelos irmãos”.

Quanto aos deputados, tinham a obrigação de examinar as queixas apresentadas por algum irmão que se considerasse condenado injustamente pelo juiz ou com penas muito duras, podendo aliviar, em caso de razão, a pena aplicada.

Mas também os irmãos tinham as suas obrigações, mormente a de participar, sendo casal, com meio alqueire de milho ou com uma quarta, caso fosse meio casal ou solteiro, que o juiz, procurador e mordomos “todos juntos” recebiam, no primeiro dia após a tomada de posse.

As mulheres que estavam isentas de acompanhar os funerais, porque “é indecente irem mulheres acompanhar defuntos”, no caso de

serem viúvas ou solteiras, ficavam com a obrigação de entregarem um salamim de milho ou 30 reis. Mas se não tinham obrigação de acompanhar o defunto, tinham o dever de não só rezarem um terço pela sua alma, para o que eram avisadas pelos mordomos, como de participarem nos trigésimos, que eram realizados nos quinze dias após o seu passamento e onde se juntavam todos os irmãos, irmãs, viúvas e solteiras, com o dever de, nesse dia, rezarem um terço pela alma a sufragar.

Curiosamente, e “na forma de uso antigo”, os irmãos e irmãs, no fim da missa, empunhando uma vela acesa, iam beijar a estola que o pároco dava a beijar, rezando um padre nosso e uma avé maria.

No dia 4 de Novembro de cada ano, havia um ofício de quatro padres pelas almas de todos os irmãos falecidos, fazendo-se nesse dia o dito sermão das almas, sendo obrigatória a presença de todos os irmãos, sob pena de não estando pagarem a multa de 50 centavos. Era o aniversário das almas. Os padres recebiam 200 reis cada um, com a obrigação de celebrarem uma missa pelas almas dos irmãos da Irmandade. Nesse mesmo dia, realizava-se ainda a chamada procissão das almas e, no fim da mesma cerimônia, o beijar da estola. Era feita ainda a eleição do juiz, procurador, mordomos, escrivão e deputados, presididas canonicamente pelo pároco.

No acto da inscrição como irmãos, os homens casados assinavam por si e pelas mulheres, enquanto os solteiros e viúvos assinavam também por si. Quanto às mulheres, solteiras ou viúvas, rogavam a quem por elas assinasse.

A Irmandade tinha a obrigação de socorrer os irmãos enfermos em caso de ser notória a sua pobreza, com 500 reis e em caso de morte tinha direito a receber da Irmandade “uma mortalha de quatro varas de pano comum”.

A Irmandade tinha ainda a obrigação de acompanhar a procissão das Almas que ia então ao Adro Velho, ou Passal das Almas, no último domingo de cada mês e de mandar cantar uma missa solene, a 6 padres, em louvor de S. Sebastião, com sermão e procissão, no dia do mesmo santo. No caso de os rendimentos serem bastantes, era permitida à Irmandade “pôr a juro o que lhe parecer, com fianças, seguros”.

Caso falecesse pessoa que não era irmão e quisesse os seus serviços, tinha de pagar 2000 reis. E sendo pobre “se lhe diminuía alguma cousa a consentimento de todos os oficiais desta Irmandade”.

Ainda que não fosse da freguesia, pobre que ali falecesse, tinha direito à cera e às missas que os estatutos definiam para os outros. Os irmãos que não contribuíssem com o alqueire ou a quarta de milho durante dois anos seguidos, eram “riscados”, caso não pagassem depois da notificação feita pelo escrivão.

Aos acompanhantes dos defuntos exigia-se que “fossem compostos e decentes vestidos sem nota de escândalo”. Só ficavam dispensados destes atavios os “muito pobres”.

Podiam ser irmãos indivíduos de qualquer sexo, com mais de 14 anos, mas tinham de ter reconhecido comportamento moral, civil e religioso, mas já a inscrição das mulheres casadas carecia de necessária autorização do marido.

Se o procurador tinha a incumbência de prestar as informações devidas e úteis à deliberação da Mesa sobre qualquer assunto em discussão, tinha também a de convidar os eclesiásticos precisos para os actos religiosos da competência da Irmandade e a de aparecer com a cruz nos acompanhamentos e demais actos em que fosse uso. Por sua vez, ao mordomo mais velho cabia o transporte da bandeira das almas em todos os acompanhamentos e demais actos públicos religiosos, ladeado pelos restantes, que transportavam as lanternas, ao mesmo tempo que uns e outros eram responsáveis pelo “ornato e asseio do Altar das Almas”.

O dever que tinham todos os irmãos de rezarem um terço durante o cortejo fúnebre e outro no dia do trigésimo, a cuja missa eram obrigados a assistir e ainda a outras três por sufrágio, mas que não cumpriam “ou por negligência ou por urgentes ocupações”, foi revogado em reunião de irmãos e do povo, no ano de 1800. Não ficavam, todavia, dispensados de rezar “aquillo que ditar a sua caridade, zello e fervor do culto divino”. Eles mesmos consideravam que se falhavam “era muitas vezes por qualquer descuido, ficando assim gravadas suas consciencias e para evitar remosos”, optaram, em troca, mandar celebrar três missas.

As alterações foram introduzidas a requerimento de todos os irmãos e povo, irmãs viúvas e solteiras, pelo pároco do Troviscal, padre Francisco Simões Soares. Era Cura da freguesia da Mamarrosa, padre Manuel António da Graça. Estas alterações verificavam-se para que mais pessoas se inscrevessem. Havia um certo receio de não cumprirem os estatutos que achavam demasiado rigorosos.

Desobrigados ficaram a partir de então de rezar igualmente o terço durante a procissão das almas, que se realizava no último domingo de cada mês e ainda no dia de S. Sebastião, padroeiro e protector da Irmandade.

O artigo 17º rezava assim: “falecendo algum irmão irão todos osirmaons desta irmandade só homens a cama do dito irmão defunto e o acompanharão até à igreja indo todos com silêncio de cuja congregação nenhum irmão se apartará até à igreja sob pena de 100 reis”.

Quando morresse algum pobre, se não houvesse coveiro, o juiz nomearia dois irmãos, um da Mamarrosa e outro da parte de Bustos para que fizessem a cova, sob pena de pagarem multa de 200 reis.

Os irmãos deviam acompanhar os funerais “compostos e decentemente vestidos, sem nota de escândalo”, à excepção “dos muito pobres que assim se não possam compor”. Os outros, caso não cumprissem esta exigência, pagariam 50 reis.

Porém estavam dispensados de acompanharem o defunto ao cemitério os irmãos que eram de fora da freguesia e por essa dispensa pagavam “em cada hum anno meyo alqueire de milho pelo trabalho de que fica eximido”, bem como eram isentos de assistirem aos trigésimos.

Quem transportava o esquife eram dois homens de cada ramo (dois de Bustos e outros dois da Mamarrosa), nomeados pelos mordomos, tendo obrigação de o ter na casa do irmão defunto à hora marcada pelo pároco.

Os irmãos do sexo masculino de qualquer idade e as mulheres cujos maridos fossem irmãos eram obrigados a concorrer cada um com a anuidade de cento e vinte reis, ao passo que as mulheres solteiras ou viúvas pagavam cada uma cento e oitenta reis. Por outro lado, um irmão de cada casa, que fosse do sexo masculino, era obriga-

do a acompanhar o funeral com a sua opa, podendo, no entanto, ser satisfeita por outrem. Também um irmão de cada casa era obrigado a acompanhar a procissão que no último domingo de cada mês se fazia à capela do adro velho. Caso faltassem quer ao acompanhamento do cortejo fúnebre quer a esta procissão, os irmãos eram punidos a pagarem cem reis na primeira, cento e cinquenta na segunda e assim sucessivamente, sempre a agravar com a verba de cinquenta reis.

Por sua vez, os irmãos falecidos tinham os seus direitos garantidos — 200 gramas de cera “para ser alumiado no leito, revertendo para a irmandade a que sobeja”.

Os estatutos da Irmandade foram sofrendo alterações, reformas, e a primeira verificou-se no ano de 1800, onde aparecem algumas inovações.

As receitas da Irmandade das Almas eram provenientes de juros de capitais mutuados, anuidades dos irmãos e jóias de admissão, esmolas ou donativos, e mesmo multas e uma das muitas funções da mesma era, entre outras, a de comprar paramentos e alfaia litúrgica para a igreja.

Os tempos foram decorrendo e em 1892 os estatutos, por necessidade de adaptação a novas situações, foram novamente reformados, ficando consignados em 79 artigos, contra 32 dos primeiros, e oito capítulos, escritos em onze folhas de papel selado. Custaram tanto como 22.650 reis.

Examinou a reforma dos estatutos Dr. José Ferreira da Cunha e Souza, do Conselho de Sua Majestade, comendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e Governador Civil substituto de Aveiro (18 de Março de 1892).

Faziam parte 159 irmãos, assim distribuídos: Mamarrosa, 46; Quinta da Gala, 6; Quinta das Martinhas, 6; Malhapão, 12; Quinta do Cavaleiro, 6; Caneira, 15; Coladas, 2; Sobreiro, 17; Azurveira, 9; Barreira, 5; Bustos, 10; Picada, 2; Quinta Nova, 5; Póvoa, 9; Quinta do Gordo, 4 e Cabeço, 8.

A insígnia do irmão continuava a ser uma opa branca com cabeção roxo, mas a figura de deputados desapareceu e a eleição era realizada no primeiro domingo de Junho de cada ano. A Mesa era constituída então por juiz, tesoureiro, procurador, escrivão e três mordomos e

eleita por escrutínio secreto e cada irmão continuava a ter direito a 200 gramas de cera para ser “alumiado no leito”, revertendo o restante para a Irmandade.

A freguesia continuava dividida em dois ramos (Mamarrosa e Bustos), pertencendo ao primeiro os lugares das Coladas e Caneira, enquanto ao segundo todos os lugares a norte destes (Bustos, Sobreiro, Quinta Nova, Azurveira, Agradas e Porto do Vouga).

Nessa altura, foram acrescentados outros compromissos aos anteriormente assumidos como prover o culto divino, praticar actos de piedade e beneficência, e ainda o de “subsidiar o ensino primário da freguesia sendo preciso...”.

Mereceu alterações por exemplo o artigo 17º, que passou a rezar assim:

“São somente elegíveis para os cargos da mesa os irmãos maiores ou emancipados do sexo masculino. As mulheres são excluídas de apresentarem o seu voto em qualquer acto ou determinação da Irmandade, mas podem reclamar contra os abusos ou ilegalidades e fazer-se representar em juízo”. Mas esta pequena liberdade relativamente à participação da mulher em actos sociais não mereceu a aprovação do governador civil substituto, José Ferreira da Cunha, e foi riscado todo o texto.

Curioso é também o artigo 64º, que rezava assim:

“As pessoas que tiverem moléstia reconhecida da qual lhes deva resultar a morte e queiram ser admitidas para irmãos, podem sê-lo por um ajuste especial que não possa dar prejuízo à Irmandade, o que será resolvido em assembleia geral de irmãos”.

Tinham direito a acompanhamento gratuito os filhos de irmãos falecidos com a idade compreendida entre os 12 e os 25 anos. Também os pobres tinham direito a receber mortalha, assim como ser sufragada a sua alma com doze missas.

Com o advento da República a Irmandade das Almas foi obrigada a constituir-se em Associação Cultural, “armonizando os estatutos” e reformando-os, adoptando a lei da separação entre Igreja e Estado, de

20 de Abril de 1911, em todas as disposições quer prescritivas, quer proibitivas.

De acordo com esta lei, os estatutos da Irmandade das Almas sofreram ainda nova reforma em 1913, cuja despesa remontou a 7\$500. Era secretário Manuel Nunes Ferreira Neves, ano em que havia ainda o capelão das Almas. A Irmandade desembolsava então fundos para o seguro da igreja matriz, hospitais de alienados, fundos de beneficência do Governo Civil, “defesa contra a tuberculose, e esmolas aos pobres e crianças das escolas desta freguesias”, esmolas a indigentes cegos e entrevados, medicamentos e socorros mútuos, fatos e livros a crianças das escolas (em 1913 foram nada menos do que doze os fatos oferecidos). Pobres que receberam “esmolas” atingiram nesse ano o número de 29. Continuavam-lhe entretanto acometidas algumas outras tarefas, como a de encarregar-se das despesas “de manter e sustentar o culto católico, promover a assistência e beneficência pública na respectiva circunscrição em harmonia com a referida Lei da separação” (Acta da Irmandade das Almas de 30 de Dezembro de 1911). Passava, no entanto, a ter como patrono o Senhor e não S. Sebastião. Nesta reunião para se decidir sobre a nova situação e futuro da Irmandade estiveram presentes 100 irmãos.

Houve reunião extraordinária para este fim no dia 24 de Dezembro e os irmãos submeteram-se às leis da República, tendo sido escolhido, como protector o Senhor. Nesse ano era assim constituída: João Martins, juiz; Pedro da Silva Micaelo, tesoureiro; Joaquim de Jesus de Almeida, escrivão. Mesários: António Nunes Silva, Joaquim da Silva Cravo e Salvador Dias Gapo. Era regedor José Domingos dos Santos e os irmãos estiveram em maioria.

Com a Associação Cultural instalou-se uma certa anarquia quanto à guarda das alfaias da igreja e assim é que António M. Capucho, em 1913, detinha em seu poder alguns “utensílios de culto”, e “num estado lastimável e muitíssimo prejudicados”, apesar da relação feita pela Comissão Paroquial, sem que, todavia, se declarasse o seu fiel depositário. Mas curiosamente este cidadão, que andava sempre armado, não guardava apenas “utensílios de culto”, senão o próprio badalo de um dos sinos da igreja, de lá retirado, havia bastante tempo. Este

estado de coisas levou a Junta de Freguesia a escrever officio para o Governador Civil em 20/10/14, onde afirmava que a Comissão Cultural organizada na freguesia, "não era mais do que um nome, pois nenhuns beneficios presta ao culto nem cumpre os deveres que a Lei lhe impõe, com as alfaias espalhadas por várias casas".

A Irmandade das Almas continuou no entanto a cumprir com alguns dos seus objectivos e em 1916 distribuiu esmolos de \$50 a mulheres pobres e fatos a homens. Além disso, trazia capitais mutuados e adquiriu livros para crianças pobres.

Em 2 de Janeiro de 1921, decidiu elevar o preço do acompanhamento de 10\$00 a 50\$00, "conforme os seus haveres"; elevar a anuidade dos irmãos para: \$50, o casal; \$30, mulheres solteiras, casadas ou viúvas; 1\$00 de multa por falta de presença nos funerais; \$20 de multa nos últimos domingos de cada mês para os que faltassem à procissão das almas, mas tinham os faltosos um mês para justificar para que fossem indultados. Surge uma verba curiosa: a multa de \$80, caso não se fizesse incorporar no cortejo fúnebre, com um tabuleiro de milho, uma representante de cada casa, em caso do falecido ser criança ou jovem.

Esta anarquia era vivida já em 1903 pelas confrarias, sediadas em Bustos (São Lourenço) e na Mamarrosa (Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento e Espírito Santo) e também pela Irmandade das Almas.

Perante o facto, alguns cidadãos dirigiram-se à Junta de Paróquia e afirmaram em reunião que "havendo nela quatro confrarias ilegalmente erectas, os respectivos mordomos com as sobras do produto das esmolos que tiram pelo povo da freguesia, sem autorização da Junta, compram coisas desnecessárias que colocam na mesma capela a título de empregarem essas sobras ou talvez para encobrirem outras que gastarão em seu proveito".

Em face da situação, a Junta deliberou administrar "os sobejos", obrigando os mordomos a prestar as suas contas e entrar com ele no cofre da Junta, destinando-se a obras necessárias na capela. Isto passava-se com os mordomos do ramo de Bustos, mas também com os da Mamarrosa.

Encarregada foi a Junta de Paróquia em 1862 de administrar as confrarias que haviam sido extintas por acórdão de Conselho do Distrito, datado de 2 de Agosto de 1862 porque não dispunham de quaisquer estatutos, nem tão pouco tinham irmãos — Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento, Espírito Santo e S. Sebastião, bem como a Confraria de S. Lourenço de Bustos. E “a conveniente” administração era tirar delas exactamente alguns “sobejos para o défice do presente orçamento [da Junta de Paróquia] sem necessidade de derrama”. Havia ainda outra alternativa para a Junta de Paróquia, segundo opinião do Conselho do Distrito, que era a de recorrer ao saldo da Irmandade das Almas.

Embora extintas as confrarias, as percentagens dos peditórios de porta em porta continuavam ainda em 1864 a ser recebidas pela Junta de Paróquia. Continuavam assim a fazer o que sempre haviam feito — andar pelas portas, uma vez por cada ano, recolhendo as esmolas, que se traduziam em batata, carne de porco, trigo, azeitona, cebola, abóbora e mesmo linho e “esmolas de prato” (feijão, milho, arroz). Mas havia mordomos que, na primeira década deste século, se apropriavam das coisas, ainda que a estas mesmas confrarias, tanto da Igreja como da capela de Bustos, competisse “satisfazer com os saldos das suas mordomias a despesa de culto e o ordenado do sacristão”, o que, de resto, “era uso de longa data” (Acta da Junta de Paróquia de 22/5/1908).

Todavia, à Junta de Paróquia competia geri-las de tal modo que as despesas não excedessem os rendimentos “porquanto se estas não chegarem deverão aquellas ser reduzidas por arbítrio da Junta deixando de se fazer algumas festas ou reduzindo-se a despesa de outras”. Tudo isto tinha em vista “economizar quanto puder dos rendimentos” das Confrarias e da Irmandade para “suprir as despesas da Paróquia por forma a que não seja necessário passar finta aos povos se não na última extremidade” (Livro de Registo de Diplomas da Administração do concelho de Oliveira do Bairro).

Por sua vez, a Confraria do Senhor tinha a seu encargo todas as despesas do culto. Era constituída por um juiz, um escrivão e quatro mordomos, tal qual ainda hoje, os quais eram nomeados na oitava do Natal.

No dia 1 de Janeiro, começava a percorrer os lugares, pedindo. Recebia normalmente produtos agrícolas — milho, abóboras, também dinheiro, ovos e “esmolas de prato” (feijão, arroz), mas os casais davam ainda muita carne de porco, cebolas e tudo isso era leiloado em Dia de Reis. Ao juiz cabia transportar a cesta dos ovos e aos mordomos os sacos. Todavia, juiz e mordomos só tomavam posse no dia 2 de Fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias, competindo aos velhos pagar-lhes, na taberna mais próxima, pão, figos secos e vinho. E havia mesmo quem não desprezasse anunciar o evento com foguetes. Depois, ao longo do ano, promoviam grandes “jantaradas”.

No dia da Senhora das Candeias, quando a iluminação das noites e das casas era feita pelas candeias de petróleo, algumas ainda de azeite, pinhas secas ou mancheias de caruma ou até só pelo próprio lume do borralho, era tradição realizar-se uma procissão de velas acesas depois da missa e da tomada de posse desta confraria, procissão que dava a volta ao cruzeiro. Velas que as pessoas levavam para casa para uma destas coisas — iluminação da casa ou acender em noites de medos e trovoadas (ou até só por simples devoção), junto do oratório, que muitas pessoas abastadas possuíam ou simplesmente junto do crucifixo que sempre havia em cima de uma mesa ou de uma cómoda na sala.

A esta Confraria competia também na Páscoa (ou festa da Ressurreição) acompanhar o pároco na visita pascal. Era acompanhado pelo juiz e sempre dois mordomos e o foliar era tirado num só dia. Na visita da Cruz, o povo obsequiava-os com dinheiro para pagamento dos sermões quaresmais, mas também com galinhas, coelhos, ovos, bolos de Páscoa e laranjas.

Na Mamarrosa celebrava-se, com pompa e circunstância, a Festa da Ressurreição, que se consubstanciava em Missa cantada, sermão e procissão, que dava a volta ao Cruzeiro, acompanhada de Banda musical.

Era esta Confraria ainda a responsável pela realização da Festa do Padroeiro, S. Simão.

Restam a Irmandade das Almas e a Confraria do Senhor.

DA CANEIRA, TERRA DE ARCAS

bibRIA

bibRIA

CANEIRA é terra muito antiga, também milenária, cuja idade denunciada pelas mamoa e arcas, monumentos megalíticos, tal qual a Mamarrosa, pode atingir milhares de anos, não se podendo especular qual será a mais velha — seria uma veleidade, um mero capricho académico. O mesmo se poderá dizer relativamente a Bustos, onde se situava no Corgo de hoje o Córrego das Arcas de ontem. Bustos, cuja etimologia se poderá achar nos túmulos ou monumentos fúnebres que os Celtas ou pré-Celtas ergueram naquela região. Esta é, aliás, uma das hipóteses colocadas por Arsénio Mota para explicar a origem do nome da sua terra (*Jornal da Bairrada*, n.º 1002, de 1/12/1989). Talvez, esta “descoberta” das arcas na Caneira e no Córrego possa dar ao autor chão mais seguro. Como quer que seja, uma coisa ressalta aos olhos: esta região foi habitada muitos milénios antes de Cristo.

De resto, pedra (calcária) não faltava nesta zona para a construção destas sepulturas que, pela amostra, pareciam mesmo abundar, ao mesmo tempo que indiciam que não seria pouca a população por aqui reinante.

Quanto à origem do nome, julgamos que deve achar-se no fundo de corrente de água, mais ou menos abundante, talvez no Chão do Rio, que ainda há pouco era matriz e que noutros tempos era naturalmente caminho de barcos, levando em conta o “Grande Dicionário da Língua Portuguesa”, vol. II de Augusto Moreno, página 273. Se caneiro, segundo o mesmo autor, pressupõe “parte do leito do rio que por mais funda dá passada aos barcos”, caneira para o povo e no feminino revela ainda mais largo caudal, e ainda que pudesse advir também do facto de haver no fim do rio ou da corrente de água uma paliçada formando como que um

corredor entre varas para a pesca, é à água que sempre vamos parar.

Se bem que isso não aconteça tão flagrantemente no caso da Caneira da Mamarrosa, no concelho, tanto a Caneira das Agradas de Oiã como a de Vila Verde ficam à ilharga de acentuadas depressões de terreno, a sugerir ribeiros, maiores ou menores caudais de água, em desperdício, ou seguindo, muitos séculos atrás, o seu destino de engrossar outros caudais, outros rios.

Da antiguidade da Caneira falam vários sítios bastante remotos e que se perderam na memória do povo, especialmente os que referem as Arcas. Ora as Arcas não são mais do que antas, mamoa, construções megalíticas, conhecidas na linguagem culta por dólmen e que serviam para sepultar os mortos. Segundo a "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura", da Verbo, "em Portugal usam-se ainda outros nomes e expressões (relativamente a anta, mamoa e mamuela) tais como arca, orca, pedra de orca, casa de orca, lapa de orca, pala, pala da moura, casa dos mouros, casa da moura, ou de mouros, nave, os diminutivos antinha, e constituindo já uma variante antela e ainda quando as antas se apresentam cobertas de terra, mânia, mamua, mamoa, meimoa, mamunha, mamunha, modorra, medorra, mânia, mamola, montilhão e mamaltar".

Esses sítios antigos, carregados de história, ainda são citados no ano de 1683, aquando da tombação das propriedades do Marquês de Marialva no lugar da Caneira e de Bustos. Simão Pires, de Bustos, fazia propriedades nas "Arcas da Caneira", mas também "no Córrego das Arcas"; João Simões da Caneira, que era foreiro de casa e currais que confrontavam com "estrada velha" que dava para Aveiro fazia duas terras, uma "no sítio das Arcas" e outra no "sítio das Arcas das Fontainhas", também junto à estrada que ia para Aveiro.

Extraímos desse Tombo:

"Uma leira de terra às Arcas da Caneira, que parte do sul com André Domingues e do nascente com Tomé da Velha e do norte com Manuel Simões de Bustos e tem seis aguilhadas, de foro três maquias de pão meado" (página 465).

"Uma terra às Arcas da Caneira, que parte do sul com Maria Simões e do poente com estrada que vai para Aveiro tem seis aguilhadas, de foro três alqueires de pão meado". Ambas andavam aforadas a Manuel Tomé,

de Bustos (página 493).

Maria Francisca fazia “uma terra às Arcas da Fonte (?)”, parte no nascente com Simão Pires deste lugar, tem cinco aguilhadas e um côvado, de foro duas maquias de pão meado e dois reais (idem).

Simão Pires, de Bustos, fazia também uma leira de terra às “Arcas da Caneira” que partia do nascente com os aidos das fazendas da Caneira, do poente com André Domingues do mesmo lugar da Caneira, tem cinco aguilhadas, de foro duas maquias e meia de pão meado e dois reais... (páginas 496).

Possuía ainda outra terra no “Córrego das Arcas” que partia do nascente com os matos maninhos, e poente com António Domingues deste lugar. “Tem duas aguilhadas, de foro uma maquia de pão meado e um real” e ainda outra no mesmo local (página 416).

“Uma terra às Arcas das Fontainhas parte do poente com estrada de Aveiro, de nascente com Simão Pires, de Bustos” (página 528), fazia-a com João Simões.

Maria Simões, viúva de Manuel António, de Bustos, fazia também “uma terra às Arcas deste lugar, parte do sul com Ana de Oliveira, da Mamarrosa, de nascente com estrada velha, tem 5 aguilhadas, de foro duas maquias e meia de pão meado e dois reais e meio” (página 529).

André Domingues da Caneira, fazia “uma terra nas Arcas, junto à estrada velha” (página 532).

Se “evidentemente quer no caso de Bustos quer no de Mamarrosa, a teoria da sua remota ocupação por Celtas ou pré-Celtas não surge confirmada por achados arqueológicos de que haja notícia convincente”, como afirma Arsénio Mota in “Bustos — Elementos para a sua história”, página 12, é verdade que o achamento documental destes sítios antigos, cuja toponímia rica se fundamentou na existência de construções megalíticas, mas que se foi esmiolando como essas sepulturas, pode acrescentar uma achega preciosa para começar-se a aceitar claramente a sua implantação na zona de Bustos-Mamarrosa, passando pela Caneira.

Uma outra curiosidade a propósito da Caneira é a referência a um rio. João Simões fazia “uma terra no chamado rio”, o mesmo acontecendo com António Simões, também da Caneira. André Domingues fazia tam-

bém uma outra terra no “córrego do Chão do Rio”. Que rio seria aquele que havia assoreado com os séculos, de tal modo que não era já rio nem regato, mas apenas chão do rio, cultivado naturalmente?

Esta zona ficava situada a poente da Caneira e ainda hoje é conhecida por “Chão do Rio”. No Chão do Rio ou Rigueirão, há décadas atrás, quando os invernos eram mais pesados, dava para andar de bateira, que os meninos faziam com as gamelas de as mães amassarem o pão.

A antiga capela, da invocação de S. Geraldo, que estava implantada, largas décadas atrás, em terreno revestido a sobreiros, tinha a porta de entrada do lado norte e penetrava-lhe a luz por dois janelos, um de cada lado. Ocupava sensivelmente dois metros do que hoje é estrada (e que nesse tempo e nesse lanço era da Câmara), que dá para o Vale da Marinha. Curiosamente do outro lado, a norte, ficava uma capelinha das almas e entre uma e outra passava um estreito caminho para aquela aldeia da freguesia do Troviscal.

Com a construção do lanço da estrada, com pavimento a paralelepípedos, entre cruzeiro da Mamarrosa e o Sobreiro (cruzamento da Ti Maria), esta pequena capela foi sacrificada ao progresso. A estrada foi alargada. O seu penúltimo dono foi Manuel Ferreira, recordado ainda hoje como o “Padre Eterno”, não se sabe se pelo facto de morrer, diz o povo, com 115 anos, ou por fazer novenas e promover uma série de actos piedosos na sua capela.



Primitiva imagem de S. Geraldo.

Para padre António Tavares, que foi pároco da freguesia, a capela, que já era velhinha e fora demolida pelas Obras Públicas para se fazer o alargamento da estrada, “era mais parecida com um nicho do que com um lugar de culto, onde nunca houve cerimónia alguma litúrgica” (*Jornal da Bairrada*, 19/5/956).

Para a construção da nova, houve grande colaboração do povo, uns com mão de obra, outros com dinheiro ou materiais, mas aconteceu que, segundo

o cronista, houve dois homens que quiseram chamar a si as honras, colocando na frente da capela “uns azulejos que ainda lá se podem ver que, à primeira impressão, nos poderiam levar a acreditar na religiosidade dos seus donos ou na sua benemerência”. Deles dizia, escrevendo Padre António Tavares: “um desses ditos cujo nome está inscrito na Capela já nem é conhecido, foi por aqui um passageiro que não deixou rasto e o outro deixou-se levar e não está bem acompanhado” mas cuja intenção seria a de fazer “pouco de todos os moradores do lugar ou para que Aquele (S. Geraldo) lhes valha no dia do juízo”. “Rogamos a S. Geraldo que tire estes nomes de junto de si, porque não está bem acompanhado e ao brioso povo da Caneira, que sente a afronta e injustiça que lhe é feita, que coloque lá outros dizeres para bem da verdade e da justiça”, era o apelo final do pároco, que, de resto, foi atendido. O povo arrancou a placa primeira e colocou outra com estes dizeres: “S. Geraldo/Caneira da Marroza/1948”, — ano em que a frontaria foi azulejada.

Em dia de festa, aqui acorriam, ainda não há muitos anos, muitos forasteiros (Troviscal, Amoreira da Gândara e outras terras da Bairrada), a fim de pagarem as suas promessas a S. Geraldo que é advogado protector para os males de cravos e cravinhos, o que faziam ofertando-lhe raminhos de cravos brancos, pacotes de milho e também dinheiro, talvez a maior parte, e para lembrança alguns pés e mãos de cera, para atestar a prestabilidade indiscutível do Santo nestas questões.

A festa de S. Geraldo da Caneira, mais do que hoje, tinha nomeada e o livro “À Descoberta de Portugal”, edição das Selecções do Reader's Digest, coloca-a a ombrear em importância com as de Nossa Senhora das Febres (Perrães), S. Bartolomeu do Troviscal, Nossa Senhora da Saúde, Fermentelos, e ainda a festa dos Santos Mártires em Travassô. Faz assim parte do roteiro de festas, feiras e romarias da Bairrada. Também era conhecida pela festa das cerejas. Vinham ali postar-se, ao longo da estrada e em grande número, mulheres e raparigas dos lugares da Feiteira, Limeira, Amoreira da Gândara e Portouro, para mercadejar o saboroso e bonito fruto. “Era assim um santo muito aceitável”, como diz o povo da Caneira, orgulhoso.

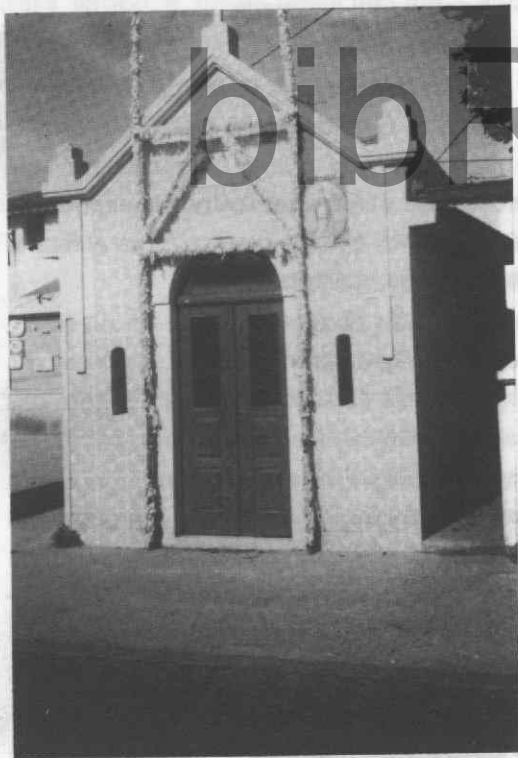
A antiga imagem, que não chega a ter dois palmos, é de madeira e chegou a presidir na nova capela que o povo edificou, em 1942, em

substituição da antiga, mas, particular, acha-se nas mãos de um bisneto do "Padre Eterno", José de Oliveira.

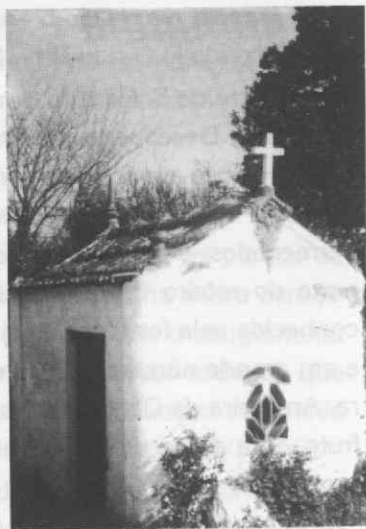
Hoje, a capela dispõe de duas imagens do padroeiro, uma em pedra e outra de madeira, esta maior e recente. A de pedra mantém-se no nicho frontal da parede do fundo e a de madeira do lado direito, enquanto, do lado esquerdo, existe uma imagem de Nossa Senhora de Fátima.

A capela, construída em terreno doado por Floripes Grangeia e em que nada há a realçar quanto a arquitectura ou imagem valiosa, está azulejada por dentro e por fora, dispondo de duas janelas rodeando a porta de entrada.

A nascente da capela de S. Geraldo, existe ainda outra capelinha, exígua. Décadas atrás, albergava Santa Marinha, hoje guarda alminhas.



Capela de S. Geraldo.



Capelinha das Almas.

estatística de arte, mas, particularmente, sobre os nomes de um bispo
do "Padre Elvino", José de Oliveira.

Hoje, a capela dispõe de duas imagens do padroeiro, uma em pedra
e outra em madeira, esta mais recente. A de pedra mantém-se no nicho
frontal da parede de fundo e a de madeira do lado direito, encostado, do
lado esquerdo, existe uma imagem de Nossa Senhora do Carmo.

A capela, construída em terreno doado por Floriano Gonçalves e em
que nada há a revelar quanto à arquitetura ou decoração, possui uma
fachada simples, com um único portal, de madeira, e uma porta de entrada
de pedra.

A nave da capela de S. Jerônimo, existe ainda outra capela, a
capela de S. João, onde se encontra a imagem de S. João.

SÉTIMO, ENTERRAR OS MORTOS

bibRIA



Capela de S. Jerônimo



Capela de S. João

A prática do enterramento das pessoas dentro das igrejas, capelas e adros, acabou por ser proibida pelo ministro do Reino, Costa Cabral. No entanto, esta decisão não foi nada pacífica, o povo não a acatou da melhor maneira e surgiu mesmo o movimento da Maria da Fonte que encarnou esse desagrado geral. Assim é que também na freguesia da Mamarrosa mediarão alguns anos entre esta revolta (1846) e a construção do primeiro cemitério na ilhargá da própria igreja onde, de resto, havia gente já sepultada.

Um cruzeiro, de granito, implantado no passeio central, tem gravada a data de 1870. Todavia, ficamos sem saber se foi para assinalar a construção ou se já existia. O que sabemos é que as obras do cemitério velho foram dadas por concluídas pela Irmandade das Almas em 1874, com a colocação do "portal e cruzeiro", cujo custo foi de 46 mil reis, bem como o portão de ferro, de entrada. Neste mesmo ano era caiada a igreja e telhada a sacristia, a expensas daquela Irmandade.

Em 1884, começava também a Junta de Paróquia a adquirir terrenos em Bustos para a construção do seu cemitério, em terrenos que pertenciam a Manuel Nunes Cipriano (uma leira de terra); João da Silva Campolargo (outra leira); António do Marco do Cabeço (uma leira de terra e oliveiras) e Joana Ferreira do Agostinho, da Quinta Nova (outra).

É neste ano, na reunião de 8 de Janeiro, que a Junta de Paróquia estabeleceu algumas regras e preços relativamente a sepulturas e mausoléus. Duas são curiosas. A 17.^a rezava que "nos mausoléus, cameiros e cruzeiros não é permitida inscrição alguma sem que previamente tenha sido aprovada pela Junta"; enquanto a 19.^a determinava que "a pessoa que despojar de algum objecto qualquer cadáver, sem consentimento da fami-

lia do finado, incorre na multa de dois mil reis e restituição do objecto."

Antes os antigos Mamarosenses eram enterrados no adro da igreja velha, "em frente da porta principal", depois de celebrados na igreja "ofícios ordinários e ementa de seis meses" (1651); padre António, do lugar da Mamarrosa, foi sepultado acima da porta travessa, no adro (1654); outros eram enterrados "debaixo do caixão da Senhor" ou "junto ao sepulcro da Senhora", conforme referem os assentos paroquiais.

Neste ano de 1654, nos mesmos livros aparece como digno de registo o facto de ter sido celebrada missa por alma de André Jorge de Oliveira que havia embarcado para a Índia "e de quem nunca mais houve novas" e, como era "ausente de muitos anos", a família considerou-o como morto.

Também eram sepultados junto ao altar de Nossa Senhora do Rosário, por debaixo da porta travessa, junto à parede, "no adro desta igreja defronte da capela-mor da banda de fora", "pegado ao púlpito", de frente "da esquina do arco da igreja" (1656); "defronte do campanário", "debaixo do caixão do Senhor" (1698).

Estes pormenores, embora não pareça, têm algum significado relativamente ao que era e como era a antiga igreja. Além disso, regista-se que aparecem referenciados lugares como Porto do Vouga, Moinhos (1700), Quintas (1699) e mesmo Fonte de Bustos, Pedreiras e Cabouco (1663). Nesta data, já surge referenciado o lugar da Quinta da Gala.

Os livros de assentos de óbitos dizem ainda como iam vestidos para a cova — envoltos em lençóis e cingidos com uma corda de esparto, uns; envoltos em simples hábitos de chita, outros; em hábitos feitos de opas velhas que lhes dava a irmandade das almas, quando pobres (1828); com paramentos de duas cores e hábito de S. Pedro, no caso do padre Francisco Paulo Pires (1828), enterrado na igreja actual.

As pessoas de menos posses ou menos brio iam vestidas com hábitos de paninhos brancos; muitos em simples lençóis ou envoltos em farrapos de "gabões velhos". Já os mais ricos e de maior devoção faziam questão de serem enterrados envoltos em hábitos de S. Francisco, Santo António e S. Domingos e "freiras dominicas de Jesus de Aveiro".

Já a terminar o século XVIII, muitos do ramo de Bustos começaram a ser sepultados também na capela de S. Lourenço, naturalmente pelo facto do adro e igreja começarem a estar superlotados de sepulturas. 1797 é o

ano em que tal se verifica e abriu a série Maria Ferreira, viúva de Manuel da Silva Cigano (12/1/1797), seguindo-se dois solteiros, José Nunes, da Quinta Nova, (15/2) e uma mulher de nome Engrácia.

Na igreja actual, onde dentro e fora continuaram a fazer-se enterramentos pelo menos até 1870 (?), havia mesmo um local destinado aos que “morriam de doença crónica nos hospitais de Coimbra”... “no sítio onde se costuma sepultar os que falecem no dito hospital” (1820).

Nos livros de Óbitos da Mamarrosa, por vezes, eram escritas as últimas vontades dos que “iam falecendo da vida”. Era o testamento, com algumas curiosidades, como estas: dar aos pobres que acompanhassem o defunto à sepultura *n* alqueires de milho pela paz da sua alma; herdeiros obrigados a mandar celebrar dezenas de missas, quando o número não atingia mesmo as centenas e a doação de vários alqueires de milho, conforme as suas posses e devoção. Muitos deixavam mesmo bens às confrarias do Santíssimo, Nossa Senhora do Rosário e do Senhor, normalmente terrenos. Por vezes, deixavam também determinada importância para a celebração de missas, como melhor garantia de que as suas vontades eram cumpridas.

De entre alguns testamentos que lemos, deixamos aqui algumas cláusulas do que fez Manuel Simões Rei (1729), da Mamarrosa: não só deixou dez mil reis à Confraria do Senhor, “para render para a celebração de missas em cada ano”, mas, como pensasse que a verba era razoável ou o fim do mundo estivesse para breve, fez esta recomendação — que fossem rezadas “até ao fim do mundo missas até ser gasto metade dos rendimentos em missas aos domingos e dias santos”.

No mesmo ano, surge outro testamento curioso, desta vez do padre Cristóvão, que entre as suas últimas vontades, mandou escrever, como bens da alma, para os herdeiros cumprirem — a celebração de 500 missas, com a obrigação de darem “vinte reis de esmola a cada pobre”, costume que, aliás, se manteve até aos meados deste século.

A propósito do enterramento de cadáveres no adro velho e interior da igreja antiga registe-se que, quando o terreno foi limpo, as ossadas foram parar, aos montes, junto de alguns troncos de sobreiros que existiam no Passal das Almas, ao fundo, onde a mulher de Leonildo da Melra, de seu nome correcto, Leonídio Gonçalves da Graça, as ia buscar, à canastrada, para queimar à lareira e com elas “fazer os feijões” de que, aliás, ele se

gabava.

O cemitério, além de escasso em terreno, era o menos aconselhável. Não absorvia facilmente a água e estava encravado entre a matriz e o casario. A situação era tal que, no início deste século, já se fazia sentir a necessidade de ser construído outro.

O correspondente da Mamarrosa do jornal *O Nauta* (edição de 11/2/1909) escrevia a propósito que “o actual cemitério mais parece um pequeno quintal onde as ervas e as silvas nascem e se desenvolvem com abundância e rapidez do que um lugar reservado àqueles que foram na vida os nossos entes mais queridos”.

Efectivamente, o chão era bastante húmido, a tal ponto que não era possível tirar completamente a água nascediça para lançar os cadáveres à cova. Além disso, ficava entre a igreja e várias casas de habitação, o que levou algumas pessoas a fazer jazigos em cemitérios fora da freguesia. Fazer um novo cemitério impunha-se como obra de grande alcance, social e higiénico, o que veio a acontecer no sítio do Cabeço em 1923.

Ressalve-se que nem todas as pessoas eram enterradas no cemitério, pelo menos no que se refere a crianças. Isto mesmo é denunciado pela Junta de Paróquia (Acta de 23 de Novembro de 1902): “... Sucede com frequência que as crianças recém-nascidas e falecidas sem baptismo são, com raras excepções, sepultadas pelos quintais e outros sítios, fora dos cemitérios, o que a esta Junta parece irregular e contra lei, visto haver nos cemitérios parte reservada aos não católicos”. (Nos anos de 1895 e 1896 uma das rubricas que aparece no orçamento da Junta de Paróquia é exactamente a que menciona a aquisição de terrenos para enterramento dos não católicos).

Esta atitude, se bem que fosse contra a lei, por outro lado, fazia com que, sem a respectiva aquisição dos covatos, a Junta de Paróquia tivesse dificuldades em “fazer obras importantes e de utilidade e aformoseamento nos cemitérios desta freguesia”. Por isso, nessa mesma reunião ficou decidido “proibir sepultar cadáveres de crianças nascidas mortas ou que faleçam sem baptismo, fora dos respectivos cemitérios, ficando os infractores sujeitos à lei por desobediência”.

A preocupação da construção de um novo cemitério já vinha de trás, mas foi a Comissão Administrativa liderada por Manuel Simões dos Santos, que tinha como vogais Sebastião Rodrigues da Silva, José dos Santos

Pato, Manuel José de Almeida e Manuel Domingues Ferreira Tavares, saídos das primeiras eleições realizadas na freguesia, depois da formação da freguesia de Bustos, que começou a dar os primeiros passos nesse sentido. Chegaram a escolher “uns tractos de terrenos, sítos no lugar denominado de Lavoeiras”, limite da Quinta do Cavaleiro, pertencentes a José dos Santos Pato, António Rodrigues Capucho e Manuel dos Santos Martins, terrenos estes que entretanto foram rejeitados pelo sub-delegado de saúde, Dr. Manuel José Pinhal.

Acabou por ser implantado em terrenos que eram propriedade de António de Freitas Júnior, José Dias de Oliveira Neves e Joaquim Seabra Coelho.

Para fazer este investimento, de alguma monta para a época, a Comissão Administrativa não possuía fundos. Os rendimentos que arrecadava nos cofres eram provenientes da roça de matos em alguns logradouros, nomeadamente no Cabouco, roça da erva do cemitério velho e adro, venda da azeitona das oliveiras, propriedade da Junta e também da venda de cubatos, mas também de baldios e alguns caminhos (o que foi feito em larga escala entre a década de vinte e trinta). O de maior volume provinha, no entanto, da cobrança do imposto braçal e animal, que, por exemplo, em 1929, rendeu 6.800\$00. Nesse mesmo ano foi deliberado que este imposto fosse liquidado em dinheiro (antes era pago em prestação de mão de obra) “sendo de dez escudos o braçal e de vinte escudos o animal, ficando sujeitos a este bois, vacas e cavalos” (Acta de 6/1/1929).

Entre os bens desamortizados para a construção do cemitério, logo de início, contam-se a venda do terreno denominado Adro Velho; um baldio da Rua de Baixo, por 106\$50 e ainda um outro baldio por 550\$00, situado na Fonte da Moura, a Manuel Gomes do Vale. O Adro Velho foi acordado, na reunião de 21 de Novembro de 1920, vendê-lo a Manuel Martins Ferreira Neves, o que só veio a ratificar-se mais tarde, em 5/12/1920, quanto à decisão tomada, porque Pedro da Silva Micaelo apresentou nessa reunião um requerimento a protestar contra essa decisão, alegando que a Irmandade das Almas tinha os seus “direitos e posse”. Foram vendidos assim mais tarde em hasta pública, depois de afixado o respectivo edital nos vários lugares públicos, “o terreno e levantes denominados Adro Velho” pela importância de

10.000\$00 a Adelino dos Santos Pato (Acta de 2/1/1921). Adro Velho que era considerado propriedade da Comissão Administrativa da Freguesia em 1919 e possuía algumas oliveiras.

Um dos baldios que a Comissão Administrativa vendeu foi a Fonte da Moura e sua servidão que se situava na breve encosta que subia da estrada Mamarrosa-Amoreira da Gândara para a Rua de Baixo, um pouco adiante do lavadouro do Rio Novo. Era construída em pedra, que então foi retirada pela autarquia. Todavia a Acta, data da de 14 de Junho de 1925, não especificava que tipo de pedra e o papel que desempenhava na construção.

No local da Fonte da Moura, segundo criam alguns, havia tesouros escondidos, enterrados pelos mouros, o que espevitou sempre o sonho de uns, a curiosidade de outros e a tentação para uns terceiros. Esta tentação coube a Joaquim Malhadeiro e António Doutor que, intrigados com o que, a propósito, se dizia, consultaram livros, incluindo o de S. Cipriano, e resolveram mesmo consultar homem entendido nessas coisas na cidade do Porto, que acabou por lhes dar as instruções necessárias para a descoberta que lhes trazia a alma em sobressaltos. Uma das instruções era eles fazerem um signo saimão de modo a caberem os dois lá dentro. Porém, com este pormenor — um deles devia sustentar uma vela acesa, bem como uma crença imparável e decidida a arder-lhe no peito.

Encaixados no signo saimão e naquela aventura de uma noite, com sombras a rodeá-los, porém depressa perderam a força interior, esmoreceu-lhes a tentação. O primeiro a quebrar foi Joaquim Malhadeiro que disse para o companheiro — “até parece que sinto a terra a mover-se debaixo dos pés” e um medo compacto como terra atirou-o para fora do signo saimão, pediu pés a Santo Amaro... E como António Doutor (de seu nome verdadeiro António Oliveira das Neves) não queria ficar naturalmente à mercê de um longo arrepio ou de sombra que o levasse e ciente de que o tesouro seria demasiado grande para um homem só, seguiu-lhe no encalço, direito à Mamarrosa.

Esta foi a última história à volta da Fonte da Moura, enquanto a lenda que ainda corre, escassa, reza que era junto dessa mesma fonte que os mouros punham as suas jóias a “assolhar”, porque era sítio onde ninguém mais tinha acesso.

Voltando ao cemitério, elaborado o projecto, foi enviado ao Ministério do Trabalho em 5 de Março de 1921, enquanto a Comissão Administrativa procurava arranjar fundos, vendendo mais terrenos, nomeadamente um caminho público no Gorgulhão (Portinho) ou contraindo mesmo um empréstimo.

Para que tudo ficasse mais em conta às finanças locais, a Comissão comprometeu-se a fornecer, por sua conta, “os adobes e a condução deles; fornecer a cal precisa para toda a obra e areia; cal fina para estuque; telha para a capela e a competente madeira para o telhado”. De resto, deliberara “arrematar o alvoroamento de toda esta obra” no dia 24 de Abril de 1921. Eram igualmente de sua conta toda a cantaria e o portão de ferro de entrada.

O concurso foi ganho por João da Costa, do lugar da Mamarrosa, que apresentou um orçamento de 900\$00, importância que devia ser paga em três prestações iguais: a primeira, quando “estivessem os alicerces rasos”; a segunda, quando as paredes estivessem com um metro de altura; a terceira e última, no fim da obra. Entretanto, os trabalhos de estucador foram entregues a Alberto Marques de Vasconcelos, carpinteiro de profissão, da Quinta do Cavaleiro, por 1.300\$00, enquanto o portão de entrada ficou ao cuidado de João Francisco da Rocha, serralheiro, de Ílhavo, custando 1.367\$50.

“O risco” do cemitério foi encomendado a António de Freitas Júnior, que também foi o fomedor da cantaria da porta de entrada, ele que tinha oficina própria na rua de S. Romão. De resto, no cemitério há belas esculturas produzidas na sua oficina pelo seu filho Artur que, não tendo curso, tinha arte e bastante esmero no que lhe saía das mãos.

Em 1923, o novo cemitério estava pronto a receber os defuntos, a levar em conta a deliberação da Comissão Administrativa, em reunião de 20 de Maio de 1923, de “não deixar sepultar ninguém no cemitério velho; só aqueles que ali têm os seus jazigos ou sepulturas compradas ou as comprem na ocasião”. Porém, muitos continuavam ali a sepultar os seus familiares, até que nova proibição houve, em 1929, em que a Junta abria apenas uma excepção, em face de muitas reclamações, para os familiares dos que já lá jaziam.

A primeira pessoa a ser ali sepultada foi Sebastião Ferreira da Silva,



filho do chamado “Padre Eterno”, da Caneira.

Entretanto, os trabalhos de construção só aparecem concluídos em 1927, com o reboco por dentro e por fora da muralha à volta, bem como “o muro do meio, sendo este capeado a cimento por cima” (Acta de 5/6/1927), o que, de resto acontecia com a dita muralha que era encimada “com um redondo em cima”.

CRUZEIROS E LARGOS

bibRIA

Quinto do Alentejo

bibRIA

filho do chamado "Padre Flávio", de Caxias.

Francisco, ao trabalhar em comércio de especiarias montadas em 1517, veio a ser conhecido por ser o primeiro a trazer para o Brasil o milho do norte, sendo este conhecido e chamado por eles "Pão de milho". Em 1521, o filho do pai, Francisco, veio a ser conhecido por ser o primeiro a trazer para o Brasil o milho do norte, sendo este conhecido e chamado por eles "Pão de milho".

AINDA que faltem largos na Mamarrosa, dignos desse nome, embora dignos os do Freixo e do Chafariz, mas bastante exíguos, não faltavam nos remotos tempos, nem faltam hoje, cruzeiros, cada um com o seu valor arquitectónico e histórico. O mais antigo tem gravada a data de 1670 e o que resta do conjunto inicial é apenas o soco largamente chanfrado e onde está escrito “pelas Almas, padre nosso” (o que supõe, à partida, ter sido construído pela antiquíssima Irmandade das Almas). Quando restaurado, foi acrescentada uma data que é de todo

indecifrável e não rasgada pelo mesmo punho. No entanto, há uma forte semelhança entre as primeiras palavras “pelas almas...” e a segunda “restaurado”. A ser assim, este velho cruzeiro (a base e soco) pode ser muito anterior à data que faz dele, mesmo assim, uma pequena preciosidade. Erradamente se lhe chama Pelourinho. A primeira coluna, dórica, fora avivada em 1904, mas, quebrada, foi substituída



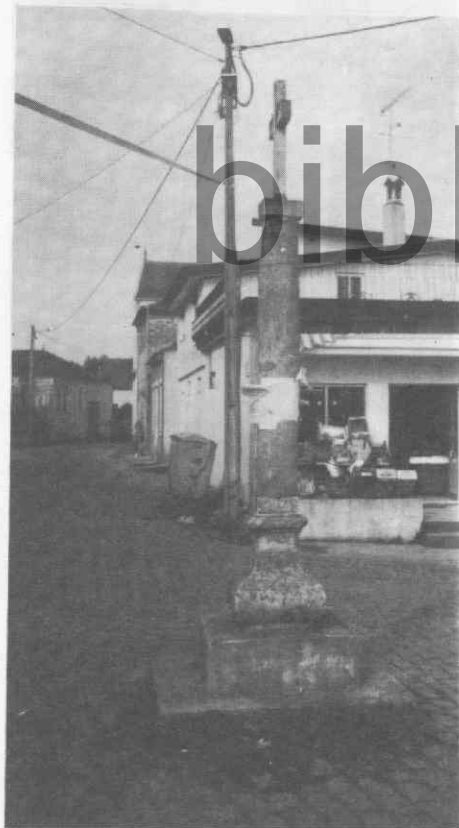
Cruzeiro das Almas.

por outra, redonda, encimando-a uma cruz, ambas de pedra de Ançã, como, de resto, é toda a peça.

Este cruzeiro não esteve sempre ali onde está, na confluência da estrada do Boco com a EN. Até ao princípio deste século ocupou um espaço rectangular, uns cinquenta metros a sul, “entre as casas de Júlio de Oliveira Neves, as do falecido Manuel Francisco Pedreiras e a estrada distrital número setenta e cinco que vai da Quintã a Mogofores”, conforme Acta da Paróquia de 9 de Agosto de 1903, onde, de resto, aparece referido que “existe um pequeno largo de forma triangular no meio do qual está colocado um antigo cruzeiro onde se faziam as procissões antes da construção da referida estrada”. Faziam-se antes

da construção desta estrada, mas “porque o terreno ficou com uma pequena rampa e por isso de difícil acesso para tais actos, essas procissões nunca mais aqui se fizeram”.

Por proposta do vogal da Junta de Paróquia, Daniel da Silva Cravo, a Junta de então deliberou retirar o cruzeiro do local onde se encontrava, próximo do local onde ia dar (e dá) o Carreiro da Missa e foi pedida a desamortização do referido terreno e colocado junto à rua pública que vai deste lugar para o da Caneira “por este ser um local mais próprio para as procissões”, em local que era então considerado “um pequeno largo”.



Cruzeiro do Freixo.

Do outro cruzeiro, implanta-

do no Largo do Freixo, resta do original apenas a base, setecentista (é natural que praticamente contemporâneo do primeiro), só que está em pior estado, na sequência de vários derrubes. Foi restaurado pela Moradia do Senhor de 1949, conforme consta de referência gravada e novamente em 1958, sendo pároco da freguesia, padre António Ferreira Tavares. Porém, num curto espaço de dias, foi derrubado duas vezes, sendo substituída a coluna de pedra de Ançã por uma de cimento, encimada por uma cruz de pedra, desvalorizando assim o conjunto.

Outro exemplar encontra-se no velho cemitério contíguo à igreja matriz, no passeio central, ao fundo. Tem a data de 1870, e soco trabalhado em alçado, com coluna octogonal.

O quarto e sem qualquer valor arquitectónico é o que se situa à entrada da estrada que dá para as Quintas. Tem a data de 1944 gravada na base de cimento, bem como as palavras — paz, fraternidade.

Salve-se porém a intenção...

De implantação recentíssima é o cruzeiro que a Comissão das festas de S. Geraldo, de 1992, do lugar da Caneira (composta por Flório Simões Margaça, Evangelista Espadilha e Adriano Domingues da Silva), mandou erguer no sítio da Lagoinha, com as sobras do dinheiro e a colaboração da Junta de Freguesia. É em pedra de Ançã, com dois degraus e coluna redonda, encimada por uma cruz.



Cruzeiro da Caneira.

Os dois largos que, apesar de escassos, deixaram nome e marcaram uma época, são os do Freixo e do Chafariz.

O Largo do Freixo tinha fama. Primeiro, foi um enorme freixo (“suspenso de quatro pernas” — no dizer de António Augusto Caiado) que lhe deu o nome. Era tão admirável que se chovesse quem quisesse podia acolher-se às suas entranhas que não se molhava. Era também o sítio preferido pelos meninos que frequentavam a escola primária.

Ao Largo do Freixo também ainda hoje se chama a “Praça da Missão”, desde 1940, altura em que padres franciscanos passaram pela freguesia em missão de pregação, com o objectivo de aprofundamento da fé dos fiéis. Para comemorar o evento foi acrescentada à coluna do antigo cruzeiro uma bola de pedra de Ançã, configurando o mundo.

Fama tinham também os serões nas casas em volta do Largo que, entre os moradores, era conhecido ainda por “Praça da Má Língua” por via dos ajuntos que por ali se formavam, especialmente aos domingos. Pelas casas, juntavam-se grupos de rapazes e raparigas, elas a fazer renda, a rasgar farrapos ou fazer novelos para mantas, com que haviam de cobrir as incómodas camas e onde cantavam ao desafio, sobretudo em tempo de inverno e primavera e os rapazes para o namoro. Rosalina de Jesus pontificava nesta arte. Por sua vez, os rapazes, querendo meter conversa, também cantavam, assim:

Estou à porta do serão,
um pé dentro, outro fora.
Se não me prestam atenção,
digo adeus, vou-me embora.

Um pouquinho para norte, quase à ilharga, ficava a *Trabuqueta*, salão que tinha a maior frequência dos republicanos ou liberais (que mais tarde se passaram para o salão do professor Jaime Oliveira, em

frente da igreja). Ganhara esse nome, depois de ser escola primária, exactamente por ser o que era, salão de baile, mas pequeno. Mas havia outro clube, perto da capela de Nossa Senhora da Graça, este afecto aos monárquicos, chamado *Janelas Verdes*.

Do lado sul, fazendo esquadria com a rua para os Penedos, ficava a loja de Joaquim Nunes Ferreira Neves, que possuía mesmo uma abegoaria. Pode dizer-se que aqui era a placa giratória do comércio dos sardineiros e sardinheiras que aqui aportavam a pé ou em burros ajouçados de gigos, a reluzir de sardinha. Aqui descansavam um pouco e matabichavam, enquanto decidiam qual era a freguesia a servir nesse dia. Aqui chegavam também os homens e rapazes que andavam à procura de cernes e que eram do lado das Areias, como os sardineiros. Também no tempo das vindimas mulheres e raparigas dos lados de Santa Catarina, Ponte de Vagos e outras terras partiam daqui para essas bairradas fora, no intuito de arranjar patrão, armadas de boa vontade e bom braço para o trabalho, mas também levando cestas com os farnéis para uns dias, até semanas. Algumas ficavam na freguesia, outras partiam com outros destinos e para outros mostos.

Ao Largo do Freixo iam parar também as companhias ambulantes de teatro, os pequenos circos e lá havia um poço que tinha esta finalidade: matar a sede a pessoas e gado que por ali se dirigiam aos trabalhos do campo, mas, sobretudo, às que iam em demanda das feiras da Palhaça ou Cantanhede. Junto havia sempre um balde e uma corda. Havia outros iguais — dois na Caneira, e um também no Vale. Eram empedrados com pedra-seixo que, no dizer do povo, fazia melhor a água.

Era à volta destes poços que se juntava a juventude para cantar e dançar as modas de roda, aos domingos e dias santos de guarda.

Na rua de S. Romão que dá para este mesmo Largo, ficava ainda a casa de Joaquim dos Santos Pato que deixou nome pelos seus ditos xistosos, mas, sobretudo, pelo papel que desempenhava como cirurgião-ervanário-curandeiro, com muita clientela, a quem pagavam a avença pelo verão. Era Joaquim Domingues Teodósio que acompa-

nhava alguns homens nessa tarefa, quando iam pelas aldeias vizinhas. Eram alqueires de milho, à boa maneira antiga, eram galinhas (que já não chegavam todas a salvo — eram devoradas durante o trajecto...).

Joaquim Domingues Teodósio era muito mais novo, mas era muito de sua casa, desde miúdo. Miúdo, enfiava-lhe Joaquim Pato uma saia de mulher que prendia ao pescoço, metia-lhe nas unhas uma campainha, igual à de anunciar a morte de alguém pelas ruas da freguesia e assim corria as ruas do costume. Por vezes, as pessoas acoiriam a perguntar: “quem morreu, meu menino?”. Respondia-lhe o putto: “Foi o Ti Joaquim Pato que vendeu o vinho e convida os amigos e inimigos para a sua adega”. Era um dia de festa na adega do cirurgião-ervanário-curandeiro, que casou com uma rica senhora de Semide, muito rica e distinta, de nome Eulália Rita da Conceição, de quem de resto enviuvou cedo. E dizem os mais antigos que, quando um dia veio à Mamarrosa com a sua esposa, montada em carro de cavalos, não querendo ficar em pouco, logo que entrou em território paroquial, ia-lhe dizendo aqui: “quanto fica para trás das minhas costas é nosso” e ainda mais além: “quanto fica para trás das minhas costas é nosso”...

Viveu em Semide, onde gastou a fortuna da esposa, tendo regressado à terra natal, depois que enviuvou (cedo).



Joaquim dos Santos Pato.

Dele se contam muitas histórias.

Tendo cursado medicina em Coimbra, uma vez foi chamado para resolver um caso bastante bicudo. A Marquesa da Graciosa (de Anadia) achava-se em tempo de parto — — difícil dizem que era. Chamados os mais famosos médicos da cidade de Coimbra, o parto continuava complicado e as forças já lhe faltavam. Foi então que alguém se lembrou de chamar Joaquim dos Santos Pato que, por sinal, nessa altura, se encontrava a contas com a justiça, a cumprir anos de cadeia. Levado junto da cama da Marquesa, viu, pensou um pouco e daí a momentos estava a recei-

tar: mandou que lhe dessem rapé a cheirar. E foi assim que, tossindo e tossindo cada vez mais, conseguiu dar ao mundo a criança. E Joaquim dos Santos Pato foi tão prestável que acabou por ser solto, ligado que estava ao crime de cunhagem de moeda falsa. Até dizem que a cunhava com os dedos dos pés...

Em 7 de Maio de 1911, a Comissão Administrativa Republicana pedia autorização à Câmara para ser implantado um chafariz “junto ao largo da igreja pelo lado poente” (Acta da mesma data).

Em 1914, a Comissão que era presidida por Manuel Augusto de Sousa, farmacêutico na Quinta Nova (que viria a falecer com apenas 49 anos) tinha concluídas as obras. Como a água fosse pouca, foi construída em 1913 uma mina com 41 metros de comprimento, levando 37 dias a abrir e a empedrar.

A propósito de alguns custos é elucidativa a Acta da Junta de Freguesia de 17 de Abril de 1914, documento que realça o resguardo feito com “frades de pedra”: pedras de cantaria 2\$00; pedras de cantaria, 10\$50; carroto das ditas 3\$00; 14 frades de pedra, 28\$00; carroto destes, 2\$40; cal, 190\$; adobos 1\$95; uma barrica de cimento, 2\$70; uma faixa de ferro, feitio e parafusos, 2\$10; dias a um mestre, 4\$12; dias de um canteiro, 14\$54; por três arrobas de cimento, \$90; dias de um empregado, 5\$30; transporte e carroto do busto da república, 1\$38”.

O dia da inauguração foi dia grande. O chafariz vinha resolver grave problema às gentes da Mamarrosa — a falta de água. Quando a havia, estava altamente inquinada. “O povo limita-se a bebê-la completamente estagnada, cheia de micróbios. Infelizmente não há uma fonte que a abasteça” — escrevia *O Nauta*, na sua edição 14/9/1911, cujo correspondente local já informava na sua edição de 19/8/1909 que “o povo vai buscá-la a lugares muito distantes”.

Foi tão importante que logo deu nome ao pequeno largo, toponímia

que havia de mudar em 1922, porque a Junta de que era presidente Manuel Simões dos Santos mandou fazer e colocar ali uma lápide, assinalando-o como Largo de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, honrando-lhes o feito da travessia do Atlântico.

De realçar que o chafariz possuía um plinto onde chegou a altear-se a estátua da República, tamanho grande, e ainda um tanque, de forma octogonal, construído em pedra de Ançã, de fino gosto, embora destinado a matar a sede ao gado (bois e vacas).

O largo do chafariz, tal qual o do Freixo, com o advento da República, chegou a ser arborizado. Só que as árvores não vingavam. Disso se queixava o correspondente da Mamarrosa, para o *Alma Popular*, de 28 de Agosto de 1931, sob o pseudónimo de Kiala.

“Quanta beleza não oferecia agora o largo do Freixo com o seu arvoredor, pequeno, sim, mas frondoso e odorífero?”

“Quão encantador não seria o largo do chafariz, à igreja, com toda a frescura das suas árvores, com todo o encanto dos seus ninhos, mais tentador e atraente que o silvado para as melodias do rouxinol? Não faltou para isso a negra e criminosa foice”.

“Pretendeu-se, nos primeiros anos da república (eu era nesse tempo passarinho de escola), arborizar os dois largos referidos, o que resultou improdutivo, porque os ciclones eram constantes e devastadores. Hoje, se plantava uma árvore, amanhã se cortava outra. Com que intenção beneficente se despedaçava aquela arvorezinha tão prometedora de encantos e confortos? Talvez por ser idealização republicana!” Insurgia-se ainda contra os malfetores de sua terra que praticavam nas agremiações “onde se junta a mocidade para passar um bocado de noite as maiores patifarias que sobem à categoria de verdadeiros crimes”.

Porém, em 1921, como a água nunca foi abundante na Mamarrosa e eram praticados alguns abusos, a Junta de Freguesia, confrontada com tal situação, proibiu “a tiragem de água da pia do chafariz para sulfato, rega ou lavagem de roupa ou casas”, nos meses de Maio a

Outubro “sob pena de multa de vinte escudos (20\$00)”, determinação esta que de resto foi extensiva mais tarde a outras fontes por abusos semelhantes (Acta de 1 de Maio de 1921).

No lugar da Mamarrosa, nesta altura, só havia a Fonte do Cabouco (e a Fonte da Moura que era inicialmente de mergulho), que dispunha de três tanques. Foi reparada em 1924, coberta a madeira e zinco (1925), era presidente da Junta Martinho Martins. Para as obras de reparação foram incluídas “duas pedras que estão à Senhora da Graça, mandando-lhe fazer o resto do aparelho que precisa” (Acta de 18/5/1924), o que supõe que se tratava de pedra espalmada e ampla, destinada à pedra de lavar. Foi responsável pela obra António Olvido Alves Pintor, da Amoreira da Gândara.

Só uns anos mais tarde naturalmente para substituir com vantagens as fontes da Moura e do Cabouco, foi construída a do Rio Novo, sendo a obra de cobertura da responsabilidade de Francisco António Santana, serralheiro das Quintãs (1934). O painel recortado a azul e colocado na frontaria é trabalho da Fábrica Aleluia, de Aveiro, e custou 96\$00.

De resto, na década de trinta, uma das maiores preocupações dos autarcas era o fornecimento de água às populações em melhores condições e na Quinta da Gala foram expropriados terrenos (310 m²) a Manuel Domingues Gala “para fonte e rio lavadouro e coradouro no mesmo lugar, cedendo-lhe esta Junta como indemnização as sobras de água e posse da passagem a pé e carro pela servidão para o seu prédio (Acta de 19/10/1924).

Um fontenário que secou há bastantes décadas foi o das Obras Públicas, situado muito perto do Rio Novo, um pouco acima, do outro lado da estrada. Porque deixada ao abandono, as ervas comem-lhe a beleza da frontaria, escondem-na a quem passa, sempre na pressa de outros interesses, que não o da memória. Poucos dão por ele, no entanto é peça digna de nota, obra do século XIX (inícios), única no género em todo o concelho, desconhecendo-se no entanto a data. A única referência viva é O.P. (Obras Públicas).



Fontenário O.P.

Funcionava ainda na década de vinte. Além das moças de cântara à cabeça e dos miúdos de jarra ao ombro ou dependurada da mão, lá iam beber os meninos da escola, em horas quentes de recreio.

A fachada, ligeiramente semicircular, bastante ampla, é fechada por pedra de Ançã, com engraçado remate ao centro. De igual material são os pilares que abrem a estrutura de pedra calcária e também os bancos que naqueles remotos tempos suscitavam encontros de desejos e sabores entre as moças e os rapazes em domingos de vagares ou tardinhas quentes de estio a saber a sonho.

A frequentação da Manhiçosa fica situada no extremo sudoeste do concelho de Odivelas de Baitre e na margem direita do Rio Boco. Tegra fértil onde ainda se podem avistar as tradicionais vinhas de espaldada em boas condições, à mistura com chapas de fogo, estando entre o rio e a estrada nacional nº 1, a poucos metros da freguesia, do período quaternário, que dá origem a muitos mitos.

DA MAIS ANTIGA INDÚSTRIA

bibRIA

O lugar de Manhiçosa situa-se a poucos quilómetros com o centro no Seixal e a poucos metros da freguesia de Mafra e Mafra. Desde sempre, a agricultura tem sido a base da economia agrícola. Ainda hoje, na zona de Manhiçosa, se encontram os produtores da freguesia mais produtiva, herança da frequentação da freguesia. "em maior quantidade" foram o milho grosso e também o vinho, trigo e cevada, cereais que continuaram a cultivar-se até ao princípio do século em abundância, mesmo o trigo. Porém, o trigo nas palmeiras decadas afrouxou bastante em benefício do milho que começou a ser rei. De resto, disso dá conta a própria Junta de Freguesia.

A vinha encontrava-se (e encontra-se ainda) em grandes beiradas que vão do Vale, avançam sobre a Quinta do Cavaleiro e cercam a Quinta da Gata. Enormes áreas vitícolas, algumas a serem a pecuar a floresta de verde pinho para indústrias locais, quando não mesmo desaparecem no quilómetro seguinte das vinhas. Toda aquela área em vitais dominada pelas plantações de pinho.

A vinha sempre exigiu uma certa técnica de poda e de poda. Era necessário saber dar as voltas e como regar, terra de vinha, sobretudo do vale do Vale e a Quinta da Gata, natural e que sempre gerou mais



bibRIA

Funcionam no dia da semana e vêm à tona as mesas de canteiro à cabeça e dos miolos de jarra ao centro ou dependurada da mão, lá iam beber os merinos da escola, em horas quentes de recreio.

A fachada, igualmente antiquíssima, bastante ampla, a fachada por toda a face, com encaixado remido ao centro. De igual material são os pilares que alçam a estrutura de pedra calcária e também os bancos que naquele tempo sempre enchiam os corredores de descejos e sabores entre as montes e os espaços em domingos de engares ou tardanças quentes de sol e saber a colher.

A freguesia da Mamarrosa fica situada no extremo sul-sudoeste do concelho de Oliveira do Bairro e na margem direita do Rio Boco. Terra fértil onde ainda há poucos anos as enxadas abriam sulcos de esperança em boas colheitas, à mistura com chispas de fogo, saltando entre o gume e, por vezes, a sementeira de pedra roliça, do período quaternário, que abunda por muitos sítios.

O lugar da Mamarrosa em si forma um pequeno planalto com o centro no Seixal a escorregar pelo Vale, Senhora da Graça e Malhadas.

Desde sempre terra rica e fértil e predominantemente agrícola ainda hoje, nos séculos passados, os frutos que os moradores da freguesia mais produziam, segundo o Inquérito Paroquial de 1758, “em mayor quantidade” eram o milho grosso e também o vinho, trigo e cevada, cereais que continuaram a cultivar-se até ao princípio do século em abundância, mesmo o trigo. Porém, o trigo nas primeiras décadas afrouxou bastante em benefício do milho que começou a ser rei. De resto, disso dá conta a própria Junta de Freguesia.

A vinha encontrava-se (e encontra-se ainda) em grandes bairradas que vão do Vale, avançam sobre a Quinta do Cavaleiro e cercam a Quinta da Gala. Enormes áreas vitivinícolas obrigaram o homem a recuar a floresta de verde pinho para insignificantes ilhas, quando não mesmo desapareceu no gume fumegante dos serrotes. Toda aquela área era antes dominada pelas gândaras, pelo pinheiro.

A vinha sempre exigiu uma certa técnica na poda e na empa. Era necessário saber dar as voltas a uma cepa. Terra de vinhedos, sobretudo entre o Vale e a Quinta da Gala, natural é que surgisse gente mais

entendida nesse ofício. E assim se formou um grupo de podadores que tinha fama e eram convidados de outras bairradas mais distantes. Do grupo faziam parte — Manuel Miguéis, Joaquim da Silva Novo, da Mamarrosa, Manuel Nicolau, “o vinte”, idem, Olegário Silva, natural da Caneira, e Amândio de Carvalho, moço de servir, que acabou por casar na Caneira. O grupo tinha um nome poético — Estrela Azul. Eram gente de andar à jorna e de mão ligeira.

Por sua vez, os cereais predominam, ou melhor predominavam a norte da Mamarrosa, na direcção da Caneira e Portinho, onde também os pinhais foram confrontados com as necessidades básicas do homem — a subsistência, a economia doméstica.

Como havia cereais, que era necessário transformar em pão e havia rios, ainda que pequenos, como o do Cabouco, forçoso era haver moinhos para tagarelar em manhãs ledas ou tardinhas mansas uma ode à farinha. No Rio do Cabouco, onde havia logradouro com manchas de eucaliptos, existia um, propriedade de José dos Santos Pato. No sítio da Arealva, havia dois — um de Filipe dos Santos Pato e outro de Álvaro Mota. No entanto, para onde a população corria mais era para a Azenha Nova, onde, além de haver a azenha de Artur da Zabumba (de seu nome verdadeiro Artur Marques Vaz, que ali vivia, a norte da vala), havia outro de moer azeitona, manual, de espremer à vara. Aí se juntavam rusgas de rapazes e homens para espremer a azeitona. Azenha Nova que chegou a ter oito moradores (e agora é apenas memória desse tempo de azenha e lagar de azeite), possuía ainda um alambique. Para a azeitona e pés de bagaço corriam as gentes da Mamarrosa no tempo próprio. Para o pão para lá corriam todo o santo ano.

Também Manuel Ferreira, da Caneira, cognominado “O padre Eterno”, tinha um moinho de duas pedras no sítio do Palhal (entre Vale da Marinha e Caneira).

Mais tarde, não faltaram moinhos de vento, de ferro: dois na Quinta do Gordo, que moíam para fora e eram propriedade de António Martins e Manuel das Neves (o Manuel Nicolau), da Mamarrosa. O de António Martins era de torre fixa. Mas na Quinta da Gala, havia outro, propriedade de João Nunes Mota. Mais abundantes, porém, eram as

atafonas, pelo que seria coisa redundante mencionar os muitos proprietários que as utilizavam em locais próprios (a casa da atafona) ou simplesmente em alpendres.

Terra fértil a freguesia da Mamarrosa. Todavia, por estar muito dividida, nunca gerou grandes fortunas, embora houvesse casas abastadas, mas não brasonadas. Era gente de dar o pé descalço à sementeira das terras ou ao pó ou lama dos caminhos. Do povo da Mamarrosa escreveu Júlio Dias Gapo:

“O seu povo camponês,
com brio e altivez,
noite e dia a trabalhar.
E, quanta vez magoado,
à rabiça do arado,
chora as mágoas a cantar.”

Na verdade, embora terra importante e regalenga, não teve ao longo da sua história milenária, gente ilustre, com títulos de nobreza. Pelo menos é isso que se depreende das afirmações de um dos seus curas, nas respostas que deu ao Inquérito de 1721: “não achey em tudo (...) memórias algumas antigas nem prerrogativas q lhe fossem concedidas nem sucedidas”, ideia que no final explica assim: “não há memória de varam algum insigne nesta frg^a ne della natural q fosse assignallado em virtudes nem letras...”.

Se nunca houve gente brasonada, também não a houve de armas: “não há sepulturas mais q duas pedras toscas junto a capella mor. Uma tem somte uma regra q diz aqui jas fulano e outra tera duas regras que dis o mesmo sem mais declaraçam alguma, não há capella alguma ne armas na dita Igr^a.” Se na igreja — na antiga, acrescentamos nós — não havia “capella alguma ne armas”, apenas sendo de realçar a existência de duas sepulturas com pedras toscas, com vulgares inscrições a freguesia, de 190 fogos “mais ou menos”, não tinha dentro de muros mosteiros, hospitais nem albergaria (“Não há mostr.os, hospi-

tais nem tem acolhimentos alguns”).

A mediania era, efectivamente, a regra. Mas a contrastar com esta realidade, havia manchas de pobreza. Ainda no início deste século. Isso mesmo dá conta a imprensa da época, como *O Democrata* de 13 de Outubro de 1911 que noticia que fora distribuído (naturalmente no 5 de Outubro) “um budo aos pobres da freguesia, que constou de meio quilo de carne de boi, um litro de vinho e um pão. Os pobres arreceberam a esmola muito comovidos e agradeceram tão generosa acção, promovida pela Comissão Paroquial da Administração e a Filarmonica percorreu as ruas...”.

Também a Irmandade das Almas, que tinha fins filantrópicos, pelo menos uma vez por ano fornecia fatos aos mais carenciados, ainda nas primeiras décadas deste século.

Registe-se que em 1933 abundavam os desempregados e então a Junta pelo Natal e Ano Bom para minguar-lhes as dificuldades por escassos dias, distribuiu 50\$00 a cada um.

A população vivia assim essencialmente do chão e do que ele produzia, com maior ou menor generosidade. Artesãos, comerciantes ou industriais eram poucos. Na década de vinte, havia pedreiros, tanoeiros, carreiros e serralheiros; funileiros e latoeiros havia-os nos lugares da Caneira e da Mamarrosa.

Artesãos, além dos arrieiros, os que se dedicavam ao fabrico de cestos por casa dos lavradores — Manuel Teixeira, que viera da vizinha Malhada e Avelino Teixeira que era natural de Penafiel. Antes houve os Catarinos. Os últimos, Mário Domingues dos Reis e Firmino Barreiro. Artesãs, poucas: Rosa Tribuna que, de Malhapãozinho, era tecedeira de muita procura: cardava lã, fiava e tecia as saias de sarguilha que as mulheres no dobrar do século e início deste ainda vestiam. Outra, que também tinha a sua clientela, era a Rosa Rameiras, da Quinta do Gordo, que tecia mantas de farrapos, que iam a todas as camas, passadeiras, que as raparigas estendiam nos corredores e tapetes para os pés da cama, tudo feito de roupas velhas que, transformadas, voltavam ao serviço do homem e também da casa. Profissional era Ema Ferreira (Ema do Serafim), que era casada com Álvaro Moreira. Um e

outro dedicavam-se à tarefa da confecção de passadeiras e mantas de farrapos, estando equipados com teares, dobadeiras e cardadeiras. Só abandonaram o ofício à roda de 1960, porque foram arrastados pela onda de emigração para Angola.

Por este tempo, tempo de grandes dificuldades, havia muitos homens e rapazes que, ajornalados por capatazes, à falta de trabalho local e de dinheiro a forrar, iam fazer as ceifas ao Alentejo, a plantação e ceifa das praias de arroz às lezírias do Ribatejo ou às comportas do Sado (dizia-se muito “ir para as comportas”), trabalhar nas quintas de Lisboa, especialmente em vacarias. Mas também já havia quem tivesse dentro de si um búzio de distância a chamá-lo e alguns partiam no princípio do século para o Brasil. Todavia, o fenómeno da emigração que era escasso, veio, pelas décadas de quarenta/sessenta, a intensificar-se de uma forma assustadora, especialmente para a Venezuela e América e, anos mais tarde, para França. Por diversos motivos: a necessidade de subsistência e o sonho de maiores comodidades e, quando a guerra rebentou no ex-Ultramar, a fuga para os jovens. Assim se despovoavam as terras (a Quinta da Gala era quase uma excepção) e sentia-se mesmo a falta de braços para trabalhar o chão porque as máquinas ainda ninguém as sonhava. Era tudo feito a poder de pulso e com a ajuda do gado bovino.

Indústrias não havia. Ressalve-se, no entanto, a da cal que é muito antiga na freguesia da Mamarrosa, tem séculos, o que aliás sucedia também um pouco com a telha.

No “Livro do Tombo da Vila de Cantanhede, do Exm^a. Marquês de Marialva”, feito pelo seu ouvidor, dr. Francisco de Figueiredo Pereira, em 1683, já aparecem aforados “fornos de cal” a António Gomes, o Gordo, de apelido, nessa altura com mato e terra, no limite dos Penedos e confrontando com a estrada que ia para Aveiro. Mas o mesmo trazia aforado ainda o Forno da Telha e ainda entre outras uma terra no Vale das Pedreiras, mas também Ascenço André, da Mamarrosa, trazia de renda, além de um ribeiro na Mouta Velha, um forno no sítio da Malhada, o que vem confirmar que as pedreiras e os fornos existentes na Malhada eram também propriedade ou explorados por gente da Mamarrosa.

Todo o chão entre a Mamarrosa e a Caneira estava pejado de fornos de cal e de pedreiras, mesmo atrás da igreja e da escola primária, que mandara construir António Rodrigues Capucho. Também no sítio do Cume e aqui eram de Joaquim de Jesus Almeida.

A mesma abundância era notória entre o Vale e o Marco, fornos e pedreiras. Foram seus proprietários José Vieira, do Sobreiro; Manuel Domingos, da Caneira; Agostinho Francisco da Graça, da Caneira (ou Agostinho Roso); Manuel da Silva Cravo, da Mamarrosa; Manuel Bem Haja, da Caneira e Manuel Simões Carriço, da Mamarrosa.

Muitos eram proprietários de pedreiras e fornos, mas outros arrendavam os terrenos para exploração da pedra. Os mais bem colocados financeiramente tinham mesmo pedreiras e fornos de cal no vizinho lugar dos Penedos. Há lá ainda hoje o sítio denominado de Fornos. Encontravam-se nesta situação Manuel da Silva Cravo, Manuel Simões Carriço, António Maria, da Mamarrosa, todos com dois fornos e ainda Manuel Francisco Barros, da Quinta da Gala, que era um industrial do sector de nomeada, mais conhecido por "O Falocas", porque, segundo apregoava, a sua cal era melhor que a dos outros e estoirava muito bem, "como falocas", dizia-se.

Havia fornos que dispunham de abegoarias, à sua ilharga, onde se juntavam os carreiros. Aí desaparelhavam os bois, prendendo-os às rodas dos carros e davam-lhes então ração de palha. Chegavam normalmente de véspera, quando vinham de longe. Muitas destas abegoarias eram cobertas e, se não as havia, bois e carros ficavam nos tendais até ao outro dia.

À indústria da cal aliava-se outro negócio, o dos transportes. A maior parte dos lavradores da Caneira e Mamarrosa dispunha de carros de bois para esta tarefa — não só para levar o produto directamente a casa do cliente ou embarcá-lo nos portos de Soza e do Boco, mas também para carream lenhas (rachões) para alimentar os fornos. Eram os carreiros. Quando iam buscá-la mais longe, tinham direito a meia pada de pão e meio litro de vinho e recebiam ainda um salário que, no ano de 1940, ia de 1\$50 a 2\$50 por carreto. Porém, se as distâncias eram curtas, recebiam a meia pada e o meio litro de vinho,

mas já não tinham direito a salário. Conforme o desembaraço, cada um tinha direito a um ou dois carretos.

Nesses tempos, a venda da cal estava assegurada. Era comercializada sobretudo a norte — Cacia, Esgueira, Sarrazola, Gafanhas, Estarreja, Ovar. Para Estarreja e Ovar seguia muitas vezes de barco e era carregada, tal qual o vinho desta região, nos portos de Soza e Boco, rio que a memória colectiva, conquanto escassa, ainda leva até às Malhadas. Esta ideia, de resto, foi reforçada quando, há alguns anos, na abertura de um poço, foram encontrados restos de um barco e alguns esteios, próprios de um pequeno e primário porto, numa das propriedades de António Maria dos Santos.

A pedra calcária também tinha outros fins. A que era arrancada, sem passar pelo forno ou aquela que, entrando, resistia à cozedura, era utilizada nas estradas, partida pelos britadores. Muita, arrancada na zona, está na estrada da Mamarrosa-Boco a fazer a cama aos paralelepípedos.

O trabalho das pedreiras e dos fornos era muito duro. As mulheres acarretavam o barro ou outro material que envolvia a pedra em cestos poceiros. O mesmo acontecia, depois, com a pedra rebentada com cargas de dinamite e partida com pesados marrões. Duro era o trabalho dos forneiros, suportando altas temperaturas à boca dos fornos, durante as noites.

Além dos fornos da cal, havia os de telha caleira, em muito menor número e, se, em 1683, eram referenciados alguns no “Livro do Tombo da Vila de Cantanhede” ainda é da lembrança de alguns um último, o que existiu no sítio da Lagoinha e que diziam ser mais antigo do que o de Salgueiro.

A indústria da cal ainda apareceu na revista BATE CERTO em 1935/1936, altura em que alguns fornos começavam já a arrefecer, até que acabaram definitivamente.

É dessa revista que deixamos aqui o diálogo entre a cal fina e a cal churra, da autoria do poeta Júlio Dias Gapo (também conhecido por Júlio da Pata).

Cal churra:

Para cumprir um nobre feito
da terra fui arrancada.

D'argamassa faço a liga,
pr'ó que sou bem procurada.

Cal fina:

Cala-te, irmã, não te gaves,
não desdenhes minha alvura,
que eu dou claridade à aldeia,
às cidades formosura.

Cal fina:

Diz-te o mundo, grossa, churra,
mas por mim gosto de ti,
pois tens sorte igual à minha,
que nem sei pró que nasci.

Cal churra:

Ó cal fina, tem cautela,
não zombes de mim também.

Não me julgues enjeitada,
porque a terra é nossa mãe.

Cal chural

Para cumprir um nobre fado
de terra foi enviada esta;
D'orgãosse feço a foga
pr'o que sou bem procurada

Cal fina

Calste-te, irmã, não te gabe,
não desdantes minha obra,
que eu dou claudade a alma,
as cidades formosura.

Cal fina

SINAIS DE PROGRESSO

bibRIA

Cal chural

O cal fina, um castela,
não gambas de mim tarabeta;
Ista sou jogaes mofetada,
porque a foga é noes mada.

A PRIMEIRA SALA DE INSTRUÇÃO

AS primeiras casas que foram construídas para nelas serem instaladas as chamadas “salas de instrução”, foram as que ainda hoje se encontram (desactivadas) na Senhora da Graça e defronte à estrada que vai para a Amoreira da Gândara.

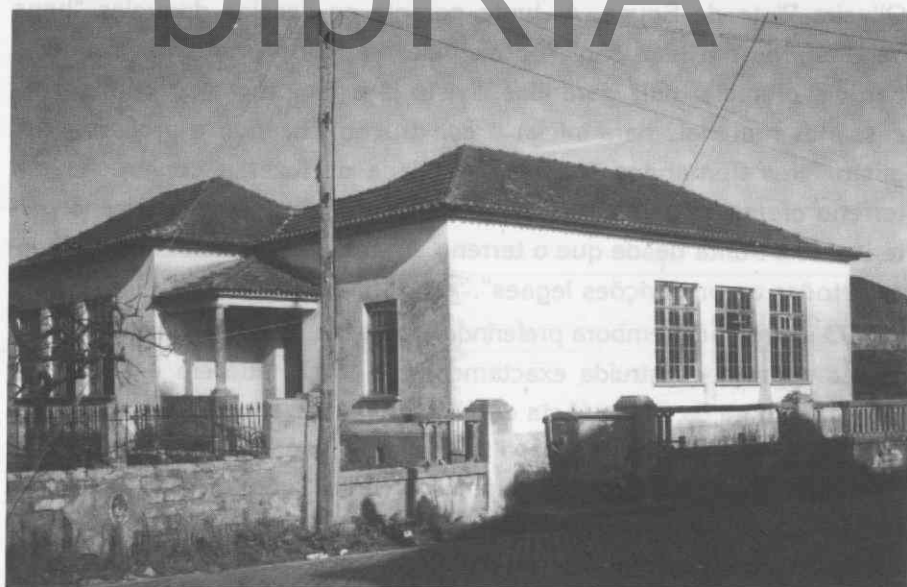
Em 1921 o professor oficial, Augusto Pires Fernandes, dirigia um ofício à Junta de Freguesia, presidida por Manuel Simões dos Santos, no qual oferecia “casa para escola do sexo masculino para ali ser colocado professor efectivo”. O mesmo fez, posteriormente, Jaime de Oliveira Pinto de Sousa. A Junta perante os desejos daqueles “bons beneméritos da instrução”, optou pela oferta do primeiro, porque, à partida, oferecia mais garantias, “visto já estar prevenido com os necessários materiais para iniciar a construção”, ficando o professor Augusto Pires Fernandes “com a faculdade de fazer a construção em terreno oferecido pelo Dr. Manuel dos Santos Pato ou em terreno pertencente à Junta desde que o terreno em que fizer a construção obedeça a todas as prescrições legais”.

O interessado, embora preferindo a primeira hipótese, o certo é que a escola aparece construída exactamente no local onde era a Capela de Nossa Senhora da Graça (Acta de 23/10/1921). E segundo a acta de 16/7/1922, nessa altura se acabava “a casa própria para edificio escolar que Augusto Pires Fernandes construíra à sua conta e com materiais seus, em terreno que a Junta lhe cedeu no sítio onde estava a Capela da Senhora da Graça, construção que de direito lhe pertence”.

Aqui passou a funcionar por algum tempo a escola do sexo masculino que antes estava localizada junto ao Largo do Freixo, na dita



bibRIA



Em cima: escola da Senhora da Graça; em baixo: escola construída por António M. Capucho.

Trabuqueta. Por seu turno, a das meninas funcionava também em casa de renda em frente da igreja matriz. Quer uma quer outra serviam de salas de sessões da Junta de Freguesia. Em Dezembro de 1920, mudavam-se os autarcas da *Trabuqueta* para a sala da escola feminina, invocando que ficava em frente da igreja, até que, em 1922, construída a escola da Senhora da Graça, mudaram novamente de pouso.

Em face da preferência dada ao professor Augusto Pires Fernandes, António Rodrigues Capucho, construiu à sua custa um edifício escolar para que ali fosse colocado vitaliciamente o genro, professor Jaime de Oliveira Pinto de Sousa, como era normal naquela época. Edifício espaçoso, constava de duas salas e um amplo gabinete. Começou por albergar apenas os alunos do sexo masculino em 1926, mas, pouco tempo depois, passou a ser a única escola da freguesia.

A primeira escola (ou melhor, a primeira sala de instrução), ainda que em casa arrendada pela Junta de Paróquia, surgiu na Mamarrosa possivelmente no ano lectivo de 1859-1860, segundo "O mapa estatístico das Escolas de instrução Primária do Distrito de Aveiro e seu movimento no ano lectivo de 1859-1860", que nos dá uma panorâmica do "parque escolar" do concelho de Oliveira do Bairro. Relativamente a esta freguesia e contrariamente ao que acontecia na generalidade das outras, onde no universo das crianças matriculadas havia um elevado absentismo, com a presença de apenas seis ou sete alunos de entre trinta matriculados, como no caso do Troviscal, o documento dá a entender que na primeira não era tanto assim. E tanto que era sugerida a transferência dos alunos da escola do Troviscal para a Mamarrosa, onde, dizia o documento, "certamente reunirá numerosos alunos, pois colocada em lugar adequado, aproveitará a mocidade de ambas as freguesias, que se acham unidas pelos lugares de Vale da Marinha da primeira e da Carreira (leia-se Caneira) da segunda".

Não sabemos quem primeiro e nestas condições leccionou na primeira "sala de instrução" da Mamarrosa. Sabemos, sim, que em 1865 exercia essa tarefa o padre João Rodrigues de Almeida, seguindo-se-lhe, no ano de 1874, Manuel Francisco dos Brózios.

Apesar destes primeiros passos, em 1877 ainda não havia sido

constituída a Comissão Promotora do ensino primário na freguesia, como de resto cumpria nos termos da Portaria de 28 de Janeiro de 1871, cujas directrizes mereceram a nova Portaria de 22 de Fevereiro de 1875.

Como não surgia uma resposta concreta, foi nomeada, então, por alvará datado de 14 de Junho de 1877, da responsabilidade de João de Moura Coutinho Almeida D'Eça, Reitor do Liceu Nacional da Cidade de Aveiro e Comissário dos estudos do distrito, a Comissão que ficou assim constituída: pároco da freguesia, padre Joaquim Pedro Nolasco, presidente, e adjuntos — Joaquim Duarte Sereno e padre Custódio Simões Carriço “em cuja inteligência, probidade e zelo pela instrução dos meninos da mesma freguesia eu confio que de bom grado aceitará esta Comissão e farão quanto em si caiba por solicitar e promover tudo quanto for a bem dos interesses da instrução da mesma freguesia...”.

Em 1886 existia já uma casa de escola. Achava-se no entanto “em péssimas condições higiénicas, sendo frigidíssima mesmo de verão, devido isto a nunca lhe dar o sol no seu recinto por não haver janelas senão do lado do norte; e sendo este inconveniente susceptível de se melhorar, bastando para isso demolir a habitual cozinha e dividir o edificio da escola com uma parede mestra de nascente a poente...” (Acta da Junta de Paróquia, de 27/5/1886 de que era presidente José Luís Pinto de Miranda que tinha como vogais António Francisco dos Brózios, Julião da Silva da Manca e João Micaelo).

O documento não refere, todavia, a sua localização, mas acrescenta-se que, tal como previa o respectivo alvará, a escola destinava-se apenas aos meninos.

Esta sala de aulas sofria alterações em 1884, ano em que a JP comprou dez tinteiros e ainda 200 adobes “para o seu acrescento”, bem como 800 telhas e outros vários materiais, cujo custo totalizou 10\$600 reis. Dois anos antes era comprada a mobília e “feitos outros reparos no valor de 18.500 reis”.

Embora reconhecidas as carências do edificio escolar, só foi decidido repará-lo efectivamente no ano seguinte. Era presidente da Junta

de Paróquia padre Manuel de Almeida Sobreiro. Em reunião de 15/5/1887, foi tomada esta decisão, levando em conta que tanto a escola como a casa do professor estavam em condições miseráveis, achando-se o edifício num estado deplorável, “devido ao cheiro infectante produzido pelo tortulho de que toda a casa se acha invadida”. O edifício achava-se num estado deplorável, “impossível de preencher o fim para que é destinado sob pena de arruinar a saúde tanto do professor que ali habitar como as crianças que fazem a escola” (Acta da JP de 15/5/1887). As obras envolveram a substituição dos soalhos e dos madeiramentos. O custo orçou em 78.300 reis.

Os professores que aí leccionaram até ao fim do século XIX foram: Cândido Martins (1874); padre João da Silva Gomes (natural de Sangalhos?), 1878 e pároco do Troviscal; Constantino Nogueira da Silva, professor vitalício (1883); padre Adriano Ferreira Neto (1887) e José António de Carvalho, natural do Troviscal (1892).

No início do presente século, a preocupação com o ensino das crianças já era maior. O ensino ganhava cada vez mais adeptos junto da população e começava a pugnar-se pela criação de cadeira de escola feminina.

Em 1902, a renda das casas de escolas passava a ser paga pela Câmara.

Em 1903, a Junta de Paróquia, (Acta de 8/3) invocando o facto de ser uma das mais populosas do concelho, exarava naquele documento que se “fazia sentir a falta de uma cadeira de instrução primária do sexo feminino pois apenas possui uma de sexo masculino”, ao mesmo tempo que deliberava pedir a sua criação, com sede no lugar de Bustos “por ser um dos lugares mais populosos e centro da maior parte das povoações que constituem esta freguesia”. Para facilitar a criação, propunha-se oferecer “a mobília e utensílios precisos”. Relativamente à mobília da escola da Mamarrosa, no ano anterior, havia apenas “uma pequena mesa de dois metros de comprimento e quatro pequenos bancos, que podiam acomodar o muito vinte alunos”, pelo que a Junta de Paróquia propôs que fosse lançada uma derrama para que se adquirisse mobília e fossem compostos os telhados, fosse implantado um muro a cercar a escola e adquirida uma

cadeira para o professor.

Se era pedida a criação da cadeira para as meninas, com sede em Bustos, em 1900 já estava a funcionar a escola do sexo masculino na Quinta Nova e curiosamente em Abril desse mesmo ano foi ocupada sem consentimento da Junta de Paróquia por Augusto Simões da Costa, solteiro, do mesmo lugar, “onde o mesmo tem uma taberna e mais objectos”, ainda que a casa não pudesse ser utilizada “para fins diversos para que foi destinada...”, sendo entretanto intimado a entregar a chave no prazo de vinte dias “sob pena de desobediência”.

Em 1904 era comprada parte da mobília para a escola do sexo feminino, com o que a Junta gastou sessenta mil reis, tendo adquirido a parte restante no ano seguinte, onde gastou trinta e cinco mil e quinhentos reis, o que significa que as crianças, para além de seguirem descalças para a escola, quer de verão quer de inverno, não encontravam lá comodidade alguma, faltando até as próprias carteiras.

Era neste ano presidente da Junta de Paróquia António dos Santos Barroco que tinha como vogais Manuel Simões Tribuna, José Simões Loureiro e Daniel da Silva Martins.

No ano de 1905, ano em que havia uma única escola do sexo masculino, situada na Quinta Nova, “lugar muito bem centralizado, mas muito distante das povoações situadas nos extremos da freguesia”, tornando-se inacessível à maior parte das crianças, a Junta deliberou pedir a criação de uma outra escola com sede no lugar da Mamarrosa e a mudança da situada na Quinta Nova para o lugar de Bustos, responsabilizando-se pela “mobília precisa para a nova escola, lançando para isso uma derrama de quinze por cento sobre as contribuições directas do Estado” (Acta da JP de 9/7/1905).

Em 1911, pugnava-se também pela criação de uma escola para as meninas no lugar da Mamarrosa e a Junta de Freguesia (Acta de 14/1/1911) responsabilizava-se pelo pagamento da mobília e material de ensino. De resto, esta era uma das muitas necessidades prementes, enunciadas pelo correspondente local de *O Nauta* (edição de 3 de Março de 1910) — “uma escola para o sexo feminino, a conclusão do lanço de estrada distrital que vai daqui para Samel, uma fonte, menos

tabernas, a conclusão da estrada da Caneira, um cemitério novo, caíar o exterior da igreja matriz”.

Segundo os livros dos recenseamentos escolares, em 1915 a população de toda a freguesia em idade escolar totalizava 460 crianças: 232 do sexo masculino e 228 do sexo feminino, quando a escola da Quinta Nova podia albergar 144 crianças e a da Mamarrosa apenas 88.

Em 1919, as escolas de Quinta Nova e Bustos continuavam instaladas em casas arrendadas, “inteiramente para tal fim, porque sendo de acanhadas dimensões não têm ar nem luz que satisfaçam as mais elementares exigências da pedagogia e higiene”, enquanto, por outro lado, os seus senhorios instavam pelo aumento das rendas, pelo que a Junta estava disposta a concentrar em Bustos todas as crianças num mesmo edifício.

Na década de trinta foi dado um grande impulso à construção de edifícios escolares. Enquanto muitas vezes os pais dos alunos pagavam a mobília para os filhos se sentarem, também houve casos em que algum benemérito construía a própria escola em benefício próprio ou a favor de algum familiar.

Alguns professores: Rodrigo Calado e Ana Augusta Dias (1910), com esta particularidade — o primeiro levou 11 alunos a exame, tendo ficado aprovados oito e três distintos, enquanto o segundo não conseguira levar um único (*O Democrata* de 29/1910); Celestino Nogueira da Silva, na escola da Quinta Nova e Maria da Conceição Dias Guerra, sexo feminino, em Bustos (1909).

No ano de 1918 leccionaram na Mamarrosa, na escola do sexo masculino, Manuel da Silva Júnior e na do sexo feminino Ester José Leite; na escola feminina de Bustos, Jaime de Oliveira Pinto de Sousa e Delminda Costa; António Joaquim de Carvalho na escola de Mamarrosa, 1909; Manuel da Silva Júnior, natural de Aradas e Ester José Ferreira Lebre, natural da Glória, Aveiro (1913) e Maria do Carmo Almeida Barreto (escola do sexo feminino) e Manuel da Silva Júnior (escola do sexo masculino), 1915.

Os alunos do 2º grau no início do século iam fazer exame a Anadia. Quinta da Gala era o lugar mais afastado e as crianças frequenta-

vam pouco a escola da Mamarrosa. Para obviar esse mal, foi criado aqui um posto de ensino, por volta de 1941, onde leccionou Maria de Oliveira Gala, conhecida por Maria Guerra, durante 10 anos. Com pouco proveito para as crianças, que andavam à rédea solta. A maior parte do tempo ocupava-o a regente escolar nas lides domésticas.

Também Júlio Areias, um artesão de moinhos de papel, que vendia pelas festas das redondezas, ensinou alguns a ler e a escrever. Vivia no caminho que vai para a Azenha Nova.

ESTAÇÃO DE CORREIO

A criação de uma estação de correio era necessidade que se sentia na Mamarrosa desde há muito. Em 1946, a Junta de Freguesia, presidida por Modesto dos Santos Pereira, endereçava ofício para a Administração dos Correios e Telefones, fazendo sentir esse problema. Nele eram explicados os motivos de tal petição. Embora fosse uma freguesia essencialmente agrícola, já não faltava um certo desenvolvimento comercial, relevado pela existência de dez casas comerciais. Também não faltavam negociantes de outra espécie (de bois, batatas e vinho) e havia um armazém de mercearias e drogas, farmácia, médico e era ainda servida por excelentes estradas, pelo que se impunha a criação de um posto de telefone público, já que a correspondência, via posto telégrafo de Bustos, chegava com quatro dias de atraso.

Até chegar aqui, outros passos foram dados no sentido da aproximação da freguesia ao mundo. Se, em 1758, as malas do correio ficavam em Avelãs de Caminho, por onde passava a malaposta, já em 1868, o correio que a servia era o de Anadia, segundo o padre António Carvalho da Costa, no seu "Corografia Portuguesa", II Tomo, 1868, ano em que a população se distribuía por 590 fogos.

Em 1909 já se falava na necessidade da criação de uma estação de telégrafo postal no lugar de Bustos, o que, a não verificar-se, seria descrédito e grande abalo para os partidários do partido progressista em que pontificava António Duarte Sereno. No entanto, quem havia de beneficiar mais cedo desta infra-estrutura foi a freguesia da Palhaça,



Edifício dos CTT, encostado à Casa de Saúde da Mamarrosa.

em 1910, graças aos bons ofícios do coronel Manuel Ferreira Viegas, de Malhapão. Por esse motivo, foi visitado por uma comissão da Palhaça, composta por Domingos Ferreira da Silva, Manuel de Mello, Francisco A. Fonseca, Luis Apolónio da Silva, José Nunes e outros. Encontravam-se ali altas individualidades — Dr. Costa Ferreira, administrador do concelho e Dr. Egas Moniz, de Avanca.

A comissão fez-se acompanhar pela Banda Palhacense que tocou no jardim do coronel Viegas algumas peças do seu repertório, nomeadamente o Hino da Carta e houve vivas ao Partido Regenerador de que aquele era paladino, ao Dr. Egas Moniz e ao coronel Viegas que acabou por oferecer na sua adega um copo de água.

De regresso a casa, a Banda começou a tocar no princípio do lugar de Vila Nova até que chegou a casa de Luís Apolónio da Silva, onde lhe foi servida “uma abundante ceia e no fim percorreu, de contente, as ruas da freguesia, entre girândolas de foguetes” (*O Nauta*, de 12/9/1910).

Acrescente-se que, a 13 de Novembro de 1911, começava a dar-se seguimento ao contrato de condução das malas postais do apeadei-

ro de Oiã para aquela estação telégrafo-postal, mas nem por isso a correspondência era muita, o que levava o correspondente da Palhaça do jornal *O Democrata* a escrever: "só hoje veio pela primeira vez a referida mala, mas leve como as coisas leves". Aproveitava ainda o espaço para aconselhar a conveniência de que daí em diante a correspondência para aquela freguesia incluisse no endereço apenas o nome do destinatário e a terra da Palhaça.

Nesta altura, o correio era distribuído, a partir desta estação, até que foi criada outra, em Bustos, que então passou a servir a Mamarrosa. Este melhoramento que tanto a população desejava só teve despacho favorável em 1920, mas sabe-se que nos meados de Fevereiro do ano seguinte ainda não havia sido montada. As malas continuavam a ser transportadas do apeadeiro de Oiã para Palhaça e Bustos até que foi criado o posto telégrafo postal para a freguesia de S. Simão da Mamarrosa.

Se a Administração Geral dos Correios e Telefones não levou em conta as razões da Junta de Freguesia em 1946, já o mesmo não aconteceu com nova insistência da autarquia em 1955, que pedia a criação de uma estação de correio, com oferta de casa e residência. A Junta de Freguesia estava mesmo a construir um edifício, destinando-se parte à sua sede e o restante ao correio.

A Administração acolheu então de bom agrado o pedido, mandando fazer um levantamento sobre as necessidades do serviço CTT na localidade. Concluído este, o Correio-Mor determinou em 1956 que fosse criada a estação regional, logo que estivesse habitável a casa em construção. Não só era aprovada assim a construção, como era sugerido que os CTT auxiliassem a Junta de Freguesia, participando nos acabamentos do sector destinado ao correio, que se compunha de sala do público, sala de serviços, casa de arrumos, vestiários, locutório telefónico e sanitários do rés-do-chão. A residência para o chefe da estação dispunha de seis divisões.

A Administração Geral dos CTT começou por pagar de renda à Junta de Freguesia 1.200\$00 anuais.

No dia 27 de Abril de 1958 era a inauguração. Três anos media-

ram entre o ofício da Junta de Freguesia e a festa.

Estiveram presentes no acto o governador civil, Dr. Francisco do Vale Guimarães, vigário capitular da diocese, D. Domingos da Apresentação Fernandes, e coronel Gaspar Ferreira, presidente da Comissão Política Distrital da União Nacional. Esta comitiva foi aguardada na Palhaça pelos presidentes da Câmara e da freguesia, respectivamente, Manuel dos Santos Pereira e Modesto dos Santos Pereira e outras entidades. À entrada da Mamarrosa, era esperada pelo representante do Correio-Mor, Costa Cabral, o pároco da freguesia, António Tavares, a Banda de Música e as crianças das escolas primárias, acompanhadas pelos seus professores e muito povo. A rua principal achava-se profusamente engalanada e os foguetes estralejaram.

O custo da obra orçou em 80.000\$00, mas a Mamarrosa era a última freguesia do concelho a ter este benefício (telefone permanente e serviços de distribuição de correspondência).

ÁGUA AO DOMICÍLIO

Um dos problemas momentosos da Mamarrosa de todos os tempos, indiferente a modas e ideologias, foi sempre a falta de água.

No verão, o povo era obrigado a ir buscá-la a alguns quilómetros de distância, de pipas encanteiradas nos carros de bois ou carroças, para o uso doméstico. Também ao Rio Novo, em barris, que era a fonte que ficava mais à mão.

Em 1950 deu a autarquia um passo importante para resolver o problema com o abastecimento público a partir de um furo único. Era presidente da Junta Modesto dos Santos Pereira.

Havia dois locais onde a exploração podia ser feita: Vale Maior, onde era suposto haver grande quantidade e de óptima qualidade, próximo da Fonte do mesmo nome ou no Rio Velho. O local inicial não foi contemplado, porque o proprietário não cedeu o terreno, acabando por ser feita a captação a uns 50 metros, em terrenos que eram de Laurindo Capão e de uma cunhada. A água era em tal abundância que foi necessário utilizar três motores para o escoamento, levando a Câ-



mara a decidir-se pela construção de um depósito que inicialmente não estava previsto, no Seixal, o ponto mais elevado da povoação. O projecto teve a assinatura do eng^o Manuel dos Santos Pato e a obra na totalidade custou ao erário público a importância de 260.027\$50.

A água destinava-se a alimentar seis fontenários, construídos para o efeito, em pedra de ançã, com painéis em azulejo (Seixal, Freixo, Vale, Rua de S. Simão, Rua de Baixo, Senhora da Graça), e se o número

de pessoas interessadas o justificasse, era intenção levá-la ao domicílio, o que veio a acontecer bem mais tarde. As pessoas não eram obrigadas a fazer a ligação às condutas. No início só três pessoas fizeram a ligação. No entanto, Mamarrosa foi a primeira povoação fora da sede do concelho a usufruir de água ao domicílio.

LUZ ELÉCTRICA

Ainda não vai longe a candeia a petróleo, antes a de azeite; não vai longe o petromax, antes o gasómetro; ou o que estava à mão — a pinha acesa, a mão cheia de palha a arder ou caruma para ir à adega, ao pátio, ao curral.

Só em 1932 foram dados os primeiros passos para a electrificação da freguesia, formando-se comissões que, embora de carácter reivindicativo, eram de verdadeiras comissões de melhoramentos, compostas pelos “amigos do progresso”. Em 1935 já estava prometida, mas ainda não havia os fios. O correspondente do *Alma Popular*, na Mamarrosa, na edição de 11/6/1935 disso mesmo dá conta: “prometida a luz eléctrica cujo projecto, segundo consta, foi remetido para o mundo da lua em foguete... continuamos todos nós de nariz no ar à espera do foguete que há-de dar luz a esta terra tão escura às vezes”.

Mas em Julho de 1937 era inaugurada não só a luz eléctrica na sede da freguesia da Mamarrosa (constituíam a Junta de Freguesia Manuel da Silva Cravo, Manuel Domingues Granjeia e Manuel Martins), como também nas de Bustos, Troviscal e Palhaça. O atraso era rasoira semelhante em toda a parte. Por isso, “em sinal de regozijo por este importante melhoramento, foram queimados muitos foguetes e morteiros, tendo as autoridades concelhias comparecido nos locais onde se procedeu à inauguração” (*Alma Popular*, 6/8/1937).

O lugar da Caneira apenas em 1947 teve acesso a este melhoramento para o que a população contribuiu com pinheiros para os postes.

Uma das últimas populações a ter luz eléctrica foi o lugar da Quinta da Gala (1944), mas para que tal acontecesse o povo teve que armar-se de brios, com José Pires Loureiro na frente. Os seus anseios esbarravam com as dificuldades financeiras da Câmara de Oliveira do Bairro, onde era presidente o professor Caetano da Rosa e, como dali não viesse luz verde, pegaram-se à Câmara de Anadia, a quem entregaram uma verba de 6.000\$00 (só mais 1.000\$00 do que tinham ofertado à de Oliveira do Bairro). A luz foi ligada então à rede que servia Amoreira da Gândara.

Pertenceram ainda a esta Comissão, liderada por José Pires Loureiro, Manuel Francisco de Barros, Gil Domingues Gala e Manuel António Canas.

COLECTIVIDADES

Também se pode considerar um sinal de progresso a existência de colectividades que se dedicavam aos mais diversos fins, sobretudo, cultural (Filarmónica, Grupo Dramático Mamarrosense, 1911), Centro Musical e Recreativo da Mamarrosa, que levava, na década de trinta, ao palco algumas revistas e hoje o Grupo Folclórico Vindimadeiras da Mamarrosa), mas também de âmbito recreativo e desportivo, como é o caso do Mamarrosa Futebol Clube ou ainda de índole humanitária

como é mais recentemente a Adasma.

Mamarrosa Futebol Clube, nome que ainda hoje se mantém, foi fundado por volta de 1920 por um sapateiro, de nome José Laranjo que, na rua de S. Romão, tinha a oficina e onde incutia aos clientes ideias liberais, servindo-lhes jornais e revistas.

Mamarrosa Futebol Clube foi muito conhecido por toda a Bairrada e distrito “pelo seu real valor, pela alma com que se entregava à luta” (*Jornal de Notícias*, Maio de 1951) e regista na sua história tardes de glória em jogos com o União de Coimbra, Desportivo de Avanca, Estarreja, Feirense, Ovarense e Mealhada. Era o clube mais representativo de toda a Bairrada e foi campeão promocionário, consecutivamente entre 1944 e 1948. Era assim “a glória desportiva da Mamarrosa e um brilhante filiado da AFA” (mesmo *Jornal de Notícias*).

O campo de futebol não foi sempre no mesmo sítio. Inicialmente



Em cima e da esquerda para a direita: Flório Simões Margaça (não jogou nesse dia); António Augusto Martins (presidente da Direcção); Alípio Carriço, Jaime Carvalho, Manuel Salvador, Hermínio Neves, Mário Rameiras, Amadeu Margaça, Manuel Capão e Manuel do Canto (directores); em baixo e pela mesma ordem: Álvaro Patelo, Amadeu Domingues de Carvalho, Mário Granjeira, Manuel de Oliveira Neves e Manuel Neves (Manuel Sarreiro). O equipamento era, como hoje, vermelho e a bandeira é a cópia da do Benfica. Apenas substituíram a águia por um cacho.

esteve implantado na área do Rodelo, passou de seguida para os Penedos e daqui para o Portinho, acima da vala, para se fixar mais tarde no Gorgulhão.

A partir de 1948 entrou em declínio, deixando de participar nos campeonatos da AFA, porque uma boa parte dos seus jogadores embarcou na onda da emigração. Partiram para a Venezuela os três irmãos Margaça (Flório, Amadeu e Alcídio), também Hermínio Neves e Manuel Salvador; para o Brasil, Alípio Carriço e para África, Amadeu da Rica, Manuel Neves, Manuel Marquês e Licínio.

Esta equipa fez furor, como sói dizer-se, mas curiosamente não tinha treinador. Eram os directores que convocavam os jogadores para os jogos e então entre todos planeavam a melhor táctica. Um dos directores dedicados foi António Augusto Martins.

Por sua vez, os jogadores faziam-se transportar de bicicleta para os jogos mais próximos, enquanto para os outros iam de autocarro. De bicicleta, se transportavam também os elementos da GNR que, então, vinham de Aveiro. Quanto aos árbitros, vinham do norte e de comboio para a estação de Oliveira do Bairro, onde os directores os iam buscar de automóvel.

A Adasma nasceu de um simples acto de solidariedade — da necessidade de sangue que tinha António Martins Rodrigues dos Santos, em 10 de Junho de 1982, o que levou eng^o Manuel Martins da Silva (que, de resto, um ano antes, tinha doado pela primeira vez sangue para um familiar) e mais 6 dadores aos Hospitais da Universidade de Coimbra. Era o ponto de partida.

Depois de manifestada a ideia que todos acolheram, houve vários contactos, nomeadamente com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Marinha Grande, considerada a mãe da Adasma.

Em 21 de Novembro de 1982, realizou-se a primeira reunião na antiga sede da JF, ao lado dos CTT, onde compareceram 14 interessa-

dos. Já só faltavam seis para os vinte que a assistente social, Maria Adelaide do C. H. de Coimbra, lhes tinha exigido.

Em 19 de Dezembro de 1982, numa sala do café Gaúcha, no fim da missa, compareciam os primeiros cinco associados, então considerados fundadores, que aprovaram os primeiros estatutos, projecto de que se encarregara eng^o Manuel Martins da Silva. Foi ainda aprovada a Comissão Instaladora, composta por Manuel Martins da Silva, presidente, Herculano Rodrigues dos Santos Oliveira, vice-presidente e Manuel António de Oliveira, secretário.

A primeira recolha de sangue realizou-se em 9 de Janeiro de 1983, comparecendo 31 associados que doaram 26 unidades no ex-salão de bailes do Gaúcha. No fim do primeiro ano, havia 136 associados e haviam sido doadas 207 dádivas.

Passados 10 anos (31-12-92), o número dos associados era de 2.473 com o total de dádivas de 8.785 unidades de sangue, recolhidas pelos muitos núcleos, entretanto criados à volta da Mamarrosa.



Órgãos sociais da Adasma em Assembleia Geral (1992).

A Adasma é filiada da Fepodabes desde o dia 1 de Outubro de 1983 e em 7 de Novembro de 1987 prof. Dr. Cavaco Silva, reconhecendo o seu trabalho, declarou-a de Utilidade Pública, conforme consta do despacho publicado no D.R. II série, nº 264, de 16/11/87 e em 26 de Junho de 1989 a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, liderada por Alípio da Assunção Sol, atribuiu-lhe a Medalha de Ouro de Mérito Municipal.

Em Maio de 1987 começaram alguns contactos internacionais (Associação de Beziers, França, Asociacion de Donantes Voluntaris de Sang del Hospital de La sancta Creu i Sant Pau, Barcelona — Espanha). Daqui resultou a criação da EUROSANG de que engº Manuel Martins da Silva é o tesoureiro da Direcção, graças às federações de Portugal e Espanha. As boas relações com as associações de Espanha culminaram mesmo com a geminação da Adasma/Hermandad de Vigo, evento que ocorreu em 19/2/1993.

Em 7 de Julho de 1990, teve lugar na Mamarrosa o 7º convívio nacional e o 1º internacional com a presença de sete associações de Espanha.

Para as operações de recolha a Associação dispõe de um autocarro e para o transporte de doentes para os hospitais adquiriu em 19 de Julho de 1992 uma ambulância.

Como património dispõe ainda de uma sede, inaugurada no seu 10º aniversário.

OUTRAS CURIOSIDADES (OU ANAIS)

• Em 1947 pugnava a Junta de Freguesia pela passagem pela Mamarrosa de uma camioneta de carreira, passando por Verdemilho, Ílhavo, Vista Alegre, Vagos, Soza, Boco, Ouca, Bustos e Mamarrosa, Amoreira, Ancas, Mogofores e Malaposta. Poucos anos antes, era requerida a carreira entre Cantanhede e Aveiro. Em 1958, serviam os interesses da freguesia 6 carreiras de camioneta: duas para Aveiro e Coimbra e vice-versa; duas para Coimbra e vice-versa e outras duas para Oliveira do Bairro e vice-versa.

• O primeiro automóvel que existiu na freguesia da Mamarrosa pertencia a João da Manca. Era um Ford descapotável, que era conduzido por Júlio Barreiro, que também era motorista do Visconde de Bustos. João da Manca possuía ainda uma “moto de berço”. O automóvel acabou a servir de galinheiro no lugar de Vale da Marinha, freguesia do Troviscal.

• Existiu (e ainda existe, agora com menos associados) a Sociedade Mútua de Gado Bovino. Os lavradores do lugar da Caneira estiveram durante muitas décadas integrados na Sociedade do Troviscal.

bibRIA

FESTAS E PROGRAMAS

N O início do século abundavam as festas no município. Em 1909, a festa em honra do Divino Espírito Santo, na vila de Junho, bem como a do S. Geraldo no lugar de Canabre, onde tocaram ao desafio nesse ano duas bandas; em Julho, a festa do Corpo de Bombeiros, organizada por Adalino Faria e Fátima, e a do S. Sebastião, com a presença de S. João e S. Paulo e S. Fernando. Do programa constavam jogos de azar, jogos profissionais e amadores. O jogo de azar consistia em apostar um relógio de bolso em um jogo de cartas com duas competidoras e um escolhido no valor de cinco reis para os jogadores, o prêmio também variava — um prêmio de ouro e "uma bruxa para de prata". Neste mesmo ano, o lugar das Matilhas festejava o Santo Antônio.

Mamamocás sempre teve grande ligação ao Teatro, de que se destaca, em 1911, o Grupo Dramático Mamamocense que, nesse mesmo ano, apresentou no anfiteatro de S. Geraldo, no Canabre, um espetáculo, apresentado por um drama, intitulado "A Filha de Salimbene" e a comédia "As Boquitas". Tinha repertório variado e fazia-se que também nas festas de S. Sebastião apresentasse o drama "Jocelyne, o plebeu de Lisboa" e a comédia "O Diabo não dá jeito". Era de bom tamanho grupo que se apresentava levando ao palco um drama, a guisa de entretenimento da multidão e, depois, uma comédia, para fazer bem e a população representava a casa com as lembranças dos jogos e das brincadeiras de que era feita aqui e ali, dando ao teatro um caráter popular. Estes espetáculos eram os únicos que se apresentavam no município e, em 1911, o grupo apresentava a comédia "O Diabo não dá jeito".

• O primeiro automóvel que existiu na freguesia da Marmareca pertenceu a João de Manca. Era um Ford descepoatável que era conduzido por Julio Bandeira, que também era motorista do Visconde de Eusébio. João de Manca possuía ainda uma "moto de barco". O automóvel acabou a servir de paliativo ao lugar de Vale da Moura, freguesia da Troviscal.

• Existiu (e ainda existe, agora com outros associados) a Sociedade Mútua da Gado Bovino. Os habitantes do lugar da Ceneira estiveram durante muitas décadas integrados na Sociedade da Troviscal.

FESTAS, BANDAS E ORQUESTRAS

bidRIA

FESTAS E PROGRAMAS

NO início do século abundavam as festas na freguesia.

Em 1909, a festa em honra do Divino Espírito Santo, no mês de Junho, bem como a do S. Geraldo no lugar da Caneira, onde tocaram ao desafio nesse ano duas bandas; em Julho, a festa do Corpo de Deus, com a Filarmónica Palhacense, que era dirigida por Adelino Ferreira Pinhal. Ainda no mesmo mês, a de S. Sebastião, com a presença de duas filarmónicas, as de Paredes do Bairro e Fermentelos. Do programa constavam corridas de bicicletas para corredores profissionais e amadores. O vencedor de qualquer uma das categorias conquistou um relógio despertador de metal amarelo com duas campainhas e um espelho no valor de cinco reis; para os segundos, o prémio também brilhava — um alfinete de ouro e “uma linda pena de prata”. Neste mesmo ano, o lugar das Martinhas festejava o Santo António.

Mamarrosa sempre teve gente ligada ao Teatro, de que se realça, em 1911, o Grupo Dramático Mamarrosense que, nesse mesmo ano, apresentou no arraial de S. Geraldo, na Caneira, um espectáculo, preenchido por um drama, intitulado “A Filha de Saltimbanco” e a comédia “As Eleições”. Tinha repertório variado e assim é que também nas festas de S. Sebastião apresentou o drama “Jocelyn, o pescador de baleias” e a comédia “O Diabo atrás da porta”. Era de bom timbre grupo que se prezasse levar ao palco um drama, a puxar ao sentimento da multidão e, depois, uma comédia, para dispor bem e a população regressar a casa contente, esquecida dos calos e das côdeas rijas de que era feita aqui a vida, como de resto em outras partes. Entre uma e outra, alguns monólogos. A comédia “O Diabo atrás da porta”

teve a participação da União Filarmónica de Oliveira do Bairro.

Era muito vulgar serem as troupes de teatro incluídas nos programas das festas. Para referir uma terra vizinha, a Palhaça, em 1903 também aqui existiu a Troupe Dramática Palhacense que, nesse mesmo ano, levou à cena o drama intitulado “Milagres de Santo António” e a comédia “Boquinha Calada”.

Abundavam assim as festas, apesar do correspondente para o jornal *O Nauta*, que se publicava em Ílhavo (edição de 7/7/910), se queixar que “o povo desta freguesia está sobrecarregado com derramas paroquiais, ignorando-se todavia a aplicação do dinheiro”.

No mês de Outubro, eram realizadas duas festividades: logo nos primeiros dias do mês, a de Nossa Senhora do Rosário e nos últimos, a do padroeiro S. Simão em que participavam confrarias de Mamarrosa e Bustos, mas também dos Covões e Covão do Lobo. O arraial chegava a juntar duas mil pessoas. Integravam o ciclo das festas de verão, de que fazia parte a festa em honra de S. Sebastião. Isto acontecia ainda em 1935, segundo *Alma Popular*, com um programa para três dias e curiosamente, no último, continuaram “com visitas às adegas federadas, jogos e corridas”.

Todavia, a melhor festa anual era a que realizava no primeiro de Agosto. Em 1932 porém, não se realizou por motivos de crise, o que levou o correspondente do *Alma Popular* a dizer que os mordomos haviam arriado, cumprindo-se assim o ditado popular “mais caldeira e menos bandeira”. O mesmo correspondente referia que “ainda não há muito que se realizavam as festas da Ressurreição, Espírito Santo, Corpo de Deus, Senhora da Graça, mártir S. Sebastião, Senhora do Rosário e S. Simão. Agora há só duas e fracas, maldita a crise que nem os santos poupa” (*Alma Popular*, 1 de Novembro de 1932). Referia-se às do Mártir S. Sebastião e à de S. Simão.

Nessa época as Bandas participavam nas festividades, ainda que fosse na de “Santo António das Carrascas” que se festejava na Quinta do Gordo.

Festividades que vinham de longe — eram as de S. Simão na Mamarrosa e de S. Lourenço, em Bustos, então lugar da freguesia da

Mamarrosa. Curiosamente com um acontecimento comum: em ambas havia nesse dia uma feira de comestíveis”. Meia dúzia de décadas atrás, na véspera da festividade de S. Lourenço havia a feira das esteiras, idas da faixa ribeirinha do Cértima (Silveiro, Gesta, Perrães e Rego).

A propósito reza o Inquérito Paroquial de 1758 no seu ponto 19º: “nesta freguesia não há feira alguma senão somente dois mercados, hum que se faz no lugar de Bustos ao pé da cappela do Martir Sam Lourenço em dez de Agosto e somente neste dia; e outro no lugar da Mamarrosa, junto à Igreja delle em vinte e oito de Outubro dia do Apóstolo Sam Simão e tem um só neste dia e ambos os ditos dois mercados contao de coisas comestíveis”.

Das duas a mais importante pelos romeiros que ali vinham de longe era a de São Lourenço, segundo o mesmo Inquérito: “Em dez de Agosto, dia do dito Mártir São Lourenço acode muita gente de romagem à mesma capela e também em dias diversos algumas pessoas particulares por terem ao dito Santo Mártir por advogado das maleitas e que levando-lhe humta telha de oferta tem fé de que lhas tira”.

Pelos anos trinta, continuava viva a tradição do teatro, levando o Centro Musical e Recreativo da Mamarrosa ao palco algumas revistas. Uma que deu brado (1935/1936) foi a intitulada “Bate Certo”, da dupla Jaime de Oliveira (música) e Júlio Gapo (letra), embora o primeiro não desprezasse por vezes a sua pitada poética. Tanto assim que Júlio Gapo, conforme ia produzindo as coplas para a revista, ia-as apresentando a Jaime de Oliveira, que era professor primário, e ele não tinha mais do que a quarta classe. Apesar disso, tinha veia e tanto que, certo dia, por altura de uma viagem a Oliveira do Bairro, recitou num estabelecimento da vila um poema lírico aos fregueses que lá se encontravam, poema que tinha saído vencedor de uns jogos florais, promovidos pelo “Jornal de Cantanhede” e cujo prémio era de 100\$00. Depois naturalmente de fazer correr a conversa para as coisas do espírito, Dias Gapo recitou-o com tal arte e jeito, com tanta arte e ritmo, que o comentário não se fez esperar: “isto não pode ser seu. Isso deve ser de algum Camões...” (Dr. Miguel França, na rubrica de Tempos Idos do *Jornal da Bairrada*, de 29/5/1954).

Júlio Dias Gapo escrevia versos para os ranchos de Carnaval, quase sempre em louvor da terra e das suas gentes, em louvor das raparigas (1951).

Camponesas da Bairrada
revolvem a terra cantando,
cantando mágoas sorrindo...
Mesmo com a pesada enxada
nos seus lábios vão bailando
canções de amor infindo.

Escrevia igualmente versos para “ranchos” dos carros alegóricos que enfileiravam nos cortejos de reis a favor da igreja paroquial (1952).

De volta do campo em flor
vêm ceifeiros e ceifeiras,
malhar com risos de amor
o trigo em nossas eiras.

Mas o poeta não se ficava apenas pelos versos encomendados para revistas e contradanças que actuavam pelo Carnaval, para “os ranchos” e carros alegóricos que enfileiravam nos cortejos de reis, voava mais alto, escrevendo poesias diversas. Algumas ficarão dispersas por jornais, especialmente na *Gazeta de Cantanhede*. Participou ainda em vários concursos de quadra popular, ganhando alguns prémios, o que diz bem da qualidade da sua lira.

O salão de Jaime Oliveira, frente à igreja, albergava estas troupes para ensaios e representações, como também era ali que chegavam todos os filmes portugueses.

Ele era, acima de tudo, um amigo da cultura e um entusiasta do teatro, e, como tal, além de ensaiador, era participante como na peça que levou à cena, não só no salão local, mas também por muitas terras, intitulada “O Mártir do Calvário” que foi um êxito.

Para dar um pouco a dimensão do homem e do poeta deixamos aqui este soneto de sua autoria, escrito já nos últimos anos de vida terrena e onde já sente o fim a aproximar-se inexoravelmente.

ÚLTIMO DESEJO

Quando minha alma de plebeu vencido
tiver partido desta pra`melhor,
deixai velar meu corpo enrijecido
por criancinhas — roseirais em flor.

Deixai-me ser por elas benzido
ao coval onde finda a minha dor,
que mesmo assim inerte, adormecido,
lhes cantarei um hino de louvor.

Colocai junto de mim, podendo ser,
em vez de lágrimas fúteis, sem valor,
os meus escritos por aí dispersos.

Mandai em tosca lousa escrever:

“jaz aqui um pobre cavador,
que não foi poeta, mas escrevia versos.

Mamarrosa, Maio de 1954

Tanto na revista “Bate Certo” como na “Ao cantar da cotovia”, levada à cena nos anos posteriores, também com letra de sua autoria, é bem visível, às vezes em jeito crítico, a vida da povoação, com tipos perfeitamente retratados.

Na revista “Bate Certo” não falta um friso de criadas de servir nem o lavrador a queixar-se “que tudo nos tira dinheiro”; não falta o xaile que a rapariga que ia à feira levava aos ombros, mas se fosse à festa já era no braço.

Da indústria aparece a cal churra e a cal fina e dos produtos da terra o vinho.

Se cal se produzia na Mamarrosa em abundância, também o vinho levava alguns tostões à burra do lavrador e seguia em carros de bois para Estarreja, Gafanha e Cortegaça:

Por aqui ia, toc toc...

o Carreiro que já não passa

e me levava pelo Roque

Prá Gafanha e Cortegaça.

E, filha de vinho, não falta o elogio à aguardente:

Vou-me embora e já não fico,

por ser branquinha e não ser nobre.

Se era desprezo para o rico

dava alegria à gente pobre.

Participaram nesta revista as irmãs Maria e Rosa do Lago, Aurora Pato, Lucinda Simões, Augusta dos Santos, Rosa Simões Costa, Joaquim Costa, António Santos, Modesto dos Santos Pereira, António Vida, Manuel Augusto dos Santos Pato, António Oliveira, Alberto de Vasconcelos, Álvaro Ferreira, Cacilda Pato (menina de colo) e José Simões dos Santos. Eram "compères" Júlio Dias Gapo e Joaquim Costa.

Da revista "Ao cantar da cotovia" estes versos:

Ao cantar da cotovia

a aurora surge a brilhar

e com ela vem o dia,

convidando a trabalhar.

Empunhando a velha enxada,

segue então o lavrador

pela fresca madrugada

dando graças ao Senhor.

As revistas na Mamarrosa fizeram época, foram notáveis pela adesão do povo que não só comparecia, como, de resto, decorava trechos inteiros. Houve mesmo frases que ficaram a sublinhar a linguagem quotidiana, a entrar com frequência nas conversas de todas as esquinas e acasos:

“Terra do come e dorme”, numa malévola referência ao professor Jaime de Oliveira.

“Não chores que também vais, deixa correr o marfim!”

A BANDA ESCOLAR

Jaime de Oliveira Pinto de Sousa, irmão de José de Oliveira, fundador da Banda Escolar do Troviscal e filho do professor Manuel José de Oliveira, também fundador em 1879 da Banda da Palhaça, era natural que tivesse uma grande intuição e cultura musicais.

Nas suas deslocações de jovem de Oiã para Amoreira da Gândara, onde tocava na Tuna Gândara, onde tocava na Tuna (também conhecida pela Tuna dos Malhadeiros), Jaime de Oliveira viria a conhecer a futura consorte, Maria Rodrigues Pato, filha de um abastado proprietário, António Rodrigues Capucho, da Mamarrosa.

Com a sua paixão pela música, lançou a ideia e mãos à obra. Apoiaram a ideia homens como António Freitas e Manuel Nunes Ferreira Neves enquanto ele e outros que tocavam pelas Tunas da região começaram a ensinar música às crianças e a pegar nos instrumentos, tal como acontecia com o seu irmão José no Troviscal.



Jaime de Oliveira.



Banda Escolar da Mamarrosa em 1916 (ano da fundação).



Orquestra Ligeira (1976).

A estreia da Banda Escolar da Mamarrosa realizava-se no 31 de Dezembro de 1916, mas, nos primeiros tempos, era reforçada por executantes da Banda do Troviscal que também usufruía do mesmo intercâmbio, até que cada uma ganhou corpo suficiente, em quantidade de executantes que também havia crescido.

A primeira vez que saiu foi para percorrer as ruas da freguesia e saudar os seus moradores, interpretando músicas que então eram cantoladas pela terra, nas ceifas e escapeladelas, nos serões, como as cartolinhas:

Ó cartolinhas, ó meu amor,
andas corada, não é do calor,
é da geada,
ó cartolinhas, ó minha amada.

e ainda outra, não fosse o maestro professor:

Quem planta a árvore enriquece,
tem mãe piedosa e boa.
A terra aos homens agradece
e a mãe as filhas abençoa.

Entretanto, o primeiro serviço que a Filarmónica da Mamarrosa teve foi em Bustos, no casamento de Augusto Costa e cobrou a importância de 20\$00. Então aprendia a marchar na estrada para Bustos, no Portinho, onde era mais diminuto o trânsito.

Professor que se dedicava bem mais à música do que ao ensino das primeiras letras, muitas vezes, tal era a paixão, mandava os miúdos para o recreio enquanto ele ficava na sala debruçado sobre as pautas, miúdos que aproveitavam o tempo, se era primavera ou começo de verão, para ir tomar banho no lago de uma pedreira, mesmo ali por detrás da escola.

Jaime de Oliveira era espírito folgazão. De noite, juntava-se a um grupo de farristas, onde figuravam, entre outros, o padre Cadima, de seu nome completo Manuel Gonçalves, António Freitas e António Simões dos Santos, pessoa muito prestável e sabedor em questão de medicina caseira, utilizando o sistema das ventosas ou mesmo dando injeções. Este tratamento consistia em colocar nos pontos do corpo afectado pedaços de algodão embebido em álcool a que acendia um fósforo, colocando-lhe de seguida um copo de boca para baixo... Outros métodos eram utilizados, como as papas de linhaça ou mesmo as sânguessugas para chupar o sangue dito doente. Por sua vez, e abordando a medicina caseira dos antigos, Florinda Pelada tratava toda a espécie de doenças (izerpela, espinha caída, mal da inveja e cortava ainda o ar de defunto). Quando morreu, o lugar foi ocupado por Rosa do Ambrósio, que tratava do mal dos animais, sobretudo falta de apetite, depondo na palma da sua mão alguns pêlos do porco. Se estes voassem, com umas orações apropriadas, estava o porco no bom caminho da engorda.

Este grupo da boémia que percorria as adegas, como confraria dedicada aos sagrados odores e boa petisqueira, de quando em vez

devassava as noites e pendurava músicas pelos muros e beirais, em jeito de fulvas serenatas. Entre os versos mais usados, contam-se ou cantam-se estes:

A salsa trepou ao muro,
a hortelã foi de volta.

Assim faz o meu amor,
quando lhe bato à porta.

As freiras de Santa Clara,
quando vão cantar ao coro,
dizem umas prás outras:
quem me dera um namoro.

Professor Jaime Oliveira foi regente desde 21/2/1916 até ao dia em que subitamente morreu. Andava a Banda pelas ruas da aldeia a anunciar a principal festa da terra, exactamente em honra do Mártir S. Sebastião. Contava pouco mais de 50 anos. Era o dia 4 de Agosto de 1940.

A Banda Escolar, que não era tão escolar como isso, pois integrava músicos já feitos e criados em número de quatro e muitos rapazes, a primeira vez que saiu à rua, era composta por 27 elementos. O seu verdadeiro nome de nascimento era Filarmónica de Mamarrosa que, em 1928, já tinha 34 executantes. Os seus componentes já tinham posto de lado, àquela data, o fato azul e o lacinho e usavam então farda clara creme e tinham substituído o laço por gravata azul (ou preta?).

O seu funeral, realizado no dia 5, foi qualquer coisa de imponente, dado as suas "excelentes qualidades de carácter, sobretudo aquela bondade característica que tanto impunha à estima e consideração de toda a gente" (*Alma Popular*, 9/8/1940), jornal que afirmava que assistira ao funeral "todo o povo da Mamarrosa, centenares de pessoas das freguesias circunvizinhas e muitas outras de fora do concelho".

Marcaram presença as Bandas da Mamarrosa ("a velha e a infantil"), Troviscal, Fermentelos, Covões e ainda as crianças das escolas. Foi portador da chave Dr. Manuel dos Santos Pato e o féretro foi

conduzido por vários elementos de todas as Bandas. Coube ao estudante Manuel Augusto dos Santos Pato, estudante de medicina da Universidade de Coimbra, fazer o discurso à beira da sepultura. A dado momento, afirmou: “Soube grangear simpatias, soube chamar a si os rapazes da nossa terra e, à custa dos seus trabalhos e da sua dedicação à arte musical, não tardou a constituir uma banda que nem a sua morte talvez já consiga dissolver. Educou os rapazes à sua maneira, sabendo tanto castigar como perdoar, incutiu-lhes o espírito da obediência e da disciplina, deu-lhes o melhor do seu valor e a maior das suas dedicações” (*Alma Popular*, 23/8/1940).

Quando o Professor Jaime de Oliveira morreu, a Banda granjeava grande prestígio e à sua volta reinava grande entusiasmo, tanto que surgiu a Banda Infantil.

A existência das duas músicas na Mamarrosa, “a velha e a infantil”, aparece-nos referenciada em 1940, tanto participando no funeral do prof. e maestro Jaime de Oliveira, como nas festas do Corpo de Deus, realizadas no dia 23 de Abril (*Alma Popular* de 31/5/1940). As duas músicas, a “velha” regida ainda por Jaime Oliveira e a infantil pelo seu filho José e Oliveira Pato, proporcionaram na tarde desse dia “um grandioso concerto”. A velha, depois de algumas oscilações e época baixa, reorganizava-se em força com a entrada de antigos elementos e a infantil começava a dar os primeiros passos.

A Banda Infantil, que tinha como mascote (leia-se antes grande apaixonado) o alfaiate Coimbra que a acompanhava para toda a parte — campo de futebol do Portinho, onde os miúdos eram sujeitos a exercício de marcha — ou mesmo actuações (“a tremozos” — diz prof. Orlando Pato, que era), viria a ter os dias contados com a morte de Jaime de Oliveira Pato. O seu novo regente, José de Oliveira Pato, teve que assumir o lugar deixado vago pela morte do seu pai e não podia estar numa e noutra ao mesmo tempo.

Sob a batuta de José de Oliveira Pato, que também era executante na Banda Regimental do 19, Aveiro, a Banda conheceu uma época alta, ganhando outra dimensão e espaço. Músicos que tinham posto de lado os instrumentos voltaram a empunhá-los, o entusiasmo cresceu,

subiu o nível da qualidade, foi alargado o repertório e, como fruto desse trabalho, defrontava-se então com as melhores bandas do país, não deixando os velhos pergaminhos por mãos alheias a que não foram alheios alguns factores, como melhoria de relações e a introdução de uma certa disciplina.

Mas com o decorrer do tempo, as coisas começaram a não correr tão bem. Se José de Oliveira Pato era enérgico, ao contrário do pai que era de certo modo indolente, algumas tarefas que acumulava, tal qual o pai, acabaram por contribuir, com alguns equívocos à mistura, para um certo mal estar e desassossego de alguns elementos. Era contratista e tesoureiro ao mesmo tempo e as contas eram feitas de três em três meses. Além disso, alegando que trabalhava na secretaria do Tribunal de Aveiro, começou a faltar também por vezes aos ensaios, que então se realizavam no salão de baile Jaime de Oliveira, frente à igreja. Em pior situação ficou a Banda com a sua ida para Angola, onde trabalhou, no sul, em companhia de açúcar. Dera-lhe a mão Amadeu Domingues Carvalho, da Mamarrosa.

Sucedeu-lhe então na regência o irmão António que, com a colocação como professor em terras longe, como Fiães e Arada (Ovar), não podia dar um contributo eficiente e a Banda agonizava dia a dia. Pelo menos é isso que se deduz da notícia publicada no *Jornal da Bairrada*, edição de 1 de Março de 1952: a Banda “que parecia ter os dias contados, acaba de ressurgir com alma e vontade”, graças ao trabalho do Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato, padre António Ferreira Tavares, Flávio Pato e professor Rogério. Fora então constituída uma direcção, composta por Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato, presidente; Flávio Pato, tesoureiro; professor Eduardo Rogério, secretário; Duarte Pato, Manuel António Canas, Álvaro Ribeiro e Manuel Ferreira, vogais. Chamava-se então Banda União da Mamarrosa.

Contribuiu para o ressurgimento Armando Teixeira Vida, que sempre foi “um mal-amado” da Banda, desejado e procurado nas horas más, mas contestado, à sucapa, por alguns elementos. Tinha preparado cerca de 30 miúdos, ensinando-lhes solfejo e escala. Todavia, outro contratempo surgia. Os responsáveis exigiam que, por um lado, Antó-

nio de Oliveira Pato, que também tocava nos *Libórios*, abandonasse esta orquestra para se dedicar somente à música e, por outro, que saísse Armando Teixeira Vida. Com esta decisão, outro revés. Os companheiros deste, que tocavam também nos *Libórios*, solidarizaram-se e disseram também adeus à Banda. Eram músicos de primeiro plano: um bombardino, dois clarinetes, um saxofone alto e um trompete.

A Banda veio assim a amodorrar cerca de um ano, cada um ficando com a farda e o seu instrumento. Ainda chamaram para a regência Manuel Pato, da Amoreira da Gândara, mas a sua falta de garra não a levou a lado nenhum.

Entretanto, a direcção, presidida pelo Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato, resolveu dar um novo impulso e fôlego e decidiu chamar de Angola José de Oliveira Pato, onde, de resto, se impôs como regente de uma banda de indígenas. Só não soube impôr-se na empresa onde trabalhava e caiu em desgraça. Descido a esta situação e sem trabalho, rumou para o norte e quando lhe surgiu o convite, não deixou de o aproveitar, ainda que a viagem fosse custeada por muitos dos executantes da Banda, empenhados que estavam em vê-la de novo erguida. Em 1954, estava de novo na regência. *Jornal da Bairrada*, na sua edição de 29/5/1954, dizia que José Oliveira “tem contribuído para a sua boa forma. Depois de activa preparação, já podemos dizer que temos uma boa filarmónica”. Mas foi sol de pouca dura. O relacionamento entre ele e os elementos não era o melhor. Por vezes antecipava-se ao tesoureiro. Alguns anos depois (1958), ia reger a Banda do Souto da Branca, mas partia de novo para África, onde acabou por falecer.

Sucedeu-lhe até 1965 o irmão professor Orlando.

Se as dificuldades na década de sessenta já eram algumas, estas vieram a avolumar-se com a debandada dos jovens para o estrangeiro, na fuga ao serviço militar e à guerra do ex-Ultramar. A Banda envelhecia cada dia e o recrutamento que de si já era difícil, complicava-se ainda mais. Iam ficando só os que já não pensavam em emigrar ou fugir à vida militar. Depois, havia ainda a dificuldade em se adaptarem à disciplina estabelecida, com horários a cumprir e multas a pagar por

faltas... E voltava à batuta António de Oliveira Pato, mas o desmoronar da Banda era já evidente, até que chegou a estar reduzida a 18 elementos. Enquanto os mais velhos deixavam o solfejo do mundo, outros não apareciam aos ensaios. De abandono em abandono, em 1976 só restavam Jaime Cravo, Ramiro Pereira, Evaristo Azenhas, Carlos Oliveira Pato, Manuel Camarneira, Mário Rainho, Manuel da Silva Cravo, Orlando de Oliveira Pato e António de Oliveira Pato, Álvaro Ferreira, Licínio Cravo, Amândio Rato, António da Silva Cravo, Agnelo de Oliveira Pato, Arcélio Canas, Manuel Lemos, David Ferreira, Manuel dos Santos Pereira e Armando Teixeira Vida que acabaram por formar uma Orquestra Ligeira, composta por aqueles (17) que não queriam deixar arrefecer a centelha da música na freguesia. Faziam serviços religiosos (missas) e arraial. Andaram nisto três anos e foi num destes serviços, realizado na sede da freguesia, em honra do mártir S. Sebastião, que havia de surgir a “ressurreição” da Banda. Algumas pessoas estremeram entre o que já fora (glória e prestígio) e o que era então (pouco significando em termos de brio e bairrismo).

Brio e bairrismo foram as centelhas que alguns amigos da terra fizeram saltar para a mesa comum das preocupações. Estão neste caso Dr. Manuel dos Santos Pato, sempre ele, João Tribuna, Flávio Pato, entre outros, que, de porta em porta, andaram a pregar e a pegar o fogo do bairrismo e da necessidade de trazer de volta a Banda, numa campanha ímpar de sensibilização, no sentido dos pais estimularem os filhos a aprender música. Houve boa aceitação e surgiu então a escola de música, onde tiveram papel importante Armando Teixeira Vida e Álvaro Ferreira, que ainda hoje prepara “fornadas” de executantes.

Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato, que a morte roubou aos 56 anos, em 12/5/1975, quando a freguesia dele ainda tanto esperava, ocupando nessa altura a presidência da Câmara de Oliveira do Bairro, foi o primeiro médico da terra. De coração aberto, não cobrava um tostão das consultas, recebendo apenas a avença em milho pelo S. Miguel.

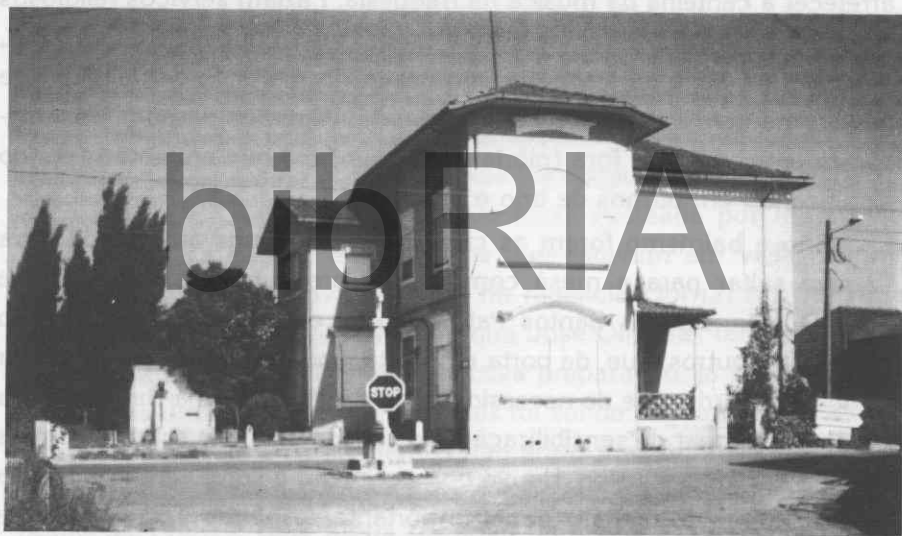
Era cirurgião de nomeada e fundou a Casa de Saúde da Mamarrosa (na antiga casa do professor Jaime de Oliveira), que chegou a ter bastante procura. Foi ainda director e fundador do jornal *Bairrada*



Livre que apareceu com o 25 de Abril.

No início da sua carreira, como médico de aldeia, deslocava-se de bicicleta para dar as suas consultas ao domicílio, quando os fregueses o chamavam.

Feito este trabalho de base no ensino de dezenas de miúdos, surgia um lote de jovens músicos. Com eles foi reorganizada a Banda, a que regressaram os elementos da Orquestra Ligeira. Com uns e outros, a Banda já



Casa de Saúde e ao lado o monumento ao Dr. Manuel Augusto dos Santos Pato que lhe foi erguido pelo povo em 1975.

podia acompanhar uma procissão, fazer uma missa, fazer uma arruada, mas havia que comprar as fardas e alguns instrumentos, porque os poucos que havia, alguns estavam rotos.

Para a regência voltava a ser convidado António de Oliveira Pato que se escusou, alegando que a Banda já tinha morrido duas vezes nas suas mãos e era vergonha se acontecia uma terceira vez, era um homem já decaído. Valeu neste impasse o professor Orlando de Olivei-

ra Pato, que tinha tocado na Banda Infantil e, por vezes, Armando Teixeira Vida.

Em 1978, sopravam ainda melhores ventos para as Bandas, o que aconteceu também com a da Mamarrosa. Juntou-se então um bom número de Mamarrosenses e fundaram a Associação Beneficente de Cultura e Recreio. Um dos seus objectivos era exactamente recuperar a Banda, o que conseguiram com a ajuda de Álvaro Ferreira e Armando Teixeira Vida, que foi mesmo sub-chefe com Dr. Silas Granjo na regência, enquanto este não deixou definitivamente a Banda Marcial de Fermentelos.

Integravam o lote de fundadores: Manuel Plácido Simões dos Santos, Mário da Silva Cravo, João dos Santos Tribuna Júnior, Manuel Domingues Cravo, Márcio Fontes da Mota, Amândio Dias da Silva Rodrigues, Mário Ferreira dos Santos, Amílcar Gonçalves Rainho, Firmiliano Ferreira de Jesus, Fernando de Jesus Raposo Neves, Martinho Augusto Martins e Manuel Simões Cravo.

Com esta lufada de gente jovem, a Banda da Mamarrosa ressuscitou definitivamente para um período de ouro, sob a maestria de Dr. Silas Granjo, de quem o fundador, Jaime de Oliveira Pinto de Sousa, era tio-avô e que soube captar os jovens com a renovação e actualização de um repertório moderno que a levou sobretudo aos coretos do Minho e Trás-os-Montes, aos ventos norte da fama e do prestígio, com que atingiu as bodas de diamante (1991).

TUNAS E ORQUESTRAS

As gentes da Mamarrosa sempre mostraram vocação para a arte dos sons. Isso está bem patente na tradição musical que fez eco a partir da segunda década do presente século, através de tunas e conjuntos, para além da Banda.

Tuna que nasceu na década de dez foi a da Martinhas, com esta particularidade: os componentes tinham o mesmo apelido, eram irmãos. Assim — António Martins (rabecão); Martinho Martins (flauta e rabecão, acumulando ainda com a função de regente), cujo pai chegou a ser presidente da Junta de Freguesia e proprietário de uma

fábrica de pirolitos, com sede na Quinta d'Além, uma das primeiras indústrias da freguesia; Manuel Martins (trombone) e Amadeu Martins (clarinete).

Em 1912, a Tuna das Martinhas aparece a participar na comemoração do 2º aniversário da proclamação da República na freguesia da Mamarrosa. Nesse dia, segundo notícias da época, os sinos tocaram a festa, estralejaram foguetes, as ruas foram engalanadas e bailou-se em louvor dos novos ventos até de madrugada. Mamarrosa foi uma das duas freguesias que do concelho festejaram o evento com pompa e circunstância — a outra foi a do Troviscal.

Lucifer foi jazz que apareceu em 1931. Exactamente com este nome, por desentendimento com o bispo de Aveiro, D. João de Lima Vidal, onde foram chamadas as orquestras da época. Foi o primeiro e mais antigo jazz da Mamarrosa. Porém, o nome que acabou por vingar, anos mais tarde, foi o de *Libórios*. Fez sucesso e ombreava com outros na fama. Presente num certame de orquestras ou tunas no Troviscal, alcançou o primeiro lugar, seguido da Tuna de Oiã.

Era composto por Armando Teixeira Vida, da Mamarrosa (saxofone); Manuel Camarneira, da Caneira (trombone); Avelino Libório, das Quintas (banjo-violão); Emitério Fernandes, da Palhaça (violino); Artur Canteiro, também da Palhaça (bateria); António Dias Libório, das Quintas (viola) e Mário Dias Libório, idem, que se sentia perfeitamente à vontade com qualquer instrumento, porque tocava-os todos, isto é, “tocava música à primeira vista, tocava música limpa” — dizem os conterrâneos.

Fizeram parte ainda, ao longo dos anos, músicos como: Mário Rainho (saxofone); Armando Teixeira Vida (saxofone alto); Engº António Dias Cardoso, de Vila Verde (acordeão); professor Manuel Carriço, da Mamarrosa (vocalista); professor Manuel Augusto Costa (bateria).

Inicialmente constituíam uma Tuna, uma das muitas que havia na região, vindo a transformar-se em jazz, depois que o professor Jaime de Oliveira lhes comprou no Porto uma bateria, sem que eles soubessem. Souberam-no quando, actuando no salão de baile, à frente da igreja, começaram a ouvir, por detrás da cortina, os sons de uma



Lucifer Jazz — da esquerda para a direita e de pé: Emílio Fernandes, Mário Libório, Amândio da Silva, Manuel Camarneira, Adelino Libório, Armando Vida; de pé: Artur Canteiro.

bateria. Era uma boa partida do professor.

Fizeram carreira, correram a região, batiam-se com os melhores, arrancavam aplausos e ganhavam fama. Fizeram mesmo sucesso em Lisboa, na Casa do Minho.

Jazz Lucifer era contemporâneo de *Filipinas Jazz*, da Amoreira da Gândara, *Jazz Band do Troviscal*, *Águia Azul*, de Vila Verde, *Os Leões*, da Gesta e *Floresta*, de Bustos.

Abandonaram o nome primeiro para poderem participar em festas religiosas, exigência que lhes foi feita pelo bispo de Aveiro. Passaram então a chamar-se *Os Libórios* ou o jazz das Quintas pelo simples facto dos irmãos Libórios (três) serem da Quinta do Cavaleiro.

Entretanto, em 1964, o conjunto novamente mudava de nome. Passou a chamar-se *Os Faraós* e a primeira actuação foi em 19/3/1964. Responsável — professor Manuel Carriço.

O novo nome surgiu com a saída de Mário Dias Libório. Todos os elementos propuseram um nome, escrito em papelinhos, que foram metidos dentro de uma saca. Sorteados, saiu *Faraós*, que era o nome preferido pelo professor Manuel Augusto Costa.

Rouxinóis era o título melodicamente sugestivo de outra orquestra, de que fizeram parte Álvaro Ferreira, da Mamarrosa (bateria); Manuel dos Santos Pereira, da Mamarrosa (saxofone); Diamantino Malta, idem, fundador e regente (violino); Manuel António Limeira, da Mamarrosa (banjo); José de Oliveira Pato, idem (sax alto) e Martinho Martins, das Quintas (violinista).

Nascida em 1933, teve como primeiro regente António Martins, que tocava rabeca e era da Quinta do Gordo. Acabou pelo ano de quarenta, quando Diamantino Malta, metido em amores clandestinos com uma rapariga de Bustos, contrariados pelos pais, teve de fugir até Lisboa, pelo que o regente com esta fuga, precipitada, assinou a sentença de morte dos Rouxinóis.

Em 1951 surgiu nova orquestra — *Odeon*. Os elementos que dela fizeram parte: Arnaldo Barreiro, de Bustos (bateria); Mário Grangeia, da Caneira (sax soprano); Manuel Camarneira, também da Caneira (trombone); Mário Rainho, da Mamarrosa (sax alto); Evaristo Azenha, da Quinta do Cavaleiro (trompete); prof. Orlando Oliveira Pato, da Quinta das Martinhas (acordeão) e Manuel Lemos, da Feiteira (barítono). Foi seu regente Mário Rainho. Calou-se em 1957.

Um bom tocador de violino foi sem dúvida Manuel da Silva Cravo que, natural da Quinta da Gala, casou na Caneira. Tocou na Tuna de Aguium e na Tuna da Mamarrosa. O saber música e tocar com esmero este instrumento valeu-lhe, quando, prisioneiro dos alemães, ele que combateu em La Lys, andar à vontade no campo de prisioneiros. Adquiriu-o a um russo, a troco de um pedaço de pão, o que lhe valeu levar a partir daí uma vida mais decente. Era chamado para muitas partes e festas. Mas descontente ficou, quando, ao regressar, teve de pagar ao Estado Português as roupas que os alemães lhe haviam sacado.

Outros Mamarrosenses combateram na Primeira Grande Guerra e importa trazê-los à colação. Foram Alberto Pato, do Ribeirinho, com o posto de sargento, condecorado com medalha de bons serviços; Alfredo Martins, da Mamarrosa; José Matos, da Caneira; Evaristo Ferreira, da Mamarrosa e Daniel Domingues, da Mamarrosa.

Neste espaço de tempo, entre 1953 e 1955, surgiu o conjunto *Vasco da Gama*, onde marcaram presença Mário Rainho, da Mamarrosa (sax alto); Manuel dos Santos Pereira, também deste mesmo lugar (sax tenor); Álvaro Ferreira, idem, (bateria e regente); Martírio Rainho, idem (trompete); Augusto Azenhas, das Quintas (trombone); Duarte Pato, dos Penedos (contrabaixo); Manuel da Conceição, da Mamarrosa (clarinete) e José de Oliveira Pato, idem (sax alto). Durou apenas dois anos e foi seu regente Álvaro Ferreira.

Armando Teixeira Vida, um apaixonado da música, fundou o conjunto *Semi-Breve*, constituído pelos seguintes elementos: Fernando Reis, Luís Miguéis, Jorge Nunes, António Miguéis e Valdemar, o qual se dividiu em dois, o *Onda Média* e o *FM*. O *Onda Média* é composto por Sérgio Marques, Fermiliano Marques, Victor Pessêgo, Manuel Pinheiro e Ricardo Silva.

A Mamarrosa teve também gaiteiros nas primeiras décadas deste século. Então quem mais alegrava Mamarrosa e lugares vizinhos no tempo de carnaval eram os irmãos Neves, que tocavam gaita de foles e violas. Eram marceneiros na Arealva e construíam atafonas, que ensaiavam com o gado do comprador, mas acontecia muitas vezes que vendiam atafonas e vacas.

A cultura musical na Mamarrosa não passou só pela Banda, tunas e orquestras, subiu (e sobe ainda) aos palcos com as danças e cantares. Danças e cantares que tinham, em remotas décadas, o seu ponto alto no domingo gordo e dia de carnaval, com as contradanças correndo os lugares da freguesia e terras vizinhas, que, de algum modo, iam rememorando, ainda que esfarrapadamente, as cantigas e danças de

outrora, sem preocupações de maior quanto à raiz verdadeira. E daí aparecerem poetas populares, a compor letras de sabor popular para as mesmas, como Júlio Dias Gapo.

Foi de uma destas contradanças, da responsabilidade de Daniel Cravo e Amândio Catarino, que em 1974 se exibiu com bastante agrado e aplauso que nasceu um rancho folclórico, logo baptizado de *Rancho Regional da Mamarrosa*, fundado por Daniel da Silva Cravo Júnior, tendo como primeiro ensaiador Amândio Dias da Costa (Catrino). Entretanto, passados escassos anos (1978) surgiam algumas desavenças e deu-se a cisão: de um lado a maior parte dos cantadores e dançarinos, de que restam ainda João António Ferreira e Maria Alice da Conceição, com Mário Rainho, Manuel Augusto Ferreira e o ensaiador José Vidal; do outro, alguns com Daniel Cravo, os menos.

Da cisão nasceram dois ranchos: *As Vindimadeiras da Mamarrosa* e o *Grupo Folclórico da Região da Bairrada*. Neste predominavam rapazes e raparigas de Ancas, Rego, bem como das Areias. No entanto, ganhou o estatuto de rancho federado, tendo para o efeito o casal Daniel Cravo e Maria Augusta Simões Mota procedido a algumas recolhas de cunho etnográfico e folclórico no campo das cantigas e nas arcas, quanto a trajes, não só na Mamarrosa, mas também pela Bairrada, mormente Ancas, para fazer jus ao título — *Grupo Folclórico da Região da Bairrada*. Porém, os anos de vida foram poucos, porque, entretanto, o fundador falecia e sem ele foi perdendo o fôlego, rareando as actuações por falta de músicos, sobretudo, mas também porque os elementos de Ancas armaram uma certa guerra, chegando mesmo a querer passá-lo para a sua terra. Terá acabado em 1984/1985.

O *Rancho As Vindimadeiras da Mamarrosa*, acabou por integrar-se em 1983 na Casa do Povo local, ano em que era fundada, separando-se assim da da Palhaça, pelo que mudou de nome. Passava a chamar-se *As Vindimadeiras da Casa do Povo da Mamarrosa*. O primeiro presidente da Casa do Povo foi Manuel Carvalho Oliveira. Entretanto, na sequência de alguns problemas, deu-se a separação, no final de 1988, assumindo então a liderança Manuel Simões Gapo até

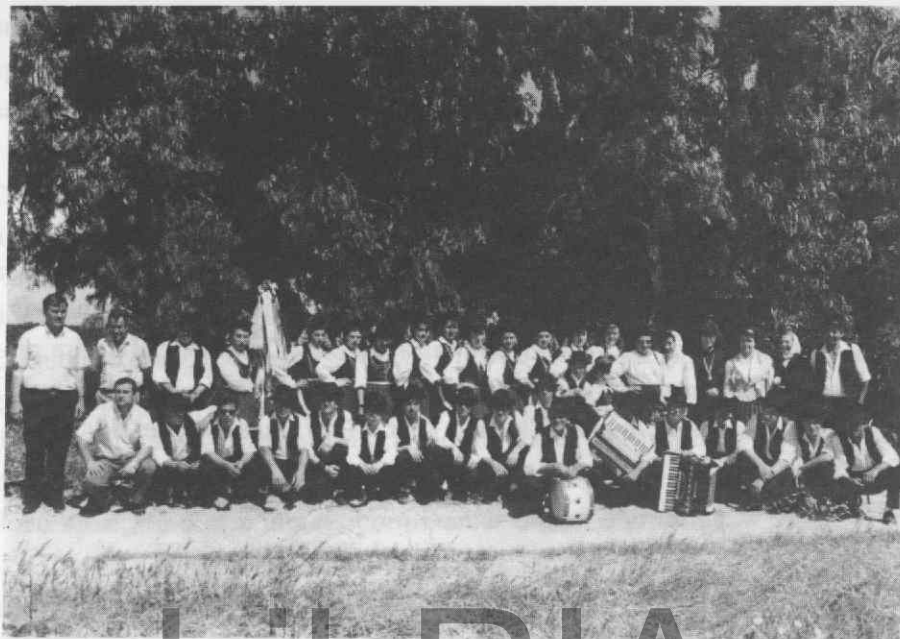
Junho de 1992. Em consequência do seu falecimento, sucedeu-lhe na presidência da direcção Artur Manuel Jesus Bem Haja.

Em 8 de Março de 1990, foi feita a sua legalização por escritura pública e foi adoptada a denominação de *Rancho Folclórico as Vindimadeiras da Mamarrosa*, cujo objecto "é a preservação dos usos e costumes (danças e cantares, trajos, etc.) do povo da região da Bairrada". Assinaram a escritura: eng^o Manuel Martins da Silva, Manuel Augusto Simões Gapo, Mário da Conceição Alves, Mário Silva Martins dos Santos, Maria Alice da Conceição Martins Alves, Dr. Alcino Ferreira de Sousa, Tude Fontes Paredes, Maria do Céu dos Santos, Artur Manuel de Jesus Bem-haja, Manuel da Silva Mota, Prof. Luís Manuel de Sousa Rodrigues e Flório Simões Margaça.



Rancho Folclórico da Região da Bairrada (1983).

Da recolha realizadas pelo *Grupo Folclórico da Região da Bairrada*, entendemos, por beneplácito de Maria Augusta Simões Mota, deixar aqui muitas das cantigas que foram alegria e vida dos antepassados Mamarrosenses. Fazem efectivamente parte do património de um povo e de uma época, quando, ao domingo e dias santos de



Rancho Folclórico As Vindimadeiras da Mamarrosa (1993).

guarda, os rapazes e raparigas (que brincavam até tarde) dançavam e cantavam modas de roda pelos larguinhos, à frente da igreja ou da capelinha. Mas também pelos caminhos e campos as raparigas semeavam cantigas, que, por vezes, também os rapazes e homens cantavam ou no mínimo trauteavam, sublinhando-as com um generoso e sadio assobio.

PARREIRA À PORTA

Tendo a parreira à porta,
não a sabes vindimar,
tendo o amor ausente,
não o sabes namorar.

Não o sabes namorar,
deita-lhe água na raiz
para lhe armar o laço
como se arma à perdiz.

Como se arma à perdiz,
como se arma ao pavão.
Eu hei-de te armar um laço
da raiz do coração.

Da raiz do coração,
da raiz da minha amada.
Eu hei-de te armar um laço
logo cedo, de madrugada.

AI QUE RISO

Nesta roda não há rosas,
já terminou a roseira (bis)

Ai que riso,
ai que graça me dá.
Eu gosto de ti,
ó ladrão vem cá.

As rosas da nossa terra
são as meninas solteiras. (bis)

Nesta terra não há cravos,
já se acabaram os craveiros. (bis)

Ai que riso...

Os cravos da nossa terra
são os rapazes solteiros. (bis)

bibRIA

CORRI O MAR À RODA

Já corri o mar à roda
com uma vela branca acesa.
Em todo mar achei fundo
Só em ti pouca firmeza.

Tu dizes o mar, o mar,
o mar é uma lagoa,
o mar também é casado
com uma mulher marinhoa.

O mar também é casado,
o mar também tem mulher,
está casado com a areia,
dá-lhe beijos quando quer.

Já fui ao mar de joelhos,
de joelhos fui ao fundo.
Agora posso dizer:
já fui ao cabo do mundo.

A CANA VERDE DO MAR

A cana verde do mar
está enterrada na areia
e quem a desenterrar
tem cem anos de cadeia.

A cana verde do mar
deita raízes pela areia,
sou leal a todo o mundo,
todo o mundo me falseia.

PEDRINHAS DA FONTE

Pedrinhas da fonte,
cheiram a alecrim. (bis)
Eu tenho uma sina
de amar o Joaquim. (bis)

Sim, sim, Mariquinhas, sim
não, não, Mariquinhas, não. (bis)
Deixá-lo criar,
não tenhas paixão. (bis)

Pedrinhas da fonte
cheiram a limão. (bis)
Eu tenho uma sina
de amar um João. (bis)

Sim, sim, Mariquinhas...

Pedrinhas da fonte,
untadas com mel. (bis)
Eu tenho uma sina
de amar o Manel. (bis)

Ó MINHA CANINHA VERDE

Ó minha caninha verde,
verde caninha da rua,
tu és minha somente,
ninguém mais te dirá sua.

Ó minha caninha verde,
verde cana de encantar,
aqui estou à tua beira,
quem está bem, deixa-se estar.

Encostei-me à cana verde,
cuidando que não quebrava.
Era oca a cana verde,
coisa que não me lembrava.

Ó minha caninha verde,
verde caninha em botão,
aqui estou à tua beira,
prenda do meu coração.

SETE ESTRELAS

Sete estrelas ao alto,
mais alto vai o luar,
mais alta vai a aventura
que Deus tem para nos dar.

Eu hei-de-me aventurar,
eu hei-de perder o medo,
eu hei-de tirar uma rosa
do teu jardim em segredo.

Ó pedras desta calçada
levantai-vos e eu direi
quem vos passeia de noite,
que eu de dia bem o sei.

É o casamento para um ano
para ver a vida que tinha,
o ano já está no fim,
quem me dera solteirinha.

Casadinha de há três dias,
de lágrimas vai a chorar,
da vida de solteira
que não volta a lograr.

ALECRIM

Tenho um amor, tenho dois,
tenho três, não quero mais. (bis)
Para que quero os amores
se elas não me são leais? (bis)

Ó José, ó lealdade,
ó laço da fita preta. (bis)
Quem não souber namorar
em tal vida não se meta.

Namorar, falar baixo,
que as paredes têm ouvidos. (bis)
Os segredos encobertos
são os que são mais sabidos. (bis)

Se me amas por dinheiro
é coisa que cá não há. (bis)
Ama-me por amizade,
que o dinheiro Deus o dá. (bis)

O EMONADO

Já penteei meu cabelo,
já o arredei para trás. (bis)
c'uma travessa dourada
que me deu o meu rapaz. (bis)

O meu amor emonou-se,
eu mandei-o às amoras. (bis)
Anda cá, ó emonado,
que isso dura poucas horas. (bis)

Já penteei meu cabelo,
já o arredei para o lado,. (bis)
c'uma travessa dourada
que me deu o meu namorado. (bis)

O meu amor emonou-se,
foi às amoras ao mato. (bis)
Anda cá, ó emonado,
que nem de amoras és farto. (bis)

bibRIA

MONÁRQUICOS E REPUBLICANOS

bibRIA

A implantação da República não colheu de bom grado todos os cidadãos da freguesia de Marimã, de resto, onde havia uma forte corrente republicana. O *Notícia* de 25/8/1910, dizia, em referência desta e contando sobre os monárquicos que "há muitos que ainda não se decidem a abandonar a monarquia".

Nas eleições não faltavam também as promessas que podiam levar para a vitória da monarquia. Assim se escreveu o *Notícia* de 25/8/1910: "A monarquia é a única forma de governo que pode salvar a pátria". Um mês depois, em 25/9/1910, o *Notícia* dizia: "A monarquia é a única forma de governo que pode salvar a pátria".

Registase que a última Junta de Paróquia de Marimã, antes da implantação da República, era constituída por António dos Santos Barroco, António Crasto, Manuel da Silva Martins e João Sanches Loureiro.

Da antiga freguesia de Marimã eram também defensores da Monarquia e estiveram por isso mesmo implicados na conspiração realista, a favor de Paiva Couceiro, António Duarte Sereno, António dos Santos Barroco, Manuel Francisco Ferreira e Amândio Sanches Lago, além de outros.

Passado um ano, em Outubro de 1911, foram presos por João Francisco Mendes, péso de Memegosa, Constantino Figueira da Silva, o professor primário, António Celado, também Manuel Francisco Ferreira, de Gualtar e António dos Santos Barroco, do freguesia, que acabaram por ser julgados por voluntários reais, mais tarde, o grupo foi de novo julgado, Amândio Sanches Lago, foi distribuído pelas conventos das Carmelitas e de Jesus, em Lisboa, Márcio Henriques de Sá.

O meu amor amou-me,
eu mandei-o às amoras, (bib)
Anda cá, ó amadora,
que isto dura pouco mais. (bib)

Já perdi meu cabelo,
já o ardei com o lado, (bib)
C'uma travessa estava eu,
que me deu o meu namorado. (bib)

O meu amor amou-me,
eu mandei-o às amoras, (bib)

Anda cá, ó amadora,

MONARQUICOS E REPUBLICANOS

bibRIA

A implantação da República não colheu de bom grado todos os cidadãos da freguesia da Mamarrosa, de resto, onde havia uma forte corrente republicana. O *Nauta* de 25/8/1910, dizia, em correspondência desta e tentando atizar os monárquicos que “há menino que almoça votos, janta listas, merenda eleições e ceia deputados”.

Nas eleições não faltavam também as promessas que podiam passar pela compra de um fato, em troca de um voto. Assim aconteceu no último acto eleitoral realizado na Mamarrosa antes do advento da República, em que “o eleitor mais feliz será a troco de um fato, já usado, António da Silva Bispo” — O *Nauta*, de 22/9/1910).

Registe-se que a última Junta de Paróquia da Mamarrosa, antes da implantação da República, era constituída por António dos Santos Barroco, António Caiado, Manuel da Silva Martins e José Simões Loureiro.

Da então freguesia da Mamarrosa eram acérrimos defensores da Monarquia e estiveram por isso mesmo implicados na conspiração realenga”, a favor de Paiva Couceiro, António Duarte Sereno, António dos Santos Barroco, Manuel Francisco Ferreira e Armando Simões Gapo, além de outros.

Passado um ano, em Outubro de 1911, eram presos padre João Francisco Moreira, pároco da Mamarrosa, Constantino Nogueira da Silva, ali professor primário, António Caiado, lavrador, Manuel Francisco Ferreira, de Bustos, e António dos Santos Barroco, do Sobreiro, que começaram por ser guardados por voluntários, mas, mais tarde, o grupo a que se juntou Armando Simões Gapo, foi distribuído pelos conventos das Carmelitas e de Jesus, em Aveiro, ficando incomunicáveis.

Ainda no mesmo mês de Outubro foram detidos: Manuel Rodrigues Loureiro, de Perrães; Manuel Esteves Alexandrino Júnior, de Oiã; Padre Francisco Massadas, de Nariz, que frequentava as reuniões em casa do padre Abel Gomes da Conceição de Silva, pároco de Oiã; Fernando Ruela Cândido, Joaquim Carvalho e Silva, Joaquim Pinheiro de Aguiar, Manuel de Matos Ala, Albano de Matos Ala, de Águeda; padre Alfredo Brandão de Campos, de Aveiro; António Duarte Sereno, visconde de Bustos, chefe progressista do concelho de Oliveira do Bairro; padre Joaquim Ferreira Maneta, de Oliveira do Bairro, padre António Figueiredo Branco, de Sangalhos, Luís Carreira da Silva Júnior e António Rodrigues Carneiro da Silva, da Murtosa, considerados “os verdadeiros fomentadores da desordem e os mais acérrimos inimigos da República”. As prisões foram antecedidas de buscas domiciliárias. Juntamente com o visconde de Bustos foram presos dois caixeiros (*O Democrata*, de 13/10/1911).

Passados alguns dias foram transferidos para Lisboa para o forte do Alto do Duque todos estes elementos que integravam o complot de Aveiro, bem como os do complot de Águeda e de Oliveira do Bairro, depois de julgados no Tribunal Marcial de Coimbra. As penas que foram aplicadas: padre Abel da Conceição e Silva, 6 anos de prisão celular maior ou 10 anos de degredo; padre António Vieira, de S. Bento, 6 anos de prisão maior celular seguidos de 10 anos de degredo ou 20 anos de degredo em alternativa; António Francisco Alves, 15 meses de prisão correcional e 10 meses de multa a 200 reis diários; padre Joaquim Ferreira Maneta, 4 anos de prisão maior celular ou 6 anos de degredo; José Dinis, 6 anos de prisão maior celular, seguido de 12 ou 20 anos “em posseção de 1ª classe”. Foram absolvidos da leva João da Silva Pereira e Manuel Matos Ala, enquanto o padre Álvaro Henriques, pároco de Oliveirinha, era proibido de residir durante 10 meses dentro dos limites do concelho de Aveiro por decreto de 18 de Janeiro de 1913 (*O Nauta*, de 6/3/1913). O juiz foi Dr. Costa Gonçalves.

O tempo não ia então de feição para a igreja e registaram-se alguns excessos como por exemplo o do padre Adelino Simões Roque, de Oliveira do Bairro, ser impedido de fazer o sermão que pretendia na

igreja de Barrô, porque “o povo fanático agrediu-o barbaramente, lançando-o abaixo do púlpito e arrastando-o pelo soalho do templo” (*O Nauta*, de 24/6/1915).

Padre Abel Conceição e Silva era considerado o chefe da oposição à República no concelho, não só em palavras, como em actos. Foi vice-presidente da Câmara de Oliveira do Bairro, fazendo parte do executivo que se demitiu com o evento da República. Era ele o responsável, cria-se, pela “brincadeira das bombas na ponte do Pano” (*Democrata* de 13/11/1911). De resto, o correspondente da Palhaça para este jornal de Aveiro escrevia verrinoso, a propósito: “julga-se ser ele o autor do atentado, pois que lhe preste a cela e que a vida deste bandido seja a mesma que a do fumo depois de sair das chaminés...”.

Também foi julgado e condenado o padre João da Silva Gomes, pároco do Troviscal, que era acusado de, em Maio de 1911, ter propalado “boatos alarmantes e tendenciosos contra o progresso do Estado e a segurança social” (*O Democrata* de 15/3/1912). Foi condenado a pagar trinta mil reis de multa e custas de selo do processo, atendendo a que era pessoa com 69 anos de idade. Foi julgado no tribunal do 1.º distrito do Porto, em audiência de júri.

O visconde de Bustos, António Duarte Sereno, foi novamente processado, bem como Manuel Ala, por tomarem parte na rebelião da noite de 8 de Julho de 1912. No entanto, o primeiro abandonara o palacete e andava a monte, enquanto na penitenciária o esperava Manuel Ala (*O Nauta*, 7/11/1912).

Entretanto, nos primeiros dias de Janeiro de 1912, já se achavam em liberdade alguns cidadãos da freguesia da Mamarrosa, como, de resto, outros, que haviam participado no complot de Aveiro, por ordem do mesmo juiz que os condenara, Dr. Costa Gonçalves, entre os quais, prof. Constantino Nunes da Silva, padre João Francisco Moreira, pároco da freguesia, Armando Simões Gapo, Manuel Francisco Ferreira, António dos Santos Barroco, António Caiado e padre António Ferreira da Rocha, este de Sangalhos.

Por motivo de certa tensão que reinava na Mamarrosa em Abril de 1913, foi enviada para aqui uma força de infantaria, “sem motivo

aparente”, diziam os membros da Junta de Freguesia, comandada por um tenente. Ali chegada foi distribuída pelas casas dos habitantes de parte da freguesia e tanto mais estranho se apresentava ao povo quanto era verdade que ainda lá tinha estado há três ou quatro dias outra força. Qual o motivo? questionavam-se os elementos da Junta de Freguesia... “Simplesmente por capricho da autoridade administrativa do concelho que, com certeza, procura iludir a boa fé de V. Ex^a. requisitando força para naturalmente manter a ordem quando esta nunca foi tão completa como o tem sido e está sendo” — assim rezava um ofício dirigido ao Governador Civil de Aveiro. E o pior é que, segundo o mesmo documento, corria mesmo como “verdade que o comandante da força ordenou às suas praças que descarregassem tiro na cabeça do dono de casa que recusasse recebê-los como aboletados...”. Ora tudo isto para o povo era uma provocação e era pedido que o tenente fosse substituído “por pessoa com patente”.

A primeira comissão paroquial republicana da Mamarrosa foi constituída por Manuel Augusto de Sousa, presidente; José dos Santos Pato, João da Silva Justo, Joaquim Seabra Coelho e José Martins, vogais.

Logo que foi constituída, a Comissão foi, como de resto aconteceu com a do Troviscal, à Câmara de Oliveira do Bairro, com numerosas outras pessoas, onde foi hasteada a bandeira republicana. Houve discursos, proferidos por Dr. Costa Ferreira e dr. Abílio Nápoles (que foi feito novo administrador do concelho) e Dr. António Breda. Houve ainda, à boa maneira, o estrear de foguetes e flutuaram muitas bandeiras pelas casas de uns e de outros.

Republicanos e monárquicos acusavam-se mutuamente. Os primeiros, porque viam na igreja oposição às reformas e as procissões eram para eles motivo de escárnio ou ofensa aos seus princípios; os segundos porque não estavam dispostos a ceder às pressões dos primeiros, exibindo a sua fé e determinação em vários actos litúrgicos, sobretudo em procissões públicas, que os republicanos consideravam, por sua vez, ser uma afronta, um verdadeiro desafio. Uma ou outra vez, impediam mesmo os párocos de irem dar a extrema-unção aos moribundos e no Troviscal chegaram a colocar à porta da residência,

como solene ameaça, um alguidar e uma faca de matar porcos... Troviscal e Mamarrosa eram então as freguesias mais republicanas do concelho e na primeira a Banda era a grande bandeira do anticlericalismo reinante. Apesar de interdita, intrometia-se nas festas, gerando alguma algazarra e desordem, o que aconteceu no dia 25 de Julho de 1933 na festa de S. Tomé na Feiteira, o mesmo acontecendo nos dias 23 e 24 de Agosto na festa de S. Bartolomeu do Troviscal, prometendo mesmo impedir a realização de todas as festas religiosas daquela freguesia. O padre Eduardo Madeira de Jesus Bastos, demasiado aguerrido e pouco tolerante, que fora honrado com alguidar e faca à porta, temia que o mesmo viesse a acontecer na festa da comunhão solene, pelo que solicitava ao administrador do concelho “as devidas providências no sentido da dita música ser proibida de tocar no dia 7 e 8, do lado da tarde e no dia oito todo o dia...” (Ofício Paroquial de 4 de Setembro de 1933).

O ambiente que se vivia não era o mais pacífico. As pessoas, cada uma em sua barricada, desconfiavam umas das outras. Era a intolerância. Daí que resultasse isto: vários objectos pertencentes ao culto, mas que eram propriedade desta freguesia, encontravam-se dispersos por várias casas. As peças mais valiosas eram: uma cruz, dois cereais, quatro varas, uma pomba de prata, duas cruzes de guiões, “tudo de prata”, diz ainda a Acta de 18 de Outubro de 1914 da Junta de Freguesia. Mas havia também vários objectos de ouro, um cordão ou volta, uns brincos e “outros objectos”. A Junta culpava a Comissão Cultural (que foi dissolvida em 1915) por este estado de coisas “por não funcionar nos termos da lei”. Constava até que António Rodrigues Capucho estava de posse do badalo do sino que tinha sido roubado, havia tempos.

Em consequência desta anarquia e falta de respeito mesmo pelo património comum, talvez tenham desaparecido para sempre a imagem de S. Romão e a estátua da República, colocada no pedestal do chafariz. E nada admira que se tratasse de uma vindicta entre forças políticas adversas, republicanos e monárquicos. Como quer que seja, a imagem de S. Romão, que não era grande, depois de durante alguns anos ter estado presente no balcão da loja do Manuel José da Póvoa,

levou sumiço para sempre. Igual destino teve, talvez por mão monárquica, a estátua da República que era quase de tamanho normal. Teria sido carregada, numa noite, em carro de bois. Depois levada para os Penedos e metida em forno para fazer cal fina, segundo uns; levada para as Gafanhas, segundo outros. No entanto, a verdade mais plausível é que esteja a dormir a um metro de profundidade no sítio do Vale das Pedreiras, segundo confessou Manuel Simões Carriço, filho de António Simões Carriço, num terreno de Evaristo Ferreira, que andava a ser manteado para bacelo. Amarrada a duas varas fortes, de modo que as pontas servissem de pega, foi assim transportada para o ignominioso cadafalso por dois homens que andavam à jorna. Terão participado neste triste enterro Salvador Domingues dos Reis, Alípio Eugénio de Almeida, Manuel Ferreira (do Canto) e António Simões Carriço.

As acusações eram recíprocas e o braço de ferro não havia maneira de abrandar. Em Dezembro de 1919, “novas desordens pelos inimigos da República e há nove anos que vemos com desgosto este mau estado de coisas”, pelo que a Junta de Freguesia decidira “oficiar ao Governo pedindo-lhe o máximo de energia na defesa das instituições, visto que a desordem é incompatível com o processo e além disso estar provado que não é com benevolência que se metem os inimigos na ordem” (Acta da Junta de Freguesia de 7 de Dezembro de 1919).

Curiosamente no mesmo ano e, segundo Acta de 16 de Fevereiro, os elementos da Junta deliberaram “saudar também todas as vítimas do banditismo monárquico clerical (...) saudar o heróico povo republicano de todo o país por mais uma vez fazer abortar os sinistros planos dos traidores à Pátria”. Era a revolta dos Couceiristas para quem, de resto, pediam a confiscação de todos os bens, “para pagamento dos prejuízos por ele praticados”. Assinava o presidente Jacinto Simões dos Louros, “com saúde e fraternidade”, bem como os vogais Joaquim Daniel Simões dos Santos e António Simões dos Santos.

Quando Jacinto Simões dos Louros ascendeu à presidência da Junta logo moveu uma sindicância a todos os actos das comissões anteriores.

A leitura destes documentos mostra que o tempo político ia quente nesses conturbados dias e primeiros anos da República. Também

aqui na Mamarrosa.

Um ano antes, era o ano da peneumónica, com centenas de pessoas doentes na freguesia e as carências eram de toda a ordem. Faltava mesmo o açúcar, no concelho não havia pitada, pelo que a Comissão da Junta endereçou pedido ao Secretário de Estado do Abastecimento para que diligenciasse no sentido do envio urgente, em grande velocidade, para a estação de Oliveira do Bairro, de cinco ou seis sacos. Esta situação dera mesmo origem a um ofício, datado de 17 de Outubro de 1918, para o Presidente da República, onde se falava de “calamidade pública” e da falta daquele produto.

Republicano dos mais irrequietos ou turbulentos foi sem dúvida Manuel Simões dos Santos (vulgarmente conhecido por Manuel José da Póvoa) que, segundo algumas memórias, queria fazer da igreja paroquial um simples curral de cabras e, de mal com a religião que antes seguira, chegou mesmo a deitar alguns foguetes para dentro do templo para afugentar quem lá ia. Foguetes que foram estoirar com grande estrondo, fazendo explodir grande susto, de encontro ao arco transepto.

A casa dele terá ido parar inicialmente a imagem de S. Romão, roubada que foi à capela particular de José Santos Pato.

Manuel Simões dos Santos tinha taberna, como já dissemos, e, quando calhava, em horas de atizado republicanismo e anticlericalismo, colocava a imagem em cima do balcão e fazia passar o santo por vergonhas nunca vistas. Pintava-lhe a cara de preto, deitava-lhe um barrete vermelho na cabeça e dizia para o adjunto: “Olhem, isto é que ele está bêbado...!”.

Monárquico ferrenho, da Mamarrosa natural, foi o padre António dos Santos Pato, tio de José dos Santos Pato, vigário de Aradas “onde irromperam sérios conflitos entre o povo daquela freguesia e o seu vigário, o padre Pato que por muito conhecido se não confronta” (Jornal *O Democrata* de 5/7/1912).

Esta desavença terá tido origem num diferendo entre o Padre e alguns paroquianos que, instados a pagar-lhe 14\$000 pelo facto de “fazer celebrar ofícios sufragando a alma do falecido e em razão de tal serviço religioso lhe é devida a quantia de 14\$000 reis”. Decorria o

mês de Março de 1909.

Porém “os réus não quiseram saber dos officios de nove lições nem do exercício de tal direito” e impugnaram a acção que foi julgada no juízo de Paz da Oliveirinha, onde, de resto, foram condenados, desembolsando os réus aquela quantia de 14\$000 e as respectivas custas, “como castigo por não acatarem as ordem do sr. Vigário”.

Os réus que alegavam não ter encomendado os serviços religiosos, apelaram a 17 de Fevereiro de 1910 e foi julgado o recurso a 4 de Novembro de 1910 na Comarca de Aveiro, onde lhes foi dada razão. Esta era uma bola de fogo e o padre António dos Santos Pato por largos anos não mais teve paz. Foi perseguido e em 1915 a sua residência era mesmo abalada pelo rebentamento de um petardo, o que, de resto, voltou a acontecer mais duas vezes, em Dezembro desse mesmo ano (com duas à porta de entrada) e outra ainda em Janeiro de 1916, segundo o *Jornal O Nauta*, edição de 4/2/915), que considerava este clérigo “liberal e honesto” (edição de 11/2/1909).

Desse tempo de luta e revanchismo, soa ainda a lembrança de alguns casos: Joana Pegas, figura miúda, entrincheirada dentro da igreja com uma bandeira nacional, opondo-se à entrada de dois homens a cavalo, o que conseguiu, desfraldando-a em todos os sentidos e colocando-a mesmo no chão; homens armados postados à frente da igreja, quando saíam as procissões, gritando “abaixo a canalha” ou “Viva a República”, enquanto os que enfileiravam cantavam “queremos Deus/ que é nosso Rei/ Queremos Deus/ que é nosso Pai”; outras vezes os republicanos gritavam: “abaixo os farrapos” e, como afronta, tocavam em latões velhos, acertando uma chinfrineira de espantar pardais; “abaixo os farrapos” — resmungavam quando passava enterro religioso; neste período, havia muitos funerais civis e os não católicos usavam mesmo uma bandeira própria para o desfile que começava com o levantamento do corpo, a que presidiam os regedores; José dos Santos Pato, que terá falecido poucas horas depois de assistir a uma cena que mostrava à saciedade o clima de nervos e incompreensão que se vivia: os Republicanos do Troviscal não deixavam entrar lá padre algum e um dia pessoa católica, com a morte sentada na sua

Tribunal Militar
de
Coimbra

Serviço da República

N.º 316

Hoje a V.ª g.ª se dignou man-
dar capturar, e enviar para a Pe-
nitenciaria desta cidade, João da
Silva Pereira e Padre Abel Gomes da
Conceição Silva, domiciliados em
Ogã, Sene concelho, contra os quaes
corre um processo perante este
Tribunal.

Saude e Fraternidade

Ex.º Senhor Administrador do Con-
celho de Oliveira do Bairro
Tribunal Militar de Coimbra 18 de
outubro de 1912

O Promotor
Fernando de Almeida
Oliveira

Compilado em 21-8-12 - 912

Cartório Paroquial

Freguesia de S. Bartolomeu

TROVISCAL — OLIVEIRA DO BAIRRO

Religião Católica

Ex.^{ma} Sr. Administrador

Deu-se realizar-se no próximo dia oito, nesta freguesia, a festa da Comunhão solene das crianças, e tendo em consideração que a municipalidade desta terra, no dia vinte e cinco de julho p.p. impediu uma festa, na capela da Festina, atendendo a ordem, o mesmo faz-se aqui no Troviscal, no dia vinte e três e vinte e quatro de Agosto p.p., e atendendo ainda a que, o Professor Oficial, Sr. José S. Oliveira, com os seus alunos, prometeu impedir todas as festas religiosas nesta freguesia, visto, cul nome do Sr. doutor, pedir às Ex.^{mas} Autoridades, na pessoa de V. Ex.^{ta}, as devidas providências no sentido de a dita municipalidade se proibir de tocar no dia sete, do lado da tarde, e no dia oito do dia.



A bem da Nação
Cartório Paroquial
de Setembro de 1933

O Parece

P. Eduardo Madeira de Jesus Pastor

soleira, pediu a presença de um padre, que lhe “levasse o Senhor”. Foi então convidado o padre Severiano Pedro Ferreira, pároco da Mamarosa, em 1921, já bastante batido pelos anos. Pelo sim pelo não, pensou que o melhor era ser acompanhado por alguém a quem os adversários guardassem respeito. Acompanhou-o José dos Santos Pato, republicano, mas figura muito respeitável. Tudo correu bem, até que no regresso alguns do Troviscal saltaram-lhe ao caminho alguns republicanos menos comedidos, armados de injúrias e punhos acesos, coçando o pobre do padre, enquanto José dos Santos Pato, incapaz de acalmar os ânimos ou debelar os intentos, pedia aos algozes do padre que o matassem a ele.

JUNTAS DE PARÓQUIA

- 1874 — Padre Manuel Almeida Sobreiro, presidente; António Rodrigues Capucho, José dos Santos Pato e Joaquim Daniel dos Santos, vogais.
- 1877 — Padre Manuel de Almeida Sobreiro, presidente; Manuel Ferreira Nunes, Manuel da Silva Martins, Manuel Nunes Cipriano e Domingos Simões Aires, vogais.
- 1880 — Padre Joaquim Pedro Nolasco, presidente.
- 1882 — António Francisco Pedreiras, presidente.
- 1886-1887 — António dos Santos Barroco, presidente; Julião da Silva da Manca, vice presidente; João Vieira, António Francisco dos Brózios, José Luís Pinto de Miranda (era regedor da freguesia José Martins de Almeida), vogais.
- 1890-1892 — Manuel Francisco dos Brózios, presidente; José Francisco Pedreiras, Joaquim Daniel dos Santos, Agostinho Francisco da Graça e Manuel Francisco Pereira, vogais.
- 1903-1905 — Daniel da Silva Cravo, presidente; Manuel Simões Luzio, António Simões Tribuna e Manuel Simões Aires, vogais.
- 1905-1908 — Padre João Francisco Moreira, presidente; António dos Santos Barroco, Manuel Simões Tribuna, Daniel da Silva Martins e José Simões Loureiro, vogais.

23/2/1908 a 25/9/1910 — padre João Francisco Moreira, presidente; Henrique Simões Capão, António dos Santos Barroco, Manuel Simões Tribuna, José Simões Loureiro e Daniel da Silva Martins e António Caiado.

JUNTAS DE FREGUESIA

1910-1913 — Manuel Augusto de Sousa, presidente; Manuel Simões dos Santos, José Martins, Joaquim Seabra Coelho, José dos Santos Pato e João da Silva Justo, vogais.

1914-1918 — Manuel Augusto Ferreira, presidente; João Martins, José da Silva, Fernando Simões dos Santos e Manuel da Silva Martins (no 2º mandato Fernando Simões dos Santos foi substituído por Manuel Simões Aires), vogais.

9/2/1919 a 18/2/1920 — Jacinto Simões dos Louros, presidente; Joaquim Daniel Simões dos Santos e António Simões dos Santos, vogais (era secretário Bernardo Alves de Seabra); num segundo mandato, foram vogais Manuel da Costa Morgado e Manuel dos Santos Rosário.

1920-1922: Manuel Simões dos Santos, presidente; Sebastião Rodrigues da Silva, José dos Santos Pato, Manuel José de Almeida, Manuel Domingues Ferreira Tavares, António Simões dos Santos e Manuel Martins, vogais.

1923-1925 — Martinho Martins, presidente; Manuel Francisco da Graça, Joaquim Rodrigues de Almeida, Manuel Simões Barreiro e António Antunes, vogais.

1926-26/7/1926 — Manuel Simões dos Santos, presidente; Flávio dos Santos Pato, António Martins Júnior, António Dias Libório e Gaudêncio Francisco da Graça, vogais.

26/7/1926 a 7/3/1928 — António Simões dos Santos, presidente; Martinho Martins e Manuel Francisco da Graça, vogais.

8/3/1928 a 18/7/1944 — Manuel da Silva Cravo, presidente; João da Silva Martins, Joaquim Domingues Gala e Manuel Domingues Granjeia, vogais. Acompanharam-no ao longo

dos seus sucessivos mandatos: ainda Manuel Domingues Granjeira, Manuel Martins e Manuel da Silva Azenhas.

6/8/1944 a 31/12/1950 — Manuel da Silva Azenhas Júnior, que já integrara o elenco autárquico a partir de 4 de Janeiro de 1942, presidente; Manuel Martins e António Augusto dos Santos, vogais (no segundo mandato, acompanharam-no Manuel da Silva Azenhas Júnior, Laurindo Simões Capão e José Maria Carriço e ainda Manuel Rodrigues).

1951-22/3/52 — José da Rocha Carrancho, presidente; Modesto dos Santos Pereira e António da Silva Micaelo Júnior, vogais.

23/3/52 a 29/4/61: Modesto dos Santos Pereira, presidente; Pedro Domingues (e mais tarde, Manuel Simões Carriço), e António da Silva Micaelo Júnior, vogais; no 2º mandato, entre 1/1/55 e 31/12/59 esteve com Manuel Simões Carriço que foi substituído por Mário da Silva Cravo e António da Silva Micaelo Júnior; no 3º mandato, entre 1/1/60 e 31/3/1961 foi assessorado pelos vogais Laurindo Simões Capão e José Augusto da Silva Micaelo.

1/4/61 a 31/12/67 — Laurindo Simões Capão; José Augusto da Silva Micaelo e Mário Domingues Novo, vogais.

31/12/1967 a 14/11/1971 — Manuel Augusto Ferreira, presidente; Manuel Augusto Simões Gapo e Arlindo Ferreira Machado, vogais.

15/11/71 a 25/4/74 — Daniel da Silva Cravo Júnior, presidente; Amândio Dias da Costa e Germano Ferreira Pinhal, vogais.

29/6/74 a 12/1/77: Afonso da Silva Libório, presidente; Manuel António de Oliveira e Manuel Plácido Simões dos Santos, vogais.

22/1/77 a 18/12/79 — Alcides Tribuna Gala, presidente; prof. Orlando Oliveira Pato e António Domingues Mota, vogais.

9/1/80 a 31/12/82 — Manuel Augusto Ferreira, presidente; Augusto Mota dos Santos e Mário da Silva Rainho, vogais.

3/1/83 a 29/6/88 — Manuel Carvalho de Oliveira; Manuel Augusto Costa (que assumiu, com a morte de Manuel Carvalho de Oliveira, a presidência, entre 29/6/88 a 2/1/1990), Mário da

Silva Rainho e Sérgio Manuel Fernandes Tavares, vogais.

2/1/1990 a 31/12/1990 — professor Manuel Augusto Costa, presidente; Valter Domingues Ribeiro e Sérgio Manuel Fernandes Tavares (1º mandato), vogais; Maria Benilde Rodrigues dos Santos Carvalho de Oliveira e Sérgio Manuel Fernandes Tavares (2º mandato), vogais.

bibRIA

A separação do município de Buzos, composta pelos lugares de Buzos, Sobreros, Ameyales, Patencia, Pedernales, Coladas, Cañete Nueva, Picacho, Finca de Buzos (tanto que em 1843 começou ainda com os lugares de Teul, Agras e Portado Vouge, chegando o Rio de Trujillo de los Amos, a que pertence o rio de Buzos) e conseqüente a ganhar corpo em 1915.

A SEPARAÇÃO

bibRIA

Concorrem sem dúvida para a concretização desta emancipação seu poder demográfico e econômico. Além, já no tempo da Monarquia, a Junta de Paróquia considerava que desta terra é que tem maior rendimento, um dos argumentos que os meritos levantam em causa.

O lugar da Cañete Nueva em 1919 possuía fábrica, agência de bancos e legumes, repartição do registro civil, criada em 1917, e onde foi agüente de oficial Augusto Costa possuía ainda escola de crianças, fábrica de flocos (Augusto Costa & Cia) e a nível do ensino, possuía a escola de ensino do sexo masculino, enquanto a do sexo feminino estava em Buzos. Ali estava ainda a escola o denominado Alma Popular.

O território é nível religioso, dispõe, tal qual a sede de freguesia, de irmandade dos Amos, a de S. Lourenço, com estatutos de 1715.

Além disso, registava-se já uma certa autonomia religiosa. Em 1913 começaram a ser realizadas missas em capela de S. Lourenço, co-coo o pároco padre José Francisco Nogueira e em 1915 também

Olívia Ralinho e Sérgio Manuel Fernandes Tavares, vogais.

27/7/1990 a 31/12/1990 — professor Manuel Augusto Costa, presidente; Valtor Domingues Ribeiro e Sérgio Manuel Fernandes Tavares (1.º mandato), vogais; Maria Benilde Rodrigues dos Santos Carvalho de Oliveira e Sérgio Manuel Fernandes Tavares (2.º mandato), vogais.

A SEPARAÇÃO

bibRIA

A separação do ramo de Bustos, composto pelos lugares de Bustos, Sobreiro, Azurveira, Barreira, Pedreiras, Coladas, Quinta Nova, Picada, Póvoa de Bustos (ramo que em 1843 contava ainda com os lugares de Paul, Agradas e Porto do Vouga, segundo o livro da Irmandade das Almas), não deixou de ser bastante polémica e começou a ganhar corpo em 1916.

O "Nauta", na sua edição de 27 de Maio de 1916, dava assim a notícia: "foi apresentado ao Parlamento uma proposta para ser convertida em freguesia o lugar de Bustos" (deveria ter antes o correspondente escrito ramo).

Concorreram sem dúvida para a concretização deste anseio o seu poder demográfico e económico. Aliás, já no tempo da Monarquia, a Junta de Paróquia considerava que deste ramo é que saía maior rendimento, um dos argumentos que os mentores levaram em conta.

O lugar da Quinta Nova em 1919 possuía farmácia, agência de bancos e seguros, repartição do registo civil, criada em 1911, e onde foi ajudante de oficial Augusto Costa; possuía ainda estufa de chicória, fábrica de licores (Augusto Costa & C^a) e, a nível do ensino primário, dispunha de escola do sexo masculino, enquanto a do sexo oposto estava sediada em Bustos. Ali estava ainda sediado o semanário *Alma Popular*.

O ramo, a nível religioso, dispunha, tal qual a sede de freguesia, de Irmandade das Almas, a de S. Lourenço, com estatutos de 1716.

Além disso, registava-se já uma certa autonomia religiosa. Em 1913 começavam a ser realizados casamentos na capela de S. Lourenço com o pároco padre João Francisco Moreira e em 1918 também

alguns baptismos, era pároco Gabriel Duarte Martins.

Em 1915 era erguida uma “elegante torre” para a qual foram comprados, numa das melhores fundições de Braga, “dois belos sinos” (*O Nauta*, de 12/8/1915). Isto é, tudo se preparava para essa eventualidade. Se a torre paroquial tinha dois sinos e o ramo era de grande rendimento, porque não colocar também dois sinos para a satisfação da população e até como o anúncio próximo de um anseio a concretizar em breve?

Além disso, as infraestruturas tinham sido criadas: tinha cemitério desde 1884 e já tinha sido aprovada a criação de uma estação telégrafo-postal, que fora deliberado pedir já em 1908 (Acta da Junta de 13/2/1908), pedido que foi confirmado em Março de 1919 ao Administrador dos Correios e Telecomunicações.

Na reunião da Junta de Freguesia da Mamarrosa, realizada em 15 de Julho de 1917, foi apresentado um abaixo-assinado, subscrito por mais de noventa eleitores, que desejavam fosse criada no lugar de Bustos uma freguesia, ao mesmo tempo que requeriam que fossem convocadas eleições “para referendun respectivo ao povo”.

Por tudo isto, na reunião seguinte de 22/7 voltaram a apresentar outro abaixo-assinado, porque, no primeiro, haviam esquecido um pormenor importante que era a menção dos lugares que iriam constituir a nova freguesia — Coladas, Sobreiro, Azurveira, Barreira, Bustos, Picada, Quinta Nova, Póvoa, Cabeço e Porto do Vouga.

A data do referendo foi marcada nessa mesma reunião para o dia 26 de Agosto, acontecimento que foi divulgado através de editais que foram afixados, como era norma, nos diversos locais públicos. Era presidente da Junta de Freguesia da Mamarrosa Manuel Francisco Ferreira, assessorado por 4 vogais: João Martins, Manuel Simões Aires, Manuel da Silva Martins e José da Silva.

A nova freguesia foi criada pelo Decreto Lei n.º 942, de 18 de Fevereiro de 1920 “com a desanexação dalguns lugares da freguesia da Mamarrosa e tornando-se necessário proceder à eleição da respectiva Junta”, o que veio a realizar-se no dia 9 de Maio do mesmo ano.

Em 1916 e 1920 não se sabe exactamente o que se passou a

nível de autarquia, porque as actas são omissas, até na própria delimitação, que, dado a maneira litigiosa como se deu a desanexação, só veio a realizar-se uns bons meses mais tarde. O pedido de delimitação foi feito em 28 de Outubro de 1920 e, segundo a Acta de 15/11/1920, foi deliberado nessa reunião convocar o Secretário de Finanças do concelho de Oliveira do Bairro para proceder-se àquele acto. Mas o registo dos limites teve natural sumiço e este facto veio a contribuir para alguma confusão hoje existente quanto a limites da nova freguesia com as de Mamarrosa e Palhaça. O Decreto 942 apenas refere os nomes dos lugares que ficaram a pertencer a cada uma das freguesias.

Com a formação da nova freguesia de Bustos, passou a gerir a autarquia da Mamarrosa uma Comissão Administrativa, composta por Manuel Simões dos Santos, presidente; Manuel Martins, Sebastião Rodrigues da Silva e Joaquim Nunes Ferreira Neves, vogais.

Das eleições realizadas em 5 de Maio do mesmo ano (1920) saiu novo elenco: Manuel Simões dos Santos, presidente e Manuel Martins, Sebastião Rodrigues da Silva, Manuel José de Almeida, José dos Santos Pato e Manuel Domingues Ferreira Tavares, vogais.

bibRIA

ALCANTARA

bibRIA

E NTRE outros, há alguns que são específicos desta freguesia, como a citação amiúde do bezerro da Bispa, a porca do Roso e a bôla da Pata. E cada um a seu propósito. Cada um com sua história. Assim:

Havia uma mulher que tinha o apelido de Bispa (de resto, havia aqui família com o apelido de Bispo), e era dona de um bezerro que não tratava lá muito bem, tanto que o pobre do animal era só pele e osso. Porém, o bezerro um dia mudou de dono e todos os vizinhos se convenciam que então, sim, ia mudar de ares, ter ração bastante e a tempo e horas, pelo que ia mesmo engordar. Porém, nada disso acontecia, antes o pobre do animal começava a ficar na espinha. O novo dono era pior do que o primeiro, menos condoído ou mais unhas de fome. Como não morresse no segundo dono, conheceu mais um e outro, e toda a gente se convencia que a sorte ia mudar para o bezerro até que, azarento e só osso, o bezerro deu a alma às ervinhas, já que ia sempre de mal a pior.

Este dito serve muitas vezes para remate de conversa, quando se fazem referências a relações sociais e políticas, a obras deste ou daquele político, a obras de interesse colectivo... “É como a história do bezerro da Bispa...” quando as coisas vão de mal a pior.

Esta é a versão que hoje corre, mas o jomal *Alma Popular* na década de trinta, a propósito de uma embaixada de pessoas da Mamarrosa que foi ao Governador Civil, juntamente com outras de várias localidades vizinhas, a quem interessava também a reparação da antiga estrada distrital n.º 102, vai mais ao pormenor, talvez por estar mais próximo do facto que deu origem à história, ao dito. Diz o correspondente:

“Os leitores não conhecem a história que afinal é um facto?

Em resumo, passou-se assim:

O bom do António da Silva Bispo possuía um bezerro que, devido à falta de pastagens, não era convenientemente tratado. Um dia, vendeu-o ao Delfim, onde o não esperava melhor sorte. Além da fraco manjedouro, serviços incompatíveis com a sua pouca idade.

Ora sucedeu que, quando o bom do Bispo passava junto da porta do Delfim, o bezerro deu três berros. O velhote, que era um santo homem, pára e exclama filosoficamente:

— Pobre boizinho, que até pelo andar me conhece! Em minha casa, comias só leitugas, aí dão-te apenas ramalho; saíste da alforra e foste para o trabalho!”

E a estrada que passava para Aveiro estava como o bezerro da Bispa, de mal a pior, toda arruinada, porque passara do Estado que tinha “largos recursos pecuniários” para a alçada das Câmaras que não tinham condições financeiras para o seu arranjo.

— Para onde vais com tanta pressa? Até parece que vais como a porca do Roso!... — ouve-se dizer aqui e ali, com o intuito de chasquear um pouco a pressa de outrem.

Este dito tem como fundamento esta história, que os mais idosos garantem de verídica.

Os Rosos eram gente do lugar das Coladas e, um dia, em que a porca que criavam estava “aluada”, resolveram levá-la a Ouca para a necessária cobrição. Presa com uma corda ao pescoço, lá ia a porca apressada, tanto que acabou por fugir-lhe e a mulher, quando a apanhou, já ia em Bustos. Sabia o caminho e ia com tanta pressa que nem olhou para trás nem para a dona.

— “Foi mesmo como a bôla da Pata” ou “ia sendo quase como a bôla da Pata” — também se ouve a propósito de muitas situações. Quando o vinho que o lavrador levava para o campo e não chegava para o pessoal ajornalado; quando a semente para uma terra chegava,

mas à tangente; quando o pão na mesa de um jantar escasseia... tudo isto “é como a bôla da Pata”, onde tudo acabou ou foi escasso para o apetite dos convivas. De tal forma foi isso notório que ficou a fama, mas os convivas de então também sem o devido proveito.

Das Palmeiras	3
Das Origens	7
Da ablação Geográfica	21
Curato da História de São	29
Movimento demográfico	37
Administração municipal	41
Município de Candelária	53
Da Igreja antiga e igreja actual	67
Inventário do bens	80
Das capelas de S. Parocho e da Paroquia	85
Das sala Cordão	117
Da Candeia, Igreja de	135
Stimulo, entre	143
Cadeiras e Lentes	153
Da mais antiga	163
Sinais de progresso	175
A primeira sala de instrução	177
Extensão do correio	184
Água ao domicílio	187
Luz electrica	188
Cafecinhas	197
Outras curiosidades	199
Festas, Bandas e Orquestras	193
Festas e programma	197
A Banda Escolar	203
Tunas e Orquestras	213
Monarquicos e Republicanos	227
Juntas de Paroquia	239
Juntas de Freguesia	249
A separação	260
Alguns ditos	269

bibRIA

ÍNDICE

Duas Palavras	5
Das Origens	7
Da situação Geográfica	21
Curato da Reitoria de Soza	29
Movimento demográfico	37
Administrativamente uma manta de retalhos	41
Mamarrosa Concelho	53
Da Igreja antiga e igreja actual	67
Inventário de bens	90
Das capelas de S. Romão e de Nossa Senhora da Graça	95
Das seis Confrarias	117
Da Caneira, Terra de Arcas	135
Sétimo, enterrar os mortos	143
Cruzeiros e Largos	153
Da mais antiga indústria	165
Sinais de progresso	175
A primeira sala de instrução	177
Estação de correio	184
Água ao domicílio	187
Luz eléctrica	188
Colectividades	189
Outras curiosidades	193
Festas, Bandas e Orquestras	195
Festas e programas	197
A Banda Escolar	203
Tunas e Orquestras	213
Monárquicos e Republicanos	227
Juntas de Paróquia	239
Juntas de Freguesia	240
A separação	243
Alguns ditos	249

bibRIA



EDIÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DA MAMARROSA